

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EVANDRO RICARDO GUINDANI**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO  
NOS PPGs DE TEOLOGIA: da institucionalização à inserção no  
sistema Capes**

**FLORIANÓPOLIS  
2011**



**EVANDRO RICARDO GUINDANI**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO  
NOS PPGs DE TEOLOGIA: da institucionalização à inserção no  
sistema Capes**

Tese apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação.

**Orientador: Prof. Dr. Lucídio Bianchetti**  
**Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Elisa Maria**  
**Quartiero**

FLORIANÓPOLIS  
2011

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina**

G964p Guindani, Evandro Ricardo

O processo de produção do conhecimento nos PPGs de teologia [tese]: da institucionalização à inserção no sistema Capes / Evandro Ricardo Guindani; orientador, Lucídio Bianchetti. - Florianópolis, SC, 2011.

273 p.: il, graf., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). 2. Educação. 3. Universidades e faculdades - Pós-graduação - Brasil. 4. Teologia. I. Bianchetti, Lucídio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

## EVANDRO RICARDO GUINDANI

### **O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PPGs DE TEOLOGIA: da institucionalização à inserção no sistema Capes**

Tese apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação

Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação

Florianópolis,

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti  
Universidade Federal de Santa  
Catarina – UFSC – Orientador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisa Quartiero  
Universidade do Estado de Santa  
Catarina – UDESC – Coorientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ione Ribeiro Valle  
Universidade Federal de Santa  
Catarina – UFSC – Examinadora

---

Prof. Dr. Valdemar Sguissardi  
Universidade Metodista de Piracicaba –  
UNIMEP – Examinador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edla Eggert  
Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos – UNISINOS – Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vânia Maria Alves  
Instituto Federal do Paraná – IFPR –  
Examinadora

---

Prof. Dr. Norberto Dallabrida  
Universidade do Estado de Santa  
Catarina - UDESC  
Suplente

---

Prof. Dr. Juares da Silva Thiesen  
Universidade Federal de Santa Catarina  
– UFSC  
Suplente



Dedico a vocês: Yáscara e Sofia!

Não é possível explicar em palavras os infindáveis gestos e atitudes de apoio, amor e carinho que você Yáscara, dispensou em favor deste meu trabalho. Nos momentos de crise, você me levantou, nas alegrias você me elogiou, e no cansaço você me carregou. Eternamente grato! Te amo! E você, Sofia do “Tatai” (como você me chama), chegou em 2010, e foi o combustível final para concluir esta tese. Valeu a pena concluir esta tese com o brilho de seu sorriso, com o afago de seu abraço, com seu olhar de cada dia! Te amo minha pequena!



## AGRADECIMENTOS

Estas são as últimas palavras escritas exclusivamente para a tese. É o momento que paramos à frente da tela do computador, respiramos profundamente, nos emocionamos e retornamos ao início do doutorado...

Agradeço...

À Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, pelo convênio com a UFSC, financiado pela Capes o que me permitiu o ingresso no Doutorado.

A todos os colegas de trabalho que me apoiaram nos momentos em que me ausentei das atividades para realização da pesquisa, com destaque para os colegas da Unoesc Virtual (Ardinete, Roseli e Carol), da Área de Ciências Humanas e Sociais, do Projeto de Assistência Social Unoesc/Baesa (Alexsandra, Almir, Cristina, Delina, Mirian, Monalisa, Vânia e Lisandra)

Aos colegas de doutorado da Unoesc, Cláudio Orço e Rosicler Puerari pela amizade, caronas, apoio e participação nas reuniões em nome do nosso grupo.

Aos professores da UFSC, principalmente ao colegiado da Linha de Pesquisa Trabalho e Educação que me ajudaram a amadurecer como pesquisador.

Ao professor Ari Jantsch (*in memoriam*). Um exemplo de solidariedade para com os estudantes de toda a América Latina, acolhidos em sua casa. Quando perguntava a ele esclarecimentos sobre algum conceito ou autor, ele dizia: “*Guri bom, vamos lá...*” E começava puxar os livros de sua biblioteca, esbaldando conhecimento e fazendo sínteses maravilhosas... Querido Ari, obrigado pela sua casa, pelo colchão no chão que me disponibilizou, para que eu economizasse uma diária no hotel. Obrigado, eternamente obrigado!

A vocês queridos Lucídio e Elisa, sem palavras! Lucídio me aceitou como seu orientando, e desde nosso primeiro encontro em agosto de 2007, sempre me motivou muito, foi o responsável por construir uma excelente relação de orientação... Elisa, clareou meu caminho com as ricas orientações metodológicas, aprendi muito com você!. Assim como o Ari, vocês disponibilizaram sua casa para minha estadia em Florianópolis. Obrigado de coração!

Aos professores entrevistados dos Programas de Pós-graduação em Teologia – EST, FAJE, PUC-Rio e PUC-SP - que contribuíram com

minha pesquisa. Em especial à Profª Edla pelo intermédio junto à EST.

De maneira bem especial à família que me deu todas as condições necessárias para ter tranquilidade na conclusão desta tese: Yáscara, Carmelinda, Thâmara, Joycemar, Lourenço, Gelci, Tia Ana, Darci, Joel, Nono Alcides, e dando brilho a essa família: você pequena Sofia.

## RESUMO

Nesta tese, o objetivo foi investigar as induções geradas pelo sistema de avaliação e fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) nos processos de produção de conhecimento dos Programas de Pós-graduação em Teologia (PPGTs). Problematizou-se a influência dos critérios de avaliação da Capes nos processos de produção do conhecimento no campo epistemológico da Teologia, tendo como aporte teórico o conceito de “campo” de Bourdieu. Para análise, foi realizado estudo de caso múltiplo em três Programas de Pós-graduação em Teologia com conceitos iguais ou superiores a cinco e que ofereciam cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pelas suas igrejas – católica ou protestante –, em período anterior à inserção no sistema Capes. A metodologia envolveu entrevistas e coleta de dados em documentos disponibilizados pela Capes e pelos PPGTs. As entrevistas foram realizadas com dois grupos: dez pesquisadores da área da Teologia não vinculados aos PPGT em análise, com o objetivo de obter um olhar privilegiado sobre o campo de conhecimento teológico, e um segundo, composto por doze professores, quatro de cada PPGT em análise, sendo o critério de escolha: o tempo de vinculação ao PPGT; ter atuação antes e depois da inserção na Capes. A coleta de dados teve como base os documentos: fichas de avaliação dos PPGTs emitidas pela Capes; proposta dos PPGT em análise; produção docente e discente veiculada nos currículos lattes; análise das publicações nas revistas científicas dos PPGT pesquisados. Os resultados da pesquisa apontam que a inserção no Sistema de avaliação e fomento exigiu dos PPGTs mudanças, estruturais e epistemológicas, tais como: alterações nas linhas de pesquisa, nas teses e dissertações, bem como transformações nos tempos e meios de veiculação da produção docente. Foi constatado como um paradigma avaliativo pode afetar um determinado campo de conhecimento, causando uma inflexão epistemológica, principalmente quando os PPGTs buscam alcançar o topo do *ranking* do Sistema Capes. Há uma zona de tensão entre a produção do conhecimento religioso e as determinações indutoras do organismo de avaliação, regulação e financiamento da pós-graduação no Brasil. Há evidências de uma reconstrução e reconfiguração do campo de produção do conhecimento teológico nos Programas de Pós-graduação em Teologia analisados na busca de adaptação aos critérios de avaliação da Capes. Os entrevistados apontaram e analisaram os

ganhos, perdas e embates decorrentes desse processo.

**Palavras-chave:** Programa de Pós-graduação. Campo de conhecimento. Teologia. Capes.

## ABSTRACT

The purpose of this thesis was to investigate the changes generated by the evaluation and finance system of the Coordination for Personnel Improvement in Higher Education (CAPES) in the processes of production of knowledge of graduate theology programs (PPGTs). It analyzed the influence of CAPES' evaluation criteria on the processes of knowledge production in the epistemological field of Theology. The theoretical support for the study was Bourdieu's concept of "field." A multiple case study was conducted at three graduate theology programs that received grades equal or higher than 5 and that offered masters and doctoral courses recognized by their churches – Catholic or Protestant – in a period previous to their insertion in the CAPES system. The methodology involved interviews and data collection from documents provided by Capes and by the graduate programs. The interviews were conducted with two groups. The first included 10 researchers from the field of Theology not linked to the graduate programs being studied, to obtain a good look at the theological field of knowledge. The second group was composed of 12 professors, four from each graduate program being analyzed. The criteria used to select the professors was the time of their relationship with the program and whether they had worked before and after the program's insertion in the Capes system. The data collection was based on documents, including evaluation records of the graduate programs issued by Capes; the course proposal of the program being studied; the production of students and professors as indicated in the CAPES on-line data base (lattes); and an analysis of publications in scientific journals by the graduate programs being studied. The results of the research indicate that the insertion in the evaluation and financial support system required that the graduate programs make both structural and epistemological changes. These changes included: alterations in the research lines, in the theses and the dissertations, as well as transformations in the frequency and means of presentation of the work of the professors. It was found how an evaluative paradigm could affect a given field of knowledge, causing an epistemological inflection, mainly, when the graduate programs sought to reach the top of the Capes System ranking. There is a zone of tension between the production of religious knowledge and the inductive determinations of the agency responsible for evaluation, regulation and finance of graduate programs in Brazil. There is evidence of a reconstruction and reconfiguration of the field of production of theological knowledge in

the graduate theology programs analyzed, as they sought to adapt to Capes' evaluation criteria. The people interviewed indicated and analyzed the gains, losses and conflicts related to this process.

**Keywords:** Graduate Programs. Field of Knowledge. Theology. CAPES.

## LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização geográfica dos PPGTs recomendados pela Capes.....	116
<b>Gráfico 1:</b> Sistematização das publicações da revista Estudos Teológicos – EST.....	181
<b>Gráfico 2:</b> Sistematização das publicações da revista Perspectiva Teológica – FAJE.....	185
<b>Gráfico 3:</b> Sistematização das publicações da revista <i>Atualidade Teológica</i> – PUC-Rio.....	189
<b>Gráfico 4:</b> Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 1 do PPGT da EST.....	198
<b>Gráfico 5:</b> Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 2 do PPGT da EST.....	199
<b>Gráfico 6:</b> Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 2 do PPGT da FAJE.....	201
<b>Gráfico 7:</b> Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 4 do PPGT da FAJE.....	202
<b>Gráfico 8:</b> Análise da produção bibliográfica do entrevistado 2 do PPGT da PUC.....	204
<b>Gráfico 9:</b> Análise da produção bibliográfica do entrevistado 3 do PPGT da PUC.....	205
<b>Gráfico 10:</b> Teses e dissertações defendidas de 1983 a 2009 no PPGT da EST.....	211
<b>Gráfico 11:</b> Financiamento das teses e dissertações no PPGT da EST.....	212
<b>Gráfico 12:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 1983 a 2000.....	213
<b>Gráfico 13:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 2001 a 2006.....	214
<b>Gráfico 14:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 2007 a 2009.....	215
<b>Gráfico 15:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 1983 a 2009.....	217
<b>Gráfico 16:</b> Teses e dissertações defendidas de 1983 a 2009 no PPGT da FAJE.....	219
<b>Gráfico 17:</b> Financiamento das teses e dissertações no PPGT da FAJE.....	220

<b>Gráfico 18:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 1983 a 2000.....	221
<b>Gráfico 19:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 2001 a 2006.....	222
<b>Gráfico 20:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 2007 a 2009.....	223
<b>Gráfico 21:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 1983 a 2009.....	224
<b>Gráfico 22:</b> Teses e dissertações defendidas de 1983 a 2009 no PPGT da PUC.....	226
<b>Gráfico 23:</b> Financiamento das teses e dissertações no PPGT da PUC.....	227
<b>Gráfico 24:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 1983 a 2000.....	228
<b>Gráfico 25:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 2001 a 2006.....	229
<b>Gráfico 26:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 2007 a 2009.....	231
<b>Gráfico 27:</b> Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 1983 a 2009.....	232

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Períodos da análise das produções teóricas nos PPGTs.....	44
<b>Quadro 2:</b> IES que oferecem bacharelado em Teologia reconhecido pelo MEC e Mestrado e/ou Doutorado recomendados pela Capes.....	80
<b>Quadro 3:</b> Conceitos dos PPGTs nas últimas quatro avaliações trienais da Capes.....	115
<b>Quadro 4:</b> Linhas de pesquisa e áreas de concentração do PPGT da EST.....	146
<b>Quadro 5:</b> –Avaliações trienais das linhas de pesquisa do PPGT da EST.....	146
<b>Quadro 6:</b> – Linhas de pesquisa e áreas de concentração do PPGT da FAJE.....	150
<b>Quadro 7:</b> Avaliações trienais das linhas de pesquisa do PPGT da FAJE.....	151
<b>Quadro 8:</b> Linhas de pesquisa e áreas de concentração do PPGT da PUC-Rio.....	158
<b>Quadro 9:</b> Avaliações trienais das linhas de pesquisa do PPGT da PUC-Rio.....	158
<b>Quadro 10:</b> Temáticas das publicações da revista <i>Estudos Teológicos</i> – EST.....	182
<b>Quadro 11:</b> Temáticas das publicações da revista <i>Perspectiva Teológica</i> – FAJE.....	186
<b>Quadro 12 :</b> Publicações da Revista <i>Atualidade Teológica</i> – PUC-Rio.....	190



## LISTA DE SIGLAS

ANPED - Associação Nacional de Pesquisa em Educação  
ANPTECRE - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião  
ASTE - Associação de Seminários Teológicos Evangélicos  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
C & T - Ciência e Tecnologia  
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CES - Câmara de Educação Superior  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Dinter - Doutorado Interinstitucional  
DOU - Diário Oficial da União  
ENQA - European Association for Quality Assurance in Higher Education  
Esep - Escola Sinodal de Educação Profissional  
EST - Escola Superior de Teologia – RS  
EUA - Estados Unidos da América  
FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - MG  
FTL - Fraternidad Teologica Latinoamericana  
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
IEPG - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação e Pesquisa  
IES - Instituição de Ensino Superior  
IHU - Instituto *Humanitas*  
ISMSL - Instituto Superior de Música de São Leopoldo  
MEC - Ministério da Educação  
MP - Mestrado Profissionalizante  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PAEP - Programa de Apoio a Eventos no País  
PICD - Programa Institucional de Capacitação de Docentes  
PIQDTEC - Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República  
PNPD - Programa Nacional de Pós-Doutorado  
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação  
PPG - Programa de Pós-graduação

PPGT Programa de Pós-graduação em Teologia  
PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação  
PRODOC - Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a  
Participação de Recém-Doutores  
PRODOUTORAL - Programa de formação doutoral docente  
PROEX - Programa de Excelência Acadêmica  
PROF - Programa de Fomento à Pós-Graduação  
PROSUP - Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de  
Ensino Particulares  
PUC-Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
PUC-PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PVNS - Programa Professor Visitante Nacional Sênior  
SNPG - Sistema Nacional de Pós-graduação  
SOTER - Sociedade de Teologia e Religião  
UCG - Universidade Católica de Goiás  
UCP - Universidade Católica de Pernambuco  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo  
UMESP - Universidade Metodista de São Paulo  
UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci  
UNIFAI - Centro Universitário Assunção  
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PROBLEMÁTICA.....	25
1.2 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA, HIPÓTESE E OBJETIVOS.....	34
1.3 METODOLOGIA DE TRABALHO.....	37
<b>1.3.1 Universo, amostra e coleta de dados.....</b>	<b>39</b>
<b>1.3.2 Análise documental.....</b>	<b>39</b>
<b>1.3.3 Entrevistas.....</b>	<b>41</b>
<b>1.3.4 Momento 1 (1983 a 2000).....</b>	<b>42</b>
<b>1.3.5 Momento 2 (2001 a 2006).....</b>	<b>43</b>
<b>1.3.6 Momento 3 (2007 a 2010).....</b>	<b>43</b>
1.4 ESTRUTURA DA TESE.....	44
<b>2 O CAMPO DE CONHECIMENTO DA TEOLOGIA.....</b>	<b>48</b>
2.1 A ESTRUTURAÇÃO DA TEOLOGIA COMO CAMPO DE CONHECIMENTO.....	49
2.2 A TEOLOGIA COMO LEGITIMADORA DOS INTERESSES DA IGREJA.....	54
2.3 TEOLOGIA, IGREJA E A ORIGEM DA UNIVERSIDADE.....	58
2.4 A MISSÃO DA TEOLOGIA INSTITUCIONALIZADA NA ACADEMIA: DO MEDIEVO AO MODERNO “REFORMADO”....	63
2.5 A TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO ACADÊMICA DA TEOLOGIA NO BRASIL ANTERIORMENTE AO SEU RECONHECIMENTO CIVIL.....	72
2.6 MANIFESTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DE CONHECIMENTO TEOLÓGICO ANTERIOR AO RECONHECIMENTO CIVIL DOS CURSOS.....	81
<b>3 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO CIVIL DA TEOLOGIA NO BRASIL.....</b>	<b>89</b>
3.1 O CONFLITO ENTRE O CAMPO ECLESIAL E ACADÊMICO NA DEFINIÇÃO DO CAMPO EPISTEMOLÓGICO-TEOLÓGICO NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO CIVIL DA TEOLOGIA.....	90

3.2 UM NOVO ESPAÇO PARA A TEOLOGIA: A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E O SISTEMA CAPES DE AVALIAÇÃO E FOMENTO.....	98
3.3 A SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA CAPES E SUA REPERCUSSÃO NA ACADEMIA.....	104
3.4 A TRAJETÓRIA DE INSERÇÃO DOS PPGT NA CAPES	110
3.5 MANIFESTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE O PROCESSO DE RECONHECIMENTO CIVIL DOS CURSOS DE TEOLOGIA NO BRASIL.....	118
<b>4 O CAMPO DA TEOLOGIA APÓS A SUA INSERÇÃO NO SISTEMA CAPES.....</b>	<b>125</b>
4.1 O PROCESSO DE INSERÇÃO DOS PPGTS NO SISTEMA CAPES: O OLHAR DO CORPO DOCENTE.....	126
4.1.1 O processo de entrada na Capes: primeiras impressões do colegiado dos PPGTs.....	128
4.1.2 O lugar da produção de conhecimento em Teologia: entre a Igreja e a academia.....	132
4.1.3 Anpctecre: espaço de (en)desencontro entre Teologia e Ciências da Religião.....	136
4.1.4 A relação entre Capes, PPGT e Igreja.....	138
4.2 A MATERIALIDADE DO PROCESSO DE INSERÇÃO: ANÁLISE DAS ADEQUAÇÕES INTERNAS PROMOVIDAS PELOS PPGTS A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DA CAPES	143
4.2.1 PPGT da Escola Superior de Teologia – EST.....	145
4.2.2 PPGT da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE	150
4.2.3 PPGT da Pontifícia Universidade Católica do RJ – PUC-Rio.....	157
4.3 UMA INSERÇÃO BEM SUCEDIDA? A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A INSERÇÃO DOS PPGTS NO SISTEMA CAPES.....	163
4.4 MUDANÇA DE <i>HABITUS</i> : DO CAMPO SAGRADO PARA O CAMPO PROFANO.....	169
<b>5 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS PPGTs EM ANÁLISE.....</b>	<b>176</b>
5.1 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NAS REVISTAS VINCULADAS AOS PPGTS.....	177
5.1.1 Revista Estudos Teológicos – EST.....	181
5.1.2 Revista Perspectiva Teológica – FAJE.....	184
5.1.3 Revista <i>Atualidade Teológica</i> – PUC-Rio.....	188

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REVISTAS ANALISADAS.....	192
5.3 MANIFESTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE AS REVISTAS DOS PPGTS.....	193
5.4 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DOS DOCENTES ENTREVISTADOS.....	197
<b>5.4.1 Produção bibliográfica: docentes entrevistados do PPGT da EST.....</b>	<b>198</b>
<b>5.4.2 Produção bibliográfica: docentes entrevistados do PPGT da FAJE.....</b>	<b>201</b>
<b>5.4.3 Produção bibliográfica: docentes entrevistados do PPGT da PUC-Rio.....</b>	<b>204</b>
5.5 ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DOCENTE.....	206
5.5.1 Manifestação dos entrevistados sobre a produção bibliográfica.....	207
5.6 TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NOS PPGTS EM ANÁLISE.....	210
<b>5.6.1 Teses e Dissertações do PPGT da EST.....</b>	<b>211</b>
<b>5.6.2 Teses e Dissertações do PPGT da FAJE.....</b>	<b>218</b>
<b>5.6.3 Teses e Dissertações do PPGT da PUC-Rio.....</b>	<b>226</b>
5.7 ANÁLISES SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PPGTS	233
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>235</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>244</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>263</b>
ANEXO A – DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NOS PPGS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO.....	263
ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	265
ANEXO C – LINHAS DE PESQUISA DOS PPGT – CRONOLOGIA DAS MUDANÇAS.....	266



## 1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho, investigamos o processo de produção do conhecimento nos Programas de Pós-graduação em Teologia (PPGT), no período anterior e a partir da sua inserção na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Paralelamente a isso, analisamos as transformações na produção do conhecimento no campo da Teologia, desde a sua incorporação à Capes e as inflexões pelas quais veio passando ou submetendo-se com relação ao seu histórico, perfil epistemológico e metodológico, a partir da sua adaptação aos critérios de avaliação<sup>1</sup> e financiamento da Capes. A amostra de nossa pesquisa foi composta por três PPGTs com conceitos iguais ou superior a cinco na Capes, sendo estes pertencentes às seguintes Instituições de Ensino Superior – IES: Escola Superior de Teologia – EST – São Leopoldo-RS; Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE – Belo Horizonte-MG e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio - RJ.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PROBLEMÁTICA

O interesse por esta pesquisa decorre de minha trajetória pessoal e acadêmica. O fato de ter sido seminarista, militante social e, posteriormente, professor universitário contribuiu para que sempre buscasse discutir questões relacionadas à religião, sociedade e educação. Na minha dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, discuti as temáticas de Teologia e economia, abordando a relação entre o mito do progresso e o discurso religioso da Teologia da prosperidade e os movimentos neopentecostais. Tanto na esfera econômica quanto religiosa, esses movimentos, pregam o consumo de bens materiais e espirituais e a possibilidade de satisfação plena e individual numa relação unilateral entre o indivíduo e o mercado ou entre o fiel e seu deus. A conclusão dos estudos do Mestrado me ajudou-me a entender que a religião e o mercado possuem um elemento em comum que é o discurso da satisfação individual graças à crença em um deus ou em um

---

<sup>1</sup>A avaliação promovida pela Capes, também pode ser entendida como regulação, de acordo com Sguissardi (2006). Segundo o autor, quando os resultados de uma avaliação determinam critérios de financiamento, o que ocorre não é simplesmente uma avaliação, mas também um processo de regulação, portanto avaliação/regulação. Mais análises a este respeito podem ser encontradas em Sguissardi (2006).

projeto econômico. Objetivando a continuidade da formação acadêmica em nível de doutorado, interessei-me pela continuidade dos estudos sobre a relação entre o campo religioso e outros segmentos da sociedade. Fui percebendo o surgimento de novas temáticas, como espiritualidade no mundo dos negócios, do trabalho, entre outras. Muitos pastores, padres, teólogos são consultores e palestrantes em espaços e eventos aparentemente sem vínculos com as igrejas, como empresas, por exemplo. Aprofundando a problemática, em nível de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, buscamos identificar como esses movimentos de um campo de conhecimento estavam sendo legitimados no interior das igrejas e outros espaços. Passamos assim, a analisar o processo de produção do conhecimento nos Programas de Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião. Fomos percebendo que havia um interesse da Teologia em não ficar restrita à Igreja e retomar sua legitimidade no mundo secular. Observamos que esse deslocamento da Teologia ao encontro de temáticas fora da Igreja ou sua aproximação a essas temáticas eram feitos sob a regulação e avaliação da Capes, e até mesmo muito elogiados pelos avaliadores, que incentivavam os PPGTs a qualificarem pessoas para atuar em organizações diversas e não apenas para a Igreja. Assim sendo, percebemos que seria fundamental entender o papel e o caráter indutório de um órgão avaliador e regulador nos processos de reconfiguração de um determinado campo de conhecimento, no caso em análise, o campo religioso, mais precisamente o teológico.

Esse campo de conhecimento, ambientado nos PPGTs, buscando adaptar-se aos referidos critérios de avaliação, foi conquistando uma posição favorável no *ranqueamento* da pós-graduação brasileira, ao mesmo tempo que passou por um processo de adaptação, numa transformação do processo de produção de conhecimento, antes mais preocupado em qualificar seus quadros para a Igreja e, agora, com uma nova preocupação: sustentar seus cursos de pós-graduação e tentar ‘servir a dois senhores’: A instituição Igreja e outros espaços sociais.

É nessa perspectiva que a temática relacionada ao “processo de produção do conhecimento nos PPGTs: da institucionalização à inserção no sistema Capes” se apresenta com um potencial de contribuir para a compreensão mais particularizada das transformações pelas quais os campos de conhecimento vêm passando após se inserirem no sistema Capes de avaliação. No caso específico deste trabalho, observamos as implicações desse sistema de avaliação para o campo da Teologia e o surgimento de uma suposta nova Teologia mais adaptada às demandas

do mundo do trabalho e dos negócios.

Este trabalho, portanto, evidencia o potencial de contribuir para a compreensão da sistemática de avaliação e financiamento do Sistema Capes no que diz respeito à sua atuação indutora, homogeneizadora, embora tratando de campos de conhecimento caracterizados pela heterogeneidade, em especial, como é o caso do campo da Teologia, no conjunto dos cursos/programas avaliados por esse órgão.

Apesar de este trabalho estar centrado nos PPGTs, a caracterização do campo também exigiu uma abordagem sobre o bacharelado em Teologia, sua institucionalização nas Instituições de Ensino Superior -IESs, bem como seu reconhecimento junto ao Ministério da Educação - MEC.

Para tanto, como mencionamos aqui, e explicitaremos em detalhes posteriormente, tomamos como caso exemplar os PPGTs avaliados com conceitos/notas a partir de cinco, totalizando três Programas: Escola Superior de Teologia – EST – São Leopoldo-RS; Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE – Belo Horizonte-MG e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio - RJ. No momento, contudo, abordamos alguns elementos e fazemos algumas reflexões sobre o *locus* onde a pós-graduação desenvolve-se e os desdobramentos históricos que este veio experimentando em geral e na relação com a Teologia em particular.

Para realizar uma investigação sobre o trabalho de produção de conhecimento na educação superior, é de fundamental importância a relação desse espaço onde se produz o conhecimento, no caso a universidade, com os determinantes histórico-político-econômicos que interferem na avaliação e no financiamento da pesquisa. Sem estabelecer essa relação, há o risco de realizar-se uma investigação desvinculada de uma dinâmica complexa que, para ser apreendida, exige constante vigilância ontológica e epistemológica, evitando, conforme aponta Hostins (2003, p. 352), “um apego espontâneo e instrumental às aparências, ou revelando uma construção abstrata de hipóteses autoconfirmadoras que dispensam o controle empírico.”

Ao investigar a produção de conhecimento na universidade, faz-se necessária uma aproximação entre essa instituição e a sociedade onde está inserida. Mészáros (2005, p. 25) afirma que “poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”. Em outra obra, o autor (2006, p. 263) explica que “nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação”. Chauí (2003, p. 4), por sua vez, ressalta que “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de

maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. A universidade moderna estruturou-se na ideia de uma produção autônoma do saber, porém entendê-la como uma instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano. Sguissardi (2009), ao fazer um retrospecto do ensino superior no Brasil, enfatiza que, no governo Collor de Mello (1990-1992), o país entrou num processo de modernização conservadora. Principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) as reformas estruturais foram orientadas para o mercado. Nessa direção:

A integração do país à economia mundial dá-se enfatizando o novo papel atribuído ao mercado na alocação dos recursos e diminuindo as funções do Estado, em especial quando este é pensado como provedor dos serviços sociais, entre eles a educação (SGUISSARDI, 2009, p. 200).

Nesse contexto, a educação foi sendo enquadrada no setor de prestação de serviços. Para Dias Sobrinho (2004), cresce e se fortalece hoje a defesa da educação superior como função da economia e dos interesses individuais e privados. A lógica economicista transformou a universidade em um setor produtivo. Dessa forma:

A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (*Le naufrage de l'université*), podemos denominar como *universidade operacional*. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (CHAUÍ, 2003, p.7, grifo da autora).

O Projeto de Lei 3.476/2004, aprovado na Câmara dos Deputados em 7 de julho de 2004, conhecido como “Lei de Inovação Tecnológica” demonstra como a universidade vem cada vez mais atuando como prestadora de serviços ao setor privado:

Concretamente, a nova lei viabilizará a transferência de tecnologia das universidades e dos centros de pesquisa para as empresas,

prevendo a incubação de empresas no espaço público, a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, o afastamento de pesquisadores das universidades públicas para tentar transformar seus inventos em negócios. [...] Além disso, os órgãos públicos de pesquisa que prestarem serviços a empresas poderão receber um auxílio financeiro extra, ou seja, as instituições de pesquisa receberão participação nos lucros gerados pela transferência de tecnologia (MANCEBO, 2004, p. 855-856).

Nessa lógica de prestação de serviços, os centros de pesquisa serão cada vez mais um espaço de interesse privado. É diante disso que assumem relevância, no campo da educação, pesquisas que investiguem em que medida as políticas públicas de fomento e regulação podem contribuir e fomentar a transformação do conhecimento em mercadoria. É nessa perspectiva que se enquadra nosso objeto de estudo. A pós-graduação é um nível de ensino e pesquisa responsável pela produção do conhecimento científico e, por isso, estratégico para o desenvolvimento de uma economia alicerçada em tecnologias avançadas.

No Brasil, a partir de 1980, à pesquisa foi atribuído um importante papel no desenvolvimento econômico do país. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, o PND, atribuía à pós-graduação, de acordo com Kuenzer e Moraes (2005, p.1346), o papel de “formar o quantitativo de cientistas necessário para o país atingir plena capacitação científica e tecnológica”, condição necessária para o país adquirir a independência econômica.

Silva Junior (2005, p. 297) afirma que a pós-graduação no Brasil se estruturou com base em uma racionalidade mercantil, na qual se evidencia uma associação imediata entre a pós-graduação e a ciência e tecnologia. Conforme relata:

Por meio do sistema de ciência e tecnologia (C&T) orienta-se a política de pós-graduação, que: 1) deverá privilegiar as áreas produtoras de C&T em detrimento das ciências humanas; 2) deverá privilegiar os centros de pós-graduação historicamente consolidados no país; 3) a maior parte do financiamento deverá encaminhar-se para as referidas áreas produtoras de C&T e centros consolidados, gerando uma potência de fuga de intelectuais das ciências humanas para o setor

privado; 4) tais aspectos que privilegiam as referidas áreas e os centros já consolidados no país poderão gerar uma homogeneização da produção acadêmico-científica brasileira, promovendo uma sombra sobre as especificidades regionais e institucionais, retirando da academia sua maior qualidade, a da reflexão livre.

A pós-graduação brasileira, seguindo a lógica da Teoria do Capital Humano<sup>2</sup>, foi sendo encaminhada para a perspectiva mercadológica da produtividade. Essa adesão foi acontecendo em razão de um processo de avaliação centrado nessa lógica:

O produtivismo acadêmico, como ideologia, produzido pela burocracia da CAPES e do CNPq, com base nas precárias condições objetivas dos programas, é naturalizado e reproduzido em todos os espaços institucionais onde atua o professor pesquisador (SGUISSARDI; SILVA FILHO, 2009, p. 224).

O produtivismo, conforme apontam os autores, começou a fazer parte do ambiente da pesquisa, sendo reforçado por um modelo de avaliação que legitima e fomenta essa prática. A importância de analisarmos a relação entre avaliação e os processos de produção de conhecimento, de acordo com Dias Sobrinho (2004), é atribuída ao fato de que não há como compreender as transformações da educação superior – incluída, aí, a pós-graduação –, nos últimos anos, sem levar em conta as práticas de avaliação, bem como que nenhuma avaliação é neutra, tampouco nenhuma concepção de educação superior é isenta de

---

<sup>2</sup> Analisando a história da pós-graduação no Brasil, é possível perceber que ela assumiu um papel de fomentadora do desenvolvimento econômico do país; dessa maneira, a concepção de “capital humano” ajuda-nos a compreender melhor o perfil da pós-graduação brasileira. De acordo com Cattani e Holzmam (2006), a Teoria do Capital Humano é um construto ideológico e doutrinário que associa trabalho humano a capital físico, ambos tidos como fatores de produção regidos por lógicas de rentabilidade econômica com base em cálculos utilitaristas de maximização do benefício individual. Sob a alegação de promover as capacidades humanas, esse quadro teórico reforça o domínio ideológico do capitalismo, acirrando a concorrência entre os indivíduos. Nessa concepção, a educação seria comparável a um investimento produtivo e, assim, legitimam-se as propostas neoliberais de dismantelar o setor público e de transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado. Essa afirmação do autor é adequada à educação, mas pode perfeitamente ser a qualquer dos outros campos das ciências sociais e humanas.

visões de mundo e ideias de sociedade ideal.

Para Kuenzer e Moraes (2005), a Capes instituiu, a partir de 1996, um modelo de avaliação centrado na produtividade. Tal modelo, segundo as autoras (2005, p. 1347), gerou um “surto produtivista em que o que conta é publicar, não importa qual versão requeitada de um produto, ou várias versões maquiadas de um produto novo. A quantidade institui-se em meta”. Podemos afirmar que esse contexto socioeconômico no qual se inserem os PPGs induzem os referidos Programas a submeterem-se a uma lógica exterior, abrindo mão do seu perfil epistemológico, como também de uma metodologia específica de sua práxis. A homogeneização torna-se a regra.

Dessa forma, poderíamos afirmar que a universidade idealizada na modernidade passa a ser ameaçada. Se a universidade é concebida dentro de uma lógica organizacional, ela é avaliada por índices de produtividade. Assim sendo:

A permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se claramente a mudanças rápidas. [...] A visão organizacional é regida por contratos de gestão e índices de produtividade (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Dessa visão organizacional, brotou também uma concepção de pesquisa que segue o referido padrão, ou seja, que se instrumentaliza a serviço de um determinado projeto de sociedade.

A produtividade e a lógica do resultado passaram a constituir, desse modo, um novo modelo que passou a nortear a produção do conhecimento, paradigma esse intitulado por Chauí (2003, p. 10) como o “paradigma da moda”, o qual verifica-se, por exemplo, no encurtamento do tempo de duração dos cursos e programas de graduação e pós-graduação e no exacerbamento da produção, em particular de *papers*, que passaram a ocupar o lugar que era dos livros, em especial nas ciências sociais e humanas.

Esse paradigma da moda, aliado à lógica organizacional assumida pela universidade, também demandou um novo modelo de avaliação da produção do conhecimento. Kuenzer e Moraes (2005) afirmam que o novo modelo avaliativo da Capes acarretou a compressão do tempo de conclusão, sobretudo do mestrado, o qual comprometeu o trânsito dos alunos por um leque de disciplinas oferecidas nos cursos de pós-graduação do país com prejuízos à formação.

A produção do conhecimento dentro do paradigma organizacional, assumido pelos órgãos financiadores do ensino superior e legitimado pelos órgãos avaliadores (tanto da graduação como da pós-graduação), acelerou o processo que torna a ciência, cada vez mais, “um componente do próprio capital” (CHAUÍ, 2003, p. 8). E nessa lógica, as instituições educacionais, onde a pesquisa é desenvolvida, obedecem à lógica do mercado, de tal forma que:

Os destinos da educação parecem articular-se diretamente às demandas deste mercado insaciável e aos paradigmas propostos para a sociedade de “aprendentes”. Não surpreende, dessa forma, que os sistemas educacionais dos vários países sofram pressões para operar adequadamente em uma economia sofisticada e seletiva, para gerar cidadãos capazes de manipular ou operar as tecnologias de informação e comunicação, e dispostos a se atualizar ao longo da vida (MORAES, 2003, p. 152).

Nessa perspectiva, questionamos se esse novo paradigma proposto para a “sociedade de aprendentes” afeta o processo de produção de conhecimento das instituições educacionais que produzem pesquisa, no caso os PPGs. De acordo com Kuhn (2007, p. 39):

A emergência de um paradigma afeta a estrutura do grupo que atua num determinado campo. Esse novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. Ele vai exigir um lugar especial nos currículos.

A hegemonia de uma economia neoliberal, como o grande paradigma do século XX e primeiros anos do XXI, para manter-se, necessita apropriar-se daquilo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) chamou de função elitizada da universidade, que é a produção do conhecimento. Há uma relação indissociável entre paradigma econômico e a produção científica, pois:

O novo paradigma aparece em grande parte com uma promessa de sucesso e a ciência buscará atualizar essa promessa ampliando o conhecimento daqueles fatos que o paradigma apresenta como relevantes (KUHN, 2007, p. 44).

É importante observarmos que o novo paradigma apareceu e legitimou-se a partir de uma crença e confiança na sua infalibilidade e certeza, que se tornou “moda”. Portanto, diante disso, seria possível afirmar que o paradigma norteador da produção de conhecimento dentro dos programas de pós-graduação não está mais ligado à lógica interna dos referidos objetos do conhecimento de cada campo de conhecimento, mas sim a uma lógica externa? Poderíamos asseverar que os órgãos avaliadores (no caso a Capes) acabam tornando-se o elo entre esse paradigma organizacional e uma redefinição e reconfiguração do campo de estudos dos referidos programas de pós-graduação?

É diante desse contexto de múltiplas determinações do campo econômico e político para o campo da produção do conhecimento que precisamos compreender o movimento dos Programas de Pós-graduação, analisando em que medida estes acabam obedecendo a critérios de avaliação da Capes, abrindo mão de especificidades de seu campo de conhecimento.

É preciso compreender como esse modelo de avaliação pode interferir na questão epistemológica, ou no campo de estudos, conforme apontou Kuhn (2007). É na relação entre as determinações do campo político-econômico para o campo da produção do conhecimento que este trabalho de pesquisa foi estruturado. É por meio dos mecanismos de avaliação, regulação e fomento que essas determinações se materializam, pois, conforme aponta Dias Sobrinho (2004), a avaliação promovida pelas instituições regulatórias não é neutra e contempla uma concepção de sociedade. É esse contexto teórico que nos motivou a abordar a relação entre avaliação e produção do conhecimento, focalizando nossa análise nos Programas de Pós-graduação, particularmente os PPGTs, na sua relação com o órgão avaliador e fomentador, no caso a Capes.

Alguns autores enfatizam como uma avaliação pode interferir no campo epistemológico. Ao abordar a relação entre o sistema Capes de avaliação e a grande área de ciências humanas, Horta e Moraes (2005, p. 96) afirmam que, na busca pelo topo do *ranking*, os PPGs “lançaram mão de forte desqualificação epistemológica das áreas de ciências humanas”. Sguissardi (2006), ao apresentar uma análise crítica desse modelo de avaliação vigente, ressalta que ele prioriza os aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos e não leva em conta a qualidade das dissertações e teses.

Até aqui, mencionamos alguns elementos que nos ajudam a compreender que a produção do conhecimento na universidade e, mais

especificamente, na pós-graduação está sendo instrumentalizada e gerida dentro de uma lógica do resultado e de um pragmatismo que interessa ao mercado. E esse processo somente legitima-se por meio de mecanismos avaliativos e regulatórios<sup>3</sup> que preveem recompensas ou punições, a partir do *ranqueamento*.

Diante disso, investigamos quais foram as principais consequências para o processo de produção do conhecimento dos PPGs – no nosso caso, os PPGTs – após inserirem-se na Capes.

## 1.2 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA, HIPÓTESE E OBJETIVOS

Para evidenciar essa indução e as consequências no processo de produção de conhecimento, mais especificamente nas mudanças do perfil epistemológico e metodológico de uma área ou ciência, elegemos como objeto de análise os PPGTs. O foco no campo da Teologia justificou-se pelo fato de nos parecer ser mais perceptível nesse *locus*, uma gradativa transformação da forma como se concebe o conhecimento e a práxis da Teologia, após a entrada dos cursos de Pós-graduação em Teologia no sistema Capes e de terem-se submetido aos critérios de avaliação e financiamento desse órgão. Nesse campo do conhecimento, podemos perceber uma mudança no processo de produção do conhecimento, na busca de um reconhecimento e de uma legitimidade científica. Outro fator que justifica a escolha da Teologia é o fato de que ela e a universidade possuem origens que podem ser consideradas comuns. Se, na Idade Média, a Teologia tinha um lugar central na universidade, as justificativas originais para a ocupação desse lugar tornaram-se hoje contestáveis e obsoletas. Para Zeuch (2006a), se a Teologia hoje quiser sobreviver na universidade, ela precisa encontrar uma forma de dialogar com outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, Passos (2010) explica que, nessa busca pelo reconhecimento acadêmico, a Teologia vem procurando dialogar com questões da modernidade como a liberdade, a teoria da evolução, a política, entre outras, conforme podemos observar nas análises de alguns PPGs de Teologia, e esse diálogo também ocorre com o mercado. O autor (2010, p. 28) afirma que está surgindo “uma teologia renovada, em sintonia com a racionalidade universitária”. Segundo destaca Zeuch (2006b), a

---

<sup>3</sup> Não podemos esquecer que são utilizadas estratégias eficientes para garantir a supremacia do modelo. E uma delas refere-se à “avaliação pelos pares”, garantindo, assim, uma legitimação de difícil questionamento, somada à indução propiciada pelo fomento (BIANCHETTI, 2009).

Teologia precisa reconhecer que ela não é uma ciência unitária. Ela é uma ciência integrativa, que, além de história e de literatura, traz elementos das ciências da religião, da filosofia da religião, das ciências sociais e antropológicas, e que, nessa interdisciplinaridade, observa esses elementos sob uma perspectiva particular que faz a singularidade e unidade da Teologia. Nas diferentes áreas da Teologia, bíblica, sistemática, histórica e prática, há uma integração com abordagens de outras áreas do saber humano, como as ciências da religião, a filosofia, a filologia, a literatura, a história, a história da arte, a arqueologia, a psicologia, a educação, a sociologia e a antropologia.

A medida que o campo da Teologia foi buscando o *status* de ciência, dialogando com outros campos de conhecimento, também saiu de um terreno sagrado para um diálogo interdisciplinar com o mundo secular/profano. A título de exemplo, no PPGT do Centro Universitário Assunção (atualmente PUC/SP) e também no PPG em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo - Umesp, é possível perceber essa mutação do campo teológico por meio das teses e dissertações que abordam temas sobre a espiritualidade no mundo dos negócios, qualidade total, gestão de pessoas e liderança (Anexo A).

Este trabalho originou-se de uma problemática de investigação focada na análise do campo de conhecimento da Teologia, mais precisamente no processo de constituição, inserção e *ranqueamento* dos PPGTs dentro do modelo Capes de avaliação e fomento. Entre as questões que orientaram a pesquisa, ressaltamos a preocupação em investigar como o campo de conhecimento da Teologia que, historicamente tratava da fé e do mundo transcendente, de forma gradativa, assumiu o *status* de ciência, evidência presente no *ranking* dos seus Programas que alcançam notas máximas na avaliação da Capes. E nesse contexto precisamos discutir a questão do caráter indutor bem como as finalidades implícitas nas políticas de avaliação.

Ao analisar a avaliação do ensino superior brasileiro, Dias Sobrinho (2004, p. 709), afirma que “a avaliação cumpre a função primordial de tornar a educação superior mais efetivamente útil ao mundo dos negócios e do trabalho, mais voltada à satisfação das demandas do mercado”. A atual avaliação, uma vez que segue critérios únicos, acaba favorecendo ou forçando a padronização.

São essas reflexões que alimentaram nossa problemática e que nos fizeram debruçar sobre a trajetória dos PPGTs que conseguiram melhor posição no *ranking* de avaliação. A opção foi pelos Programas com conceito 5 ou mais, nos últimos quatro triênios de avaliação (1998-2000; 2001-2003; 2004-2006; 2007-2009). Entendemos que os PPGTs

que atingiram esses conceitos foram aqueles que se enquadraram de maneira mais adequada às exigências da Capes e, portanto, podiam nos ajudar a obter as respostas para nossas questões de pesquisa: a) Se a produção científica é regulamentada e avaliada por um órgão avaliador (Capes) para todas as áreas do conhecimento, que relação podemos estabelecer entre o modelo Capes de avaliação e a reconfiguração epistemológica e metodológica do campo de conhecimento da Teologia?; b) Como foi o processo de institucionalização da Teologia como campo de conhecimento no Brasil?; c) A quais “deuses” (ou a qual “deus”) a Teologia está “servindo” dentro dos PPGTs, com a “benção” e autorização da Capes? Enfim, investigamos como os processos de produção de conhecimento na área de Teologia, a partir da criação dos seus cursos/programas de pós-graduação *stricto sensu*, foram modificados pelas diretrizes do SistemaCapes de avaliação e financiamento.

Outro fator relevante que justifica a escolha dos PPGTs é o fato de que as Instituições de Ensino Superior (IES) já ofereciam o curso de mestrado e doutorado sob reconhecimento institucional de suas confissões religiosas, ou seja, já estavam estruturados. A partir da inserção na Capes, as IESs precisaram se adaptar a novos critérios e a prestar contas a duas instituições reguladoras: igrejas e Capes. Diante disso, as mudanças no processo de produção de conhecimento bem como na esfera epistemológica tornaram-se mais visíveis, porque podemos comparar o “antes e depois” da Capes.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os processos de produção de conhecimento na área de Teologia a partir da criação dos seus cursos/programas de Pós-graduação *stricto sensu* e da sua inserção no Sistema Capes de avaliação.

Os objetivos específicos foram: a) analisar a constituição do campo de produção do conhecimento acadêmico na área de Teologia; b) analisar a institucionalização acadêmica na área da Teologia a partir da criação dos PPGTs; c) estabelecer o protagonismo do sistema Capes na legitimação acadêmica do campo de pesquisa em teologia; d) analisar os objetos de investigação do campo da Teologia que emergem a partir da sua inserção no Sistema Capes; e) investigar, a partir de entrevistas com pesquisadores/docentes de PPG em Teologia, as mudanças ocorridas no processo de produção de conhecimento, bem como as inflexões na base epistemológica e metodológica das pesquisas e publicações veiculadas, em virtude da inserção no sistema Capes.

A hipótese norteadora deste trabalho foi: os critérios de avaliação e de financiamento adotados pela Capes, veiculados e intensificados a

partir de meados da década de 1990, induzem a uma crescente instrumentalização do *corpus* de conhecimentos teológico, promovendo um processo de mudança e adaptação dos PPGTs (à *lógica* Capesiana) que acarreta uma desestruturação desses espaços onde se produzem e transmitem o conhecimento teológico.

### 1.3 METODOLOGIA DE TRABALHO

Quanto ao procedimento metodológico, realizamos um **Estudo de Caso** entre os cursos/Programas que alcançaram conceitos entre 5 e 7 na avaliação da Capes nos últimos quatro triênios. Como ressaltado anteriormente, a escolha desses cursos melhor avaliados foi em razão de serem os que mais adequadamente se submetem aos critérios da “agência de avaliação” (SGUISSARDI, SILVA JR, 2009). Os PPGTs selecionados foram:

- 1) Escola Superior de Teologia (EST/RS), com conceito 7.
- 2) Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE/MG), com conceito 6.
- 3) Pontifícia Universidade Católica do RJ (PUC-Rio), com conceito 5.

Outro critério de escolha, além dos conceitos, foi a confessionalidade dos PPGTs. Nossa amostra contempla tanto os protestantes, no caso da EST, de confissão luterana, como os católicos, PUC e FAJE. Da amostra, também destacamos a PUC-Rio, por ter sido a pioneira na busca de reconhecimento civil do seu PPGT.

Em relação à opção pelo estudo de caso, diversos autores tratam dessa metodologia (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, PEREIRA; COSTA, 2008, YIN, 2001 entre outros). Entre estes, destacamos as reflexões e sugestões de Yin (2001), para quem a metodologia do Estudo de Caso representa uma maneira de investigarmos um tópico empírico, seguindo um conjunto de procedimentos pré-especificados. O autor ressalta que essa metodologia é usada para examinar acontecimentos contemporâneos e possui a vantagem de poder lidar com uma variedade maior de evidências. Lüdke e André (1986) também ressaltam que o Estudo de Caso visa à descoberta de elementos novos que emergem durante o estudo. A produção de conhecimento nos PPGTs e a inserção destes na Capes podem ser consideradas acontecimentos contemporâneos, novos. E tal fenômeno precisa ser captado por meio de várias evidências, quando analisamos tanto a produção dos pesquisadores quanto a organização dos PPGTs a partir das

transformações nas suas linhas de pesquisa. Captamos, ainda, outras metamorfoses na produção de conhecimento da área entre os pesquisadores, ao procurarem adaptar-se às demandas induzidas, advindas das recomendações da comissão de avaliação. A metodologia do Estudo de Caso proposta por Yin (2001) – principalmente nos elementos da contemporaneidade e possibilidade de captar a variedade de evidências – foi adequada para o propósito da nossa investigação.

O Estudo de Caso, portanto, capta uma particularidade específica que não é insular, ou seja, representa uma realidade historicamente situada. Lüdke e André (1986, p. 21) nos ajudam a compreender melhor quando alertam para o fato de que a “preocupação central ao desenvolver este tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular [...] o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade - multidimensional e historicamente situada”.

As autoras (1986) também reforçam que os estudos de caso enfatizam a interpretação em contexto. Para elas, um princípio básico desse tipo de estudo reside no fato de que, para uma apreensão mais completa do objetivo, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa.

De acordo com Pereira e Costa (2008), a diferença do Estudo de Caso de outras abordagens investigativas é em virtude da complexidade e especificidade do caso a estudar, os percursos empíricos precisam fazer uso de grande variedade de técnicas, de instrumentos e de fontes de coleta de dados como, por exemplo, as observações, as entrevistas, os questionários, os documentos, entre outras. Atendendo a essa consideração, nossa pesquisa teve várias fontes de dados como entrevistas com dois grupos, análises de documentos, de teses, dissertações e produção bibliográfica.

Ainda, de acordo com Yin (2001), dentro da proposta de Estudo de Caso, é possível fazer uso de Estudo de Caso **único** ou **múltiplo**. O Estudo de Caso único, é indicado quando o caso estudado representa uma situação rara ou extrema. Para o autor essa situação é muito mais comum no âmbito da saúde e é usada para casos patológicos incomuns. Uma outra situação para uso do Estudo de Caso único é quando o caso se mostra revelador, quando o pesquisador tem a chance de observar um fenômeno anteriormente inacessível à investigação. Com relação ao Estudo de Caso múltiplo, Yin (2001) considera que o estudo deve possibilitar a “replicação” (p. 68), ou seja, cada caso estudado deve ser escolhido de modo que preveja um conjunto de resultados semelhantes. A lógica da replicação pressupõe também uma rica estrutura teórica. Diante disso surge a possibilidade de construção de uma teoria - a partir

dos resultados comuns aos casos analisados – que irá contribuir para explicar e prever fenômenos assemelhados.

Para nossa pesquisa, fizemos uso do estudo de caso múltiplo, pelo fato de serem três PPGTs que atingem um conceito igual ou superior a 5 na Capes, conforme já citados anteriormente. Caracteriza-se um estudo de caso múltiplo pelo fato de - mesmo vinculados a IES distintas - são submetidos aos mesmos critérios de avaliação da Capes e partilham o mesmo campo de conhecimento: teológico.

### **1.3.1 Universo, amostra e coleta de dados**

Até o início da coleta de dados (abril 2011), seis eram os PPGTs recomendados pela Capes. Dentro desse universo, escolhemos aqueles que tiveram, nas quatro últimas avaliações trienais, conceitos Capes igual ou superior a 5. Dentro desse critério, compuseram nossa amostra três PPGTs das IESs citadas: EST, FAJE e PUC-Rio. A coleta de dados para análise foi realizada em duas fontes: análise documental e entrevistas

### **1.3.2 Análise documental**

A análise documental contemplou uma coleta de dados nos seguintes documentos:

- a) Fichas de avaliações trienais dos PPGTs em análise relativas aos quatro últimos triênios, nas quais constam as sugestões e explicações dos avaliadores com relação aos ajustes necessários que o PPG necessitou fazer ou elogios aos ajustes realizados (BRASIL, 2010b);
- b) Documentos de Área referentes à área de Teologia e à de Ciências da Religião dos quatro últimos triênios, nos quais consta um panorama dos PPGs dessa área, com relação ao triênio avaliado (BRASIL, 2011c);
- c) Propostas dos Programas referentes ao primeiro triênio, disponibilizadas pela Capes (1998-2000), onde consta o histórico de inserção dos PPGTs na Capes, detalhando os ajustes internos feitos para se adaptarem aos critérios de avaliação (BRASIL, 1998).
- d) Linhas de Pesquisa e áreas de concentração referentes aos quatro últimos triênios avaliados, em que constam o movimento e ajustes das linhas dentro de cada área de concentração (BRASIL, 2011e).

Além dos documentos disponibilizados pela Capes, foram pesquisados dados relativos à produção científica nos PPGTs, tais como:

- a) análise das revistas científicas de cada um dos PPGTs, em três momentos; o primeiro (de 1983 a 2000) que contempla o período em que os PPGTs ainda não estavam sob a recomendação da Capes e o período da primeira avaliação trienal de 1997; o segundo momento (2001 a 2006), em que foi possível perceber um movimento de adaptação mais intenso aos critérios de avaliação implantados pela Capes na segunda metade da década de 1990<sup>4</sup>; o terceiro momento que contempla as duas últimas avaliações trienais (2007 a 2010); nessa análise das revistas, buscamos identificar o número médio de artigos por publicação, a presença de números temáticos ou dossiês o percentual de autores vinculados ao PPGT, as temáticas mais recorrentes nos artigos. As revistas e seus respectivos PPGTs são: *Estudos Teológicos* (EST), *Perspectiva Teológica* (FAJE) e *Atualidade Teológica* (PUC-Rio).
- b) produção docente de dois professores mais antigos de cada PPGT com currículo atualizado em 2011, totalizando seis currículos analisados. Essa coleta foi realizada no *Currículo Lattes* dos docentes, buscando identificar a modalidade de publicações (artigos, livros, capítulo de livros, textos em jornais ou revistas), os locais de publicação, procurando identificar a endogenia e a internacionalização, a média anual de artigos publicados, as principais temáticas dos artigos, buscando diagnosticar a presença de novos temas ou não nas produções; a coleta foi realizada nos mesmos três momentos já citados no item referente às revistas;
- c) teses e dissertações dos Programas, nos três momentos citados, almejando analisar o número total e a média anual de defesas, o financiamento das teses e dissertações por meio de bolsas (Capes, CNPq e igrejas) e as temáticas abordadas.

---

<sup>4</sup>Conforme já ressaltado por Kuenzer e Moraes (2005), a partir de 1996, a Capes gestou um modelo de avaliação mais focado na produtividade, tendo a quantidade como meta. Os Programas, a partir desse período, precisaram se reorganizar para se adequarem a critérios de avaliação mais exigentes.

### 1.3.3 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas em dois momentos, com dois grupos, totalizando 22 sujeitos entrevistados. O primeiro grupo foi composto por dez sujeitos, sendo teólogos e pesquisadores, porém não vinculados aos PPGTs em análise. O objetivo desse primeiro momento foi obter um olhar mais amplo sobre o campo de conhecimento teológico. Nesse primeiro momento, recorremos ao primeiro curso de Mestrado e Doutorado em Teologia, sob recomendação eclesiástica do Brasil, vinculado à PUC-SP. Nesse Programa, escolhemos três professores que atuaram antes e depois da inserção do Programa na Capes e dois professores recentes que atuaram depois da entrada na Capes, e entre eles, o atual coordenador do PPGT. O objetivo foi identificar o olhar desses pesquisadores sobre o campo da Teologia no Brasil. Os outros cinco professores entrevistados nesse primeiro grupo foram: professor, vinculado ao PPG em Ciências da Religião da PUC-SP, que pesquisa sobre a entrada da Teologia no mundo acadêmico brasileiro; professor vinculado ao PPGT da PUC-RS, que fez parte de comissões de avaliação dos PPGTs, por isso contribuiu com um olhar panorâmico sobre a Teologia *stricto sensu* no Brasil e também no mundo, fazendo análises sobre a relação do Vaticano com o processo de Bologna e das dioceses brasileiras com os PPGTs; dois professores entrevistados, vinculados a um dos PPGTs em análise nos anos 1980 e 1990 (atualmente estão vinculados à UFRGS e Unisinos), que fazem uma análise externa desses Programas. Um desses professores, por ter sido presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), auxiliou-nos na compreensão do papel e importância dessas associações de pesquisa como mediação entre os PPGs e a Capes. Outra professora entrevistada é egressa de um desses PPGTs em análise (atualmente está vinculada à Unisinos) e contribuiu na contextualização histórica da Teologia do PPGT, no qual atuou. Essas entrevistas proporcionaram uma leitura do contexto dos PPGTs, das relações institucionais, Igreja e Estado, bem como evidenciaram contradições entre os professores mais antigos e os atuais no que se refere ao relacionamento com a Capes. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

O roteiro foi organizado com base em três aspectos: a Teologia antes e depois da Capes; a relação entre a confessionalidade (igrejas) e o Estado e o campo de conhecimento teológico (Anexo B). Neste trabalho, esses entrevistados são identificados como pesquisadores (P1, P2, por exemplo).

O segundo grupo de entrevistados foi composto por 12 sujeitos, sendo quatro de cada um dos PPGTs em análise (EST, FAJE e PUC-Rio). Entre esses quatro entrevistados, escolhemos dois professores<sup>5</sup> mais antigos do PPGT e dois coordenadores<sup>6</sup> (o atual e um ex) de cada PPGT em análise, totalizando, nos três PPGTs, doze entrevistados. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. O roteiro foi organizado observando os seguintes aspectos:

- a) objetos de estudo e linhas de pesquisa do PPGT (constituição e mudanças após a inserção no sistema Capes);
- b) organização dos PPGTs quanto às questões político-administrativas, organização de grupos de pesquisa, distribuição de orientadores e orientando, vínculo e enquadramento dos docentes, organização da produção docente, tempo de titulação, público dos Programas;
- c) relação do PPGT com Capes e igrejas;
- d) ganhos e perdas na produção do conhecimento teológico com a inserção dos PPGTs no Sistema Capes.

No texto da tese, esses entrevistados são identificados de acordo com sua IES como, por exemplo: (E1-EST); (E2-EST); (E1-FAJE); (E1-PUC-Rio), entre outras.

Na coleta de dados, tanto documental como as entrevistas, buscamos contemplar três momentos, conforme citados e que explicitamos a seguir com detalhes.

### 1.3.4 Momento 1 (1983 a 2000)

Buscamos contemplar o período em que ainda não era vigente o modelo Capes de avaliação centrado na intensificação da produtividade<sup>7</sup> e não havia um movimento de adaptação dos PPGs a esses critérios do

---

<sup>5</sup> O critério de escolha dos professores foi o tempo de vínculo ao PPGT, a fim de que pudessemos perceber o movimento nas suas produções antes e depois da recomendação do PPG pela Capes.

<sup>6</sup> O primeiro critério de escolha para o ex-coordenador foi pelo professor que coordenou o PPGT no período de inserção na Capes. Na ausência deste, o segundo critério foi um ex-coordenador com maior tempo de vínculo ao PPGT que se disponibilizasse a conceder entrevistas.

<sup>7</sup> Alguns autores identificam o período de meados dos anos de 1990 (1996 a 2000) como sendo um marco na avaliação da pós-graduação brasileira pelo fato de que a Capes adota um modelo que induz ao produtivismo e à competitividade entre os PPGs ao mesmo tempo que isso traz sérias consequências quanto ao perfil e à qualidade da produção científica. Entre esses autores, estão Bianchetti (2009), Sguissardi e Silva Jr (2009), Bianchetti e Sguissardi (2009) e Kuenzer e Moraes (2005).

modelo, que poderá ser verificado na avaliação trienal de 2001 referente aos períodos de 1998 a 2000.

Tal modelo repercutiu, de acordo com Bianchetti (2009), no descredenciamento de cursos/programas e rebaixamento de notas. Assim, hipoteticamente, consideramos que até início dos anos de 1990 os PPGs ainda não estavam submetidos a tanta pressão pela Capes e, diante disso, é um período em que as produções eram mais endógenas e voltadas à temáticas tradicionais da Teologia (cristologia, mariologia, sacramentos, dogmas da Igreja, vida de santos, entre outros), visto que esses PPGs da nossa amostra iniciaram suas atividades na pós-graduação *stricto sensu* apenas sob reconhecimento de suas igrejas. O período de 17 anos (entre 1983 e 2000) contempla, portanto, uma proximidade tanto com a fundação dos PPGs, que ocorreu entre 1972 e 1987, PUC-Rio – 1972, EST –1981, e FAJE –1987, quanto com o período de meados dos anos de 1990, em que a Capes, conforme Kuenzer; Moraes (2005) e Bianchetti (2009), adotou um modelo de avaliação que induz a uma maior produtividade, baseada fortemente na regulação e controle. Esses fatores induziram os PPGs a reorganizarem-se não mais só por critérios de sua própria área, mas considerando critérios avaliativos da Capes.

### **1.3.5 Momento 2 (2001 a 2006)**

O momento 2 refere-se ao período em que ocorreu o movimento dos PPGTs na busca pela adaptação aos critérios mais acirrados de avaliação implantados pela Capes no período de 1996 a 2000. Este momento contempla as duas avaliações trienais (2001 a 2003 e 2004 a 2006).

### **1.3.6 Momento 3 (2007 a 2010)**

Esse momento compreende o período referente à última avaliação trienal<sup>8</sup>, no qual foi possível analisar o efeito da indução Capes nos PPGTs e nas temáticas das produções, bem como a maneira pela qual

---

<sup>8</sup> Com relação às avaliações trienais, é importante destacar que, quanto aos conceitos atingidos pelos PPGTs selecionados na nossa amostra, constatamos que, na primeira (2001), segunda (2004) e terceira avaliação trienal (2007), todos os PPGTs mantiveram seus conceitos, sendo EST = 7, FAJE e PUC-Rio = 5. Na quarta avaliação trienal (2010), como indicamos, houve as seguintes alterações: a EST caiu de 7 para 6 e a FAJE subiu de 5 para 6. São evidências de um movimento que rompeu com a regularidade e que é também objeto de nossa análise.

ocorreu maior aproximação com as demandas atuais e a abertura de cursos de “Ciências da Religião”.

Salientamos que os períodos em análise, três momentos, têm o objetivo de averiguar as diferenças entre o processo de institucionalização, quando esses PPGTs estavam apenas sob regulação de suas Igrejas, e o processo de inserção na Capes, quando percebemos, a partir de 2007, os resultados de todo o trabalho de adaptação aos critérios de avaliação da Capes.

Diante do exposto, a delimitação temporal da coleta de dados ficou assim definida, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1:** Períodos da análise das produções teóricas nos PPGTs

Instituição do PPG / estado	Ano de criação do PPG	Ano de inserção dos PPGTs na CAPES	Coleta de dados	Coleta de dados	Coleta de dados
			<u>Momento 1</u>	<u>Momento 2</u>	<u>Momento 3</u>
Escola Superior de Teologia(EST) – São Leopoldo/RS	1981	1989	1983 a 2000	2001 a 2006	2007 a 2010
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia(FAJE) – Belo Horizonte/MG	1987	1997			
Pontifícia Universidade Católica/RJ – (PUC-Rio)	1972	1979			

Fonte: o autor.

#### 1.4 ESTRUTURA DA TESE

A Tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos dados gerais do trabalho e metodologia. No segundo, tratamos da estruturação da Teologia como campo de conhecimento, buscando inserir nesse processo a Igreja e, posteriormente, a universidade. Nesse capítulo, abordamos as transformações que ocorreram no papel desempenhado pela Teologia dentro da academia, desde o medievo até a modernidade pós-reforma. Em seguida, fazemos

uma reflexão sobre a institucionalização acadêmica da Teologia no Brasil, antes de seu reconhecimento. É possível compreender a tentativa da Teologia em legitimar-se como ciência, como sendo o *logos* da fé, ou seja, certa tentativa em definir seu estatuto epistemológico, afirmando-se confessional, ao mesmo tempo, no discurso de seus defensores, autoafirmando-se científica e imparcial. O conceito de campo de Bourdieu (2005) ajuda-nos a entender a especificidade do campo religioso, como um campo em constante movimento para manter-se vivo na sociedade e nas principais instituições de cada momento histórico. Também, é possível compreender como as grandes reflexões e sínteses teológicas produzidas pelos teólogos católicos repercutiram em princípios norteadores para os currículos dos cursos de Teologia e das próprias universidades nascentes no medievo. Verificamos que muitas universidades foram criadas pelos papas com o objetivo de tornarem-se um centro intelectual de combate às ideias reformadas. Vemos como a Teologia chega, então, ao fim da Idade Média como a responsável pela estruturação e legitimação de duas importantes instituições: a Igreja e a universidade. Novamente, o conceito de campo religioso de Bourdieu (2005) nos ajuda a entender como as crenças cristãs buscam se adaptar aos diferentes grupos que as adotam. É nesse momento que o teólogo cumpre uma função muito especial para a Igreja, de dar um caráter científico às verdades defendidas pelo catolicismo. Na trajetória da institucionalização acadêmica da Teologia no Brasil, refletimos sobre o peso da Igreja Católica, e mais especificamente da Companhia de Jesus, na definição do modelo pedagógico brasileiro, desde o período colonial até a entrada no ensino superior. Nesse item, podemos perceber a diferença das trajetórias protestantes e católicas no ensino superior e o período em que foram criados os primeiros cursos de bacharelado, mestrado e doutorado em Teologia. O conteúdo do capítulo contribui para visualizarmos o cenário da Teologia estruturada nas suas instituições confessionais, ou seja, é o que chamamos do período da institucionalização. Ao final desse capítulo, analisamos as manifestações dos entrevistados sobre a estruturação do campo de conhecimento teológico anterior ao reconhecimento civil dos cursos.

No terceiro capítulo analisamos a inserção da Teologia, em específico, a pós-graduação *stricto sensu* na Capes, ou seja, o período em que há um processo de adaptação e transformação de um perfil mais intraconfessional para um perfil mais acadêmico e científico. Entendemos como foi a trajetória institucional de inserção da Teologia dentro da sistemática da pós-graduação brasileira, já que ela estava sendo regida unicamente por parâmetros confessionais europeus.

Caracterizamos esse espaço no qual Igreja e Estado passam a dialogar, discutir e tentar buscar convergências no campo da educação, em especial quanto ao reconhecimento civil da Teologia. Nesse processo, percebemos os receios da Igreja em relação ao Estado, no sentido de temer ações regulatórias e impositivas ao campo teológico; e isso continua ocorrendo nos dias atuais. Essa relação entre Igreja e Estado é marcada pela disputa e discussão, sobretudo no que diz respeito à tentativa de elaboração de diretrizes curriculares para o curso de Teologia. Após essa contextualização geral do reconhecimento civil da Teologia, no capítulo, discorreremos sobre a inserção da Teologia na Capes e acerca da pós-graduação brasileira, contextualizando as políticas públicas de fomento e avaliação desse nível de ensino. Descrevemos o modelo de avaliação adotado pela Capes, objetivando esclarecer a especificidade e as exigências desse novo espaço em que a Teologia passou a fazer parte, bem como o posicionamento crítico de intelectuais brasileiros sobre esse modelo de avaliação adotado basicamente em meados da década de 90. Após essa caracterização da institucionalização da pós-graduação brasileira, são apresentadas as trajetórias dos PPGTs no processo de inserção na Capes. Num último momento, fazemos uma análise sobre as manifestações dos entrevistados quanto ao processo de reconhecimento civil dos cursos de Teologia no Brasil.

O Capítulo quatro é resultante de uma análise sobre documentos referentes ao processo institucional de inserção dos PPGTs disponibilizados no *site* da Capes e sobre as entrevistas concedidas pelos docentes vinculados aos PPGTs. Inicialmente, analisamos o olhar do corpo docente acerca do processo de inserção na Capes. Após a análise das entrevistas, investigamos as adequações internas promovidas pelos PPGTs a partir das recomendações da Capes por meio dos documentos: Proposta de Programa (BRASIL, 1998); Documento de Área (BRASIL, 2011c); Ficha de Avaliação trienal (BRASIL, 2010b). Compreendemos como ocorreu a criação de áreas de concentração e linhas de pesquisa, já que, sob recomendação de sua Igreja, os PPGTs possuíam outra estrutura. Ao final do capítulo, analisamos as considerações dos entrevistados sobre os pontos positivos e negativos desse processo de avaliação pelo qual os PPGTs precisaram se submeter. Esse capítulo auxilia a compreender quais foram as principais mudanças ocorridas na pesquisa e também no ensino da Teologia após a inserção na Capes.

No capítulo cinco, o objetivo é demonstrarmos as alterações provocadas pelo processo de inserção dos Programas na Capes no que se refere às revistas científicas, produção docente e discente. A análise da

produção foi realizada com três amostras: as três revistas dos PPGTs (*Estudos Teológicos* da EST, *Perspectiva Teológica* da FAJE e *Atualidade Teológica* da PUC-Rio); a produção de dois docentes, entre aqueles que foram entrevistados e as teses e dissertações defendidas no período de 1983 a 2009. Com relação às revistas, podemos perceber como – após se submeterem aos critérios de avaliação da Capes – sofreram grande transformação no seu perfil. Quanto à produção docente, nossa análise aponta para o aumento da produtividade, fator já destacado por Bianchetti e Sguissardi (2009), e as consequências dessas exigências para os docentes dos PPGTs, que precisam optar a qual “deus” querem servir: Estado ou Igreja. No que diz respeito à análise das teses e dissertações, vemos que há, após a inserção na Capes, um aumento considerável na média anual de defesas, bem como a ampliação do número de bolsas de estudo concedidas pelos órgãos de fomento.

As considerações finais sintetizam a pesquisa, apontando para novos horizontes e possibilidades de aprofundamento, de temáticas e problemáticas que foram surgindo no decorrer deste trabalho. Buscamos fazer uma síntese dos capítulos, demonstrando a relação orgânica entre processo de avaliação e processo de produção de conhecimento. Para isso, retomamos os conceitos que sustentaram as análises realizadas e dialogamos com novos autores, apontando novas possibilidades de pesquisa e investigações.

## 2 O CAMPO DE CONHECIMENTO DA TEOLOGIA

A Teologia é um dos campos mais antigos do conhecimento humano, pode ser remetido à Era mítica da humanidade na qual o conhecimento da realidade divino-mitológica era a única forma de entendimento da relação homem-natureza. Esse campo de conhecimento foi passando por várias transformações e processos de institucionalização que se funde com a filosofia no período grego e, posteriormente, torna-se independente e superior à própria filosofia.

A Teologia é um campo<sup>9</sup> do conhecimento que firmou suas bases epistemológicas no período medieval. Para Dreher (2004, p. 11), essa ciência representou a pretensão de um domínio intelectual no mundo. Mesmo considerada o berço das ciências, a Teologia não apresentou novidade: “ela apenas desenvolveu e fundamentou a posição que já lhe era atribuída, sem muita reflexão, nos primórdios da Idade Média”.

Há muita discussão sobre a relação da Teologia com a religião institucional. Existe uma única Teologia ou Teologias? Conforme explica Fischer (2008), etimologicamente, “teologia” é a fala a respeito de Deus. A palavra pode designar qualquer fala ou discurso dessa natureza, não apenas aquele que surge de um discurso metódico e sistemático sobre as verdades da fé. Tal reflexão referir-se-ia à Teologia no sentido restrito e específico da palavra ou também Teologia erudita, às vezes chamada, atualmente, de Teologia científica ou acadêmica. Contudo, afirma o autor:

O pensamento cristão, no entanto, não se refere apenas a Deus. Inclui um sem-número de assuntos e temas. Pensamento cristão é tudo o que foi pensado por cristãos e cristãs nos mais diversos momentos e lugares. Entendido dessa maneira, o campo do conceito torna-se ilimitado e seu conteúdo, vago; talvez nem sequer possa ser captado (FISCHER, 2008, p. 90).

---

<sup>9</sup>O campo teológico é um campo de forças e de interesses. Ora se constitui num campo de embates internos (entre teólogos e Igreja, como veremos mais adiante), ora num campo de luta externa, tanto para defender-se quanto para conquistar ou retomar seu espaço na sociedade e na academia. Por isso, trabalhamos o campo teológico na perspectiva do conceito de “campo” em Bourdieu (2007), que detalhamos adiante.

Diante dessa amplitude do conceito, abordamos a Teologia no sentido erudito, acadêmico e científico, ou seja, como um sistema de ideias produzidas institucionalmente para serem ensinadas. Assim sendo, trabalhamos o campo teológico com base nas Instituições tanto religiosas quanto civis: Igreja, Estado e universidade. Uma vez que abordamos especificamente a Pós-graduação em Teologia no Brasil, discorreremos sobre o assunto a partir de uma contextualização histórica, buscando esclarecer como a Teologia foi constituindo-se e estruturando-se como um campo de produção de conhecimento acadêmico.

Para a compreensão desse processo, é importante compreender que a legitimidade desse campo teológico do saber ocorreu numa relação indissociável com a universidade medieval.

## 2.1 A ESTRUTURAÇÃO DA TEOLOGIA COMO CAMPO DE CONHECIMENTO

A Teologia constitui-se no medievo como um campo estritamente definido e delimitado, com objetivos claros e determinados sobre sua função no mundo do conhecimento daquele contexto histórico. Durante mais de nove séculos, a Teologia conseguiu manter-se como um campo praticamente imutável e endógeno, no sentido de produzir e alimentar um mesmo conhecimento voltado apenas para os interesses intraeclesiais do cristianismo<sup>10</sup>. Com base em Bourdieu, Ortiz (1983, p. 122) afirma: “O campo científico enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. O entendimento do conceito de campo ajudar-nos a compreender a complexidade das relações de força que determinam o movimento do campo de conhecimento teológico.

Fazendo uma análise da trajetória da Teologia, é possível compreender essa dialética entre posições adquiridas e uma posição a

---

<sup>10</sup> Na maior parte do medievo, a própria nobreza e a população em geral ficavam submissas às ordens desse “campo” instituído do conhecimento. Os teólogos produziam um conhecimento que objetivava legitimar a Igreja como instituição dominante daquele período. Para Andery e outros (2007, p. 141), a “Igreja teve um importante papel na produção, veiculação e manutenção das ideias e na estrutura social vigentes na sociedade feudal”. A produção do conhecimento teológico era um fator fundamental para a manutenção dessas ideias legitimatórias de interesses da Igreja, pois, de acordo com a autora, o monopólio do saber permitiu o controle da veiculação e produção do conhecimento. Dessa forma, “toda a vida intelectual ficou subordinada à Igreja: a teologia, a filosofia e a ciência, traziam umas mais outras menos, a marca da religião.” (ANDERY et al., 2007, p. 142).

ser conquistada por meio da concorrência e da competição que hoje verificamos na busca dos Programas de Pós-graduação em Teologia (PPGTs) em alcançar um “lugar ao sol” no competitivo campo da pós-graduação. Bourdieu (2007, p. 69) assinala que a teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir “a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais como capital, investimento e ganho”; ou seja, quais serão os mecanismos usados para manter e conciliar o capital da Teologia adquirido em lutas anteriores com a busca de novos “ganhos” no mundo atual?

A Teologia é um campo do conhecimento que vem sofrendo grandes transformações e, na atualidade, busca um *status* acadêmico. Até o século XIII, foi compreendida como um saber, uma *sapientia*, numa clara distinção da *scientia*.<sup>11</sup> Na concepção de Zeuch (2006b, p. 6, grifo do autor), essa compreensão deve-se essencialmente a Agostinho (354-430), “o qual compreendia ocuparem-se as ciências com o que é terreno e passageiro, enquanto a *sapientia* procurava o bem supremo, o eterno, Deus”. Essa distinção, na verdade, remonta, em parte, a Aristóteles (384-322 a.C.), que compreendia a Teologia como ciência das coisas divinas, incorporais, imateriais. É preciso assinalar que Aristóteles apresentou a ideia de Deus como um primeiro motor, contribuindo, dessa maneira, para que a Teologia fosse sendo compreendida como um pensamento a respeito de Deus, inserindo-se, aí, uma defesa à indissociabilidade entre ciência e Teologia. A filosofia grega considerava a Teologia como uma das três ciências teóricas, juntamente com a matemática e a física.

Rodrigues (2004) salienta que, já na Idade Média, os chamados Pais da Igreja (Patrística) elaboraram grandes tratados teológicos para a defesa da fé cristã e, para tanto, buscaram fundamentos na filosofia

---

<sup>11</sup> Vários são os entendimentos sobre a Teologia. Como trabalhamos especificamente com Programas de Pós-graduação que professam a fé cristã, tomamos como base a concepção de Teologia dos cristãos, até mesmo pelo fato de que é essa Teologia (cristã) que possui relação com o meio acadêmico no Ocidente. Nessa perspectiva cristã, a palavra “Teologia” possui um significado subjetivo e outro objetivo. Para Latourelle (1971, p. 11), no sentido objetivo, “significa a ciência que tem Deus por objeto; no sentido subjetivo, a ciência que Deus mesmo possui e comunica aos homens por graça”. O significado “objetivo” contempla, portanto, a soma de conhecimentos humanos sobre Deus.

grega, como foi o caso de Agostinho, entre outros<sup>12</sup>. Essa busca de fundamentos filosóficos para as elaborações teológicas, no período medieval, foi fazendo com que a Teologia fosse construindo um perfil de ciência. Assim:

A partir deste momento, a Teologia é compreendida também como uma *scientia*. Qual é o motivo para esta evolução? Segundo Pannenberg, cuja Teologia é movida pela mesma motivação, foi o interesse constitutivo do pensamento cristão de certificar-se de sua verdade no campo do pensamento universal. Assim, o tema da cientificidade adquire sua importância para a autocompreensão da Teologia em sua relação com a realidade, reclamando ser uma proposta viável de conhecimento da verdade da realidade do mundo e do homem, da sua origem, do seu sentido e fim e de sua tarefa neste mundo. A questão da cientificidade da Teologia, então, não é tema secundário, mas ocupa um lugar preponderante para a autocompreensão da fé cristã desde o século XIII (ZEUCH, 2006a, p. 7, grifo do autor)

A Teologia foi construindo-se, desse modo, desde o medieval,

---

<sup>12</sup> Na luta contra o paganismo greco-romano e contra as heresias surgidas entre os próprios cristãos, no entanto, os padres da Igreja viram-se compelidos a recorrer ao pensamento racional e, por meio dele, procuraram dar consistência lógica à doutrina cristã. Entre os padres da igreja oriental, cujo centro era a Grécia, o papel desempenhado pela razão filosófica era muito mais amplo e profundo. Os principais autores desse período foram São Justino (100-160), mártir, professor cristão condenado à morte em Roma por volta do ano 160, Taciano (120-180), inimigo da filosofia e Teófilo de Antioquia (120-186). Entre os gnósticos, destacaram-se Marcião (110-160), que rejeitava o judaísmo e considerava antitéticos o Antigo e o Novo Testamento. No século III, floresceram as ideias de Orígenes (185-254), que elaborou o primeiro tratado coerente sobre as principais doutrinas da Teologia cristã. Clemente de Alexandria (150-215) expôs a tese segundo a qual a filosofia era boa porque consentida por Deus. Dentre os últimos padres gregos destacaram-se, no século IV, Gregório Nazianzeno (329-390), Gregório de Nissa (331-394) e João Damasceno (675-749). Os maiores nomes da Patrística latina foram Santo Ambrósio (340-397), São Jerônimo (347-420), tradutor da Bíblia para o latim, e Santo Agostinho (354-430), este considerado o mais importante filósofo de toda a Patrística. Além de sistematizar as doutrinas fundamentais do cristianismo, ele desenvolveu as teses que constituíram a base da filosofia cristã durante muitos séculos. Os principais temas que abordou foram as relações entre fé e razão, a natureza do conhecimento, o conceito de Deus e da criação do mundo, a questão do mal e a filosofia da história.

numa tentativa de afirmar-se como ciência. Segundo Passos (2008), a relação indissociável entre o crer e o compreender, formulada por Santo Agostinho, é herdeira dessa postura racional perante a realidade. Houve um encontro entre o *logos* grego e a sabedoria judaico-cristã que gerou uma nova configuração cultural e epistemológica. O cristianismo passou a adotar os caminhos da razão como necessários à justificação e à compreensão de si mesmo. “Essa dialética entre razão e fé fica evidente em S. Tomás onde a razão que se direcionara para a fé parece voltar e trazer a fé para interpretar o mundo.” (PASSOS, 2008, p. 118).

Ao abordar a especificidade do campo religioso, Bourdieu (2005) assinala que a racionalidade, entrando no campo religioso, teve a função também de auxiliar no processo de exegese dos textos bíblicos feita pelos sacerdotes. Dessa forma:

Houve a necessidade de conferir a mitos ou ritos tornados obscuros um sentido mais ajustado às normas éticas e à visão de mundo dos destinatários de sua prédica. Assim a filosofia e a Teologia passam a ser instrumentos dessa adaptação de um saber “desorganizado” para um saber sistematizado e teleologizado, ou seja com uma finalidade implícita (PASSOS, 2008, p. 35).

É importante destacar que essa caminhada de um saber transcendente (espiritual) que se aproxima do saber imanente (racional) ocorreu a partir de uma finalidade. De acordo com Soares e Passos (2008), a busca de recursos racionais para elaborar o discurso da Teologia foi articulada a finalidades éticas decorrentes da fé processada. Vamos compreendendo que o campo de investigação da Teologia foi sendo estruturando, buscando a ciência e a razão como servas<sup>13</sup> dela, ou

---

<sup>13</sup> Na Idade Média, Anselmo de Cantuária (1033-1109) desenvolveu o programa de uma Teologia científica – científica segundo os padrões de seu tempo. Para Fischer (2008, p. 85), “o programa pode ser caracterizado pela expressão latina ‘*fides quaerens Intellectum*’, a fé que quer (deseja) compreender sua própria ‘*ratio*’ (razão), a fé que quer captar essa ‘razão’ ‘com a inteligência’”. É um “querer” espontâneo, inerente à fé. Querer tal compreensão faz parte da natureza da fé. Não há, pois, antagonismo entre crer e compreender/pensar. Ao contrário, quem crê quer pensar para entender o que crê, segundo o programa de Anselmo. Para o autor, “a fé que quer compreender sua própria razão interna está localizada no tempo e no espaço, ou seja, em determinado contexto. A fé e o que lhe é inerente não podem ser separados do contexto em que estão inseridos. A fé quer compreender sua própria razão interna para que os crentes ‘estejam sempre prontos para responder a qualquer pessoa que pedir que expliquem’ sua fé”. Quer tais pessoas sejam cristãs ou não-cristãs, quer tenham ou não formação erudita. Ao querer compreender sua própria razão interna, a fé responde às pessoas que lhe dirigem suas perguntas; responde aos desafios que lhe vêm de dentro ou de fora da comunidade cristã.

seja, para atender às suas finalidades, entre elas, a principal foi tornar compreensível a Revelação e entender como esta se manifesta no mundo. Dessa maneira,

[...] as certezas da fé não significam segurança racional, mas apostam nas realidades que virão, das quais a Revelação é amostra graciosa da Verdade à percepção humana, sempre limitada, e desafio constante da interpretação humana em cada época histórica. A interpretação da fé é, simultaneamente, ato de fé e ato de razão, na medida em que busca, precisamente dar aos conteúdos da Revelação uma linguagem compreensível (SOARES; PASSOS, 2008, p. 13).

Ao preocupar-se em dar aos conteúdos da Revelação uma inteligibilidade, o campo de conhecimento teológico foi formando-se com o objetivo de prestar um serviço à legitimidade dos interesses doutrinários da Igreja, tentando fazer da racionalidade a sua serva. A Teologia foi constituindo-se como um campo de conhecimento superior, que fez com que todos os recursos da cultura medieval ficassem a serviço da fé. Nunes (1979, p. 169) cita um trecho da obra “*Vida de São Máximo*”: “Nós, rejeitamos essa insânia e dispomos da verdadeira física nas narrações históricas da Escritura; da verdadeira lógica na contemplação da fé e da verdadeira ética na prática dos preceitos divinos”. Houve, assim, uma sobreposição e incorporação do mundo temporal pelo pensamento teológico.

No campo teológico, surgiram as grandes sistematizações doutrinárias da Igreja expressas nas *Sumas Teológicas*. É importante salientar que todas as ideias de filósofos que adentrassem para o campo teológico ou eram duramente rebatidas pelos teólogos cristãos, ou absorvidas e ressignificadas, com base nos interesses institucionais da Igreja. Foi o que fez S. Tomás de Aquino (1225-1274) ao produzir a *Summa Teológica*, fazendo uso das ideias de Aristóteles, até então severamente recriminado pela Igreja por difundir uma concepção naturalista de mundo. O conhecimento teológico produzido por Tomás de Aquino tornou-se o grande fundamento para a Teologia que se desenvolveu no Ocidente: “A partir de São Tomás, a Igreja tem uma teologia e uma filosofia que se fundem numa síntese definitiva: fé e razão” (DE BONI, 2007, p. 8). A Teologia tornou-se um importante campo do conhecimento que deu legitimidade divina aos interesses da Igreja.

## 2.2 A TEOLOGIA COMO LEGITIMADORA DOS INTERESSES DA IGREJA

Nessa cosmovisão medieval, na qual Deus era o centro, a dimensão temporal era subsumida pela espiritual, ou seja, o objeto do conhecimento dos intelectuais da época era o mundo transcendente. Andery e outros (2007, p. 158) relatam que, ao admitir que o governo era de origem divina, que a legislação do Estado era para o bem do povo e que deveria haver uma submissão do governo em relação à Igreja, “Santo Tomás defende uma postura de passividade e obediência da sociedade frente à situação vigente”.

Teologia e Igreja compuseram, assim, uma relação íntima. A Igreja sustentava-se na sua tradição fundamentada em verdades ou dogmas de fé. Fischer (2008) salienta que a Teologia é mais ampla do que os dogmas, porém estes pressupõem um trabalho teológico. Para o autor, nem tudo o que temos de Teologia tornou-se dogma, porém,

o surgimento e o desenvolvimento dos dogmas não podem ser entendidos nem apresentados sem que se conheça a Teologia ou as Teologias que levaram à sua elaboração. Por isso, disse Harnack, o horizonte da história dos dogmas deve ser o mais amplo possível. De fato, sua “história dos dogmas” é uma monumental história da Teologia das épocas caracterizadas pelo cristianismo dogmático (FISCHER, 2008, p. 88).

Cabe, aqui, ressaltar que o grande papel e finalidade da Teologia medieval era fortalecer a instituição Igreja. Conforme Schuch Jr, (1998, p. 29):

Destaca-se como a religião, sempre associada à educação, transforma suas crenças originais a fim de adaptá-las aos interesses das classes dominantes e exigências do poder. A regra parece ser a mesma que compatibilizava a escravidão com o amor ao próximo e a igualdade dos homens perante Deus, pregadas pelo cristianismo.

Religião, produção do conhecimento (educação) e dominação compõem um conjunto de fatores indissociáveis na constituição do medievo. A crença era elemento fundamental para a dominação do povo

e legitimação dos interesses eclesiais. O método da escolástica<sup>14</sup> cumpria um papel importante na fixação das crenças necessárias à manutenção do poder eclesial. O processo de fixação da crença ocorria a partir da ênfase na memorização, pois o método da leitura e, posteriormente, da própria memorização desses textos teológicos, pressupunha que o processo de fixação dos conhecimentos iria promover um bom comportamento dos indivíduos que, ao agirem, a memória faria o papel de alerta às atitudes. De acordo com Le Goff (1984), a memória estava estreitamente ligada à religião. Ao estabelecer-se como ideologia dominante, a Teologia cristã fez surgir uma memória coletiva, ou seja, “o essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante” (LE GOFF, 1984, p. 24). Essa ideologia precisava, portanto, ser assimilada como um sistema de crenças legitimatórias de uma determinada ordem, no caso medieval, a ordem teocêntrica, na qual o mundo imanente é subsumido pelo mundo transcendente por intermédio de uma instituição terrena.

Com relação às crenças legitimatórias, Bourdieu (2005) discorre sobre os sistemas simbólicos como legitimadores do poder dominante; afirma que Weber e Marx entendiam que a religião cumpre uma função conservadora da ordem social, contribuindo para a legitimação do poder dos dominantes e para a domesticação dos dominados. “A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social” (BOURDIEU, 2005, p. 35). Para Dreher (2004) a doutrina cristã era vista como um sistema pronto e acabado, revestida de santidade e de um caráter imutável. A função do teólogo era a de, com muita sutileza e com meios adequados, penetrar e comprovar a lógica e a racionalidade desse sistema. Conforme refere o autor, “a Escolástica desconhecia aquilo que designamos de pesquisa teológica. Ela não fez o esforço de nos aproximar das origens da Igreja e de transmiti-las de maneira atualizada e objetiva às novas condições e situações” Eis a importância de contextualizarmos esse papel da Teologia no medievo, relacionando-a com a posição ocupada pela mais importante instituição religiosa da época, a Igreja Católica.

A concepção teocêntrica que dava superioridade ao mundo

---

<sup>14</sup> A denominação “escolástica” era usada para designar os professores das ciências nas escolas superiores. Segundo Dreher (2004), na Alta Idade Média, o conceito ganhou outro significado, que pode ser comparado à expressão que usamos, quando dizemos “fazer escola”. O que caracterizava esse ensino era que gerações inteiras ficavam presas à opinião de um único mestre. Na Idade Média Tardia, o método escolástico determinou todo o ensino teológico, todo o ensino da ciência.

transcendente em relação ao mundo terreno era a ideologia construída e disseminada pelos grandes teólogos desse tempo. Todavia, a defesa de tal matriz teológica ocorria porque a Igreja estava numa situação sociopolítico-econômica altamente confortável, gozando de tal hegemonia a ponto de não haver necessidade de intervenção que provocasse mudanças ou transformações nas relações de produção vigentes. A vida dos integrantes do clero, juntamente com a nobreza, da Alta Idade Medieval era marcada pela fartura em oposição às condições rudimentares e miseráveis dos servos. Bourdieu (2005, p. 53) afirma que, em uma sociedade segmentada, a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas próprias aos diferentes grupos ou classes acabou por favorecer à “perpetuação e para a reprodução da ordem social ao contribuir para consagrá-la, ou seja, sancioná-la e santificá-la”.

Dessa forma, o discurso ideológico, produzido e legitimado pela Teologia, buscava, por intermédio da concepção determinista de mundo, canalizar todos os anseios de felicidade e plenitude para o mundo divino pós-morte. Herdando uma tradição platônica, os teólogos defendiam a supremacia da alma em relação ao corpo e, portanto, o sacrifício e a ascese do corpo transformar-se-iam em benefício e riqueza para a alma.

O discurso teológico vigente estava imbuído da ideia de que, para um cristão, a felicidade é um dom de Deus, não obstante o homem deve procurá-la por intermédio da purificação da alma. Com base nas obras de Santo Agostinho, Novaes (1997) destaca que, para purificar sua alma, o homem precisa, obrigatoriamente, reconhecer a condição miserável da humanidade contraída com o pecado original. A ascese foi muito importante também para os platônicos e neoplatônicos, que influenciaram profundamente Agostinho.<sup>15</sup>

Para Santo Agostinho, o verdadeiro caminho para a felicidade não é humano, provém do Absoluto, de Deus. E onde está o “Absoluto”? Onde ele faz-se compreender? A compreensão desse Absoluto está no discurso teológico da Igreja. Havia, portanto, a tentativa de canalizar o anseio pela felicidade, por meio da busca da purificação do indivíduo para Deus, pela mediação da Igreja. Esse discurso e essa concepção teológica tinham por objetivo desvincular

---

<sup>15</sup> Os conceitos abordados por Santo Agostinho devem ser compreendidos à luz da Teoria das Ideias de Platão. Ao analisar a obra “*Cidade de Deus*” de Agostinho, Franco Jr (1984) considera que a cidade de Deus guarda relação com o mundo das ideias de Platão, pois contrapõe a existência de uma realidade concreta à de uma realidade transcendente, espiritual, perfeita. Na cidade terrena, o homem é o cidadão, e a Igreja representa a cidade de Deus, devendo, por isso, governar e ter superioridade sobre o Estado.

totalmente o indivíduo da produção social de sua existência, dando a este mundo material apenas uma função reparadora dos pecados. E aí o sacrifício apresenta-se como o principal caminho à reparação. Para Rubano e Moroz (2007) ressaltam Agostinho defende a ideia de que Deus tem poder absoluto sobre tudo o que ocorre no universo, e isso produz um espírito de acomodação e aceitação do que acontece no mundo, inclusive a aceitação do escravismo.

É nesse contexto que, na estruturação de um sistema simbólico, Bourdieu (2005) assinala que a religião exerce um efeito de consagração, convertendo em limites legais os limites e as barreiras econômicas e políticas efetivas, e contribui para a manipulação simbólica das aspirações que tende a assegurar o ajustamento das vivências às oportunidades objetivas. Dessa forma:

Inculca um sistema de práticas e representações consagradas cuja estrutura reproduz sobre uma forma transfigurada, e portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social (BOURDIEU, 2005, p. 46).

A Teologia exerceu, portanto, um papel fundamental na construção de um imaginário social, conseguindo fornecer à Igreja um *status* legitimado por um sistema simbólico. Segundo Rubano e Moroz (2007), a vida intelectual do medievo ficou subordinada à Igreja.<sup>16</sup>

Essa simbiose entre filosofia, Teologia e catolicismo proporcionou um grande acúmulo teórico e metodológico, provindo da própria escolástica, que exerceu influência nas áreas do conhecimento que surgiram posteriormente. Segundo explica Passos (2006, p. 167), “em termos epistemológicos, há uma racionalidade fundada na metafísica que dita as regras do jogo do conhecimento, sustentando de modo basilar todo seu edifício”. É um campo do conhecimento que ganhou corpo, estruturou-se numa perspectiva de perpetuação.

Para esse sistema manter-se indefinidamente era fundamental um projeto pedagógico de transmissão e inculcação dessas crenças. É, por

---

<sup>16</sup> O clero católico era quem dominava a habilidade da leitura e da escrita, controlando o sistema educacional formal no medievo, o que fez com que o monopólio do saber estivesse nas mãos da Igreja. Diante disso, de acordo com Andery e outros (2007, p. 142), todo o campo da produção do conhecimento contemplando a Teologia, a filosofia e a ciência estava permeado pela religião. Havia um domínio muito forte que se fazia sentir “na medida em que estes (os conhecimentos produzidos) não poderia em hipótese alguma contradizer as ideias religiosas” (ANDERY et al., 2007, p. 142).

isso, que os estabelecimentos eclesiásticos medievais como abadias, catedrais e paróquias deveriam manter uma escola para a formação dos jovens. Conforme Rossato (2005), quando a Igreja sentiu necessidade de formar seus clérigos, iniciou a fundação dos seminários, as escolas catedrais ou episcopais, as quais se constituíram na primeira fase da universidade, a qual seria, em consequência, colocada sob a tutela da Igreja.

### 2.3 TEOLOGIA, IGREJA E A ORIGEM DA UNIVERSIDADE<sup>17</sup>

Antes de entrarmos na relação específica entre a Teologia e a universidade, cabe destacar que a institucionalização do ensino da Teologia é anterior à criação da universidade<sup>18</sup> em si. O ensino da Teologia iniciou com Clemente de Alexandria (150-215) e Orígenes (185-254). Para Dreher (2004), Clemente buscou desenvolver uma Teologia baseada em conhecimentos filosóficos, procurando superar a tensão entre filosofia e fé na sua escola de catequese. Orígenes foi seu sucessor e transformou a escola em Escola de Teologia. De acordo com o autor, essa foi a primeira Escola de Teologia. Nela, reuniram-se copistas que escreveram e publicaram, fundamentando suas ideias no neoplatonismo. Em 529, fundou-se o primeiro mosteiro beneditino, no qual a biblioteca possuía um lugar central, onde foram reunidas as obras que puderam ser salvas dos bárbaros. Para Dreher (2004), da Antiguidade – de onde herdamos os textos patrísticos – à Idade Média, a Teologia, por intermédio da Igreja, edificou um longo processo de formação e institucionalização do ensino.<sup>19</sup>

A Teologia e a universidade possuem origens que podem ser

---

<sup>17</sup> Importa destacar que, no período medieval, dá-se grande importância à universidade. Para Bianchetti (2011, p. 22), a Idade Média “*es un período en el que se habla mucho de universidad y poco de lo que podríamos caracterizar como educación básica e incluso de educación popular*”.

<sup>18</sup> A palavra “universidade” provém do termo latino “*Universitas*” – termo designativo da corporação que tinha por ofício o trabalho intelectual. Para Vasconcelos e Sálvia (1978, p. 83), “seu escopo era a defesa de interesses comuns com regras próprias, hierarquia de membros, privilégios e isenções. [...] Elas tinham o ofício de investigar, entendido etimologicamente como *in vestigium ire*, ou seja, retomar os caminhos daqueles que no passado observaram, coletaram, refletiram para articular, comparar, incrementar e transmitir o acervo de conhecimentos recebidos”.

<sup>19</sup> A Igreja, durante o medievo, teve a primazia no mundo político e intelectual, além do religioso. Segundo Dreher (2004, p. 11), a Teologia expressou a pretensão de um domínio intelectual no mundo, como mãe das ciências. O método da escolástica fez da dialética “o princípio gerador da atividade intelectual europeia. Da Europa, ela foi exportada para os demais continentes”.

consideradas comuns. Passos (2006, p. 168) explica que “as sínteses produzidas nas universidades de modo particular a suma de Tomás de Aquino forneceram os parâmetros para as faculdades católicas do século seguinte”. O método da escolástica foi um fator importante para o surgimento da universidade. Dreher (2004, p. 9) afirma que, na Alta Idade Média, o conceito escolástica “pode ser comparado à expressão que usamos, quando dizemos: fazer escola”. De acordo com o autor, vários teólogos<sup>20</sup>, utilizando-se do método da escolástica, contribuíram para a valorização da racionalidade e não apenas da fé.

Soares e Passos (2008, p. 13) esclarecem que “a Universidade como lugar de produção e reprodução das ciências foi o espaço original da ciência teológica em seus primórdios.” Estabelecida essa vinculação, é importante ressaltar que, conforme Rossato (2005), o espaço universitário veio construindo-se em uma intrínseca relação com a Igreja, bem como cedendo lugar e criando condições para fazer da Teologia uma ciência superior às demais, instrumentalizando-a a serviço da Igreja no combate às heresias.

As primeiras universidades europeias foram católicas. De acordo com Zilles e Quadros (1993, p.10), “das 52 universidades criadas em 1400, 39 receberam a bula pontifícia de fundação”. A universidade de Paris, no século XII, surgiu com a responsabilidade de formação intelectual a serviço da Igreja<sup>21</sup>. Ao definir as funções dessa Instituição, o Papa Celestino III (papado: 1191 a 1198) desejava que se formassem

---

<sup>20</sup> Seguem abaixo alguns teólogos que, para Dreher (2004), marcaram a transição de uma teologia racionalizada, abrindo caminho para o surgimento da universidade:

Anselmo da Cantuária (1033/34-1109): concentrou-se na capacidade argumentativa da razão. Para ele, fé e razão permanecem unidas.

Pedro Lombardo (1100-1160): sua virtude estava em expor opiniões, sem tomar posição, possibilitando, assim, que o leitor possa, ele próprio, pensar e posicionar-se.

Pedro Abelardo (1079-1142): estava convencido de que o uso da razão é justificado e necessário. Enquanto Anselmo ensinava que precisamos crer para compreender, Abelardo ousou afirmar que precisamos compreender para crer. “O interesse de Abelardo estava voltado para a ciência e para o direito de fazer ciência, investigando” (DREHER, 2004, p. 19)

Bernardo de Claraval (1090-1153): participou, assim como Abelardo, das profundas mudanças que aconteceram na Europa do século XII.

Tomás de Aquino (1225-1274): não foi o primeiro teólogo a ocupar-se com Aristóteles, mas o primeiro a usar abrangentemente os escritos lógicos deste, metafísicos e aqueles dedicados às ciências naturais.

Guilherme de Ockham (1300-1349): Para ele, não é o intelecto que tem a primazia no ser humano, mas a vontade. Para o Estado e a sociedade, é decisiva a formação da vontade dos indivíduos, e não um dogma religioso.

<sup>21</sup> De acordo com Dreher (2004), Bolonha e Paris (1174) foram as primeiras universidades; Oxford (1214), Cambridge (1209), Pádua (1222), Nápoles (1224) Toulouse (1229), Coimbra (1288), Salamanca (1220) foram as seguintes.

teólogos para administrar e defender a Igreja. Para Rossato (2005, p. 26), “a Universidade de Paris foi constituída especialmente como uma universidade para o ensino da Teologia, a mãe das ciências”. Foi nessa universidade que os teólogos ganharam certo reconhecimento como corpo social. Na concepção de Comblin (1969), a origem do corpo social dos teólogos apareceu mais concretamente na Faculdade de Teologia da Universidade de Paris, foi onde se formou essa classe social nova, os doutores, os teólogos, destinados a desempenhar um papel importante na história eclesiástica a partir de então. Conforme o autor, até mesmo a Igreja começou a defender a ideia, a partir do IV Concílio de Latrão (1215), de que cada Igreja metropolitana mantivesse um teólogo que fosse responsável pela formação dos sacerdotes. O autor também ressalta que a Universidade de Paris promoveu certa separação entre a Teologia e a busca da santificação, ou seja, os teólogos deixaram de preocupar-se com sua própria santidade, com sua vida de fé e até mesmo com o povo, passando a dedicarem-se ao exercício e à conquista de poder dentro da Igreja

A Teologia assumiu a função de uma ciência “imperialista” – se assim podemos falar –, sob o manto da qual a produção do conhecimento tinha de se abrigar. De acordo com Nunes (1979), as universidades com seus estatutos, contemplando sua organização jurídica e graus acadêmicos, surgiram no seio da cristandade medieval. Sendo assim, não é possível separar a criação da universidade da instituição Igreja, pois o clero, juntamente com a nobreza, era o grupo dominante daquele momento histórico.<sup>22</sup> Para o autor (1979, p. 212), “a nova instituição pedagógica medieval formou-se em consequência do desenvolvimento das escolas episcopais, dos novos métodos didáticos, do aumento do saber em virtude das traduções [...] e da proteção dada ao ensino por papas [...]”. Essas evidências históricas apontam-nos dois elementos: o fato de que a universidade nasceu de um processo simbiótico com a Igreja e, num segundo olhar, que essa simbiose proporcionou a produção – pela universidade – de um conhecimento útil a esta parcela do grupo dominante: o clero. Esse processo de instrumentalização manifestou-se pela criação do curso de Teologia como o primeiro curso instituído nessa universidade e, para isso, foi decisivo o fato da cosmovisão nesse período estar ancorada no

---

<sup>22</sup> Mesmo considerando a estreita vinculação entre universidade e Igreja, cabe destacar que as universidades, para Vasconcelos e Sálvia (1978, p. 84), mais do que transmitir ensinamentos da Igreja, “se desenvolveram como um espaço para o aprofundamento do pensamento racional e da filosofia da tradição clássica.”

teocentrismo, estando implícito, nessa perspectiva, um ideal de homem. Assim sendo:

Durante todas as fases da Idade Média perdurou o ideal clássico quanto à formação da personalidade devendo observar-se [...] o propósito de se plasmar o perfeito cristão, o discípulo de Jesus Cristo que procura a felicidade eterna através da crença no Evangelho, da prática dos mandamentos, por meio do constante aumento da vida em estado de graça, da vida sobrenatural iniciada com o batismo (NUNES, 1979, p. 100).

O processo de instrumentalização do conhecimento ocorreu quando essa cosmovisão dominante, esse ideal de homem – convergente com o da nobreza – transferiu-se para as instituições de ensino. Bourdieu (2005, p. 70) evidencia que há uma relação indissociável entre a ordem no mundo político terreno e a “ordem” construída pela Igreja a partir de uma origem transcendente. “A Igreja contribui para a ordem política, ou para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica”. Bourdieu, ao falar da inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação, conferidos às estruturas políticas, afirma que essa inculcação exerceu o papel de naturalizar as estruturas e o consenso acerca da ordem do mundo. Há uma inculcação de esquemas de pensamento comuns. O autor cita a cosmologia aristotélica como um esquema de pensamento inculcado no mundo ocidental, que passou a constituir-se como o sistema simbólico legitimador da ordem, que hierarquicamente se desloca, desde o Absoluto (primeiro motor móvel), passando pelo Papa, cardeais, príncipes, vassallos e até a natureza orgânica. É um sistema simbólico eterno e imutável. Bourdieu acredita que a Igreja mantém a ordem simbólica não pela imposição de uma ordem mística, mas sim pela transmutação para uma ordem lógica. Há, então, um processo de naturalização das relações de ordem por meio da instauração de uma “correspondência entre a hierarquia cosmológica e a hierarquia social ou eclesiástica e também pela imposição de um modo de pensamento hierárquico, que reconhece a existência de pontos privilegiados no espaço cósmico e político” (BOURDIEU, 2005, p. 71). Essa tentativa de naturalizar a hierarquia e inculcar uma cosmovisão necessitou da institucionalização de um processo pedagógico, por isso que o curso de

Teologia se tornou o carro chefe da universidade nascente no período medieval. Constatamos que a universidade e, mais precisamente, o curso de Teologia, foi estruturando-se de forma que respondesse ao contexto de uma época, contexto marcado pela hegemonia da Igreja que impunha sua doutrina. Para Comblin (1969, p. 81):

Interessava-lhe mais a doutrina do que a ciência. [...] A finalidade da Teologia foi a de conhecer todas as proposições reveladas e as proposições vinculadas à revelação. [...] Para com os intelectuais e o seu espírito crítico, a atitude da Teologia clássica não podia ser outra que a de desconfiança. [...] A Teologia escolástica é um auxiliar utilíssimo para as definições da realidade sobrenatural.

Desde o medievo, o campo de conhecimento da Teologia esteve a serviço da Igreja, voltando-se ao sobrenatural e tendo nos intelectuais e cientistas declarados ou potenciais inimigos. A preocupação dos teólogos era combater as ideias que contrariassem os dogmas<sup>23</sup> cristãos. Dessa forma:

A Teologia escolástica se preocupou cada vez menos com a sua conciliação com as ciências e a filosofia naturais. [...] Sua única relação com as ciências naturais e as filosofias modernas será a relação do Magistério: condenar as conclusões falsas e incompatíveis com o dogma cristão (COMBLIN, 1969, p.13).

Essa condenação das ideias incompatíveis com o dogma cristão precisava também de uma organização lógica, por isso é também preciso considerar que, no período medieval, buscaram estruturar a Teologia como ciência. Fato esse que verificamos, principalmente, quando analisamos o pensamento de Agostinho e Tomás de Aquino. Havia um

---

<sup>23</sup> De acordo com Fischer (2008, p. 87), “dogmas podem ser compreendidos como definições teológicas formais de enunciados fundamentais da verdade cristã, proclamadas por concílios universais ou, na Igreja Católica Romana, desde meados do século XIX, também por papas”. São enunciados fundamentais normativos que comprometem a todos(as), dentro da própria igreja. Para o autor, são verdades doutrinárias definidas pela Igreja como expressões legítimas e necessárias da fé. Nesse sentido, o conceito de “dogma” tem seu lugar apropriado nas igrejas que representam o cristianismo dogmático, ou seja, as Igrejas Ortodoxas e a Católica Romana.

distanciamento e reprovação para com o pensamento científico naturalista que se opunha às verdades da fé, porém buscava-se, no método científico, a lógica da racionalidade para explicar e atender aos interesses de legitimação das verdades da Igreja.

#### 2.4 A MISSÃO DA TEOLOGIA INSTITUCIONALIZADA NA ACADEMIA: DO MEDIEVO AO MODERNO “REFORMADO”

Na trajetória da estruturação do campo de conhecimento “Teologia”, um passo decisivo foi a sua institucionalização. Essa “Ciência”, ao atingir o *status* de um conhecimento superior e único, estabeleceu seu método de ensino expresso na escolástica e posteriormente alicerçou suas bases em duas instituições congêneres, a Igreja e a universidade nascente. A Teologia conseguiu, dessa forma, atender às duas demandas, uma mais interna, voltada à formação de sacerdotes e outra na formulação teórica dos dogmas que defendessem a Igreja dos hereges. Seriam duas competências que a Teologia precisava dar conta. Ao falar sobre a estrutura da distribuição do capital religioso, Bourdieu (2005, p. 40) afirma que existem tipos opostos de competências religiosas: de um lado, aqueles que detêm o “domínio prático” de um conjunto de esquemas de pensamento numa modalidade pré-reflexiva e, de outro, aqueles que detêm o “domínio erudito” formado por especialistas pertencentes a uma “instituição socialmente incumbida de reproduzir o capital religioso por uma ação pedagógica expressa”. Aqueles que detêm o domínio prático seriam os sacerdotes, e os detentores do domínio erudito seriam os intelectuais teólogos que atenderiam a funções externas da instituição religiosa.

Ao abordar a especificidade da legitimação de um campo religioso, Bourdieu ressalta a necessidade de uma ação pedagógica, o que nos faz entender, então, o surgimento da universidade nesse contexto. De acordo com Rossato (2005), a universidade foi inspirada no medievo cristão, sob a proteção da Igreja, teve como base a Teologia, o que acarretou, mais tarde, o interesse eclesial em fundar universidades com o objetivo específico de garantir a integridade da fé católica contra as heresias.

A Teologia chegou, portanto, ao fim da Idade Média como a responsável pela estruturação e legitimação de duas importantes instituições para o período: a Igreja e a universidade, e esta assumiu também o papel de serva do clero por intermédio da Teologia. Conforme menciona Rossato (2005, p. 26), para mostrar fidelidade à Igreja católica, a universidade se autodenominava “mãe de todas as ciências e

madrasta das heresias”. A Universidade como uma importante instituição que se perpetua até os dias atuais acabou sendo, por intermédio da Teologia, um novo espaço de sobrevivência e legitimação dos interesses da Igreja. Segundo Bourdieu (2005, p. 52), as crenças e práticas designadas cristãs devem sua sobrevivência ao longo do tempo “à sua capacidade de transformação à medida que se modificam as funções que cumprem em favor dos grupos sucessivos que as adotam”; ou seja, para um público mais erudito e elitizado que buscava um conhecimento universitário, a Igreja passou a exercer, por meio da função do teólogo, não mais e simplesmente a administração do ritual e do culto, mas a transmissão de uma verdade teologizada. Há, assim, a continuidade de um trabalho teológico que perpetua o capital religioso:

O trabalho religioso necessário para garantir a perpetuação deste capital somente pode ser assegurado por meio de um aparelho de tipo burocrático que seja capaz, como por exemplo, a Igreja, de exercer de modo duradouro a ação contínua necessária para assegurar sua própria reprodução ao reproduzir os produtores de bens de salvação e serviços religiosos, a saber, o corpo de sacerdotes, e o mercado oferecido a esses bens (BOURDIEU, 2005, p. 59).

Esse trabalho burocrático que assegurou a institucionalização da Teologia como a mãe de todas as ciências, por meio da universidade, fez com que a Igreja tenha, nessas instituições, um importante espaço de perpetuação de suas verdades e interesses políticos. No ano de 1244 em Roma, por exemplo, o Papa Inocêncio IV (1243-1254) fundou a Universidade de Roma com o objetivo de converter judeus e turcos. De acordo com Rossato (2005), no final do século XIII, havia 22 universidades constituídas por toda a Europa, gozando de grande prestígio, fomentando, assim, o desenvolvimento da Teologia como uma relevante área do conhecimento. A Igreja incentivava as novas corporações de estudo como meio de aprofundamento de sua sagrada doutrina. Passos (2010) relata que a Igreja mantinha sua hegemonia dentro das universidades – e, conseqüentemente, perante imperadores e reis – uma vez que concedia as licenças por meio dos diplomas pontifícios. Dessa forma, a Teologia revigorava-se no seio da universidade.

A Teologia, entendida como curso superior, nasce

junto com a Universidade e mistura-se com seu projeto, do ponto de vista teórico, pedagógico e político. A universidade recebe uma tradição de longa data, que estimula a razão a investigar a realidade em nome da inteligência e da fé. [...] Vale observar que a Teologia gozou de uma relativa autonomia investigativa dentro das universidades (PASSOS, 2010, p. 26).

A caminhada histórica da universidade e a da ciência não podem ser dissociadas da Igreja e da Teologia. Porém, explica Comblin (1969), a partir do século XIV, com o desenvolvimento do Humanismo, uma nova relação estabeleceu-se entre a ciência e a Teologia, em que os humanistas começam a construir críticas sobre os documentos e personagens da Igreja: a Bíblia, as bulas, os considerados Santos Padres e a própria história eclesiástica. Nesse sentido, é necessário ter presente que

as ciências positivas experimentais se desenvolveram em grande parte num ambiente de crítica e de emancipação da visão de mundo proposta a priori pelos teólogos. Estes cederam, deixando aos cientistas a sensação de uma vitória ou de uma conquista. [...] No século XIX explodiu a concepção tradicional da vida e do mundo vivo; o triunfo da teoria da evolução foi a segunda revolução copernicana, o segundo choque contra a concepção bíblica e escolástica. Na mesma época surgiram as ciências sociais e expulsaram as noções mais tradicionais sobre a sociedade. Assim é que se formaram as filosofias empiristas e positivistas, destinadas a criticar a visão teológica do mundo (COMBLIN, 1969, p. 89).

O período em que o pensamento religioso/teológico foi perdendo espaço está associado ao advento da Modernidade, no qual o teocentrismo foi dando lugar ao antropocentrismo. Conforme Bianchetti (2011, p. 25) “*en esse momento histórico se destaca la materialización del Renacimiento como um movimiento que refuerza la ruptura com todo lo que significó la Edad Media*”. O paradigma antropocêntrico atribui ao homem as características antes (no paradigma teocêntrico) pertencentes a Deus. Essa cosmovisão acelerou e motivou o processo de separação

Igreja e Estado<sup>24</sup>.

Piozzi (2004), ao analisar a Modernidade e a concepção de instrução pública de Condorcet (1743-1794), assinala que este exclui de seu projeto as faculdades de Teologia, argumentando que tal saber se torna fonte de domínio sobre a grande massa dos homens comuns. Se antes o clero buscou nas elaborações teológicas sua sustentação, a classe burguesa buscou, nesse momento, nos seus teóricos. Para Bianchetti (2011, p. 33), a ciência experimental afetou a lógica construída pelo pensamento teológico no medievo: “*la ciência experimental [...] debilita seriamente a la metafísica como caminho a dar respuesta a las grandes cuestiones que los modernistas proponiam*”. Andery e outros (2007) consideram que o período medieval dominado pelo pensamento cristão – entra num período de transição. No campo econômico, verificamos a passagem do feudalismo para o capitalismo, que não foi um processo natural, mas sim marcado por muita violência na disputa por domínio, hegemonia. Segundo esses autores, essa transformação – do sistema feudal para o capitalista – significou a substituição da terra pelo dinheiro e toda a transformação econômica e mudança de modo de produção acarretaram mudanças nas instituições e nas próprias formas de pensamento. “Na medida em que o regime social entra em processo de decadência, há a tendência de substituição das ideias a ele relacionadas por outras mais condizentes com o momento vivido” (ANDERY et al., 2007, p. 174). Nesse contexto de transformação econômica, precisamos compreender a importância da influência do Humanismo e do Iluminismo para a Teologia, fazendo-a tornar-se uma nova ciência que tem como fundamento a crítica da revelação cristã.

No século XIV e no XV, as universidades continuaram expandindo-se, porém cabe ressaltar, aqui, a mudança do papel da Teologia nessas instituições. Houve uma diminuição do poder da Igreja, especialmente no século XV, e uma caminhada da universidade rumo à sua laicização:

---

<sup>24</sup> Com o declínio da Idade Média, ocorreu uma reorganização dos Estados em bases nacionais. Para Lopes (2003, p. 38): “Buscava-se um poder central com governos fortes, servidos por forças militares e civis, em oposição ao domínio de um governo religioso universal, conforme o proposto até então pela Igreja. [...] Assim, com a queda do feudalismo e o surgimento dos Estados centralizados, o poder da Igreja entrou em conflito com o Estado.” O autor (2003, p. 38) ressalta que, na luta burguesa contra os obstáculos criados pela Igreja e o crescente fortalecimento do poder dos reis, “estes se viram apoiados pelos reformadores protestantes, de forma que houve uma colaboração mútua entre Reforma e os reis burgueses em ascensão.”

As universidades constituíam-se como um terceiro poder diante dos conflitos entre a Igreja e o Estado. [...] A autonomia em relação à Igreja encaminharia, posteriormente, a laicização da Universidade, pois o fato de ser clérigo no final da Idade Média não tinha o mesmo peso e importância dos séculos XI e XII (ROSSATO, 2005, p. 34).

A partir do século XVI, as universidades foram consolidando sua independência em relação à Igreja e com o movimento da Reforma; a Teologia passou a subdividir-se em protestante e católica<sup>25</sup>. É importante salientar que os Reformistas também atribuíam à educação um papel importante. Para Bianchetti (2011, p. 34-35):

*[...] hablar de la Reforma y de La Contra-reforma es hacer referencia a un movimiento de desacralización o hasta de profanación, por la parte de los reformistas y de tentativas de resacralización de posturas o del modus operandi de la iglesia católica, por parte de los contra-reformistas.*

As transformações ocorridas na Europa com o Renascimento contribuíram para o avanço da Reforma naquele continente. Lopes (2003) ressalta que a Reforma trouxe algumas reflexões que afetaram o próprio contexto educacional, pois, para Lutero, uma maneira de formarem-se bons fiéis seria por meio da educação, a qual deveria ser

---

<sup>25</sup> Martinho Lutero (1483-1546), com a “Reforma Protestante”, quebrou a unidade cristã da Europa Ocidental. De acordo com Mainka (2008), a “Reforma Protestante” consistia em várias reformas, cada uma delas abrindo o seu próprio caminho para a salvação. Para o autor, se Martinho Lutero estava no início de todas essas reformas ou estas se realizavam independentemente da pessoa de Lutero, é assunto discutido pela historiografia atual. A antiga certeza sobre questões da fé tinha acabado e cada um tinha que se certificar da sua própria salvação. Isso resultou num clima de lutas e combates que abalaram toda a Europa. Com Lutero, com seus adeptos e partidários, assim como com os seus rivais e adversários, a necessidade para todo indivíduo humano de pensar e repensar a fé e a religião espalhou-se pelos territórios alemães, pelos países vizinhos e pelo mundo inteiro. “Devido ao rompimento da unidade cristã da Europa Ocidental, a Reforma Protestante provocou uma série de mudanças que foram levadas para o mundo moderno: a gênese de confissões diferentes, com isso, a relativização das verdades religiosas, até então consideradas absolutas; a secularização, isto é, a separação entre Estado e religião, até então entrelaçados indissociavelmente” (MAINKA, 2008, p.14).

gratuita e universal. Conforme o autor, também Calvino (1509-1564), posteriormente, defendeu o acesso à educação<sup>26</sup>, argumentando que a ignorância é a raiz de todos os males. Todos, no entanto, mantinham a Bíblia como o livro fundamental.

Alguns teólogos destacam que, mesmo havendo uma perda considerável de espaço por parte da Igreja, a Teologia tentou sobreviver no movimento chamado “Segunda Escolástica”, a qual, de acordo com Storck (2010), também é conhecida como escolástica moderna, escolástica tardia ou, ainda, escolástica barroca, e vai de 1500 a 1800. Ela caracterizou-se pela necessidade de repensar a compreensão cristã do ser humano bem como as bases de sua convivência em sociedade diante das grandes transformações que atravessaram o período, mas também em face das mudanças provocadas pela reforma religiosa e pelos novos modelos científicos surgidos nos séculos XVI e XVII. Segundo Passos (2006), a Teologia pós-reforma desdobrou-se em duas práticas curriculares:

A escolástica católica e as escolas reformadas, ambas resistentes ao pensamento moderno, e cada vez mais fixadas em seus princípios internos e em suas funções eclesiais. A primeira vai consolidar-se como um sistema fixo a serviço da ortodoxia católica, a segunda vai produzir uma hermenêutica paradoxal centrada na literalidade do texto e ao mesmo tempo na liberdade do sujeito leitor.

A Teologia, nesse momento, sendo um campo de disputa entre dois grupos de cristãos, novamente foi buscar as universidades como espaço de propagação de suas verdades. É relevante, aqui, destacar que a Teologia protestante, de acordo com Rossato (2005, p. 48), fundou suas universidades mais especificamente na Alemanha, Suíça, Inglaterra, Estônia e Finlândia, para difundir a Teologia protestante. A resposta da

---

<sup>26</sup> A Reforma Protestante não provocou transformações apenas no âmbito religioso ou teológico, também cumpriu um importante papel na defesa do acesso universal e gratuito à educação. Para Lopes (2003, p. 24), “o conceito educacional dos reformadores sempre preconizou o que hoje denominamos direito à educação. Nesse sentido podemos assinalar que a Reforma trouxe grandes avanços relativos às ações e às reflexões a respeito da educação para todos”. O autor enfatiza que Comenius sofreu a influência de um pré-reformador, John Huss, que apregoava a necessidade de ser fiel às Escrituras e que elas deveriam ser traduzidas para a língua materna dos povos. “O pressuposto era que para ler a Bíblia a educação seria necessária e assim, Comenius, seguindo os reformadores Lutero e Calvino, compreendia a importância da educação nesse aspecto” (LOPES, 2003, p. 25).

Igreja Católica foi expandir universidades nas áreas sob o controle dos reis católicos, na Espanha, Portugal, Itália, França, Holanda, Áustria e outros países. E os reis, por outro lado, também buscavam beneficiar-se da Teologia no processo de colonização de outros países. Rossato (2005, p. 71) afirma que “a primeira cátedra de Teologia na América foi criada em 1532 em Santo Domingo, atual República Dominicana”. Segundo o autor, a criação dessa cátedra seria uma ponte para os conquistadores na colonização do Novo Mundo. Dessa cátedra, surgiu, mais tarde, a Universidade de Santo Domingo. Também, em 1553, foi criada, pelo Rei Carlos V, a Universidade do México, na Cidade do México, com duas cátedras de Teologia. Posteriormente, tal Universidade foi entregue ao controle da Igreja Católica. É significativo salientar que, conforme o autor, todas as universidades criadas na América eram modeladas com base nos estatutos da Universidade de Salamanca, e que uma das matérias obrigatórias naquela universidade era a Teologia. No século XVII, mais de seis universidades foram criadas na América Latina, as quais, entre seus objetivos, de acordo com Rossato (2005, p. 74), tinham como missão a conversão dos gentios. “A atividade missionária era intensa, tornando-se difícil distinguir a ação missionária – catequese, missão – da ação educadora, instrução”.

Mesmo com esse empenho do protestantismo e do catolicismo na defesa de suas verdades, a Teologia não assumiu a mesma centralidade que havia conquistado na Idade Média, pois as novas descobertas no campo das ciências naturais começaram a interessar mais do que as disputas no campo da fé, da religião.

Em síntese, conforme esclarece Passos (2010, p. 27), na universidade moderna, a Teologia foi sendo expulsa: “A Teologia, sendo coisa de Igreja e servindo apologeticamente a ela, não tem mais lugar dentro do novo contexto epistemológico que se sustenta na ideia da autonomia absoluta da razão em relação à fé”. A Teologia foi, dessa maneira, ficando reduzida novamente à esfera da Igreja. Para Ambrósio (2008), do período medieval em diante, a Teologia foi a elaboração teológica latino-romana. O essencial da Teologia dogmática já havia sido conquistado (trindade, cristologia). Também, já havia uma doutrina antropológica desenvolvida (graça, liberdade), que pouco mudou até o século XIX.

Constata-se, que a Teologia perdeu um espaço considerável na sociedade pelo fato de que a ciência se tornou praticamente

independente da Igreja<sup>27</sup>, canalizando todos os esforços em áreas do conhecimento compatíveis com o desenvolvimento econômico. E, nesse novo contexto, ela precisou disputar espaço com outras ciências dentro das instituições de ensino para não ficar reduzida à Igreja. Muitos teólogos discutem, atualmente, sobre o papel e o lugar da Teologia. O teólogo Hammes (2004), ao abordar a concepção teológica do jesuíta Karl Rahner, afirma que este entende que o cristianismo precisará acompanhar e compreender as mudanças culturais; deverá, sempre mais, adaptar-se a novas realidades locais, que serão sempre menos hegemônicas. Assim, a Teologia deixaria de ser tão abstrata e especulativa para corresponder melhor às urgências das perguntas do tempo.

Em outras palavras, Rahner aponta aqui para o caráter prático a ser implementado pela Teologia, na medida em que se preocupa com os problemas reais, e não imaginários, das pessoas. Na perspectiva do futuro, Rahner também retoma a questão da Teologia Política. Sua razão está no fato de o sujeito interlocutor da Teologia ser também um ser social, e como tal, quaisquer afirmações sempre terem alguma relevância social e política (HAMMES, 2004, p.15).

É possível perceber que a Teologia terá de acompanhar as transformações de seu tempo e adaptar-se. Sobre isso, também Passos (2006) ressalta que essa Teologia, quando entrou em contato com as ciências modernas, despolarizou, gradativamente, a distinção rígida entre Teologia católica e Teologia reformada. Os teólogos do século XX, tanto protestantes como católicos formularam seus sistemas em contato e diálogo com o contexto cultural.

Para Comblin (1969, p. 95), “a Teologia ciência que emerge no

---

<sup>27</sup> Cabe salientar que no período moderno, no qual começa a imperar a hegemonia do racionalismo, é possível perceber a influência do pensamento teológico nos clássicos da filosofia moderna. Para Orrego (2010, p.13), o pensamento do próprio Descartes, que pretendia filosofar “sem pressupostos e é habitualmente considerado como o pai da filosofia moderna, se demonstrou que está marcado por uma grande dependência com referência às propostas filosóficas e teológicas dos escolásticos que precederam imediatamente.” Segundo o autor, o mesmo caberia dizer de Malebranche, Spinoza, Leibniz e outros. Aos trabalhos pioneiros de Gilson e Freudenthal seguiram muitos outros até a atualidade, os quais não fizeram mais do que confirmar e aprofundar a hipótese e que seria demasiado longo referir aqui. “E isto não só em questões de metafísica, senão também e muito especialmente na área da filosofia jurídica e política, incluindo alguns dos teóricos mais importantes da Ilustração” (ORREGO, 2010, p.14).

século XX não será a pura repetição nem a pura restauração de formas passadas de Teologia-ciência”. Além disso: “Purificar o verdadeiro conhecimento de Deus de todas as falsificações, tal é a finalidade da Teologia” (COMBLIN, 1969, p.102). De acordo com Soares e Passos (2008, p. 14), “a Teologia singular herdada do paradigma escolástico vai sendo revista no decorrer do século XX e se mostrando cada vez mais plural em seus objetos e abordagens”. Dentro da própria Igreja Católica, alguns movimentos contribuíram para aproximar a Teologia da sociedade, ou seja, evitando essa oposição com o mundo secular e buscando uma sintonia e relação de harmonia. Nesse sentido:

O Concílio Vaticano II constitui-se em um grande marco na história da Teologia contemporânea. Significou um momento de recepção criativa do movimento de renovação teológica desenvolvido desde o final do século XIX. Buscava-se encerrar definitivamente a postura apologética da Igreja em relação à Modernidade, que produziu constantes juízos axiológicos de condenação à filosofia moderna. Dessa forma, o Concílio trouxe à tona o caráter prático e científico da Teologia, desenvolvendo temas importantes, tais como o ecumenismo, o diálogo inter-religioso, o diálogo da fé com a ciência, o diálogo com o ateísmo (GONÇALVES, 2007).

Com o passar do tempo, e sobretudo mais recentemente, após travar batalhas contra a ciência<sup>28</sup>, a Teologia veio buscando adquirir o *status* de “ciência de Deus”, conforme a própria etimologia da palavra.

Como campo do conhecimento erudito ou acadêmico, foi possível visualizar até aqui que o processo de produção desse conhecimento teológico esteve sempre ligado às instituições, sejam elas a Igreja ou a universidade. Abordamos, a seguir, como a Teologia se estruturou no Brasil como campo do conhecimento.

---

<sup>28</sup> No período medieval, um dos autores que se destaca é Tomás de Aquino (1225-1274). Andery e outros (2007, p. 131), ao analisarem a racionalidade no medievo, falam desse período como um momento histórico que se caracteriza pelo fato de a “fé ser o limite da razão” e apresentam a concepção de conhecimento com base em Tomás de Aquino, o qual entendia que havia uma delimitação de campos entre a fé e a razão. Ele apenas conciliava esses dois elementos quando tratava de fundamentar as verdades divinas por meio da racionalidade, ou seja, a única proximidade aceita seria quando a razão servisse à fé.

## 2.5 A TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO ACADÊMICA DA TEOLOGIA NO BRASIL ANTERIORMENTE AO SEU RECONHECIMENTO CIVIL

A Teologia é um campo do conhecimento que vem passando por grandes transformações e, na atualidade, busca retomar seu *status* acadêmico, já que, nos países europeus, o saber teológico tem sido acolhido como um saber acadêmico pleno – embora com questionamentos –, as faculdades de Teologia e os diplomas são reconhecidos (ANDRADE, 2006). Verificamos isso mais fortemente na Bélgica, Alemanha e Itália. Na opinião de Zeuch (2006b), atualmente, na Europa, é questionada a própria condição acadêmica desse campo teológico, se este tem ou não legitimidade de um saber acadêmico como os demais, debatem na tentativa da legitimidade desse saber acadêmico e elaboram justificativas buscando manter a presença da Teologia na universidade.

No Brasil, essa luta da Teologia para manter-se viva nos espaços de produção e transmissão de conhecimento vem desde o período colonial. Ao apresentar a história da educação no período do Brasil colonial, Ribeiro(1998, p. 24) destaca a preponderância da Teologia na organização escolar: “A elite era preparada para o trabalho intelectual segundo um modelo religioso (católico)”. No preparo dos professores, a Teologia também ocupava um lugar privilegiado. Nas escolas, os melhores alunos eram os escolhidos para cursar Teologia, condição para os que pretendiam tornar-se futuros membros da Companhia de Jesus.

A Teologia, como campo de conhecimento, influenciou fortemente a esfera educacional no Brasil. Para Bittar (2011), no século XVI, duas concepções pedagógico-teológicas definiram o perfil da educação escolarizada brasileira: a concepção reformadora, oriunda dos movimentos protestantes, e a concepção resultante do Concílio de Trento<sup>29</sup> (1545-1564), cuja maior expressão foi a constituição da Companhia de Jesus, alinhada aos ideais contrarreformistas.

A Teologia protestante foi um dos fundamentos ideológicos nos quais Comenius baseou-se para conceber uma pedagogia convergente com

---

<sup>29</sup> O Concílio de Trento representou uma ação organizada da Igreja Católica contra o protestantismo. Segundo Bittar (2011), as resoluções conciliares caracterizavam-se pelo conservadorismo e repressão a qualquer atitude ou pensamento que desviasse da obediência à Igreja. Foram reafirmados os conteúdos dos antigos dogmas, adotando medidas rígidas de combate aoluteranismo, calvinismo e seus derivados. Nesse contexto, é criada a Companhia de Jesus que, pela via da Educação, tornou-se um dos fatores mais eficientes da Contrarreforma.

os reformadores, materializada na sua “*Didática Magna*”<sup>30</sup>. Bianchetti (2011) considera que os movimentos da Reforma e Contrarreforma fizeram com que jesuítas e protestantes usassem a educação como instrumento de batalha na guerra religiosa. Os “soldados de Inácio de Loyola” (1491-1556), desde a fundação da Congregação, procuraram destacar-se na esfera educacional, de tal forma que, em 1599, depois de muitos debates, a Companhia de Jesus editou a *Ratio Studiorum*, plano de estudos que foi adotado em todos os colégios. De acordo com Bittar (2011), esse plano de estudos é composto de um conjunto de regras destinadas a uniformizar horário de aula, currículo e método de ensino, regulamentando todo o sistema escolar jesuítico.

Ao fazermos referência à institucionalização acadêmica da Teologia no Brasil, importa destacar que, mesmo sendo entendida como um campo de conhecimento único, ela difere no aspecto confessional, que pode ser – no caso cristão – protestante ou católica. Ambas possuem especificidades tanto à interpretação da Bíblia como nas concepções de homem e de sociedade. Weber (2001) diferencia católicos e protestantes, em relação à formação para a vida econômica, explicando que os católicos preferiram uma formação mais humanística enquanto que os protestantes optaram pela formação técnica. Os protestantes foram mais atraídos para o trabalho profissional nas fábricas, almejando a ocupação de cargos superiores. Para o autor, há uma forte relação entre a educação religiosa recebida na família e a escolha da carreira profissional. Ainda na relação entre religião e economia, ele afirma: “os protestantes têm mostrado uma tendência para desenvolver o racionalismo econômico, fato que não pode ser observado entre os católicos” (WEBER, 2001, p. 38). Ao discorrer sobre a abordagem Weberiana acerca de Lutero, Bobsin (2005) observa que Weber destacou o papel do luteranismo em suplantando os deveres monásticos em favor do exercício da profissão como uma ética intramundana. Em outras palavras, os luteranos fizeram com que a vida monástica fosse superada por uma ética de inserção na sociedade. Para o autor, Weber também demonstra que a santificação da vida cotidiana nos marcos do calvinismo levava a um estilo metódico, como numa empresa. Segundo Bianchetti (2011), os protestantes foram mais ousados do que os católicos no que se refere à abertura à diversidade. Weber (2001, p. 64) também aborda o conceito de vocação

---

<sup>30</sup> A obra de Comenius – “*Didática Magna*” ou a “*Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos*” – apresenta elementos da Teologia protestante. Conforme Lopes (2003), em Comenius, a visão teológica precede a pedagógica. O princípio norteador de sua obra foi justamente compreender que o homem é a “imagem e a semelhança de Deus” e, para que ele seja digno dessa exaltação, deve viver e comportar-se como tal, por intermédio de uma educação de qualidade que o capacite a ser o micromundo, o “paraíso das delícias do Criador”.

como algo peculiar dos protestantes:

Vocação é um termo que remete à ideia de uma tarefa confiada por Deus. Nem os povos católicos e nem os da antiguidade clássica possuíam qualquer expressão que tivesse tal conotação, do que hoje chamamos de vocação (no sentido de uma tarefa de vida, de um campo definido no qual trabalhar), enquanto que ela existiu para todos os povos protestantes.

Na concepção weberiana, a ideia de vocação está ligada à profissão. Há, na teologia protestante, uma secularização do conceito de ascese que, ao contrário dos católicos, deve direcionar o homem para a terra e não para o céu<sup>31</sup>. Para Esperandio (2005), Weber não apenas define o “ethos protestante” como também explicita os pontos nos quais a concepção puritana de vocação profissional e exigência de uma conduta de vida ascética haveriam de influenciar diretamente o desenvolvimento do estilo de vida capitalista. De acordo com a autora, Weber considera que a concepção teológica de Calvino foi o fundamento religioso em torno do qual se moveram as grandes lutas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países capitalistas mais desenvolvidos.

Embora compreendendo que, na historicidade do protestantismo, seja possível identificar uma relação harmoniosa entre a fé e os ideais liberais, não podemos esquecer que, no Brasil, as duas confissões teológicas, em muitos momentos, uniram-se na defesa da justiça social e crítica ao capitalismo. Eggert(2004), em um estudo sobre as mulheres de uma comunidade rural no interior do Rio Grande do Sul, demonstra como a Igreja Luterana contribuiu para subsidiar e apoiar a defesa da cidadania e emancipação dessas mulheres. Em outro estudo sobre o papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), na região amazônica, Link (2004) considera que a preocupação da Igreja – principalmente nos anos 1960 e 1970 – era promover a consciência política e defender as causas populares das comunidades daquela região, bem como a defesa da causa indígena.

No Brasil, os protestantes sempre tiveram de lutar para conquistar

---

<sup>31</sup> De acordo com Weber (2001,p. 65) para os protestantes, o único modo de vida aceitável por Deus “não era superar a moralidade mundana pelo ascetismo monástico, mas unicamente o cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo, esta era sua vocação”. Esse conceito de vocação e ascese diferencia-se completamente da ascese católica que – fundamentada numa concepção aristotélica – entendia a evolução moral como um processo diretamente proporcional à maturidade na fé e vivência eclesial.

seu espaço, pois, desde 1500, o país foi colonizado pelas ideias provindas do catolicismo romano. Segundo Wachholz (2009, p. 180), “enquanto a Europa Central se abriu para a heterogeneidade confessional, no Brasil da Inquisição portuguesa se defendia uma pretensiosa homogeneidade religiosa e confessional”<sup>32</sup>. O autor também assevera que os protestantes, mais especificamente os luteranos, deram uma importante contribuição nas lutas sociais brasileiras. Em 1974, no IX Concílio Geral (Cachoeira do Sul/RS), a IECLB publicou um documento intitulado “Nossa Responsabilidade Social”(1975), que traz uma reflexão sobre a relação da Igreja com a área socioeconômica. Em 1982, a reforma agrária norteou o XIII Concílio Geral (Novo Hamburgo/RS) com o tema “Terra de Deus, Terra para Todos”.

Essas temáticas sociais uniram protestantes e católicos dentro de uma concepção teológica denominada Teologia da Libertação<sup>33</sup>. Pastores, padres e leigos uniram-se no apoio e na defesa às lutas e aos movimentos sociais, em especial no meio rural.<sup>34</sup>

Com relação à concepção de educação, os protestantes, com mais ênfase do que os católicos, buscaram direcionar a formação da juventude para a profissionalização. Lopes (2003) afirma que Lutero defendia a ideia de que o jovem deveria dedicar no máximo duas horas

<sup>32</sup> A resistência do governo brasileiro ao protestantismo foi manifesta em decretos e na própria Constituição de 1824, quando D. Pedro I decretou a religião católica como a oficial e reservou aos protestantes o direito de fazerem seu culto apenas em âmbito doméstico. O artigo 5º da Constituição rezava: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (BRASIL, 1958, p. 12). Para Wachholz (2009), a condição jurídica a qual os protestantes foram submetidos perdurou até a Proclamação da República (1889), que redundou na separação de Igreja e Estado (Constituição Republicana de 1891). Contudo, pelo menos já a partir das décadas de 1850/1860, os protestantes foram infringindo a lei e se instalando em pequenos espaços externos. O autor considera que essa “infração” por parte dos protestantes teve influência do espírito liberal que estava modernizando a mentalidade colonial representada e defendida pela sociedade colonial e conservadora.

<sup>33</sup> Teologia da Libertação é uma concepção de Teologia e de Igreja defendida por teólogos latino-americanos em contraposição a um modelo de Igreja europeu muito centrado numa reflexão intraeclesial. Os teólogos e padres ou religiosos ligados à Teologia da Libertação buscavam contrapor o discurso de padres e bispos latino-americanos que tivessem um alinhamento ideológico com uma Igreja mais conservadora. Os adeptos dessa concepção teológica de Igreja defendiam que o papel dos cristãos comprometidos é de participarem na luta dos pobres rumo à instauração do Reino de Deus ainda neste mundo. Esse Reino deveria ter como principal valor a justiça social, daí que o principal pensador que influencia essa corrente teológica é Karl Marx ((1818-1883). Os teólogos da Libertação lutaram para aproximar o pensamento de Jesus Cristo e de Karl Marx. Entre os principais expoentes da Teologia da Libertação no Brasil, destacam-se Leonardo Boff e Frei Betto.

<sup>34</sup> Veremos com mais clareza essa questão quando analisamos nos capítulos seguintes, a produção acadêmica nos PPGTs.

diárias à escola e, no restante do tempo, voltar-se ao aprendizado de algum ofício e profissão na sua própria casa. Para Hack (2003, p. 45), diferentemente dos católicos jesuítas, “a prática pedagógica protestante almejava a formação integral do ser humano, preparando-o para a vida por meio do ensino técnico e trabalho manual”. Sobre essa diferenciação entre jesuítas e protestantes, mais especificamente no Brasil, Azevedo (1976) entende que a pedagogia protestante estava alicerçada numa linha norte-americana de cunho liberal e progressista, enquanto que a católica-jesuítica bebia na fonte europeia, mais conservadora e centrada na autoridade papal.

A defesa da autonomia do homem em relação às instituições está nas origens do protestantismo, por isso a concepção de educação que emergiu dessa vertente teológica buscava valorizar mais o indivíduo e suas habilidades pessoais, tais como a criatividade, a curiosidade e a crítica. Na percepção de Hack (2003, p. 41), as escolas protestantes no Brasil sempre propagaram ideais democráticos e fomentando uma mentalidade mais científica para o país: “As escolas protestantes estavam mais abertas para as inovações por estarem descomprometidas com os padrões culturais e religiosos do catolicismo predominante”. Referindo-se em específico às escolas presbiterianas no Brasil, o autor considera que elas trouxeram consigo uma mentalidade científica e de progresso norte-americana. De acordo com Gomes (2001), o Colégio Mackenzie (Presbiteriano) de São Paulo contribuiu para a formação dos empresários paulistas. Por outro lado, em relação à postura da Igreja Católica, Diniz (2007), teólogo jesuíta, afirma que, quando falamos que o catolicismo era conservador, não é possível generalizar, pois há uma distinção entre a Igreja como Instituição e os católicos em geral. Para o autor, a Igreja Católica, após a Reforma, assumiu uma postura defensiva de oposição a ideias inovadoras, mas esse clima é resultante mais em razão de posições oficiais do que da prática de muitos católicos. O autor destaca que o próprio fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, determinou que a formação dos jesuítas tivesse uma consistente estrutura intelectual, não só em filosofia e em teologia, como também nas demais ciências. Para Bittar (2011), no Brasil, a concepção educacional dos protestantes contribuiu para acelerar a edificação de uma educação laica e pública; mesmo assim, o catolicismo contribuiu, de forma significativa, para dar vida a novas instituições escolares ligadas ao modelo do colégio. Os protestantes diferem dos católicos pelo fato de aproximar a educação intelectual da formação profissional e técnica. Para a autora, o sistema jesuítico recuava aos moldes da escola medieval dos mosteiros e das catedrais.

Para compreendermos a caminhada da Teologia universitária no

século XX, mais particularmente no Brasil, é necessário determo-nos nas especificidades que diferenciam o protestantismo do catolicismo em relação à trajetória das duas confissões religiosas na educação superior brasileira. O protestantismo, fundamentando-se teologicamente no movimento da Reforma – conforme apontado anteriormente – trazia consigo uma preocupação com a educação, embora preponderantemente com a finalidade de ler a Bíblia, qualificando, desse modo, seus seguidores a diferenciarem-se dos católicos no acesso às Sagradas Escrituras. Conforme Lopes (2003), a educação foi uma estratégia de evangelização. Isso colaborou para a Reforma, agregando, contudo, um importante legado: o de impulsionar a preocupação de todos em relação às questões educacionais, campo no qual, na Idade Média, a Igreja Católica havia exercido o primado exclusivo. De acordo com Hack (2003, p. 24), numa concepção calvinista ou reformada, “a Igreja e a Escola devem sempre andar de mãos dadas”.

As escolas protestantes brasileiras precisaram desafiar a confessionalidade católico-romana. Para Hack (2003), o protestantismo fundou suas primeiras escolas em solo brasileiro na década de 1820. As comunidades de imigrantes alemães protestantes consideravam essencial para a sua sobrevivência três elementos: a Igreja, a escola e o cemitério. Segundo o autor, os luteranos, batistas, metodistas e outros grupos não católicos encontraram dificuldade em abrir suas próprias escolas confessionais. No Brasil, até 1961, os protestantes praticamente não possuíam uma institucionalização acadêmica expressiva<sup>35</sup>. Esse isolacionismo, Conforme Zeuch (2006a, 2006b), foi até o surgimento da Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (Aste), em 1961. Uma exceção, nesse aspecto, é a Escola Superior de Teologia (EST) em São Leopoldo (RS), fundada em 1946 como uma instituição destinada à formação do clero luterano no Brasil. A institucionalização acadêmica da Teologia protestante, num primeiro momento, ocorreu, como no caso da EST, em virtude da necessidade de formação de pastores. De acordo com Hack (2003), os presbiterianos, em São Paulo, também almejavam a fundação de um Colégio com curso superior, desde que pudessem formar professores e pastores presbiterianos. Dessa instituição, originou-

---

<sup>35</sup> O Brasil, pelo fato de ser oficialmente católico, sempre se manteve resistente aos protestantes. Para Wachholz (2009, p.180), “a entrada de protestantes no Brasil após as invasões holandesas no Nordeste do Brasil (1624/1630-1650) foi fortemente proibida e fiscalizada sob alegação de alerta contra os hereges”. Para o autor, a proibição da entrada não significou ausência de protestantes em solo brasileiro após a expulsão dos holandeses. Contudo, “tratava-se de casos esporádicos de forma que nada significaram para a configuração da cultura religiosa do Brasil, pois diluíram-se na massa ibero-católica”.

se a Universidade Mackenzie<sup>36</sup>. No ano de 1886, a Mackenzie criou o Curso Superior, identificado como aquele oferecido para a formação de pastores. Hack (2003, p. 37) explica, ainda, que “o curso de Teologia, segundo o catálogo da Escola, estava sob a responsabilidade do reverendo Mc Laren, que viera para São Paulo com a finalidade de oferecer o ensino teológico”.

Ao findar o século XIX, os presbiterianos haviam alcançado várias regiões brasileiras e contavam com mais de 40 escolas primárias, concentrados prioritariamente no estado de São Paulo. Os metodistas também marcaram presença na educação brasileira, incentivando missionários norte-americanos a virem para o Brasil fundar escolas. Para o autor, a primeira experiência ocorreu em 1881, em Piracicaba (SP), na fundação do Colégio Piracicabano.

A Teologia católica, no Brasil, possui uma tradição ancorada na Companhia de Jesus<sup>37</sup>. Bittar (2011) relata que o ensino jesuítico, no século XVI, era dogmático e rigoroso; os alunos eram preferencialmente os futuros padres. A Companhia de Jesus foi uma das difusoras do colégio como instituição de ensino a partir do século XVI. Foi por meio da *Ratio Studiorum* que a Teologia jesuítica marcou de forma significativa o ensino brasileiro e de toda a Europa, nos países onde a congregação detinha a hegemonia. De acordo com a autora, em 1750, os jesuítas tinham, nos diversos continentes, 600 colégios e 150 seminários. Saviani (2004, p. 16) observa que “se nos guiarmos pelo critério interno, poderíamos considerar como marco inicial da história da educação brasileira a chegada dos Jesuítas em 1549”. Conforme o autor, o ensino jesuíta contava com incentivo da Coroa portuguesa e pode ser considerado a nossa versão da educação pública religiosa.

No Brasil, as escolas católicas se distribuíram em grande número entre as várias congregações religiosas como os jesuítas, franciscanos,

---

<sup>36</sup> Com relação à fundação da Mackenzie, Hack (2003, p. 35) afirma que “nascia uma escola presbiteriana compromissada com sua própria origem: ‘aqui se estuda a Bíblia e ela estará sempre aberta’, foi a resposta do missionário Chamberlain, quando o imperador D. Pedro II perguntou qual o ensino da escola, por ocasião de sua visita. Uma escola com propósito, visão e missão. Esse sempre foi o diferencial Mackenzie, apesar dos contratemplos, dificuldades e crises.”

<sup>37</sup> Segundo Bittar (2011), o longo período de transição que marcou a Modernidade, entre os séculos XV e XVII, identificados por profundas transformações econômicas, políticas, culturais e religiosas ocorridas na Europa Ocidental, é a época na qual está inserida a Contrarreforma, isto é, a reação do papado aos movimentos reformistas. Nessa transição entre elementos velhos (feudais) e novos (capitalistas), tais movimentos representavam a perspectiva de uma nova ordem, mais em consonância com o modo de produção capitalista e suas estratégias de pensar e agir. O nascimento da Companhia de Jesus situa-se no centro dessa reação católica.

maristas, salesianos, dominicanos, entre outros. Houve grande proliferação dessas escolas, sobretudo, pelo fato de o Brasil ter, em especial no início da colonização e posteriormente com os governos nacionalistas, perseguido imigrantes estrangeiros e protestantes, bem como impedido a instalação de instituições de ensino, dando aos jesuítas essa quase exclusividade no âmbito educacional<sup>38</sup>.

No ensino superior, a Igreja católica foi pioneira, fundando sua primeira Faculdade em São Paulo, a Faculdade São Bento, de Filosofia Ciências e Letras, no ano de 1908. O pioneirismo católico ocorreu tanto na fundação das universidades quanto no oferecimento do curso de Teologia. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE-MG) possuem, desde 1949, uma faculdade eclesiástica de Teologia reconhecida pela Santa Sé. A Faculdade de Teologia (Fateo) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) foi criada em dezembro de 1968, a pedido do episcopado gaúcho. Em 1971, por ocasião das comemorações de 30 anos da constituição da PUC-Rio, nela foi criada uma faculdade eclesiástica apta a conferir os títulos de bacharel, mestre e doutor em Teologia, que, embora não fossem reconhecidos pelo Estado brasileiro, gozavam do reconhecimento da Congregação para a Educação Católica da Santa Sé, isto é, do Vaticano. No ano de 1972, é criado o curso de Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). O Departamento de Teologia surgiu com o objetivo de coordenar as aulas de Teologia que eram ministradas em todos os cursos da instituição, bem como difundir a cultura religiosa a professores de Escolas Católicas por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Com relação aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Teologia, atualmente, há no Brasil quatro Instituições de Ensino Superior (IESs) que oferecem cursos de mestrado e de doutorado e duas, apenas mestrado, totalizando seis IESs. Destas, cinco são de confissão

---

<sup>38</sup> Mesmo tendo um papel importante no âmbito educacional, no século XVIII, por influência das ideias iluministas, em 1773, por meio da breve “*Dominus ac redemptor*”, o Papa Clemente XIV (1769-1774), a pedido do rei espanhol Carlos III (1716-1788), suprimiu a Companhia de Jesus de todos os territórios católicos do mundo. Porém, de acordo com Lamet (2011), em países não católicos, principalmente Prússia e Rússia, onde a autoridade papal não era reconhecida, que essa ordem foi ignorada, e a Companhia pôde continuar existindo – embora no exílio. Somente 41 anos depois, em 1814, é que o Papa Pio VII (1742-1823) leu a bula *Sollicitudo omnium Ecclesiarum*, que revogava o breve de Clemente XIV e restaurava a Companhia. No Brasil, foi Marques de Pombal (primeiro ministro de Portugal no período de 1750-1777) que determinou a expulsão dos Jesuítas do Brasil. O Alvará de 28 de junho de 1759 determinou o fechamento dos colégios jesuítas. Para Saviani (2004), as reformas de Pombal contrapõem-se às ideias religiosas e, baseadas no Iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução.

católica e uma protestante.

No Quadro 2, é possível visualizar o ano de início dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Teologia no Brasil, as datas de institucionalização dos bacharelados e mestrados e doutorados, bem como o ano de inserção dos cursos/programas na Capes.

**Quadro 2:** IES que oferecem bacharelado em Teologia reconhecido pelo MEC e Mestrado e/ou Doutorado recomendados pela Capes

Instituição de Ensino Superior	Criação do Bacharelado	Criação do Mestrado/ doutorado	Entrada na Capes
Escola Superior de Teologia (EST) São Leopoldo (RS)	1946	1981(M) 1990 (D) 2001(MP*)	1989
Centro Universitário Assunção (PUC-SP) São Paulo (SP) <sup>39</sup>	1949	1950 (M e D)	2002
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) Belo Horizonte (MG)	1949	1987 (M) 2002 (D)	1997
Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) Rio de Janeiro (RJ)	1971	1972 (M) 1979 (D)	1979
Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) Porto Alegre (RS)	1968	1991 (M)	1993
Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR) Curitiba (PR)	1972	2008 (M)	2008

Fonte: MEC (BRASIL, 2010e) e Capes (BRASIL, 2010a).

Nota: \*MP: Mestrado Profissionalizante.

<sup>39</sup>A respeito da relação entre a PUC-SP e o Centro Universitário Assunção, cumpre salientar que a pós-graduação em Teologia (mestrado e doutorado) funciona, eclesiasticamente, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, desde o ano de 1950. Quanto ao reconhecimento civil, o Programa de Pós-Graduação obteve a recomendação da Capes para o curso de Mestrado em Teologia no ano de 2002 (Portaria n.º 3.949, de 30 de dezembro de 2002, conforme Diário Oficial da União - DOU, de 31 de dezembro de 2002). Desde então, o Programa existiu dentro do Centro Universitário Assunção (Unifai). Contudo, no dia 08 de abril de 2009, a Coordenação da Área de Filosofia/Teologia da CAPES reconheceu a passagem do Programa de Pós-Graduação em Teologia do Centro Universitário Assunção (Unifai) para a PUC-SP, por meio de ato administrativo interno, uma vez que ambas as instituições se encontram vinculadas à Arquidiocese de São Paulo. Assim, o Programa de Pós-Graduação acompanha novamente o Curso de Graduação em Teologia da mesma Faculdade de Teologia, o qual havia migrado para a PUC/SP (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2011).

Nesse quadro, é possível observar o tempo de existência dos cursos de Teologia nas IES, como o caso da PUC-SP, PUC-Rio e da EST-RS. Quando entraram no sistema Capes, as instituições já possuíam longos anos de caminhada na pós-graduação, sob a autorização eclesiástica. Isso também se aplica ao bacharelado, o qual tinha a função de formação do quadro sacerdotal. E, nesse aspecto, o que interessava, no caso das católicas, era apenas o reconhecimento do Vaticano, por intermédio do diploma de validade eclesiástica. No caso da EST, o curso de Teologia era reconhecido pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. A Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, vinculada à PUC-SP, criada em 1949, por Decreto da Congregação para a Educação Católica, foi a que ofereceu o primeiro mestrado e doutorado em Teologia no Brasil no ano de 1950. O segundo Mestrado em Teologia surgiu no Rio de Janeiro, na PUC-Rio, no ano de 1972, e o mais recente é o Mestrado em Teologia da PUC-PR.

## 2.6 MANIFESTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DE CONHECIMENTO TEOLÓGICO ANTERIOR AO RECONHECIMENTO CIVIL DOS CURSOS

Com relação ao campo de conhecimento teológico, convergem os entrevistados, nos seus depoimentos, na perspectiva de que a Teologia no Brasil e na América Latina possui uma longa caminhada e trajetória na produção e transmissão de conhecimento. Independentemente do reconhecimento civil, a Teologia estruturou-se como campo de conhecimento e exerceu um importante papel tanto na formação dos quadros para as Igrejas como na oferta de subsídios para movimentos sociais por meio de documentos e reflexões teológicas na tentativa de conciliar o cristianismo com o marxismo, no movimento conhecido como Teologia da Libertação. Os teólogos entrevistados defendem que, antes de se falar em reconhecimento civil da Teologia, é preciso apreendê-la na sua densidade teórica e relevância social.

Importa ressaltar que as faculdades de Teologia no Brasil possuíam uma atividade de estudo e pesquisa sob influência das suas Igrejas, o que contribuiu para que esse campo de conhecimento acumulasse um patrimônio cultural-religioso, um rigor metodológico, baseado num modelo europeu. E esse rigor não pode ser atribuído à Capes ou ao MEC. As publicações dos professores nos anos de 1970 e de 1980 demonstravam essa qualidade, conforme explicitou um dos entrevistados:

Lembro, por exemplo, de artigos publicados nas revistas do Programa que apresentavam discussões com réplicas e debates entre autores alemães e latino-americanos, criando toda uma cultura científica. Nós acompanhávamos as edições da revista, aguardando a resposta do outro autor sobre o artigo do colega. Onde você encontra isso hoje numa revista científica? (P4).

No caso das IESs protestantes, mais especificamente luterana, sempre houve um estreito vínculo com a Alemanha: “A maioria [dos docentes] lá dentro fala alemão. A relação com o exterior faz deles um grupo privilegiado” (P4). Sobre a influência alemã nessa instituição, um dos professores entrevistados afirmou que “muitos alemães queriam vir aqui para experimentar essa proximidade com as questões sociais, étnicas, indígenas” (E2-EST). Além dessa relação com a Alemanha, as IESs estavam muito bem estruturadas, sobretudo no acervo bibliográfico. “A biblioteca deles tem 72 mil volumes num único curso, de Teologia. Lá encontramos tudo da área de humanas, todas as revistas de educação” (P5). Dessa forma, é possível compreender que essas IESs estavam, antes de seus mestrados e doutorados serem recomendados pela Capes, muito acima do padrão das outras IESs brasileiras. Além dessa qualidade nos quesitos corpo docente e infraestrutura, as faculdades de Teologia estavam bem organizadas quanto à produção científica e à socialização dessa produção aos discentes. A EST possuía um “fundo de publicação para custear as publicações científicas dos professores. Teve um tempo onde cada estudante recebia uma pacote de livros fornecido pela Instituição” (P6).

Andrade (2009) destaca que a Teologia, já nos anos de 1970, possuía no Brasil uma reconhecida caminhadano que se refere a atividades de pesquisa e de produção de conhecimento próprio, traduzida em um expressivo número de publicações no Brasil e no exterior, assim como pela ampla participação de docentes em eventos no exterior, sempre como conferencistas ou professores convidados.

Como uma de nossas preocupações de pesquisa assenta-se na produção de conhecimento nos PPGTs, torna-se importante compreendermos o significado de uma IES brasileira estar em constante interlocução com a Europa, recebendo desse continente, tanto apoio financeiro quanto benefícios acadêmicos e científicos provenientes do diálogo com o campo educacional e social europeu. “A Teologia era um mundo que se movimentava com outras fontes de financiamento. Eu

mesmo participei de projetos de pesquisa, financiados pela Federação Luterana Mundial.”(P6). Não apenas as Igrejas, mas também órgãos ecumênicos mundiais, como a Confederação Mundial das Igrejas, financiavam as pesquisas em Teologia no início da década de 1990. Muitas faculdades de Teologia no Brasil também buscavam contribuir para que outros intelectuais brasileiros de esquerda tivessem oportunidades de dialogar com colegas da Europa. Nessa direção, enfatizou: “Paulo freire trabalhava no Conselho Mundial de Igrejas, no setor de educação, em Genebra. Isso significa que a Igreja estava metida nos movimentos sociais”(P6).

O diálogo com a Europa era algo intrínseco das Faculdades de Teologia que tiveram seus cursos reconhecidos pelas respectivas Igrejas sediadas no continente europeu. Tanto católicos quanto protestantes – pertencentes às IES brasileiras reconhecidas na Europa – tinham livre acesso às universidades pertencentes à sua confissão religiosa naquele continente. Grande parte dos docentes de Teologia no Brasil era originária da Itália e Alemanha, o que facilitava o intercâmbio e a troca, tanto dos estudantes brasileiros como das pesquisas e publicações. Essa ideia foi corroborada por um dos entrevistados quando afirmou que a pós-graduação *stricto sensu* em Teologia possuía um rigor acadêmico baseado nos critérios oriundos da instituição religiosa na Alemanha, no caso dos protestantes: “Olhando em retrospectiva, a demanda que estava se colocando no mestrado era em nível de doutorado, com dissertações bem profundas, densas” (P6).

Nas instituições católicas, também é possível perceber essa longa caminhada na produção qualificada de conhecimento, em período anterior à entrada dos PPGTs na Capes. Conforme relatou um entrevistado, vinculado a uma dessas IES:

Nossa faculdade chegou aqui em 1982 e ela vinha de muitos anos em São Leopoldo (RS), onde hoje é a Unisinos. A Teologia chegou aqui com o objetivo de formação de jesuítas. Desde o começo, sempre tinha alunos jesuítas. Em 1986, começou a abrir o mestrado e doutorado em Teologia com reconhecimento eclesiástico, que já existia no Rio Grande do Sul (E1-FAJE).

No Brasil, as faculdades de Teologia, desde os primórdios, foram fundadas com o fim específico de assumir a formação de sacerdotes ou pastores. De acordo com Anjos (1996, p. 19), na Igreja Católica, “a

destinação do esforço teológico que mais aparece se endereça à formação do clero e das pessoas integrantes das comunidades”. Analisando o depoimento do entrevistado, constatamos que, primeiramente, os responsáveis se preocuparam em solidificar os cursos de graduação para, posteriormente, criarem o mestrado e o doutorado com reconhecimento eclesiástico. Uma característica da área de Teologia é o intenso diálogo com outras áreas do conhecimento, principalmente com a Filosofia, pela histórica proximidade que teve na formação de sacerdotes. “Os nossos congressos anuais são sempre filosofia e Teologia juntos e, através da filosofia, chegamos em outras áreas como biologia, literatura. As faculdades teológicas, para nós, são sempre interdisciplinares”(E3-FAJE). A Teologia foi constituindo-se como um campo de saber interdisciplinar<sup>40</sup> desde o surgimento dos primeiros cursos de graduação. Além da interdisciplinaridade, outro fator que caracteriza os cursos de Teologia é seu caráter ecumênico. “Aqui sempre procurou-se ter professores de outras confissões cristãs. Os pastores luteranos aqui, que foram professores, eram doutores da EST” (E3-FAJE). A FAJE foi uma IES que sempre optou por uma Teologia menos clássica, tradicional, e mais aberta ao diálogo: “Sempre tivemos relação com a psicologia e outras áreas das humanas, justamente porque não haviam áreas clássicas, como a patrística, a liturgia”(E4-FAJE).

A interdisciplinaridade é um elemento sempre presente no discurso dos teólogos, em especial quando buscam defender-se de argumentos que os acusam de fundamentalistas ou fechados numa dimensão intraeclesial. Zabatiero (2009, p. 20), ao discutir sobre o estatuto acadêmico da Teologia, considera que o fazer teológico é essencialmente interdisciplinar. Segundo o autor, o currículo teológico “possui uma epistemologia milenar, interdisciplinarmente constituída e presente nas diversas áreas”. Zabatiero (2009, p. 20) destaca que “a interdisciplinaridade está presente nos estudos mais recentes da Teologia Moral – no âmbito católico-romano – e da ‘ética cristã’ – no âmbito do Protestantismo”. Nos últimos anos, surgiram alguns autores que defendem esse diálogo interdisciplinar da Teologia, como é o caso de Passos (2010, p. 15), que publicou a obra *“Teologia e outros saberes: uma introdução ao pensamento teológico”*, na qual a tônica da obra está em justificar a importância da Teologia no meio acadêmico: “a Teologia poderá dialogar com as ciências, contribuindo com a elucidação dos mais diversos objetos dos quais se ocupam o ensino e a pesquisa no seio

---

<sup>40</sup>Visando corroborar a afirmação, ver SOARES; PASSOS (2008)

da universidade.”<sup>41</sup>

Além desse perfil ecumênico e abertura interdisciplinar, os cursos de Teologia em análise também tiveram como preocupação e objeto de pesquisa o meio e a sociedade em que estavam inseridos. Um dos entrevistados relatou que a Instituição da qual faz parte queria oferecer um mestrado e um doutorado que “pudesse ajudar as pessoas, a sociedade, que pudessem ter uma visão ampla da realidade”(E4-FAJE). Mesmo estando vinculado e sob a recomendação eclesial, desde sua origem, o curso de Teologia nessa IES católica buscou discutir temas que tivessem relevância social, preocupando-se menos com discussões intraeclesiais, como os dogmas. “A nossa discussão é de problemas que tocam a sociedade e o sentido da vida.”(E2-FAJE),Essa concepção de conhecimento teológico aberto a questões relevantes para a sociedade em sua totalidade, que busca dialogar com problemas humanos e sociais, acaba provocando um diálogo com outras áreas do conhecimento. “Por isso que, na nossa faculdade, para fazer Teologia, é preciso base filosófica, para compreender os grandes problemas que estão sendo colocados hoje” (E2-FAJE).

Historicamente, no Brasil, a Teologia – nem sempre em consonância com as Igrejas – sempre trouxe importantes contribuições para o debate de questões sociais e no âmbito dos direitos humanos. A Teologia da Libertação – conforme citamos anteriormente – é uma reflexão teológica que se originou de um diálogo interdisciplinar com a sociologia e que influenciou fortemente a vinculação do conhecimento teológico com demandas sociais. Para Lopes Jr (2005, p. 7), “o marxismo sempre teve um forte apelo teológico, influenciando correntes teológicas de destaque, como a Teologia da Libertação”.

Um fator importante a ser destacado quanto à caracterização do campo de conhecimento teológico no período anterior ao seu reconhecimento civil são as diferenças entre as confessionalidades, tanto nos seus objetos/temas de estudo/pesquisa como na forma de se relacionarem com suas respectivas instituições religiosas; por exemplo, enquanto os cursos católicos precisam encaminhar relatórios à Santa Sé

---

<sup>41</sup> Sobre o diálogo interdisciplinar, é possível perceber no campo teológico, alguns receios e resistências quanto à aproximação com a ciência. Para Lopes Jr (2005, p. 7), “alguns teólogos, de perfil fundamentalistas, rejeitam por completo tal aproximação, embora, na prática, isso seja muito difícil, pois qualquer teologia é feita num ambiente cultural e praticamente não há ambiente cultural contemporâneo que não tenha sido influenciado pela ciência e pela racionalidade moderna.” O autor ressalta que outros teólogos também receiam que a aproximação com as Ciências Sociais pode levar a Teologia a perder seu lugar diante de explicações que se chocam, principalmente quando as teorias sociológicas apresentam um forte caráter ideológico.

bem como se adequarem a diretrizes de ensino da Igreja Católica, os protestantes, mais especificamente os luteranos, não têm essa orientação. “A estrutura eclesial luterana é bem diferente, existe uma Federação Mundial das Igrejas, que se entende como uma comunhão das igrejas. Mas nós não temos nenhuma obrigação de apresentar relatórios e currículos para Genebra”(E2-EST). Mesmo sabendo que, para a Capes, não há nenhuma diferença entre um PPGT católico e outro protestante, no que se refere à avaliação e às recomendações dos cursos, é importante demarcar essa diferença confessional. Enquanto a Igreja Católica possui uma hierarquia fortemente verticalizada, colocando todas as suas instituições sob a vigilância do Vaticano, “a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil é autônoma, se identifica com a confissão luterana.” Com relação ao comando da Igreja, “a Evangélica de Confissão Luterana no Brasil não adotou o título de bispo. Ela tem pastor sinodal, equivalente ao bispo. Temos autonomia na formação teológica [...]”. (E2-EST).

A Reforma Protestante combateu a hierarquia e a própria mediação da Igreja na relação do indivíduo com Deus. Lopes (2003) explica que a tônica renascentista no indivíduo foi um fator preponderante para o protestantismo, no qual cada um deveria manter relação íntima com Deus sem interferência de um sacerdote como mediador humano. A verdade já estava revelada, presente na Bíblia e, desde que soubesse ler, cada um poderia ter acesso a ela e relacionar-se diretamente com a divindade.

Além de a Igreja Luterana não ter estrutura hierárquica equivalente à Igreja Católica, ela parece ter uma preocupação maior com a confessionalidade e não com a Igreja como Instituição. “Nós não temos um magistério da Igreja como têm os católicos, nem em nível universal, nem como as igrejas locais, mas nós temos uma preocupação com a confessionalidade (E2-EST)<sup>42</sup>”. A confessionalidade é um dos fatores norteadores da produção de conhecimento dentro de um PPGT,

---

<sup>42</sup> A confessionalidade refere-se à concepção teológica ligada às suas origens – no caso do catolicismo e do protestantismo. A confessionalidade católica, por exemplo, caracteriza-se pela fidelidade ao cristianismo e à tradição da Igreja Católica, os dogmas e toda a história da Igreja demarcada por muitas encíclicas e documentos papais. A confessionalidade protestante, a luterana mais especificamente, caracteriza-se pela fidelidade às ideias de Lutero e à concepção teológica herdada da Reforma que é marcada pelo questionamento e repúdio à centralização, à hierarquização, bem como ao fundamentalismo da fé. A confessionalidade, quando abordada pelos entrevistados, principalmente os protestantes, diz respeito à forma como interpretam a Bíblia e à própria relação com Deus. A verdade – numa confissão protestante, pelo menos na ótica desses entrevistados – não é algo exclusivo de uma Igreja e deve ser construída. Aqui, pode estar a explicação para uma grande abertura e, de certo modo tranquila, para o diálogo com outras ciências e outras religiões.

“por exemplo, na forma de interpretação da escritura, na forma como ela se relaciona com a sociedade, o papel dos leigos, como se relaciona com a Igreja”(E2-EST).Do ponto de vista desse entrevistado, isso é o que distingue a formação protestante da católica.

Esse caráter ecumênico defendido pelos protestantes em oposição a uma doutrina mais fechada contribuiu à aproximação da Teologia com o campo científico, já que na concepção teológica luterana ninguém é dono da verdade. “Aí entra a Teologia crítica como ciência, com espaço para investigação dentro desses parâmetros gerais, mas não tem doutrinas acabadas. É uma busca, não é uma atitude de transmissão, mas reflexão” (E2-EST).

Na análise realizada, constatamos que essa abertura também faz parte da confissão católica, claramente percebível na fala anterior de um entrevistado, quando afirmou que a Teologia produzida naquela IES nunca esteve preocupada com questões intraeclesiais. O que evidenciamos nesses PPGTs em análise é que o campo teológico, tanto católico quanto protestante, construiu uma trajetória de produção de conhecimento voltada à realidade e a demandas da sociedade e da própria comunidade de fiéis e menos para suas Instituições mantenedoras (Igreja Católica e Luterana). Todas as IESs analisadas vincularam-se e discutiram temáticas voltadas à Teologia da Libertação. Segundo um professor de IES Luterana, “a influência da Teologia da Libertação é forte. Nós estudamos a fundo. Sempre tivemos a preocupação com o contexto. A dimensão da prática é importante, é o lugar de onde se faz a Teologia, ouvir o que vem da base como interlocutora da Teologia” (E2-EST).

A concepção teológica vinculada à Teologia da Libertação foi um elemento histórico que unificou protestantes e católicos, pois priorizava os problemas da sociedade terrena em oposição a preocupações celestiais ou eclesiais. A EST e a FAJE –, duas das IESs que compõem nossa amostra – deram muito apoio intelectual e mesmo organizacional a lutas e bandeiras de movimentos sociais organizados. De acordo com os entrevistados (E1) e (E2-EST), muitas celebrações ecumênicas foram realizadas em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST por padres jesuítas e pastores luteranos.

Esse é o perfil e a realidade do campo de conhecimento teológico, no qual estavam inseridos os PPGTs, antes de serem recomendados pela Capes. Conforme análise feita, é possível perceber que é um campo de conhecimento distinto das demais áreas acadêmicas que conhecemos. Os mestrados e doutorados em Teologia – ainda antes do reconhecimento civil – apresentavam uma estrutura adequada, como acervos bibliográficos e espaço físico, bem como um corpo docente e

produção bibliográfica qualificados para a área e relações internacionais, com trocas intensas.

### 3 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO CIVIL DA TEOLOGIA NO BRASIL

Cumpre, inicialmente, destacar que a institucionalização da Teologia passou por várias mudanças quanto ao local, campo epistemológico e ao seu *status*. Num primeiro momento, ela organizou-se e legitimou-se buscando construir-se epistemologicamente como um discurso sobre Deus e para a Igreja. Num segundo momento, pós-reforma, ela construiu seu discurso para os fieis católicos, contrapondo-se aos protestantes, manteve, contudo, nesses dois momentos, o mesmo *status*, oscilando quanto aos locais de institucionalização, ou seja, com um pé na Igreja e outro na universidade nascente. Com a chegada da Modernidade, epistemologicamente, ela buscou nos renascentistas e humanistas suporte teórico para manter seu *status*, agora tendo que conquistar e firmar seu espaço na universidade, para não ficar confinada à sacristia.

Com a intensificação do processo de secularização, a separação Igreja e Estado, a Teologia tentou sobreviver na universidade, porém de maneira muito tímida e marginal. De acordo com Passos (2006), no Brasil, a Teologia esteve praticamente fora da universidade desde sua criação<sup>43</sup>. Com a implantação das universidades católicas, a Teologia foi inserida nas IESs, todavia ficando na “condição de estranha e distante das dinâmicas acadêmicas universitárias, a começar por sua condição de curso livre e ligado diretamente às Igrejas” (PASSOS, 2006, p. 170). Para o autor, a Teologia até permaneceu na Universidade, reforçando, no entanto, uma separação entre conhecimento teológico e científico:

A justificativa institucional de sua presença outorgou-lheuma legitimidade mais eclesial do que epistemológica entre as áreas de conhecimento e os demais cursos universitários. [...] Permaneceu diretamente subordinada às políticas eclesiais e pastorais das igrejas, reproduzindo e até produzindo um saber sem os vínculos epistemológicos e políticos com a dinâmica universitária (PASSOS, 2006, p. 170).

Em síntese, a Teologia é o conhecimento acadêmico que deu origem à universidade e, agora, luta para reconquistar o espaço que já

---

<sup>43</sup> O primeiro bacharelado em Teologia no Brasil foi oferecido pelos luteranos, na Escola Superior de Teologia em 1946, seguido da PUC-SP em 1949.

Ihe foi muito familiar. Luta que iniciou em 1977 com a PUC-Rio buscando o reconhecimento de seu PPGT na Capes. Posterior ao reconhecimento da pós-graduação, as IESs buscaram o reconhecimento civil do bacharelado que ocorreu em 1999, por meio do Parecer nº CES 241/99, de 15 de março de 1999.

### 3.1 O CONFLITO ENTRE O CAMPO ECLESIAL E ACADÊMICO NA DEFINIÇÃO DO CAMPO EPISTEMOLÓGICO-TEOLÓGICO NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO CIVIL DA TEOLOGIA

Zeuch (2006b) afirma que a posição atual da Teologia na universidade está em jogo, bem como o esclarecimento sobre a relação da Teologia com o próprio conceito de ciência. É possível perceber que na busca do reconhecimento acadêmico, os teólogos precisam lidar com a dimensão política (Igreja/Estado) e epistemológica (razão/fé)<sup>44</sup>.

Com relação ao reconhecimento civil desses cursos de Teologia, de acordo com Andrade (2009, p. 27, grifo do autor), já em 1967, foi feita uma tentativa, por meio de curso de graduação em Teologia, no antigo Conselho Federal de Educação:

Tratava-se do curso de Teologia que deveria ser criado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), dentro de um plano de reestruturação que buscava atender aos novos preceitos da reforma universitária de 1966-1967. O *Parecer 190*, datado de 15 de março de 1968, redigido por Newton Sucupira, com apoio de setores da hierarquia católica, baseava-se no princípio republicano da separação Igreja-Estado para rejeitar essa possibilidade e recomendar a criação, em seu lugar, de um Departamento de Ciências da Religião. Posteriormente, em 1974, essa perspectiva foi retomada no *Parecer 2.244*, de B. P. Bittencourt. Esse *Parecer* versava sobre o estabelecimento de um currículo mínimo para

---

<sup>44</sup>No período moderno, a relação da Teologia com a ciência dentro da universidade foi ocorrendo dentro de um distanciamento quase irreconciliável. A Teologia foi cada vez mais sendo compreendida – dentro da universidade – como um saber vinculado ao campo sagrado e, conseqüentemente, das igrejas. Conforme Passos (2006, p.176), “mesmo naquelas universidades em que a Teologia subsistiu como curso superior, caso típico das universidades alemãs, ela permanecerá na condição de subsidiada direta das igrejas mantenedoras. Às igrejas couberam a oferta e a manutenção das especificidades desses cursos, estabelecendo um vínculo direto entre confessionalidade e currículo”.

uma licenciatura em Ciências da Religião<sup>45</sup> na UFJF. O parecer do relator, embora cite o parecer anterior de Newton Sucupira, é ainda mais restritivo, negando a possibilidade de se constituir até mesmo uma licenciatura em Ciências da Religião.

A Igreja entendia o reconhecimento civil dos cursos como um espaço no qual o Estado pudesse invadir o campo eclesial e interferir na formação dos sacerdotes. Embora houvesse esse distanciamento entre Estado e Igreja no que tange ao reconhecimento da Teologia, havia certa colaboração do governo para que os teólogos pudessem ter alguns privilégios na validação dos diplomas pelo ingresso em outra IES sem necessidade de vestibular.

Na ausência do reconhecimento civil dos diplomas de Teologia, a situação daqueles que cursavam seminários e faculdades de Teologia era parcialmente resolvida por meio do *Decreto-Lei 1.051*, que, desde outubro de 1969, permitia o ingresso, sem vestibular, em instituições de ensino superior onde houvesse vagas excedentes, daqueles que, tendo concluído cursos seminarísticos com duração mínima de dois anos, pretendessem concluir seus estudos e obter um diploma em licenciaturas de áreas afins nas “Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras” (ANDRADE, 2009, p. 27, grifo do autor).

Mesmo havendo uma relação colaborativa entre Igreja e Estado, não podemos esquecer que se trata de duas Instituições diferentes que sempre buscaram manter suas especificidades. Catão (2008) explica que, nas relações entre essas instituições, cada qual procurou salvaguardar sua autonomia, e isso exigiu constantes acordos no nível de negociações

---

<sup>45</sup> A área de Ciências da Religião, no Brasil, possui cursos tanto em nível *stricto sensu* como de bacharelado. O primeiro bacharelado em Ciências da Religião do Brasil, reconhecido pelo MEC, de acordo com Boeing (2007), foi oferecido pelas Faculdades Integradas Claretianas de São Paulo, no ano de 1999. Atualmente, existem no país 10 PPGs em Ciências da Religião recomendados pela Capes. O primeiro Mestrado Acadêmico foi oferecido pela PUC-SP em 1978, seguido da Umesp em 1979. As diferenças epistemológicas entre Teologia e Ciências da Religião ainda constituem um campo em construção e de debate. Segundo Dreher (2008, p. 152), “embora a área (de teologia e ciências da religião) seja pequena, aumenta uma insistência em distinguir mais claramente a(s) ciência(s) da religião da teologia”.

de natureza política. Quanto à trajetória dos cursos de bacharelado em Teologia no Brasil, conforme citado, as Instituições de Ensino Superior católicas foram formando teólogos apenas com o reconhecimento do Vaticano, até que, em 1999, o bacharelado em Teologia passou a ser reconhecido civilmente pelo governo brasileiro. O Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC, por meio da Câmara de Educação Superior (CES), em seu Parecer nº CES 241/99, de 15 de março de 1999, determina que:

- a) Os cursos de Bacharelado em Teologia sejam de composição curricular livre, a critério de cada instituição, podendo obedecer a diferentes tradições religiosas.
- b) Ressalva a autonomia das Universidades e Centros Universitários para a criação de cursos, os processos de autorização e reconhecimento obedecem a critérios relativos ao número de horas-aula ministradas, à qualificação do corpo docente e às condições de infraestrutura oferecidas.
- c) O ingresso seja feito por meio de processo seletivo próprio da instituição, sendo pré-condição necessária para admissão a conclusão do ensino médio ou equivalente.
- d) Os cursos de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, obedecem às normas gerais para este nível de ensino, respeitada a liberdade curricular, (UNIVERSIDADE CONFSSIONAL, 2000 apud ZEUCH, 2006a, p.10, grifo do autor).

O referido Parecer afirma a separação entre Igreja e Estado – estabelecida pela grande maioria dos regimes republicanos – e proporciona à Teologia, que estava estreitamente subordinada a uma orientação religiosa, a possibilidade de ter um *status* acadêmico. Esse Parecer criou condições favoráveis para a proliferação de cursos de graduação de Teologia em todo o Brasil, como também para a inserção da Teologia na sociedade civil. Passos (2006, p. 169) menciona que se trata de uma legitimidade obtida em termos legais e políticos, “como resultado de um processo de gestões de igrejas no Conselho Nacional de Educação e Ministério da Educação”. A Teologia retoma, portanto, sua cidadania dentro do ensino superior.

Ao abordar o tema da profissão do teólogo, Anjos (1996) ressalta

que um dos fatores que contribuem para o reconhecimento desse profissional é a popularização<sup>46</sup> da Teologia para além dos âmbitos confessionais, e uma contribuição para tal é o reconhecimento acadêmico da Teologia como ciência. Segundo o autor, as igrejas cristãs desenvolveram um currículo de Teologia segundo as conveniências de seus credos, voltado para a habilitação de seus presbíteros e pastores. A Igreja Católica destacou-se nessa organização curricular, pois o Vaticano desenvolveu uma habilitação pontifícia de alto nível acadêmico, conferindo bacharelado, mestrado e doutorado em Teologia<sup>47</sup>. Mesmo tendo esses cursos pontifícios uma estrutura curricular para as atividades eclesiais, eles não se adequavam às exigências do Ministério da Educação e havia, de acordo com o autor, uma expectativa por parte dos estudantes de Teologia pelo reconhecimento civil de seus estudos teológicos.

Para Passos (2010), um dos entraves para a entrada da Teologia no meio acadêmico, atualmente, relacionar-se-ia ao fato de a sociedade não ver necessidade e importância nesse tipo de conhecimento, uma vez que religião, por ser objeto de fé, não se discute. Também,

[...] para a comunidade científica, a Teologia é vista como uma falsa ciência, relegada à condição estrita de religiosidade (coisas de foro íntimo) ou de religião (coisa das Igrejas) e, portanto sem lugar na Academia. No caso brasileiro o fato torna-se ainda mais nítido, uma vez que somente em 1999 a Teologia foi reconhecida legalmente como curso superior. A universidade brasileira foi instituída e consolidada sem a presença da Teologia, mesmo a Igreja Católica gozando de

---

<sup>46</sup> Até o ano de 2010, foram contabilizados 143 cursos de graduação em Teologia no Brasil autorizados pelo MEC (BRASIL, 2010e). Com exceção do estado de Roraima, todos os estados brasileiros possuem curso de Teologia, lembrando que, em todos estes, há também a oferta na modalidade a distância. Salientamos que esses 143 cursos não significam 143 instituições, pois muitas delas ofertam cursos em dois ou mais estados, como é o caso da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra-RS) que, com exceção do Acre, Bahia, Paraná e Roraima, oferece cursos de graduação em todos os estados. Outras universidades que também oferecem na modalidade a distância em quase todos os Estados são o Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniassevi-SC) e a Universidade Metodista de São Paulo (Umesp-SP). Verificamos também, a partir de consulta nessas Instituições de Ensino Superior autorizadas pelo MEC, oito cursos de Mestrado e/ou Doutorado em Teologia, sendo destes, seis recomendados pela Capes.

<sup>47</sup> Prova disso é que as IESs católicas brasileiras instituíram seus mestrados e doutorados ainda na década de 1950, como foi o caso da PUC-SP, em 1950, e, mais tarde, na década de 1970, seguida da PUC-Rio em 1972.

uma posição social, política e cultural relevante na sociedade brasileira (PASSOS, 2010, p. 34).

A despeito dessas dificuldades encontradas no reconhecimento civil da Teologia, Zeuch (2006a) afirma que, no Brasil, a Teologia está entrando na universidade, e o governo está reconhecendo diplomas teológicos, independentemente de qualquer acordo eclesiástico-secular.

Cabe destacar que, desde o reconhecimento civil da Teologia em 1999, há discussões por parte dos teólogos em torno das exigências do MEC nos seus pareceres para esse curso. O Parecer CNE/CES 118/09 (BRASIL, 2009) publicado no Diário Oficial da União, de 18 de maio de 2009, revê os pareceres anteriores relativos ao curso de bacharelado em Teologia e estabelece novas normas para o credenciamento de Faculdades de Teologia, a autorização e o reconhecimento de cursos de bacharelado em Teologia, restringindo um pouco a total autonomia na elaboração da matriz curricular pelas IESs. O teólogo Zabatiero (2009) concorda que o Parecer é relevante, embora vigore certa falta de critérios na elaboração de currículos, permitindo que muitas IESs ofereçam cursos de Teologia exclusivamente voltados à formação de quadros para as igrejas, sem perspectiva crítica. Ao mesmo tempo, o autor faz algumas críticas a esse Parecer no que se refere, principalmente, ao estatuto epistêmico da Teologia e sua estrutura curricular, pois, segundo ele, o MEC apresenta como sinônimos a confessionalidade e o proselitismo. Para Zabatiero (2009, p. 15), se o curso assumir uma confissão religiosa isso não significa que está sendo proselitista, pois “na tradição teológica cristã, a Teologia não se limita à reprodução da confessionalidade, mas a questiona criticamente”.

Uma crítica do teólogo ao referido Parecer é no que diz respeito à confusão entre Teologia e religião. Para ele, o documento associa a Teologia à religiosidade, vivências espirituais, ou seja, desconsidera a história da própria Teologia, negando sua especificidade e subordinando-a às demais ciências e saberes universitários. Andrade (2009) destaca que pode até existir uma presença das religiões (ou do fato religioso) nas diferentes culturas, mas não necessariamente em todas essas culturas iremos encontrar a construção de um pensamento teológico, de uma Teologia em sentido estrito. O Parecer, segundo Zabatiero (2009, p. 18), aparenta, também, defender a tese de que “a Teologia só terá lugar verdadeiro no sistema universitário se ela se submeter aos parâmetros da ciência, definidos apenas como ‘exclusão da transcendência’”. O referido Parecer, de n. 118/09, também propõe

Diretrizes curriculares<sup>48</sup> para o curso de Teologia que até, então, não existiam, e um dos elementos que causa discordância de Zabatiello é a questão da defesa da interdisciplinaridade pelo Parecer, pois, conforme o autor, esta somente é possível se for respeitada a especificidade disciplinar, o que está deixando a desejar na concepção epistemológica de Teologia do MEC. O teólogo Andrade (2009), da mesma forma tecendo críticas à proposta das Diretrizes Curriculares, defende a ideia da inclusão de um sétimo eixo constituído pelas disciplinas teológicas propriamente ditas, de acordo com cada Tradição ou confessionalidade. Para o autor, esse eixo é o que deve contemplar a parte substancial e principal do currículo, para que o curso mantenha seu objeto formal que constitui sua originalidade e razão de ser como área de ensino, pesquisa e desenvolvimento do saber teológico.

Um dos aspectos que Andrade também critica no Parecer é que não há uma diferenciação entre Teologia e Ciências da Religião. De acordo com o autor (2009, p. 34), é importante que o teólogo tenha uma visão do fenômeno religioso e das diversas religiões, porém é necessário exigir que “o(a) graduando(a) em Teologia adquira no seu curso um conhecimento sólido de sua própria Tradição, bem como das diversas correntes teológicas que se encontram nesta Tradição, com suas correspondentes metodologias”. Fica evidente, aqui, que há uma zona de conflito tanto entre os teólogos e o MEC como na própria busca de delimitação e diferenciação epistemológica entre a Teologia e as Ciências da Religião, uma zona de conflito epistemológico e político, pois, conforme explica Ortiz (1983, p. 124), “os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos;

---

<sup>48</sup> As diretrizes curriculares para os cursos de Bacharelado em Teologia propostas pelo Parecer 118/09 são compostas por seis eixos: a) Eixo filosófico – que contemple disciplinas que permitam avaliar as linhas de pensamento subjacentes às Teologias, conhecer as suas bases epistemológicas e desenvolver o respeito à ética; b) Eixo metodológico – que garanta a apropriação de métodos e estratégias de produção do conhecimento científico na área das Ciências Humanas; c) Eixo histórico – que garanta a compreensão dos contextos culturais e históricos; d) Eixo sociopolítico – que contemple análises sociológicas, econômicas e políticas e seus efeitos nas relações institucionais e internacionais; e) Eixo linguístico – que possibilite a leitura e a interpretação dos textos que compõem o saber específico de cada Teologia e o domínio de procedimentos da hermenêutica; f) Eixo interdisciplinar – que estabeleça diálogo com áreas de interface, como a Psicologia, a Antropologia, o Direito, a Biologia e outras áreas científicas (BRASIL, 2009).

assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas”.

Passos (2006, p. 169) reforça essa tensão, ao ponderar que o reconhecimento da Teologia como curso superior “coloca a Teologia numa situação de desconforto e risco no cenário universitário nacional: como área de conhecimento sem base epistemológica e identificada com discurso religioso”. O que pode ocorrer, segundo o autor, é que a Teologia pode estar dentro da universidade, entretanto ligada umbilicalmente às igrejas, aceitando, de maneira cômoda, a tranquilidade de um *status* político, sem o correspondente no campo epistemológico. Para Mueller (2007, p. 89), parece que, no mundo acadêmico, a Teologia ainda não mostrou por que nele ocupa espaço: “A não necessidade de pensar seu estatuto teórico já é evidência de uma compreensão do mesmo que por tanto tempo, ao lado de outros fatores históricos, tem mantido a Teologia fora da universidade brasileira”.

As universidades, na percepção de Passos (2006, p. 170), “ganharam uma área de conhecimento estranha e a Teologia ganhou um estatuto epistemológico cientificamente indiferente e ilegítimo.” Zabatiero (2007) ressalta que o problema do estatuto teórico (acadêmico) da Teologia surgiu com a controvérsia moderna, fundada no conflito entre uma verdade baseada na revelação/fé/autoridade eclesial *versus* uma verdade baseada na razão/experiência/autonomia do sujeito. Controvérsia esta não apenas epistêmica, mas também política:

O saber está vinculado ao poder no modo moderno de existir no mundo. Controvérsia na qual, na maioria dos casos, a Teologia se deixou enredar pelo projeto moderno de racionalidade, submetendo-se aos critérios de validade de diferentes sistemas filosóficos de então (ZABATIERO, 2007, p. 69).

Anjos (1996), ao tratar da dificuldade da Teologia em identificar-se como ciência, lança um questionamento em torno do fato de que essa associação da Teologia à religião e à confessionalidade poderia ser um dos motivos que fizeram surgir o campo específico das Ciências das Religiões. Para o autor, a Teologia pode acabar diluindo-se nesse campo (das Ciências das Religiões) e, por meio dessa interdisciplinaridade (com as áreas da sociologia, antropologia, entre outras), perder sua

especificidade<sup>49</sup>. Passos (2006) também apresenta uma preocupação ao ver que a Teologia pode ser erroneamente compreendida como um discurso religioso, ignorando, desse modo, sua milenar tradição histórica de consistência metodológica, desde sua pré-história judaico-cristã<sup>50</sup>. Conforme Zabatiere (2007), os teólogos devem rejeitar a possibilidade de compactuar com a redução da fé a interesses institucionais ou a interesses individualistas de crentes que fazem confusão entre salvação e satisfação de desejos pessoais.

Passos (2006) considera que o reconhecimento legal da Teologia pode até trazer um conforto aos seus proponentes, porém apresenta desafios acadêmicos e políticos para a área de conhecimento, no sentido de que a Teologia precisa, ainda, estabelecer-se epistemologicamente na comunidade universitária. O reconhecimento do bacharelado em Teologia – a partir do Parecer nº CES 241/99 – confunde campo de conhecimento teológico com confissão religiosa. Com o argumento de respeitar o pluralismo religioso, o Estado não quer interferir no currículo teológico, tendo como critérios para reconhecimento dos cursos apenas requisitos formais como número de horas-aula ministradas, qualificação do corpo docente e infraestrutura.

Passos (2006, p. 173) esclarece que “com o justo princípio da não interferência do Estado em questões religiosas, fundamenta-se a supervisão unicamente formal dos cursos”. Reforça-se, portanto, a necessidade de delimitação desse campo de conhecimento acadêmico. A

---

<sup>49</sup> A Teologia, mesmo nas suas origens, possui uma estreita relação com a filosofia, posteriormente os campos que mais se aproximam de seu objeto são a filosofia da religião e as ciências da religião. Alguns teólogos demonstram preocupação, sobretudo, com o campo das ciências da religião. Segundo Mueller (2007), as definições precisas são problemáticas, sua problematicidade é cada vez melhor percebida. Em comum, Teologia e Ciências da Religião têm o fenômeno da religião, “desde o qual e sobre o qual cada uma exercita o seu olhar próprio, sendo que o que aqui é ‘próprio’ é justamente parte do problema, em constante reconstrução” (MUELLER, 2007, p. 91). Uma das diferenças entre Teologia e Ciências da Religião é que esta não discute questões intraeclesiais, mas sim, extraeclesiais, ou seja, é predominantemente interdisciplinar, priorizando a discussão da religião numa perspectiva filosófica, sociológica, psicológica, não partindo da verdade revelada, como é o caso da Teologia.

<sup>50</sup> Conforme analisamos no capítulo anterior, a Teologia possui uma longa trajetória na produção de conhecimento. Passos (2006, p.171) ressalta que a Teologia “produziu acúmulo material e formal, sólido e objetivo o suficiente para configurá-la, do ponto de vista político e cultural, como um sistema teórico-autônomo que transcende epistemologicamente circunstâncias eclesiais específicas, embora mantenha com elas uma relação de interação mútua”. Para o autor, a própria diversidade confessional e o diálogo interdisciplinar sinalizam para a autonomia da Teologia em relação às igrejas e permite uma maleabilidade no momento de se pensar em parâmetros acadêmicos para exercer eventuais juízos sobre sua qualidade, como curso e área do conhecimento.

definição do campo epistemológico, agora como curso superior na universidade, provoca a discussão sobre a cientificidade da Teologia. Zabatiere (2007) afirma que a centralidade da Teologia não é a “cientificidade”, mas a sua irredutível relação à experiência e prática da fé, que vai muito além das possibilidades explicativas das ciências naturais e humanas, embora não esteja fora do âmbito da racionalidade. Permitir que a Teologia se submeta aos imperativos da cientificidade

é colocar a Teologia em uma posição na qual inevitavelmente perderá sua especificidade. Seria reduzi-la a uma das “ciências” das religiões o que, de um lado, lhe possibilitaria uma presença um pouco menos tensa no ambiente universitário, mas, de outro, colocá-la-ia em uma relação por demais tensa com as comunidades de fé (ZABATIERO, 2007, p. 76).

Percebemos que a Teologia, mais em específico na universidade brasileira, foi travando uma luta pelo seu reconhecimento civil e pela defesa de seu campo epistemológico na academia. Tratamos, a seguir, da trajetória da Teologia na pós-graduação *stricto sensu* e destacamos que, o reconhecimento de cursos/programas *stricto sensu* é anterior ao bacharelado, sendo esse reconhecimento aparentemente um processo menos conflitivo do que acabou ocorrendo com a graduação.

### 3.2 UM NOVO ESPAÇO PARA A TEOLOGIA: A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E O SISTEMA CAPES<sup>51</sup> DE AVALIAÇÃO E FOMENTO

Inicialmente, é relevante contextualizar a trajetória da pós-graduação brasileira, sua finalidade, em interface com o processo de avaliação que a regula e legitima. Kuenzer e Moraes (2009) referem que a pós-graduação no Brasil, quando implantada, teve o objetivo de formar docentes qualificados para atender à expansão do ensino superior e preparar o caminho para o decorrente desenvolvimento da pesquisa científica. Posteriormente, passou a ser responsável pela qualificação de

---

<sup>51</sup> As atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; Acesso e divulgação da produção científica; Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; Promoção da cooperação científica internacional; Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (BRASIL, 2010c).

pesquisadores, em especial a partir da metade da década de 1990. Cury (2009) salienta que a pós-graduação tem como categoria-chave a mudança inovadora, e seu componente essencial é a investigação científica apoiada no rigor metodológico.

A pós-graduação no Brasil deu seus primeiros passos na década de 1930, ainda na proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, em que Francisco Campos<sup>52</sup> propunha a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus. De acordo com Santos (2003), foi na década de 1940 que pela primeira vez foi utilizado formalmente o termo "pós-graduação", no Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil. Na década de 1950, foram firmados alguns acordos entre Estados Unidos e Brasil, os quais originaram o surgimento de uma série de convênios entre escolas e universidades estadunidenses e brasileiras por meio do intercâmbio de estudantes e pesquisadores. Para o autor, o impulso para os cursos de pós-graduação no Brasil somente ocorreu na década de 1960<sup>53</sup>.

Sobre essa relação entre produção do conhecimento e desenvolvimento nacional, Santos (2003) considera que foi num contexto de dependência em relação às nações centrais, que ocorreu a instalação da pós-graduação no Brasil. Um país dependente vincula-se a outro, supostamente mais desenvolvido, e estabelece uma relação de "parceria subordinada". O autor explica que tal dependência, contudo, é extremamente nociva para a área da pesquisa, uma vez que a compra de *know-how* estrangeiro não se torna um negócio apropriado, porque desestimula as iniciativas de desenvolvimento tecnológico do país importador, limitando a formação de cientistas e pesquisadores. Dentro desse contexto, o valor do cientista depende do impacto internacional de

---

<sup>52</sup> Francisco Campos foi Ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930-1932) no Governo de Getúlio Vargas. De acordo com Moraes (1990), o Estatuto das Universidades Brasileiras concebeu a universidade mais como um instrumento político do que como um espaço para a produção científica. Mais detalhes sobre a gestão de Francisco Campos no Ministério cf: Moraes (1990).

<sup>53</sup> Mais especificamente no final da década de 1960, o ensino superior brasileiro passou por uma profunda reorganização e entrou num período de rápida expansão. De acordo com Moreira e Velho (2008), foram criados vários órgãos bem como organizados fundos para financiamento da ciência e tecnologia. Disso resultou a expansão de instituições de ensino de pós-graduação e de pesquisa. O otimismo em relação ao papel positivo da ciência e da tecnologia e a visão de que as universidades eram atores fundamentais na conquista de transformações socioeconômicas fizeram com que houvesse forte impulso para a organização do sistema de pós-graduação e o início das atividades de pesquisa nas universidades. Como dito anteriormente, o sistema nacional de pós-graduação (SNPG) foi organizado a partir da década de 1960. Ainda nos dias atuais, este é o sistema que alicerça a formação de especialistas nas áreas científicas e tecnológicas.

seu trabalho, bem como da consonância de sua pesquisa com os interesses de países desenvolvidos.

Essa consideração de Santos ajuda-nos a visualizar que a pós-graduação está inserida em um contexto que envolve produção do conhecimento, interesses econômicos e regulação estatal. É evidente que o sistema de pós-graduação brasileiro tem crescido, porém cada vez mais controlado e avaliado (SGUISSARDI, 2009), por normatizações que datam de 1961, com a Lei 4.024/61 e o Parecer CFE n. 977/65<sup>54</sup>. Cury (2010) relata que a pós-graduação veio constituindo-se como um sistema e como um sistema nacional com legislação pertinente. Essa legislação contemplou as finalidades maiores da pós-graduação, tais como a formação de um corpo docente como um conjunto de pesquisadores de excelência e também, por outro lado, objetiva que esse avanço da pesquisa e do conhecimento seja propulsor do desenvolvimento nacional e em favor do crescimento da cidadania. Para o autor, o Estado impôs-se como incentivador desse sistema, apreendido como um componente da organização da educação nacional em vista de um bem público. Moraes (2006, p. 192), por outro lado, ressalvando a necessidade de atentarmos para a relação entre a

---

<sup>54</sup> De acordo com Santos (2003), em 1965, com o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação, ocorreu a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil. O autor salienta que para Newton Sucupira, o modelo de pós-graduação a ser implantado era adequado à nova concepção de universidade, oriundo dos países mais desenvolvidos. O Parecer 977 estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano. A pós-graduação *stricto sensu* ocorreria em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda à confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano, que compreendia o *major* (área de concentração) e o *minor* (matérias conexas). Um breve olhar sobre a história da implantação da pós-graduação no Brasil revela, pois, suas tradições e indica uma série de contradições. Entre estas, podem ser destacadas a questão da dependência científico-cultural, o problema da incompatibilidade dos títulos e a questão do rigor dos mestrados acadêmicos, que acabam por assimilar, além da experiência norte-americana, aspectos da francesa, gerando um mestrado com muitos créditos a serem cumpridos e exigências fortes quanto à trabalho final, isto é, a dissertação. Ludke (2005), ao discorrer sobre as diferenças entre o modelo norte-americano e o francês de pós-graduação – a partir de suas vivências nos dois países (EUA e França) – considera que nos EUA o cuidado com o tratamento teórico do problema estudado era, entretanto, bem menos acentuado, exigia-se uma atenção especial aos passos da pesquisa, à escolha da amostra e dos instrumentos, bem como a coleta de dados e sua análise (em geral, usando recursos estatísticos), mas a atenção dedicada ao tratamento das questões teóricas ligadas ao problema em estudo era relativamente menor do que na França. Para a autora, a pós-graduação brasileira conseguiu avançar na construção de uma proposta autóctone, que procura aproveitar o melhor de soluções vividas por sistemas mais maduros que os do nosso país. (Sobre o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação, ver também Cury (2005).

concepção de Estado militar e a teoria do capital humano, salienta que:

[...] não obstante as intenções, a pós-graduação brasileira jamais foi prioridade de investimento governamental. É inegável que o regime militar, fortemente influenciado pelas teorias de desenvolvimento, como a do capital humano, elegeu como prioridade a formação de recursos humanos qualificados, necessários ao desenvolvimento do país

O Estado exerce, portanto, um papel de avaliador e regulador da pós-graduação. Na concepção de Cury (2010), a avaliação é imprescindível para que um determinado campo de conhecimento marque presença dentro do sistema, porque ela é provocadora de análises e reflexões para um melhor desempenho.

No Brasil, o órgão responsável pela avaliação da pós-graduação é a Capes. Antes de tornar-se a atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o órgão era nomeado como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foi criado em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, objetivando "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país"<sup>55</sup>. O Brasil estava sob o governo de Governo Vargas (1951-1954), período em que industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química, técnicos em finanças e pesquisadores sociais. (BRASIL, 2010c). Córdova (1996) afirma que esse novo Estado buscava burocratizar, racionalizar e modernizar os aparelhos existentes, criando novas instâncias de regulação e de intervenção, capaz de formular políticas públicas de caráter nacional. E é nesse contexto que ocorreu a criação da Capes. Esta emergiu num

---

<sup>55</sup> Em termos legais, a Capes nasceu como uma Comissão sob a presidência do Ministro da Educação e da Saúde, tendo um Secretário Geral contando com representantes de diversas instituições públicas e privadas. Segundo Gouvêa e Mendonça (2006), a Comissão teve, na sua composição, instituições diretamente ligadas à burocracia estatal, instituições públicas e privadas da área econômica, comissões que estabeleciam acordos de caráter internacional nas áreas técnica e científica e confederações que representavam a indústria e o comércio. A diversidade dessa composição é corolário da diversidade dos interesses políticos e econômicos envolvidos na sua criação e que disputavam a sua liderança.

período de grande efervescência administrativa e institucional<sup>56</sup>.

No ano de 1953, foi implantado o Programa Universitário, principal linha da Capes nas universidades e nos institutos de ensino superior. Anísio Teixeira, então Presidente da Capes, contratou professores visitantes do exterior, estimulou atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, concedeu bolsas de estudos, bem como apoiou eventos de natureza científica (BRASIL, 2010c). Córdova (1996) afirma que é a partir do Decreto 50.737 de 1961 que podemos entender como o momento de consolidação “legal” da instituição subordinou a Capes diretamente à Presidência da República. Com relação aos dois decretos, o de nº 29.741 de 1951 e aquele de 1961, conforme Mendonça (2003), é importante destacar que o primeiro enfatiza a formação de pessoal especializado para dar conta das demandas provenientes de empreendimentos públicos e privados, que objetiva desenvolver o país, instalar e expandir centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados. No segundo Decreto, prioriza-se a melhoria das condições de ensino e pesquisa nos centros universitários como estratégia prioritária para a formação de professores de ensino superior.<sup>57</sup>

Bianchetti (2009, p. 23) esclarece que a Capes “é um modelo ou sistema que surge como uma política de governo, e conquista foros de política de Estado, mantendo-se assim independentemente de quem assumir o governo”; é um modelo que, segundo o autor, tornou-se

---

<sup>56</sup> De acordo com Córdova (1996), outras instituições surgem contemporaneamente à Capes: Comissão Nacional de Política Agrária, em 1951, para cuidar da política agrária; Comissão de Desenvolvimento Industrial, visando apoiar o processo de industrialização; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, para melhorar os transportes e o abastecimento interno; Comissão Nacional de Bem-Estar, para cuidar "da melhoria das condições do povo brasileiro", além de outras comissões de natureza mais específica (Carvão Nacional, Bapaçu, Material Automobilístico, Indústria de Material Elétrico, Comissão Nacional de Alimentação, Comissão Nacional de Abastecimento e Preços) e outros órgãos e agências: Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Carteira de Colonização do Banco do Brasil; Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais; Petrobrás; Banco do Nordeste; Banco de Crédito do Amazonas. E, entre essas e outras tantas entidades, é criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com os quais a Capes teve importante e contínuo vínculo institucional, ambos terão papel destacado na formulação e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico da qual fez parte a política de pós-graduação, sua área específica de atuação da Capes.

<sup>57</sup> Mendonça (2003) destaca a importância de Anísio Teixeira na Capes. Segundo a autora, a Capes dos anos 1950 a 1960 configurou-se como um *projeto* institucional que tem a marca pessoal de Anísio Teixeira. Dessa perspectiva, a Capes desenvolveu, ao longo desses anos, um conjunto de iniciativas e de políticas que tinham como um de seus pressupostos básicos a ideia de que a pós-graduação se constituía a principal estratégia de *reconstrução* da universidade brasileira, para adequá-la às necessidades do desenvolvimento nacional.

hegemônico, alcançou uma legitimação que, mesmo questionado, não coloca em risco sua manutenção, equilíbrio e supremacia.

Cabe destacar que no processo de organização da Capes, de acordo com Gouvêa e Mendonça (2006), estavam presentes dois grupos antagônicos: o grupo dos pragmáticos, que almejavam reformas mais imediatas e qualificação profissional e o grupo dos políticos, que buscavam objetivos de médio e longo prazo e tinham uma preocupação quanto à produção científica nacional. Assim, para as autoras, as diretrizes da Capes nasceram de um compromisso entre essas duas tendências. Mendonça (2003) salienta que coube a Anísio Teixeira o papel de mediador nessa disputa. Segundo a autora, Teixeira acreditava ser o momento de fazer da pós-graduação o centro e cúpula da nova universidade, construindo e reconstruindo o saber que seria ensinado na própria universidade, formando os quadros superiores de cientistas nos vários campos do saber humano e constituindo-se no espaço por excelência de formação do professor universitário. Essa seria, para ele, a verdadeira âncora para uma reforma universitária que se fazia necessária, uma reforma *a partir de dentro* da universidade, conforme suas próprias palavras. Foi essa a orientação básica de Anísio Teixeira na presidência da Capes.

Hostins (2006) explica que, em julho de 1974, a estrutura da Capes foi alterada pelo Decreto 74.299 e seu estatuto passa a ser o de órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira. Assim:

Pode-se afirmar que na fase final do regime militar – mais precisamente no governo Ernesto Geisel – não só a pós-graduação como a agência registrou um aumento progressivo de sua importância estratégica no cenário do ensino superior brasileiro. Prova disso foi o desencadeamento de algumas iniciativas como: o apoio à criação de Associações Nacionais por área de conhecimento; a implantação do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), que concedia bolsas de estudos e liberação com salário integral para professores universitários cumprirem programas de pós-graduação nos principais centros do país e do exterior, e a aprovação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) (HOSTINS, 2006, p.137).

Conforme a autora, a década de 1970 evidenciou a burocratização das universidades que, transformadas em pesadas organizações, exigiam uma regulação e controle, principalmente nos programas de pós-graduação. Diante disso, cria-se a necessidade de avaliação da pesquisa nelas desenvolvida. Esse papel foi atribuído à Capes, a qual implantou, em 1976, a sistemática de avaliação por meio de comissões de consultores – a avaliação por pares –, sendo a primeira delas realizada em 1978<sup>58</sup>.

### 3.3 A SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA CAPES E SUA REPERCUSSÃO NA ACADEMIA

A avaliação, sob a responsabilidade da Capes, é feita a partir de alguns objetivos: estabelecer o padrão de qualidade exigido aos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão; fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros – exigência legal para que esses cursos possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação; impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo; contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra; contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto

---

<sup>58</sup> De acordo com Hostins (2006, p.138-139), “nesse período, a agência ganha o reconhecimento formal como o órgão responsável pela formulação do Plano Nacional de Pós-Graduação, o que se efetiva em 1981, com a extinção do Conselho Nacional de Pós-graduação. Assume, então, a responsabilidade pela elaboração do II Plano Nacional de Pós-Graduação e é reconhecida no MEC como a Agência Executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. No II PNPG (1982-1985), o objetivo continua a ser a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas, visando ao atendimento dos setores público e privado. Porém, nas suas diretrizes, a ênfase recai na qualidade do ensino superior e, mais especificamente, da pós-graduação, sendo necessários, para isso, a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação que já existia embrionariamente desde 1976, com a participação da comunidade científica (BRASIL, 2005b, p. 13). Além disso, esse Plano tem como meta principal o apoio aos programas em sua infra-estrutura, de modo a assegurar-lhes estabilidade e autonomia financeira.

nível; dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação; oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação (BRASIL, 2011a).

Esses objetivos citados orientam a avaliação que, como já foi enfatizado, é realizada por especialistas de cada área, com base em alguns critérios e determinados pesos estabelecidos pela Direção de Avaliação da Capes, com a contribuição dos representantes de áreas. Os critérios, hoje, são em número de sete<sup>59</sup> e são aplicados a todas as áreas de conhecimento<sup>60</sup>, porém os pesos para os quesitos internos a cada critério variam de acordo com as áreas.

Com relação à metodologia,

a avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7" fundamentam a deliberação do CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente (BRASIL, 2011a).

---

<sup>59</sup> Os referidos critérios são: Proposta do Programa; Corpo Docente; Atividade de Pesquisa; Atividade de Formação; Corpo Discente; Teses e Dissertações; Produção Intelectual (BRASIL, 2011a).

<sup>60</sup> Atualmente, a Capes conta com 46 áreas de conhecimento, sendo elas: Administração; Ciências Contábeis e Turismo; Antropologia e Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Artes; Astronomia/Física; Biotecnologia; Ciências da Computação; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Ciência Política; Ciências Agrárias; Ciências Biológicas I; Ciências Biológicas II; Ciências Biológicas III; Ciências Sociais Aplicadas I; Direito; Ecologia; Economia; Educação; Educação Física/Fisioterapia; Enfermagem; Engenharias I; Engenharias II; Engenharias III; Engenharias IV; Ensino de Ciências e Matemática; Farmácia; Geociências; Geografia; História; Letras/Linguística; Matemática/Probabilidade e Estatística; Materiais; Medicina I; Medicina II; Medicina III; Medicina Veterinária; Interdisciplinar (Antiga Área Multidisciplinar); Odontologia; Planejamento Urbano e Demografia; Psicologia; Química; Saúde Coletiva; Serviço Social; Sociologia; Zootecnia e Recursos Pesqueiros (BRASIL, 2011a).

A referida avaliação segue um determinado modelo denominado Sistema de Ficha de Avaliação<sup>61</sup>. Esta é preenchida tendo por base as informações encaminhadas pelos PPGs à Capes, por intermédio de formulários *online*, chamado “Coleta Capes”<sup>62</sup>.

Conforme orientação da Capes (BRASIL, 2011a), todo o processo de planejamento e execução da avaliação baseia-se na intensa participação de consultores acadêmicos, escolhidos entre profissionais com comprovada experiência e qualificação para desenvolver pesquisas, no processo de orientação e no ensino nesse nível, bem como na busca de inovação nos processos e produtos. Os Coordenadores de Área são consultores designados para, em um período de três anos, coordenar, planejar e executar as atividades das respectivas áreas na Capes, especialmente aquelas relativas à avaliação dos programas de pós-graduação<sup>63</sup>.

Balbatchevsky (2005 apud HOSTINS, 2006) menciona que a Capes formou comitês encarregados de avaliar e classificar cada programa, nas diversas áreas do conhecimento. Esses comitês, à medida que se repetiam os processos avaliativos, transformaram-se em importantes fóruns para a fixação dos padrões de qualidade da pesquisa e de legitimação dos objetos de estudo, teorias e metodologias, além da valorização de determinados padrões de publicação e interação com a comunidade internacional. No entanto, de acordo com Bianchetti (2009), esses comitês/fóruns, como espaços educativos, ainda deixam

---

<sup>61</sup> De acordo com a Capes (BRASIL, 2011a), esse sistema caracteriza-se como o instrumento utilizado para o registro das avaliações de cada um dos programas de pós-graduação após a análise de mérito realizada pelas Comissões de Avaliação das Áreas. Há uma ficha para os programas acadêmicos e outra para os mestrados profissionais. Ambas estruturam-se em quesitos e itens, visando: garantir uma base de uniformidade e de padronização do processo de avaliação, o que pressupõe a observância, por todas as áreas, dos pontos básicos para esse fim, definidos pelo CTC-ES; ampliar, considerando as especificidades de cada área e aquelas estabelecidas pelo CTC-ES, o nível de integração entre as áreas no âmbito de sua respectiva Grande Área e no contexto das demais. As Fichas de Avaliação em conjunto com os Documentos de Área e os Relatórios de Avaliação constituem a tríade que expressa os processos e os resultados da Avaliação Trienal.

<sup>62</sup> O Aplicativo Coleta de Dados da Capes é um sistema informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional, integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Desde 2006, passou a haver uma preocupação explícita no sentido de que os programas de pós-graduação contassem com profissionais treinados, dentro das suas próprias Instituições, para auxiliar o processo de preenchimento do Aplicativo Coleta de Dados (BRASIL, 2011a).

<sup>63</sup> Os Coordenadores de Área, após indicação dos pares, são escolhidos entre os integrantes das listas tríplexes elaboradas pelo Conselho Superior. Essas listas são definidas tendo como base a relação de nomes advindos da consulta feita aos cursos ou programas de pós-graduação e às associações e sociedades científicas e de pós-graduação. Para atender ao disposto no Art. 8º da Portaria nº 207/2010, a Capes disponibiliza aos cursos ou programas de pós-graduação e às associações e sociedades científicas e de pós-graduação meios para indicação de nomes para Coordenador de Área.

muito a desejar, uma vez que estão mais preocupados em buscar formas ou estabelecer estratégias para cumprir determinações de outras instâncias, do que, propriamente, assumir um papel autônomo, a fim de contribuir para a realização de uma avaliação de caráter formativo. O que acaba predominando é a realização de avaliações com as características descritas e criticadas por Sguissardi (2006): heterônoma, defensiva, reguladora, classificatória, entre outras.

Ao realizar pesquisa com Coordenadores de Programas de Pós-graduação avaliados pela Capes, Horta (2009) evidenciou que não há unanimidade quanto ao processo de avaliação. Explicita o autor que grande número de Coordenadores elogia e outros levantam críticas às diferentes Comissões de Avaliação, que vão desde acusações de recebimento de propina por parte de avaliadores até o reconhecimento relacionado ao grande esforço, ao espírito democrático e de transparência manifesto no trabalho das Comissões.

Com relação às novas propostas de cursos de pós-graduação, a Capes (BRASIL, 2011a) verifica a qualidade de tais propostas e se atendem ao padrão de qualidade requerido para esse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). Para a Capes, os dois processos – avaliação dos programas de pós-graduação e avaliação das propostas de novos programas e cursos – são alicerçados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo, assim, um só Sistema de Avaliação, cujas atividades são realizadas pelos mesmos agentes: os representantes das áreas e consultores convidados.

Conforme expresso anteriormente, após esse processo avaliativo, os Programas recebem uma nota que vai de 1 a 7<sup>64</sup>, compondo um

---

<sup>64</sup> Na Capes, os Programas de Pós-graduação são classificados conceitualmente de 1 a 7. No documento referente à Área de Avaliação: Filosofia/Teologia: Subcomissão Teologia da Capes (BRASIL, 2005b), consta que o Programa de nível 1 não reúne condições suficientes para conferir graus de mestrado ou doutorado em Teologia e Ciências da Religião, não podendo, portanto, ser credenciado. O programa de nível 2 não consegue oferecer uma formação adequada em pesquisa, tem produção docente e discente insatisfatória, e a maioria das dissertações e teses são de qualidade insuficiente, não podendo ser credenciado. O programa de nível 3 possui a maioria de docentes no corpo permanente, bem qualificados ou em processo de qualificação; área de concentração e linhas de pesquisa bem estabelecidas, com projetos adequadamente vinculados a estas, e produção docente regular, quanto à qualidade e periodicidade (média de pelo menos três artigos por docente no triênio, divulgados em veículos classificados no Qualis/nacional). O programa deve demonstrar perspectivas de progresso e capacidade de investimento, visando ascender a níveis mais altos. Com o conceito 3, os Programas atendem os requisitos básicos estabelecidos pela legislação vigente para serem reconhecidos pelo Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), e, em decorrência, expedir diplomas de

*ranking*, no qual quem está no topo goza de privilégios<sup>65</sup>.

Como decorrência dessa postura do Sistema em relação à avaliação dos Programas, há evidências de que a relação entre a Capes e os Programas de Pós-graduação (PPG) não é tão harmoniosa como imaginamos ou é explicitada pelos órgãos governamentais, como pudemos perceber em alguns depoimentos, apresentados no decorrer deste estudo, que são perpassados por fortes questionamentos ao *modus operandi* da Capes. Além dos depoimentos, também na literatura observamos questionamentos. Ao tratar da condição dos Coordenadores de Programas de Pós-graduação, Bianchetti (2009, p. 23, grifo do autor) indaga:

O que ou quem é a CAPES? Em que medida nós contribuímos para a criação/manutenção da Instituição-CAPES que nos financia, controla, regula, avalia, enfim credencia? Ou em que medida somos apenas executores de ordens, tarefas, decisões definidas e tomadas em outros *loci* espaço-temporais?

No contexto da prática avaliativa da Capes, Fávero (1999) destaca que esse modelo privilegia os indicadores quantitativos, valoriza o produto em detrimento do processo, promove uma classificação hierárquica, estabelece a constituição de um único padrão de universidade e de pós-graduação e acaba por penalizar os já penalizados. Essa observação do autor vem ao encontro de um demonstrativo da avaliação trienal da Capes. No *site* desta, está disponibilizado um *link* denominado “Planilhas comparativas da avaliação trienal”, nas quais se comparam os indicadores de todos os

---

mestrado e/ou doutorado com validade nacional. O programa de nível 4 deve apresentar todas as características de um programa nível 3 e, além delas, estar claramente consolidado. Isso exige que 70% do seu corpo docente permanente tenham dedicação integral (40 horas) à instituição; exige também que a produção docente e discente seja de boa qualidade. O programa de nível 5 é considerado de excelência na área. Apresenta corpo docente muito bem qualificado (mais de 70% de docentes no corpo permanente), tradição acadêmica, produção docente e discente de qualidade, sendo um programa fortemente consolidado e demonstrando boas perspectivas para o futuro. Os programas classificados como 6 e 7 são equiparáveis aos congêneres internacionalmente destacados. Eles serão submetidos a um segundo crivo que levará em conta, para aferição do seu nível de equivalência com os Programas de destaque internacional sediados no exterior, dois itens complementares, considerados com pesos distintos: Produção intelectual e atividades de intercâmbio.

<sup>65</sup> Os programas com conceitos iguais ou superiores a 6 recebem mais apoio financeiro para as atividades desenvolvidas, tais como: maior número de bolsas, maior possibilidade de intercâmbio com IES do exterior, financiamento para eventos científicos e outros privilégios

programas de uma determinada área, proporcionando, desse modo, um olhar comparativo que permite visualizar, na forma de apresentação dos dados em tabela, uma competição intra e entre os Programas da mesma área e áreas diversas.

Nessa perspectiva, outro aspecto criticado por Bianchetti (2009, p. 37) é o perfil homogeneizador do modelo de avaliação:

Em nome da busca da excelência, a CAPES consegue impor um modelo de avaliação que pouco espaço permite para a heterogeneidade que constitui o Brasil, tanto em termos de sua relação com outros países de onde advêm os indicadores de excelência, quanto da própria relação interna entre programas e, particularmente, entre áreas. A margem de manobra dos programas e das áreas é muito pequena.

Qualquer análise que fizermos propicia condições para perceber que esse é um modelo de avaliação homogeneizador e que remete para dentro dos espaços de produção de conhecimento, no caso específico, os PPGs, principalmente depois da década de 1990, uma lógica mercantil (SILVA JUNIOR, 2005). Para Hostins (2006), as diretrizes orientadoras da política da pós-graduação brasileira, nos anos de 1990, são coetâneas desse processo de vinculação do financiamento aos índices de produtividade. Nesse sentido:

Também, e principalmente, na pós-graduação o governo propõe que os repasses de recursos sejam atrelados ao número de alunos e à quantidade da produção docente e discente em pesquisa, ou seja, o aporte financeiro é determinado pelo desempenho institucional, preferencialmente em nível internacional, cujo controle e avaliação estão sob responsabilidade da CAPES. Nos documentos que orientam a política de pós-graduação na década de 1990 evidenciam-se algumas importantes mudanças como a diminuição do tempo de certificação, a redução do número de bolsas e de seu tempo de duração, a redefinição do mestrado com o privilegiamento do doutorado, a vinculação de teses e dissertações a projetos de pesquisa institucional (HOSTINS, 2006, p.143).

É a partir da década de 1990 que se intensificam os critérios de avaliação, colocando os PPGs numa linha de trabalho intensificada (SGUISSARDI; SILVA Jr., 2009), em que a meta é produzir, independentemente dos custos acadêmicos e pessoais que resultarem desse processo<sup>66</sup>.

Após algumas linhas gerais visando contextualizar a pós-graduação brasileira e seu atual sistema de avaliação, controle e financiamento, abordamos, a seguir, aspectos relacionados ao processo de inserção e permanência dos PPGs em Teologia (PPGT) na Capes, retornando, dessa forma, à centralidade da pesquisa proposta.

### 3.4 A TRAJETÓRIA DE INSERÇÃO DOS PPGT NA CAPES

Conforme explanado no segundo capítulo, a inserção, na Capes, da Pós-graduação em Teologia, embora apresente pontos de aproximação com o ocorrido às outras áreas, guarda especificidades pelo fato de estar sob a regulação e financiamento de outras instituições, no caso, as igrejas, sejam elas protestantes ou católicas. Alguns mestrados e doutorados, antes mesmo de serem inseridos na Capes, já contavam com uma trajetória de 50 anos de atividades, como é o caso dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Teologia da PUC-SP, que foram institucionalizados, pela via eclesial, em 1950, e apenas em 2002 passaram a integrar o Sistema Capes. A Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte (FAJE), por sua vez, abriu seu Mestrado em 1987 e foi recomendado pela Capes em 1997.

Atualmente, são seis IESs que possuem seus PPGTs recomendados pela Capes, conforme explicitado no Quadro 2: PUC-Rio, EST-RS, PUC-RS, FAJE-MG, PUC-SP e PUC-PR.

Em relação à busca de reconhecimento por parte dos PPGTs, os teólogos entendem que isso ocorreu graças à contribuição da Filosofia, já que na Capes, a Teologia é uma subárea daquela. Conforme Oliveira (1996), foi decisivo para o processo contar com o apoio de filósofos que, contrariando uma mentalidade antirreligiosa no meio acadêmico, criaram possibilidades para a inserção da Teologia na pós-graduação. Na sequência, apresentamos um breve histórico da trajetória de cada IES na caminhada rumo à inserção de seus mestrados e doutorados em

---

<sup>66</sup> Uma análise pela perspectiva da totalidade não deve impedir que percebamos que, paralelamente a tantas perdas no que se refere à qualidade da formação, ao privilegiamento da quantificação e outro, traz, por outro turno, “vantagens” quanto a melhorias na avaliação e no financiamento. Porém, a pergunta que não pode deixar de ser feita é: tudo isso a que preço, com relação a questões humanas, epistemológicas e de veiculação do conhecimento?

Teologia na Capes.

Na busca de reconhecimento civil da sua Pós-graduação em Teologia, a PUC-Rio foi a IES que tomou a iniciativa. De acordo com informações disponibilizadas no *site* do Programa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011b), o Departamento de Teologia faz parte do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Instituição. Sentindo a necessidade de aprofundar a pesquisa nas áreas Bíblica e Sistemático-Pastoral, em 5 de maio de 1971, o Conselho de Pesquisa da PUC-Rio aprovou a criação do curso de Pós-Graduação em Teologia. A turma inaugural do Mestrado iniciou suas atividades pós-graduandas no primeiro semestre de 1972, e o doutorado em 1979. Em 20 de maio de 1972, pelo Decreto nº 350/72, a Santa Sé, por meio da Congregação para a Educação Católica transformou o Departamento de Teologia em Faculdade de Teologia, concedendo-lhe o direito de conferir graus acadêmicos eclesiais de Bacharel, Mestre e Doutor em Teologia. Em 5 de junho de 1972, o Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade aprovou o curso de Doutorado em Teologia. De acordo com Andrade (2009), em 1977 e 1978, quando as avaliações eram anuais, o PPGT da PUC-Rio recebeu a qualificação “SC” (sem conceito), porém, em 1979, foi conceituado como “A”, o mais elevado da época. O autor ressalta que era muito difícil de os Programas receberem essa conceituação, o que demonstra, já na época, um reconhecimento, via Programa de Teologia da PUC-Rio, da maturidade alcançada por essa área no Brasil.

A outra IES a buscar reconhecimento na Capes foi a Escola Superior de Teologia (EST), de confissão luterana, localizada na cidade de São Leopoldo (RS). Essa IES é vinculada à Rede Sinodal de Educação e identificada com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Em 1984, a Faculdade de Teologia passou a constituir a Escola Superior de Teologia (EST), composta por cinco unidades: Faculdade de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação e Pesquisa (o atual IEPG), Instituto de Educação Cristã, Instituto de Capacitação Teológica Especial e Instituto de Pastoral. Posteriormente, foram criados o Instituto de Música e o de Formação Diaconal, a Escola Sinodal de Educação Profissional (Esep) e o Instituto Superior de Música de São Leopoldo (ISMSL).

O Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia (IEPG) da Escola Superior de Teologia (EST), localizado em São Leopoldo (RS), iniciou suas atividades em 1983 com o programa de Mestrado em Teologia. O objetivo imediato era suprir a demanda de pessoal docente qualificado na área da Teologia, tanto no Brasil como na América Latina. Até então, a formação em nível de pós-graduação era efetuada

exclusivamente no exterior (em especial na Alemanha). Em longo prazo, o objetivo maior era, e continua sendo, o desenvolvimento de um núcleo de pesquisa na área teológica que pudesse tornar-se um marco de referência em nível nacional e internacional. Um passo decisivo para a EST foi o ingresso no sistema de avaliação e credenciamento da pós-graduação do país, efetuado pela Capes. Nesse processo, primeiro foi credenciado o Curso de Mestrado, no ano de 1989, e depois o de Doutorado em 1992.

O curso de Mestrado em Teologia da PUC-RS foi aprovado pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação no dia 4 de abril de 1991. Obteve o credenciamento do MEC conforme Portaria nº 490 de 27 de março de 1997, publicada no DOU em 31 de março de 1997. O curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação conforme Parecer CNE/MEC n. 33/2008, publicado no DOU em 30 de abril de 2008. O PPG em Teologia da PUC-RS surgiu com o objetivo de melhorar a qualidade dos cursos de graduação em Teologia do estado, em virtude das necessidades pastorais cada vez mais exigentes e desafiadoras, conforme informações disponibilizadas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011b).

O Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, hoje denominado Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), resultou da transferência para Belo Horizonte, no ano de 1982, das Faculdades Eclesiásticas de Filosofia e de Teologia, mantidas pela Companhia de Jesus no Brasil. A Faculdade de Filosofia, criada em 1941, em Nova Friburgo (RJ), foi transferida sucessivamente para São Paulo (SP), em 1966, e para o Rio de Janeiro (RJ), em 1975, vindo a instalar-se finalmente em Belo Horizonte (MG) em 1982. O curso de Mestrado em Teologia foi reconhecido pela Capes/MEC em 1997, mediante a Portaria nº 1432 de 2 de fevereiro de 1999 (DOU de 3 de fevereiro de 1999), confirmada para os triênios seguintes pelas Portarias nº 2.530 de 4 de setembro de 2002 (DOU de 6 de setembro de 2002) e nº 2.878 de 24 de agosto de 2005 (DOU de 25 de agosto de 2005), que também reconheceu o curso de Doutorado em 2002. O Curso de Bacharelado em Teologia, já existente desde o início da Faculdade, segundo a legislação eclesiástica, foi autorizado pela Portaria nº 264 de 19 de junho de 2006 (DOU 20 de junho de 2006) e começou a funcionar, com caráter também civil, em 2007 (FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA, 2011b).

A Pós-Graduação em Teologia (mestrado e doutorado) da PUC-SP funciona, eclesiasticamente, desde a fundação da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, no ano de 1950. Quanto ao reconhecimento

civil, o Programa de Pós-Graduação obteve a recomendação da Capes para o curso de Mestrado em Teologia no ano de 2002 (Portaria No. 3.949, de 30 de dezembro de 2002, DOU de 31 de dezembro de 2002). Desde então, o Programa existiu dentro do Centro Universitário Assunção (Unifai). Contudo, no dia 8 de abril de 2009, a Coordenação da Área de Filosofia/Teologia da Capes reconheceu a passagem do Programa de Pós-Graduação em Teologia do Centro Universitário Assunção (Unifai) para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por meio de ato administrativo interno, uma vez que ambas as instituições se encontram vinculadas à Arquidiocese de São Paulo. Dessa maneira, o Programa de Pós-Graduação acompanha novamente o Curso de Graduação em Teologia da mesma Faculdade de Teologia, o qual já havia migrado para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011).

O Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), vinculado ao Centro de Teologia e Ciências Humanas e à Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, foi recomendado pelo Conselho Técnico e Científico da Capes (MEC) em reunião nos dias 21 a 25 de Julho de 2008 e teve sua criação aprovada pelo Conselho Universitário da PUC-PR, pela Resolução Consun 87/2008, de 5 de agosto de 2008. A Teologia na PUC-PR tem uma longa caminhada que leva a Instituição a propor um Programa de Pós- Graduação. Em relação ao histórico, documento da IES informa que, diante das necessidades da Arquidiocese de Curitiba e da Universidade Católica do Paraná, em 25 de setembro de 1972, foi criado o Departamento de Teologia, tendo à frente o Pe. Diniz Mikoz. O Departamento surgiu com o objetivo de coordenar as aulas de Teologia que eram ministradas em todos os cursos da instituição, bem como difundir a cultura religiosa por meio de cursos *lato sensu* para professores de Escolas Católicas (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2011).

A Pós-graduação em Teologia, nesse processo de reconhecimento civil e institucionalização como campo de conhecimento, tem se organizado em Associações, seguindo a mesma direção que as outras áreas, como explicita Saviani (2006). No ano de 2007, representantes dos Programas de Teologia e Ciências da Religião<sup>67</sup> reconhecidos pela Capes, fundaram a Associação Nacional dos Programas de Pós-

---

<sup>67</sup> O Curso de Ciências da Religião está – na Capes – dentro da mesma subárea de avaliação da Teologia. É um PPG que, em algumas universidades, substituiu o PPG em Teologia.

Graduação em Teologia e Ciências da Religião (Anptecre<sup>68</sup>), que visa apoiar a pesquisa e os estudos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Teologia e Ciências da Religião.

De acordo com Perine (2008, p. 297), dentro das 45 áreas de avaliação da Capes, os PPGs em Teologia e Ciências da Religião constituem uma subcomissão da área da Filosofia e são avaliados por uma comissão permanente de consultores constituída para o triênio a convite do Coordenador da área de Filosofia e aprovada pela Diretoria de Avaliação da Capes. Dentro da Capes, a Teologia e as Ciências da Religião vão conquistando seu espaço tanto na melhoria da classificação no *ranking* entre os campos de conhecimento quanto no número de Programas. Perine (2008, p. 298) explica que, no final do triênio 2001/2003, a subárea de Teologia e Ciências da Religião possuía 10 Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, sendo três programas com nota 3, um, com nota 4, cinco programas com nota 5 e um, com nota 7. Quanto à distribuição geográfica, a região Sudeste conta com sete programas (cinco com nota 5 e dois com nota 3); a região Centro-Oeste com um programa (nota 4) e a região Sul com dois programas (um com nota 6 e um com nota 4). Salientamos que, na avaliação trienal de 2004-2006, o número de PPGs salta de 10 para 13, sendo dois novos PPGs no Nordeste e mais um da região Sudeste. Na última avaliação trienal de 2007 a 2009, surgiu mais um Programa, o PPGT da PUC-PR que recebeu recomendação da Capes em 2008.

Para melhor visualização, apresentamos no Quadro 3 apenas os seis (6) Programas de Pós-graduação em Teologia (PPGT), entre os quais estão os da nossa amostra e seus respectivos conceitos nas quatro últimas avaliações trienais.

---

<sup>68</sup> No dia 20 de junho de 2007, em Goiânia, na Universidade Católica de Goiás, foi fundada a Anptecre, que é composta por 14 Programas de Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião. Os sócios fundadores são 14 PPGs, sendo: a) Os **PPGs em Ciências da Religião**: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); Universidade Católica de Goiás (UCG); Universidade Metodista de São Paulo (Umesp); Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie); Universidade Católica de Pernambuco (UCP); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); b) os PPGs em Teologia: Escola Superior de Teologia de São Leopoldo-RS (EST); Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).;(Fonte: Segundo Congresso da Associação Nacional De Programas de Pós-Graduação e Pesquisa Em Teologia e Ciências da Religião (2009). Cabe destacar que, além da Anptecre, outras entidades também reúnem os pesquisadores na área, como a Sociedade de Teologia e Religião (Soter); a Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (aste) e a Fraternidad Teologica Latinoamericana (FTL), com sede em San Jose, Costa Rica.

**Quadro 3:** Conceitos dos PPGTs nas últimas quatro avaliações trienais da Capes

PPGT	Avaliação trienal Conceitos			
	2001 1998 a 2000	2004 2001 a 2003	2007 2004 a 2006	2010 2007 a 2009
Escola Superior de Teologia (EST) – São Leopoldo-RS	M/D – 7	M/D – 7	M/D – 7 MP – 4	M/D – 6 MP – 4
Centro Universitário Assunção (PUC/SP) – São Paulo-SP	-	M – 3	M – 3	M – 3
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) Belo Horizonte-MG	M/D – 5	M/D – 5	M/D – 5	M/D – 6
Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) – Rio de Janeiro-RJ	M/D – 5	M/D – 5	M/D – 5	M/D – 5
Pontifícia Universidade Católica(PUC/RS) – Porto Alegre-RS	M – 4	M – 3	M – 3	M – 4
Pontifícia Universidade Católica(PUC/PR) – Curitiba-PR	-	-	-	M – 3

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

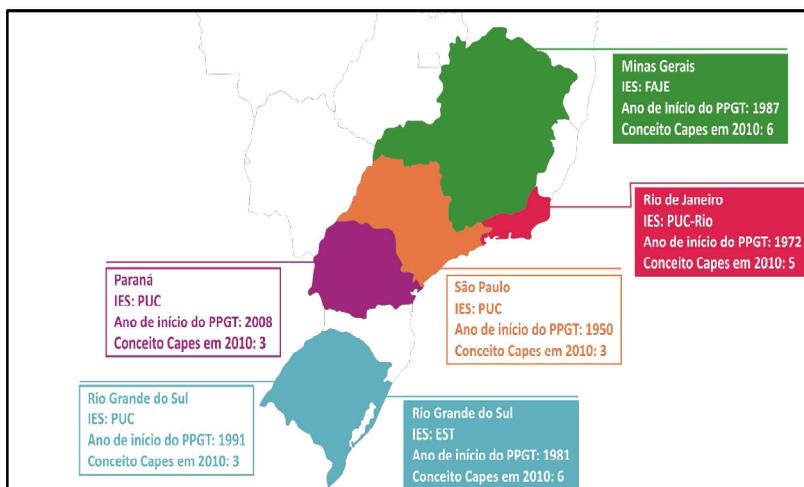
É possível verificar que cinco PPGTs mantêm certa regularidade, com destaque para a EST, que, por três triênios, manteve o conceito 7<sup>69</sup>. É interessante observar que a PUC/SP (Centro Universitário Assunção), que teve o primeiro PPGT do Brasil, ainda em 1950, não conseguiu até 2011 alcançar um conceito acima de 3<sup>70</sup>. Temos de considerar o fato de

<sup>69</sup> Salientamos, também, que, além de ser o único PPGT nota 7 em toda a área de Teologia e Ciências da Religião, no ano de 2000, a EST também obteve a recomendação para o primeiro Mestrado Profissional em Teologia.

<sup>70</sup> Na mesma IES, porém, o PPG em Ciências da Religião obteve, na avaliação trienal 2007-2009, o conceito 5.

que esta apenas entrou no sistema Capes em 2002. Observando as fichas de avaliação da Capes, verificamos que o Programa da PUC-SP não consegue atender a algumas recomendações dos avaliadores como: aumento da produção científica dos docentes; publicação em revistas internacionais; aumento do número de alunos; ausência de professores de outras confissões religiosas (não católica). Enfim, essas observações evidenciam que esse PPGT esteve bastante voltado ao aperfeiçoamento do clero católico. Outrofator que aparece reiteradas vezes nas fichas de avaliação do Programa é a ausência de discussão de temas ecumênicos.

O PPGT da PUC-PR, com inserção na Capes apenas em 2008, somente recebeu o primeiro conceito na última avaliação trienal. Três PPGTs chamam a atenção – EST, FAJE e PUC-Rio – por terem conceitos acima de 5 em todos os triênios. No Mapa 1 é possível perceber melhor a distribuição geográfica desses Programas no Brasil<sup>71</sup>. Destacamos os três PPGTs que possuem conceitos na Capes igual ou acima de 5, localizados em Minas Gerais (FAJE), Rio de Janeiro (PUC) e Rio Grande do Sul (EST), uma vez que são objeto da nossa pesquisa.



**Mapa 1:** Localização geográfica dos PPGTs recomendados pela Capes  
 Fonte: Capes (BRASIL, 2010a).

<sup>71</sup> A um primeiro olhar, mantém-se na Teologia, a mesma tendência de outras áreas, isto é, uma concentração de Programas no eixo Sul-Sudeste.

A trajetória da Teologia na busca de seu reconhecimento acadêmico tanto em nível de bacharelado quanto na pós-graduação *stricto sensu* revela um árduo processo. Podemos, então, perguntar-nos: qual foi o interesse da Teologia em iniciar essa caminhada cheia de empecilhos? Será que o objetivo é retomar a valorização do Teólogo, a exemplo do que acontecia na Idade Média? Para Comblin (1969), os teólogos, entretanto, foram os responsáveis pela definição teórica dogmática e eclesial dentro do catolicismo e, por isso, eram muito respeitados. O autor afirma que, desde o século XIV, em cada Concílio, a tarefa dos teólogos tornou-se mais importante. A função teológica não apenas apareceu e desenvolveu-se, mas também seu papel ampliou-se na Igreja, basta saber que na época tridentina<sup>72</sup>,

os teólogos foram, os formadores dos bispos: em suas instituições e pelo ideal episcopal, informado pela Teologia, que lhes propuseram. [...] numerosos teólogos entraram para o corpo episcopal. O direito medieval exigia para os candidatos ao episcopado a “ciência”. Os bispos deviam ser eleitos entre os sacerdotes eminentes pela sua vida e ciência (COMBLIN, 1969, p. 22).

Passos (2008) ressalta que a Teologia tem um importante papel no meio acadêmico e no diálogo com outras áreas do saber. Oliveira (1996), contudo, salienta que essa busca pelo reconhecimento civil dos cursos de Teologia ocorreu em razão mais das suas vantagens econômicas do que propriamente de um interesse da Igreja em abrir-se ao diálogo com outras ciências, e tanto a Capes quanto o CNPq têm estimulado a área com concessão de bolsas e subsidiado viagens de professores e estudantes. Essas considerações vêm ao encontro do que dizem alguns autores que discutem o modelo Capes de avaliação, entre eles, Bianchetti (2009, p. 12), que, ao abordar essa busca dos PPGs pela inserção no sistema Capes, afirma que “fazer parte do sistema garante legitimidade e propicia financiamento. Em contrapartida, paga-se um

---

<sup>72</sup> Época Tridentina é chamada a época do Concílio de Trento, no Tirol italiano. Este foi convocado pelo Papa Paulo III, em 1546, a fim de (re)unificara Igreja e reprimir os abusos, seja da parte dos fiéis, seja dos protestantes, quando possível. De acordo com Souto Maior (1971 apud FERREIRA ; FERREIRA, 2010), no Concílio tridentino os teólogos mais famosos da época elaboraram os decretos que depois foram discutidos pelos bispos em sessões privadas. Interrompido várias vezes, o concílio durou 18 anos e seu trabalho somente terminou em 1562, quando suas decisões foram solenemente promulgadas em sessão pública.

preço: submeter-se a um padrão praticamente único de parâmetros uniformes de avaliação”. Ao nos depararmos com o processo de inserção dos PPGTs na Capes, é possível perceber o preço pago (BIANCHETTI, 2009) pela garantia de financiamento e legitimidade acadêmica. Iniciamos essa análise a partir das considerações de alguns pesquisadores vinculados à área de Teologia.

### 3.5 MANIFESTAÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE O PROCESSO DE RECONHECIMENTO CIVIL DOS CURSOS DE TEOLOGIA NO BRASIL

Todos os entrevistados manifestaram-se favoráveis a essa busca de reconhecimento civil da Teologia, tanto em nível de graduação como na pós-graduação *stricto sensu*, porém traçaram algumas considerações críticas desse processo, quando se referiram à forma como a Teologia buscou legitimidade no campo científico e acadêmico. Essa crítica foi sintetizada por um dos entrevistados ao explicitar como essa legitimidade evidencia dois caminhos que precisam ser percorridos paralelamente, o político e o epistemológico:

Esse processo de legitimação tem um lado epistemológico, estatuto suficiente, tem que ter teoria, método [...] e tem um lado político, institucional, comissões, grupos de pesquisa, universidades que permitem a uma área existir ou não. Ao meu ver, a Teologia institucionalizou-se no Brasil utilizando caminhos políticos, por demais políticos, evitando o enfrentamento epistemológico, havendo lobbies das Igrejas que conseguiram enfiar seus programas, de boa e de má qualidade. Acho que até eram de boa qualidade (P1).

Pela sua análise, a instituição eclesial teve uma preocupação mais burocrática, formal, do que epistemológica e científica. Para o depoente, há certa zona de conforto da Igreja e das instituições nesse processo, pois tudo vai bem se os cursos estão legalmente reconhecidos, e ninguém quer discutir a questão epistemológica mais a fundo. Segundo ele, “não existiu discussão epistemológica, e o problema está passando. Tem que fazer a discussão do método da Teologia”. Nesse sentido, avalia que o caminho para o processo de reconhecimento tem sido político, e esse é o teor do principal argumento desse entrevistado. Há,

portanto, “um pecado original no processo de reconhecimento civil, em que empresta conceitos epistemológicos da área de humanas para justificar a existência do campo científico teológico”. Esse aspecto, afirma, seria desnecessário, “porque a Teologia tem um estatuto muito mais antigo do que as ciências humanas” (P1).

Mueller (2007) ressalta que o reconhecimento dos cursos de Teologia no Brasil precisa provocar e estimular os teólogos a buscarem definir com a maior clareza possível o estatuto teórico desse campo de conhecimento. Para o autor, depois de ser convidada oficialmente para a Academia no Brasil, a Teologia precisa definir seu estatuto teórico.

Além dessa necessidade em se discutir a questão epistemológica, é possível verificar também que o Estado faz uma confusão muito grande entre Igreja, Religião e Teologia, nos próprios pareceres de reconhecimento civil do bacharelado. Analisando o Parecer 241/99 do CNE, que autoriza o bacharelado em Teologia no Brasil, há uma prevalência do político sobre o epistemológico. O Parecer “nada tem de epistemológico, e não se reconhece que a Teologia tenha um estatuto próprio, mas faz referência à Igreja. O Estado garante liberdade religiosa” (P1). Evidenciamos que uma das preocupações do Estado é com o respeito à diversidade religiosa brasileira, como se, garantindo essa liberdade religiosa, os cursos de Teologia pudessem ser oferecidos normalmente. Zeuch (2009a), ao analisar os pareceres que autorizaram o bacharelado em Teologia, também apontou para certa confusão entre Teologia e religião. Para ele, o MEC vê como sinônimos a Teologia com religiosidade e vivências espirituais.

O entrevistado considera relevante que as instituições de ensino teológico façam a defesa de um estatuto epistemológico claro, principalmente pelo fato de não poderem esperar do Estado esse papel, em virtude, conforme ele observou, de certa ignorância deste nesse campo epistemológico. Segundo ele, “numa atitude de desespero do MEC, o Parecer exige que, dentro de Teologia, tem que ter história, sociologia, enfim sete eixos. [...] Eles pediram emprestado, porque carecem disso.” (P1). Na percepção dele, confunde-se Teologia com ciências humanas em geral.

Sobre a atenção para a questão epistemológica na pós-graduação, Cury (2009) reforça que a pós-graduação tem como categoria-chave a mudança inovadora por meio da produção do novo em todas as áreas de conhecimento. A produção do novo, para o autor, precisa ser um componente essencial da investigação científica que deve estar apoiada em uma metodologia rigorosa e em uma episteme segura.

Apesar de fazer essas críticas sobre o processo de

reconhecimento civil da Teologia, por considerar a falta de discussão epistemológica “um erro sistêmico para a Teologia” (P1), o entrevistado considera relevante o reconhecimento civil da Teologia, tanto no bacharelado quanto na pós-graduação *stricto sensu*, pelo fato de ela passar a ser pública, isto é, ser reconhecida publicamente, por ela ter que se submeter a um controle de qualidade – o que é fator positivo –, ganhando visibilidade e densidade. Percebemos que o entrevistado atribuiu ao reconhecimento civil da Teologia o benefício de certo controle de qualidade. Outro teólogo entrevistado, com muitos anos de atuação docente e que foi avaliador de PPGT na Capes, também considera que o reconhecimento civil da Teologia inaugura para esta um espaço novo: “Teologia estava apenas no espaço intraeclesial, que tinha a ver com o modelo Francês de separação Estado e Igreja. Agora, nós temos alguma coisa de estilo alemão, que reconhece que a Teologia pode ser benéfica no espaço público” (P7). Um aspecto favorável à Teologia, vindo com o reconhecimento civil, é a libertação teológica do autoritarismo eclesial. O reconhecimento civil enfraqueceu o poder da Igreja sobre as faculdades católicas de Teologia, em que muitas delas caracterizavam-se como “um espaço de nepotismo, de exercício de poder” (P7). Para o entrevistado, o reconhecimento alterou o perfil das faculdades, transformando-as num “espaço de competência, onde se produz dentro de regras científicas. Portanto, supõe-se que trabalhem, que pesquisem e entrem numa rede interdisciplinar, de relacionamentos.”(P7).

Com relação ao vínculo da Teologia com a Igreja, Gomes (2009) afirma – especificamente no caso brasileiro – que as igrejas cristãs adotaram, ao longo da história, um modelo próprio para a formação dos seus quadros em seminários e institutos teológicos longe do reconhecimento oficial. Essa maneira de fazer Teologia resultou em uma “formação teológica endógena, voltada para a reprodução de conhecimentos, no mais das vezes, importado, de caráter etnocêntrico, para atender os interesses da Igreja e não aqueles interesses da sociedade” (GOMES, 2009, p. 211). Essa relação (Teologia e Igreja), originalmente, remonta ao medievo. Geffre (1989) esclarece que, na Idade Média, a Teologia era o reflexo fiel da Igreja-instituição. Para ele, atualmente, a questão é saber se a função da teologia consiste somente em reproduzir, legitimando o ensinamento oficial da instância hierárquica como instância da ortodoxia ou se ela tem também, por vocação, uma função crítica e mesmo profética. Cury (2009) ressalta que a comunidade científica é um sujeito vivo da autonomia universitária, e ela deve assegurar a pluralidade de concepções, como

um antídoto ao dogmatismo, e promover a circulação do pensamento crítico e o compromisso com valores sociais mais amplos.

Analisando o depoimento dos pesquisadores, podemos depreender que a autoridade estatal seria melhor do que a autoridade episcopal, todavia o que vemos, atualmente, “é que muitos bispos estão querendo levar a Teologia para ambientes intraeclesiais” (P7). Alguns teólogos viam no reconhecimento civil da Teologia pela universidade brasileira uma oportunidade de uma independência em relação às igrejas. Segundo Gomes (2009, p. 213), eles já partiam do pressuposto de que “a teologia acadêmica é um assunto privado, secular mesmo, distinto da eclesiástica que vive sob o domínio da Igreja”. De acordo com o autor, em 1996, um grupo de teólogos e cientistas da religião, liderados por Márcio Fabri dos Anjos, escreveu um livro intitulado “Teologia: profissão”, no qual esse desejo pelo credenciamento governamental ficava cada vez mais enfático.

Outro fator que, na opinião dos pesquisadores, motivou a busca pelo reconhecimento na Capes é a questão financeira. No que tange à pós-graduação, “ela não subsiste sem ajuda do dinheiro público. Se quiser fazer pós-graduação com qualidade, não poderá ficar apenas dentro do ambiente eclesial. Deverá ficar sob a recomendação da CAPES” (P7). O reconhecimento civil, e mais especificamente o da Capes, na opinião da grande maioria dos entrevistados, “vem ajudar a Teologia a ser mais acadêmica, ser mais pública. A Capes e o governo ajudam-nos a termos uma responsabilidade pública.” (P7).

Junges (2006), ao abordar a importância de fazer com que a Teologia se torne pública, afirma que esta expressão “teologia pública” foi cunhada pelo teólogo luterano Jürgen Moltmann. Esse conceito responde à pergunta sobre o papel da Teologia numa universidade que precisa lidar com os desafios contemporâneos. É possível compreender que esse conceito vem tentar dar novo sentido à Teologia da Libertação. A Teologia pública pretende articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, culturas e religiões de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Busca estimular e provocar os teólogos a participarem ativamente nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade, tanto na esfera social como política, econômica e cultural.

Analisando os benefícios trazidos pelo reconhecimento a esses PPGTs, é possível identificar que os Mestrados e Doutorados em Teologia, principalmente os católicos, necessitavam de um processo de “profanização”. O critério de seleção dos docentes dentro dos PPGTs sofreu certa alteração. “Hoje, um professor, num curso de Teologia, não precisa apenas ter uma trajetória na Igreja, mas, além disso, deve ter

uma boa produção científica, porque o programa precisa disso” (P7). Além dessa “profanização” provocada por um processo de avaliação civil, dentro dos PPGTs, até a condição de ser religioso ou não fica em segundo plano: “Se eu ganhar uma maior produtividade com qualidade, as exigências da Capes vão favorecer [...] Não importa tanto se sou padre ou não. (P2).

O reconhecimento civil parece ter alterado o papel histórico e clássico da Teologia em ser serva da Igreja, conforme vimos no capítulo anterior. O importante, agora, é que “o saber teológico encontra-se reconhecido entre outros saberes” (P2). Por outro lado, os teólogos consideram que esse processo também beneficia o Estado, pois, “se o Estado não ver um certo lucro que venha do reconhecimento desses cursos, também não reconheceria. O interesse é mútuo” (P7). Na opinião do entrevistado, o próprio ensino religioso, agora presente nas escolas públicas, precisa de professores qualificados, o que pode ser demandado dos PPGTs. Conforme Gomes (2009), além de ser professor de ensino religioso na rede pública, os mestres e doutores em Teologia também estão atuando nas universidades confessionais, ministrando disciplinas ligadas à Teologia e às Ciências da Religião: Teologia, Ciências da Religião, Cultura Religiosa e, mais recentemente, Ética e Cidadania.

Essa reaproximação entre Estado e Igreja parece não ser uma particularidade brasileira. Na Europa, a Santa Sé está buscando adequar-se ao processo de Bolonha<sup>73</sup>.

A Santa Sé assinou uma espécie de compromisso junto com outros países da Europa, já que a Santa Sé regula instituições de ensino, também assinou um compromisso de se adaptar ao processo de

---

<sup>73</sup> O processo de Bolonha, explica Moraes (2006), trata-se de uma iniciativa que expressa o interesse de alguns países europeus em redefinir o papel da Europa no cenário internacional, tornando-a competitiva, sobretudo em relação aos Estados Unidos, principal responsável pela reorganização e subsunção do mercado mundial à sua hegemonia econômica e político-militar. Para Sguissardi (2006), cuidando da construção da Área Europeia de Ensino Superior, o processo de Bolonha visa dar maior mobilidade, empregabilidade dos diplomados, competitividade do sistema europeu, comparabilidade dos diplomas entre diferentes sistemas nacionais. Há uma busca de padrões bastante uniformes de estruturação dos graus acadêmicos – graduação, de no mínimo três anos, e pós-graduação, compreendendo mestrado e doutorado. De acordo com o autor, tendo como mote a competitividade da economia e do sistema europeu de ensino superior, aprovou-se em maio de 2005 um documento, elaborado pela *European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA)*, contendo padrões e diretrizes para garantia da qualidade a serem adotados pelos 29 países.

Bolonha. Também acho que precisamos olhar isso paralelamente. A Santa Sé está conformando-se ao processo de Bolonha, e não existe uma incompatibilidade entre Roma, Bolonha e o Brasil (P7).

Ainda sobre os benefícios que o reconhecimento civil traz, os entrevistados explicitaram que esse processo contribuiu para “tirar a Teologia de casa, fazer ela se relacionar um pouco e não ficar numa rotina de repetição, para ela refletir nela mesma o seu objetivo, [isto é] para que serve a Teologia.” (P2). A Teologia, após passar pelo processo de reconhecimento, tornou-se mais dinâmica em razão da necessidade de dialogar com outras áreas do saber. “A exigência de interdisciplinaridade na Capes é forte e você não pode ficar num campo epistemológico isolado, e isso contribuiu para a abertura da Teologia, porque ela era algo caseiro, coisa de Igreja” (P3).

Mais um dos interesses dos responsáveis pelos Programas de Teologia em buscar o reconhecimento civil pode ser identificado na preocupação da Igreja com os leigos, quer fiéis ou religiosos: “Os leigos gostam de ser reconhecidos, o leigo quer reconhecimento. Até na relação dele com a comunidade, ele se sente com mais reconhecimento quando tem o diploma de Mestre em Teologia” (P2). Constatamos, por meio desse discurso, que a busca pelo reconhecimento civil deu à Teologia a possibilidade de atingir um público maior, para além das igrejas.

É interessante observar que a preocupação da Igreja com a formação de seus leigos reflete certo processo de secularização dentro do catolicismo. Bourdieu (2005) aponta que a manutenção do campo religioso como um poder temporal e não apenas espiritual depende da forma como a Instituição Igreja mobiliza os leigos para desempenhar esse papel de disseminadores e tradutores dessa dimensão espiritual para a dimensão temporal. Na concepção do autor (2005, p. 70), “a autoridade religiosa e a força temporal que ela pode mobilizar em sua luta pela legitimidade religiosa dependem do peso dos leigos por elas mobilizados na estrutura das relações de força entre as classes”. Por isso, compreendemos a importância que a Igreja vai dando ao fato de (re)ocupar o espaço das instituições, mais precisamente, da universidade.

Concluindo essa análise sobre o reconhecimento civil da Teologia, retomamos a discussão sobre campo religioso, mencionando Ortiz (1983) quando este, referindo-se a Bourdieu, considera que conflitos epistemológicos são sempre conflitos políticos. O

reconhecimento civil da Teologia ajuda-nos a entender que “as ciências são ciências não só pelo mérito epistemológico, mas pela via institucional, consegue pelo viés político atravessar as vigilâncias” (P1). A Teologia “travou” essa luta política, alcançando êxito visível no reconhecimento e legitimidade institucional para atuar na academia. Entretanto, sem deixar de expor vulnerabilidades, isto é, apresentar-se “desprovida desse viés epistemológico. Agora, em se falando de pós-graduação, os PPGTs têm uma missão histórica de afirmar, demarcar, a área da Teologia, epistemologicamente”. (P1).

Em síntese, os entrevistados dividem-se entre aqueles que estão extremamente otimistas com o reconhecimento e outros também otimistas, porém com certa crítica e cautela em relação à trajetória que a Teologia irá percorrer a partir da entrada na Capes. Diante dessas constatações, no próximo capítulo, apresentamos uma análise mais detalhada do processo de adaptação dos PPGTs à forma de organização e funcionamento exigida pela Capes.

## 4 O CAMPO DA TEOLOGIA APÓS A SUA INSERÇÃO NO SISTEMA<sup>74</sup> CAPES

No capítulo anterior, problematizamos a trajetória do campo de conhecimento teológico na busca pelo reconhecimento civil, tanto em nível de graduação como na pós-graduação *stricto sensu*, por meio de contextualização histórica sobre a inserção da Teologia no sistema Capes. Neste capítulo, realizamos uma análise mais detalhada e aprofundada desses processos, nos PPGTs que compõem nossa amostra de pesquisa com base em documentos disponibilizados pela Capes, pelos PPGTs, bem como em entrevistas realizadas com os coordenadores, ex-coordenadores e professores vinculados aos PPGTs da EST, FAJE e PUC-Rio.

No item 4.1, discutimos as ponderações dos entrevistados sobre a inserção da Teologia na Capes, as impressões de coordenadores, ex-coordenadores e professores vinculados aos Programas. Todos os entrevistados atuaram nos PPGTs no período anterior e após a inserção no sistema Capes. Como investigamos os dois momentos – a institucionalização e a inserção –, os depoimentos dos entrevistados contribuem para compreender as transformações da Teologia como campo de conhecimento. Em um primeiro momento, apresentamos o que os entrevistados expuseram a respeito das condições favoráveis da

---

<sup>74</sup>Ao falarmos de sistema Capes, é relevante buscarmos como esse conceito (sistema) entra para a esfera educacional. Saviani (2010) afirma que o sistema é produto da ação sistematizada, isto é, da capacidade humana de agir intencionalmente segundo objetivos previamente formulados; o sistema educacional, portanto, é resultado da educação sistematizada. Para o autor, a palavra sistema assume também, no uso corrente, a conotação de modo de proceder, de forma de organização, de maneira de arranjar os elementos de um conjunto, o que remete ao aspecto do método. Em educação, também é frequente usar o termo sistema para designar determinados procedimentos metodológicos ou didáticos. Segundo Saviani, sistema não é uma unidade monolítica, indiferenciada, mas unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade; ao contrário, participam do todo, integram o sistema na forma de suas respectivas especificidades. Essa concepção de sistema de Saviani nos ajuda a entender que o modelo Capes de avaliação, apesar de ser imposto como um modelo a ser seguido pelos PPGs, também se constrói a partir da relação construída entre esse modelo de avaliação e os PPGs. É o que verificamos nas manifestações dos professores sobre os critérios de avaliação da Capes. O sistema Capes de avaliação é um sistema que vai construindo seus objetivos e metas nessa relação com os Programas. Inclusive, o sistema vai se tornando mais exigente na mesma proporção em que as exigências são superadas pelas IESs. Mais detalhes sobre o conceito de sistema educacional, cf. SAVIANI (2008)

Teologia que possibilitaram sua inserção no sistema Capes, tais como: a qualidade, densidade e quantidade de produção científica na área. Destacamos as impressões dos entrevistados em relação à Capes, no período em que os PPGTs foram avaliados pela primeira vez. Em seguida, abordamos o novo espaço que a Teologia ocupou, ao entrar para a Capes, com novas exigências e novos interlocutores não mais provindos das comunidades eclesiais, mas sim da academia, com destaque para os PPGs em Ciências da Religião, com um campo epistemológico muito próximo e que faz parte, junto com a Teologia, da mesma subcomissão de área dentro da Capes: subcomissão Filosofia/Teologia, locada dentro da Comissão de Filosofia.

Os entrevistados manifestaram sua opinião sobre esse novo lugar que a Teologia passou a ocupar, bem como a relação com os PPGs em Ciências da Religião e com a Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (Anptecre), fundada em 2007, após a inserção desses PPGs na Capes.

Analisamos, no item 4.2 o processo de inserção dos Programas com base nos Documentos de Área (BRASIL, 2011c) – avaliação geral da área de Teologia e Ciências da Religião em cada triênio –, nas Fichas de Avaliação dos Programas (BRASIL, 2010b), anuais e trienais. Extraímos desses documentos o olhar dos representantes da área na Capes sobre os Programas, ao identificarmos os elogios, as críticas e as sugestões do órgão avaliador, como também os reflexos desses Documentos nos PPGTs. Investigamos as linhas de pesquisa e áreas de concentração, bem como a produção científica dos PPGTs, as relações entre as linhas, áreas de concentração e temáticas pesquisadas pelos pós-graduandos, e o reflexo destas no processo de orientação.

No item 4.3, discutimos os depoimentos dos entrevistados sobre a inserção da Teologia na Capes, centrando nossa análise sobre os efeitos positivos e negativos desses critérios de avaliação para o campo de conhecimento teológico.

#### 4.1 O PROCESSO DE INSERÇÃO DOS PPGTS NO SISTEMA CAPES: O OLHAR DO CORPO DOCENTE

A partir dos relatos dos entrevistados, foi possível compreender que a inserção na Capes foi um desdobramento e uma continuidade de um processo estruturado. Essa ideia sintetiza o olhar da maioria dos entrevistados sobre a inserção da Teologia no sistema Capes. De acordo com um coordenador da EST, sua Instituição possuía um padrão europeu, tendo como referência o sistema acadêmico alemão, e isso se

refletia na qualidade dos trabalhos acadêmicos.

Na década de 90, por exemplo, lembro de alguns Trabalhos de Conclusão de Curso na EST (bacharelado) que, em qualidade, superavam, em muito, dissertações de Mestrado em Ciências Humanas de outras instituições as quais avaleiei por ocasião de bancas. Até meados dos anos 1990, a graduação em Teologia da EST (como curso livre) durava em média de cinco a seis anos. Do ponto de vista do conhecimento, da experiência e da maturidade acadêmica, dá para dizer que um egresso deste bacharelado tinha também o nível de alguém com mestrado, ou seja, havia um modelo que foi transportado para a pós-graduação (E4-EST).

A EST, de confissão luterana, tem suas bases tanto eclesiais quanto acadêmicas na Alemanha. A Igreja Luterana, inclusive, buscava qualificar seus pastores na Alemanha, conforme relatou um dos professores entrevistados, ao referir-se à situação da sua instituição.

Por um longo período a política da Igreja era de que para estudos de pós-graduação, as pessoas pudessem ter bolsa no exterior, na Alemanha e outros países. Eu mesmo fiz o doutorado em 72 na Alemanha. No fim da década de 70 houve um grande crescimento da faculdade de teologia na graduação e assim atendeu a necessidade de qualificação do corpo docente (E3-EST).

Os entrevistados afirmaram que a Europa era quem dava a pauta para os estudos teológicos dentro dos PPGTs, bem como o rigor metodológico. “Quando nós estudávamos Teologia, nos estudávamos a pauta europeia. Somos muito gratos aos alemães e europeus pela herança metodológica, rigor [...]” (E2-EST). Nessa atitude de gratidão, podemos verificar um reconhecimento filial, uma vez que os Programas eram financiados pelas igrejas europeias tanto na sua atividade de ensino aqui no Brasil como no custeio à capacitação dos docentes.

Os casos da PUC-Rio e da FAJE também se assemelham ao da EST pelo fato de estarem ligadas à Igreja Católica e funcionando sob recomendação eclesial romana, o que facultava aos egressos desses Programas a possibilidade de fazer seu doutorado em uma universidade

pontificia europeia. Destacamos, assim, que os PPGTs possuíam uma longa caminhada independente do Estado brasileiro. De acordo com o atual Coordenador do PPGT da PUC-Rio, é importante reconhecer a história da pós-graduação *stricto sensu* em Teologia no Brasil. “Estamos comemorando 30 anos em 2012 do reconhecimento eclesiástico. Já havia uma tradição na PUC-Rio de pós-graduação mesmo não sendo reconhecida pelo governo brasileiro (E1-PUC). Conforme dito nos capítulos anteriores, a PUC-SP foi a primeira a abrir o Mestrado reconhecido pela Santa Sé e, em seguida, a PUC-Rio que, posteriormente, foi pioneira no reconhecimento civil do PPGT.

#### **4.1.1 O processo de entrada na Capes: primeiras impressões do colegiado dos PPGTs**

“A avaliação que veio da Capes foi muito elogiosa, quanto ao corpo docente, estrutura, porém a estrutura do curso, segundo a CAPES, tinha características exóticas” (E3-EST)

Esse professor comentou o que seria o caráter exótico, na interpretação dos avaliadores: o Mestrado em Teologia tinha uma “característica própria, centrada nos seminários interdisciplinares, com pesquisa própria, sem estarem ligadas a linhas de pesquisa, áreas de concentração, estas nem existiam” (E3-EST).

Esse perfil “exótico” do Programa, no olhar dos avaliadores, reflete um pouco da especificidade desse campo de conhecimento para a pós-graduação brasileira. Ser exótico não é ser ruim nem bom, é ser muito diferente, fora dos padrões e, também, poderíamos ousar questionar: fora dos critérios da Capes? Ou será que a Capes também aprendeu algo com esse exotismo? Segundo um dos entrevistados, o PPGT desenvolvia uma pesquisa intensa, densa e de qualidade, porém fora dos parâmetros da Capes, e acrescentou que, “a Capes estava criando um perfil” (E2-EST).

De acordo com Dias Sobrinho (2002, p. 34), a avaliação contribui para dar forma e sentido a uma realidade, e “esta age sobre o campo da avaliação, colaborando para sua constituição dinâmica, ou seja, intervindo nas formas e sentidos que historicamente ela adquire”. Tendo como base essa consideração de Dias Sobrinho, deduzimos que é possível que esse “exótico” tenha trazido parâmetros para a avaliação dos demais PPGTs, uma vez que o PPGT da EST foi o segundo a inserir-se na Capes. Outro entrevistado, coordenador de um dos PPGTs,

em análise, considera que os primeiros Programas avaliados se tornaram um parâmetro para a avaliação dos demais e que houve uma relação de troca entre o PPGT/EST e a Capes. Ele salientou que, pelo fato de ter obtido conceito 7 em três triênios seguidos, “a Capes estava colocando o PPG/EST como padrão a ser seguido e que deveria pautar seu modelo de avaliação (E4-EST).

Com relação ao processo de inserção no sistema Capes, alguns coordenadores afirmaram que houve alteração nos PPGTs, contudo não consideram “que tenha havido uma mudança significativa na forma de ensino e pesquisa da teologia” (E4-EST). Outro professor desse mesmo PPGT afirmou que “a entrada na Capes não foi nada traumático pra nós, pelo contrário” (E2-EST).

Segundo um professor ligado a outro PPGT, no início do processo de ingresso na Capes, ninguém, dentro do colegiado, tinha conhecimento da linguagem “capesiana”, mesmo depois do credenciamento, “continuamos fazendo como fazíamos, mas, depois da visita, fizeram várias recomendações de nomenclaturas de disciplinas, houve uma espécie de exigências” (E1-FAJE). Começaram a perceber mudanças e modificações internas nos Programas, conforme analisou outro professor: “O grande benefício da Capes para nossa instituição foi ajudar e obrigar a gente a entrar na sistemática brasileira” (E2-FAJE); e apontou mudanças nos seguintes aspectos: “organização dos cursos, o esquema do PPG, a questão das dissertações, teses, tempo de titulação, vínculo de professores [...] isso vem com a Capes”.

Mesmo ao considerar positiva a inserção do Programa no sistema Capes, constatamos que muito trabalho foi realizado nesse processo de adequação, adaptação. Os próprios professores reconhecem isso, quando mencionam o fato de terem migrado de um programa intraeclesial para um acadêmico. “O controle institucional é menos forte no regime eclesialístico, para a Capes, temos que formalizar muito mais” (E3-FAJE). Observamos que o controle institucional realizado pela Capes sobre os PPGTs superou a rigidez do controle romano. Isso parece contrariar o senso comum, segundo o qual, as organizações pertencentes a um Estado democrático são mais flexíveis do que as instâncias eclesiais, fortemente centradas na hierarquia romana, no caso a Igreja Católica.

Uma professora do PPGT da PUC-Rio também deu ênfase no processo de adaptação e afirmou que entende que isso foi benéfico, pois serviu para fomentar a qualidade do curso.

Desde nossa inserção até hoje, houve uma série de

mudanças nos critérios da Capes, e nós tivemos que nos adaptar a eles. Antes o mestrado, por exemplo, era de 36 meses, aí passou para 24 e isso, naturalmente, traz um baque para o programa (E3-PUC).

A professora atribui a essa inserção um apoio à qualidade do curso, mesmo que tenha se tornado impactante com a diminuição dos prazos de defesa e toda a necessidade de readequação entre áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa.

Um dos entrevistados mencionou que os PPGTs, tanto antes quanto depois do ingresso no sistema Capes, trabalhavam focados na qualidade acadêmica e na preocupação em oferecer ao aluno uma formação geral e não apenas aquela específica nas temáticas da Teologia: “Nós mantivemos, no regime eclesiástico e capesiano, a preocupação de formar o aluno em Teologia no geral”. Apontou que “os cursos que aluno recebe não estão só na sua especialidade, mas têm uma visão geral. Segundo ele, essa preocupação sempre existiu, no regime eclesiástico, e foi mantido ao entrar no sistema Capes “que, por sua natureza, puxa um pouco para especialização” (E3-FAJE). Mesmo considerando a necessidade de manter-se firme em algumas características anteriores do Programa, os entrevistados explicaram que, em geral, não houve restrições para a entrada na Capes. De acordo com um deles, “até que ponto, a Capes quereria impor um determinado conteúdo teológico? Nossa pergunta era no máximo: será que virão imposições de conteúdos? Mas chegamos à conclusão que não” (E3-EST).

Outro aspecto mencionado nas entrevistas foi a dificuldade dos PPGTs em adaptarem-se aos critérios de avaliação, pois não compreendiam a sistemática brasileira. Era tudo muito novo com relação às exigências, ressaltaram. A visita dos avaliadores foi um fator positivo que contribuiu nesse processo, apontou um professor:

Quando veio a visita da Capes, vieram três avaliadores e este momento é um momento divisor de águas, porque tivemos chance de conversar, porque antes era apenas por telefone. Conhecemos pessoalmente. Depois que vieram, engrenou o processo. Eles deram as dicas bem dadas e, depois, a cada ano, nos mandam o relatório de acompanhamento. E depois podemos ver como eles avaliam o programa. **A grande**

**vantagem da Capes foi ajudar a gente a entrar no sistema da Capes(E2-FAJE, grifo nosso).**

É possível perceber que a área Teologia estava convicta da necessidade de enfrentar esse desafio de adaptação, e a Capes foi entendida por muitos como uma aliada nesse processo, principalmente na visão de professores vinculados ao PPGT que atuaram também como avaliadores de Programas pela Capes:

A Teologia não estava habituada com o meio acadêmico, sempre teve uma cidadania acadêmica, mas estava distante nos últimos anos, dialogava mais com a Igreja e depois com a academia. Muitos professores hoje reclamam da ditadura da Capes, que tem que produzir para atender aos critérios da avaliação. Então, duas coisas, primeiro: se nós queremos as bolsas, a gente tem que entrar no sistema (E4-PUC).

A entrada no sistema parece que foi uma saída encontrada pelos PPGTs para não ficarem no isolamento de suas igrejas, principalmente na sua dependência financeira. Todavia, essa entrada não custou pouco aos PPGTs, como declararam alguns professores ao falarem sobre essa inserção: “do ponto de vista da organização, entraram uma série de exigências. Do ponto de vista do ensino, sinto uma pressão muito forte, no sentido de ser menos teológico, nem sempre quem avalia tem uma ideia do que seja Teologia.” (E4-FAJE). Percebemos, no discurso dos entrevistados, algumas contradições na compreensão do que a Capes representou para os PPGTs, ora uma mão amiga que ajuda na “organização da casa”, ora um estranho que entra na casa alheia querendo dar conselhos e realizar mudanças.

Observamos, nos relatos que a maioria reconhece que houve um grande esforço dos PPGTs nesse processo de adaptação, de mudança de práticas e aquisição de uma nova cultura acadêmica, algo estranho aos teólogos.

Para Soares e Passos (2008), que estudam a relação da Teologia com a academia, há um diálogo entre Teologia e ciência em andamento. Primeiramente, porque a Teologia desenvolvida no século passado acolheu e incorporou resultados de pesquisas científicas. A Teologia herdada do medievo tornou-se, recentemente, cada vez mais plural em suas abordagens. Segundo esses autores, a acolhida dessas novas

abordagens não impôs a necessidade de desconstruir o edifício consolidado, mas sim a da construção de novas reflexões teológicas com objetos e enfoques diversificados. Soares e Passos (2008, p. 14), porém, salientam que esse movimento de abertura e conservação de conceitos clássicos tem ocorrido em uma tensão contínua com um movimento centrípeto que “busca garantir a hegemonia do edifício clássico, como forma legítima que deverá acolher e discernir qualquer outro paradigma que possa se apresentar.” Essa consideração vem ao encontro do que afirmaram alguns dos entrevistados, quando chamaram a atenção para o cuidado que a Teologia deve ter nesse processo de inserção na academia, pois os acomete uma sensação de pressão, que pode tornar a pesquisa menos teológica.

Cabe, aqui, retomarmos o conceito de campo o qual fundamenta nossa análise dos PPGTs, especificamente, quando Bourdieu se refere às vantagens que posições adquiridas em lutas anteriores podem trazer para a luta concorrencial dentro de um campo científico (ORTIZ, 1983). A Teologia tem uma trajetória consolidada na produção de conhecimento; analisamos, a seguir, como essa herança beneficia os PPGT no alcance de boas avaliações e classificações dentro da Capes.

#### **4.1.2 O lugar da produção de conhecimento em Teologia: entre a Igreja e a academia**

“Uma vez que você entra naquele espaço da Capes e do MEC, os colegas são outros, ou seja, não são apenas padres. O espaço científico, acadêmico, de produção do conhecimento se torna outro, e isso é uma vantagem muito grande” (E3-FAJE)

Essa é uma vantagem muito grande, porém exige mudanças. A principal mudança para os PPGTs foi o próprio lugar de onde e para onde a Teologia produz conhecimento. Entre muitas declarações dos entrevistados, um dos fatores que consideramos relevante analisar é o lugar que a Teologia ocupa na Capes, uma subcomissão dentro da filosofia, juntamente com os PPGs de Ciências da Religião. Dialogar com outros saberes provocou perda de parte da tranquilidade antes vivida pela Teologia com seu lugar cativo dentro de cada uma de suas igrejas, ou seja, abençoada dentro de um campo sagrado.

Com o apoio do conceito bourdieuano de campo (2007), compreendemos que, em cada campo, os conceitos mais gerais como

capital, investimento e ganho foram sendo revestidos com determinadas roupagens e nomenclaturas que renderam à Teologia uma posição invejável no *ranking* da pós-graduação brasileira. Evidenciamos isso nas falas a seguir quando surge o questionamento do próprio nome que seria mais “lucrativo” para a Teologia nesse novo campo concorrencial de avaliação e financiamento. Na busca por ocupar esse novo espaço conquistado, com a abertura de cursos de doutorado, as IESs começaram a dialogar entre si, saindo de sua confessionalidade, para um espaço acadêmico, conforme constatamos na fala desse entrevistado:

Posteriormente, quando estávamos dando passo em relação ao doutorado com a Metodista de São Paulo, que tinha o seu curso de Ciências da Religião, formamos um Instituto Ecumênico de Pós-graduação - IEPG, eles em Ciências da Religião e nós em Teologia. A Metodista, naquele tempo, achava que, academicamente, Ciências da Religião teria mais espaço do que Teologia e, por isso, optaram por Ciências da Religião, e nós, então, achamos que não devíamos abrir mão da Teologia, que era o eixo central de nossos estudos, e também a Capes já tinha acolhido a Teologia da PUC-Rio enquanto Teologia, e a própria área da Capes se nomeava Filosofia e Teologia. Não adotamos o nome Ciências da Religião, mas a temos como interface, e fazemos questão de dizer que a Teologia tem seu espaço legítimo na universidade. Claro que há especificidade entre Teologia e Ciências da religião (E3-EST).

Constatamos que esse novo campo no qual a Teologia está entrando exige dela a necessidade de legitimar-se epistemologicamente: há necessidade de uma definição epistemológica por parte da Teologia que, durante muito tempo, teve uma preocupação muito mais política ao tentar o reconhecimento civil.

Um entrevistado manifestou certa inquietação sobre esse novo espaço onde precisam conviver harmoniosamente Ciências da Religião e Teologia. Segundo ele, “aqui no Brasil, o próprio fato de por Teologia e Ciências da Religião juntas, no mesmo saco, no fundo, MEC e Capes queriam estabelecer que quem se formasse em Ciências da Religião fosse teólogo. Então, há uma confusão” (E4-FAJE).

O lugar que a Capes oferece à Teologia – uma subárea da Filosofia –

apresenta aos PPGTs uma preocupação a mais, cria certa tensão e um trabalho de diferenciação e autojustificação que antes não era necessário, como analisa um entrevistado:

Depois uma tensão muito forte, a nossa área é uma subárea da filosofia que reúne duas epistemologias (T e CR). Entre Teologia e Ciências da Religião, há uma tensão criativa e positiva, porque a Teologia sempre praticou a interdisciplinaridade, mas eu acho que Ciências da Religião olha a Teologia com suspeita porque é confessional, como se não fizesse uma ciência séria porque é confessional. Estamos caminhando no mesmo barco, mas há uma tensão. Muitos em Ciências da Religião queriam uma comissão só deles porque não existe na árvore do conhecimento Ciências da Religião, mas apenas Teologia. Acho que poderá no futuro criar uma subcomissão de Ciências da Religião (E1-FAJE).

Esse novo lugar desafia a Teologia a repensar e firmar o seu campo epistemológico. Essa afirmação vem corroborar a reflexão bourdieuana sobre a relação entre a questão política e a epistemológica (ORTIZ, 1983), que ajuda a compreender que uma disputa epistemológica é também um conflito político que revela interesses de ganhos futuros.

Sobre essa relação entre Teologia e Ciências da Religião, outro entrevistado considera que é uma preocupação mais intensa entre os católicos, e citou um exemplo:

Tem a Unicap – Universidade Católica de Pernambuco, por exemplo, que não tem Teologia, apenas Ciências da Religião. Ali parece que tem alguma tensão acontecendo, por parte das dioceses. No congresso da Anptcre, eu até afirmei que esse problema era típico dos católicos. Talvez porque haja uma necessidade de deixar a Teologia mais religiosa e as Ciências da Religião mais secular (E1-EST).

É importante observar que os PPGTs em análise fazem parte de duas confissões religiosas diferentes – um protestante e dois católicos –,

e essa diferença se torna evidente nas análises dos entrevistados; por exemplo: ocupar esse lugar juntamente com Ciências da Religião, na subcomissão da Capes, não parece ser nenhum problema para os protestantes<sup>75</sup>, conforme comentou um dos entrevistados:

No caso de programas que tenham uma origem protestante talvez a coisa seja mais pacífica. Inclusive talvez o nosso curso de teologia tenha uma cara muito mais de Ciências da Religião se comparado com outro programa de Ciências da Religião (E1-EST).

A relação entre Teologia e Ciências da Religião até pode ser aceita entre os católicos, porém defendem uma diferenciação entre elas, conforme afirmou um entrevistado, padre católico: “Ciências da Religião são estudos acadêmicos, é muito abrangente. Nossa Teologia é confessional, que confessa uma fé, numa determinada entidade religiosa” (E3-FAJE). Outro padre católico fez considerações sobre certo domínio das Ciências da Religião nos congressos da Anptecre e Soter: “contei, no último congresso da Anptecre, dos 21 workshops, eram 4 de Teologia e 17 de Ciências da Religião. Completou a informação: “No congresso da Soter, ficamos uma única manhã com Teologia, e o restante dos dias ficou com Ciências da Religião” (E2-PUC). A Anptecre foi um espaço criado após a inserção dos PPGTs na Capes e que também estabeleceu novas exigências aos professores e coordenadores que agora precisam se preocupar não apenas com as questões internas ao curso, mas também com a relação deste com os demais e com a própria Capes.

---

<sup>75</sup>Não podemos nos esquecer que uma das influências herdadas da Reforma, e que os teólogos protestantes, no decorrer das entrevistas, deixaram claro, é que eles não temem questionamentos, pelo contrário, esses questionamentos é que dão vida à Teologia. Um dos protestantes entrevistados manifestou que Ciências da Religião e Teologia podem conviver pacificamente, inclusive num papel de vigilância mútua, em que a primeira cuida para que a segunda não seja fundamentalista na confessionalidade. O espírito da Reforma também deu aos protestantes um caráter mais pragmático voltado aos resultados econômicos, conforme apontou Weber (2001, p. 41): “A fé reformada parece ter promovido o desenvolvimento do espírito do capitalismo”.

### 4.1.3 Anptecre: espaço de (en)desencontro entre Teologia e Ciências da Religião

A Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (Anptecre), novo espaço da Teologia, surgiu após a inserção dos PPGTs na Capes e a colocou lado a lado com o curso de Ciências da Religião. Os Coordenadores, ao contrário de alguns professores, acham saudável essa aproximação com Ciências da Religião dentro da Anptecre: “olhar os outros programas como pares e não como concorrentes. Se ganha mais na partilha e não na divisão” (E1-PUC).

A Anptecre, segundo um dos coordenadores dos Programas, é espaço de luta dos PPGTs para buscar maior representatividade, já que eles fazem parte de uma das duas subcomissões (Filosofia/Filosofia; Filosofia/Teologia) dentro de uma mesma comissão (Filosofia), e a compreensão dessas diferenças e especificidades não é muito clara para a Capes. Para ele, esse é o sentido da Anptecre, visto que:

Os PPGTs são uma subárea, então, uma das questões que nos levou a pensar enquanto programa dessa subcomissão, articular uma associação desses programas que pudessem militar em favor dos programas, não em busca de uma área, mas na questão de uma maior representatividade, participação, inserção da nossa subcomissão. [...]. Essa nomenclatura da Capes, Filosofia/Teologia, não responde àquela que é a prática, porque dentro dessa subcomissão estão também programas de Ciências da Religião (E1-PUC).

Nesse sentido, a Anptecre, na visão desse coordenador, poderia ajudar os Programas a entrarem no “molde da Capes [...], para tirar justamente alguns dos nossos PPGs desse traço muito eclesial, confessional” (E1-PUC)e, para isso, a Associação deve ter um papel interno nos PPGTs, mas outro externo muito importante: a criação de um fórum de coordenadores de programas.

É perceptível no discurso dos coordenadores que a união com as Ciências da Religião dentro da Associação tem duas funções: uma função política e outra de vigilância epistemológica mútua, isto é, “em termos de estatuto, é importante saber quais são os pressupostos que cada uma trabalha. Enquanto área, nem deveríamos pensar em

separação” (E1-EST). Além dessa relação estreita com os PPGs de Ciências da Religião, avaliam que a Anptecre trouxe benefícios aos PPGTs quanto ao financiamento de congressos comuns e à organização de produções científicas nos Programas: “Temos possibilidade via Anptecre de financiamento dos próprios congressos, que são locais de interlocução, onde há um encontro da pesquisa”. Quanto às revistas, destacaram o papel da Associação “de formação dos editores, visando à indexação das revistas, bem como quanto aos grupos de trabalho (GTs), eles têm continuidade fora dos congressos. A Anptecre fomenta, no fundo, o intercâmbio dos próprios programas de pós-graduação da área (E1-EST).

A Anptecre exerce esse papel de apoio aos PPGTs e também serve como mediadora na relação dos Programas com o próprio Estado. Cury (2009) considera que o Estado se junta às Associações e Programas com a finalidade de controlar os resultados de seu investimento. Tal controle contempla um sistema de autorização e credenciamento, liderado e executado por pares, e um sistema de financiamento de bolsas e outras atividades dos PPGs.

A associação entre Teologia e Ciências da Religião, além do ganho na representatividade institucional na Capes e apoio financeiro, trouxe a preocupação pela definição dos campos epistemológicos. Questão que resultou, inclusive, no tema do último Congresso realizado em 2011, intitulado “Teologia e Ciências da Religião: Interfaces”. O Congresso teve como objetivo “levantar, mapear e aprofundar alguns dos aspectos que surgem no necessário debate entre as Teologias, cristãs e não cristãs, e as Ciências das Religiões” – de acordo com dados da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (2011).

Entendemos que a Teologia estava numa situação de isolamento dentro da Igreja, e muitos entrevistados mencionaram essa vantagem dada pela Capes para a Teologia sair de casa. A Anptecre representa esse enfrentamento coletivo de desafios comuns que unem também protestantes e católicos. Passos (2006) ressalta que a teologia, no decorrer do século XX, passou por um processo de despolarização gradativa quanto à distinção rígida entre Teologia católica e Teologia protestante. Os teólogos desse século, tanto protestantes como católicos, formularam seus sistemas em contato e diálogo com o contexto cultural.

Conforme observamos, após a inserção na Capes, a Teologia precisou dialogar com novos interlocutores, bem como a adaptar a novos espaços de luta e militância, como foi o caso da atuação dos PPGTs na Anptecre. Além de fazer parte de novos espaços, a Teologia

também precisou encontrar, internamente, formas de responder e prestar contas de seu trabalho não somente à Igreja, mas também à Capes. Diante dessas novas exigências, discutimos a análise dos coordenadores e professores sobre a relação entre PPGT, Capes e igrejas.

#### 4.1.4 A relação entre Capes, PPGT e Igreja

Há uma tensão... A tensão é como você equaciona isso (E1-FAJE)

Conforme assinalamos no capítulo anterior, os PPGTs, mais intensamente aqueles de confissão católica, precisam encaminhar relatórios à Santa Sé bem como se adequarem às diretrizes de ensino presentes num documento denominado *Sapientia Christiana*<sup>76</sup>, que determina “a duração dos cursos, as áreas de conhecimento, bastante tradicionais, que são a base do nosso programa” (E3-FAJE). Para um ex-coordenador, Roma é mais maleável que a Capes, porém é esta que eles precisam priorizar em virtude da avaliação, pois, “em nível de pós-graduação, nós temos muita liberdade na esfera romana. Não sentimos dificuldade em termos de conteúdo” E explicou: “Roma tem poucas exigências formais e a Capes tem muitas [...] A nomenclatura mudou, nós usamos um nome para Brasília e outro para Roma”. O que lhe permitiu concluir que: “o mais importante é Brasília em função do reconhecimento, mas Roma é mais maleável” (E3-FAJE).

---

<sup>76</sup> O Documento intitulado *Sapientia Christiana* é um documento da Igreja Católica que faz parte da Sagrada Congregação para a Educação Católica. Foi escrito pelo Papa João Paulo II e entrou em vigor em 15 de abril de 1979. A *Sapientia Christiana* é proveniente de outro documento escrito pelo Papa Pio XII, datado de 27 de julho de 1949. Constituiu formalmente a Federação das Universidades Católicas, “englobando todas as Instituições de ensino superior que a Santa Sé erigiu, ou no futuro vier a erigir canonicamente no mundo, ou que ela tenha expressamente reconhecido como estando orientadas segundo as normas da educação católica e com ela absolutamente conformes” (PAPA JOÃO PAULO II, 1979, p. 1). O Documento possui vários artigos que legislam desde a natureza e finalidade das faculdades eclesiais, do perfil dos professores, das autoridades acadêmicas e do ensino, o qual precisa respeitar a doutrina oficial assumida pelo Magistério da Igreja. Do Art 66 ao 78, o documento trata especificamente das Faculdades da Sagrada Teologia. Segundo o Papa João Paulo II (1979, p. 1), “foi a estas Faculdades que a Igreja confiou, antes de mais nada, o encargo de preparar com cuidados particulares os próprios alunos para o ministério sacerdotal e para exercerem o magistério das ciências sagradas e, ainda, para se desempenharem das mais árduas tarefas do apostolado. É igualmente função destas Faculdades investigar mais profundamente os vários campos das disciplinas sagradas, de tal maneira que se consiga uma inteligência cada vez mais plena da Sagrada Revelação, seja melhor explorado o patrimônio da sabedoria cristã transmitido pelas gerações passadas, e se promova o diálogo com os irmãos separados e com os não cristãos e, enfim, se dê resposta às questões nascidas do progresso cultural”.

De acordo com a opinião dos entrevistados, é possível conciliar as exigências da Santa Sé com as da Capes, no entanto isso exigiu dos Programas um esforço muito grande. Para um dos coordenadores, essa relação entre Igreja e Capes é um pouco tensa: “A Capes privilegia muito o quantitativo, essa é a preocupação, indexação, produtividade e não necessariamente a qualidade. Então, a tensão é como você equaciona isso” (E1-FAJE). Ressaltou que isso contraria o perfil dos professores dos PPGTs: “meus professores aqui não foram formados nessa tradição, assumem uma missão de teólogo, vocação, e pra Capes isso não conta. Segundo ele, a tensão é forte quando é preciso cobrar e, ao mesmo tempo, respeitar o professor, pois: “tem professor que escreve menos, ou não entra no perfil curricular o que ele produz e escreve” (E1-FAJE).

É possível constatar duas coisas: primeiro que o perfil de docente, principalmente do PPGT católico, é de um sacerdote que entende seu trabalho como uma missão confiada por seu “Deus”, para evangelizar e doar-se à causa cristã, e não é passível de nenhuma avaliação quantitativa. Em segundo lugar, pela característica do trabalho do sacerdote – finalidade espiritual –, nem tudo o que ele produz, faz, pode se enquadrar nos critérios de avaliação da Capes; como exemplo, o roteiro de um retiro espiritual ou missa.<sup>77</sup>

Outro fator que despendeu bastante esforço conciliatório entre as duas instituições reguladoras foi a questão da seleção dos candidatos aos PPGTs católicos: “A *Sapientia Christiana* vai dizer que ninguém pode ter acesso ao Mestrado em Teologia sem ter graduação em Teologia. Por isso, dentro do programa, não aceitávamos alunos sem a graduação em Teologia”. (E1-PUC). O entrevistado ressaltou que, “antes das exigências da Capes, isso nos permitia que alunos que vinham de seminários entrassem diretamente no nosso mestrado”, entretanto, após a inserção na Capes, não foi mais possível fazer isso. “O candidato ao mestrado precisa ter uma graduação reconhecida e isso acaba incidindo no perfil de nosso aluno, pois pela Capes basta ter qualquer graduação” (E1-PUC).

Isso exige, na visão desse coordenador, uma maleabilidade na seleção de candidatos, pois, mesmo sendo um padre, caso não tenha a Teologia reconhecida pelo MEC, deverá buscar outra graduação para poder frequentar o curso:

Por isso precisamos conciliar essas duas coisas,

---

<sup>77</sup> Detalharemos mais esse aspecto quando entrarmos na análise da produção docente dos Programas em análise.

ser maleável. A mesma coisa vale para Ciências da Religião. Pela Capes, inclusive, por fazermos parte da mesma subcomissão, não teria problema se um Mestre em Ciências da Religião entrasse em um Doutorado em Teologia. Pela Capes, nenhum problema, porém, para a *Sapientia Christiana*, é problema (E1-PUC).

Os entrevistados relataram que esse problema do perfil do ingressante é administrado da seguinte forma: a) se o candidato tem uma graduação reconhecida pelo MEC que não seja em Teologia, deve fazer uma graduação em Teologia ou um aproveitamento de estudos, mesmo que seja num curso seminarístico autorizado pela Santa Sé; b) se o candidato tiver um bacharelado em Teologia apenas reconhecido pela Santa Sé – caso de muitos padres – deve primeiramente obter um diploma reconhecido pelo MEC. Para conciliar dois interesses e satisfazer duas instituições reguladoras, é necessário um intenso trabalho burocrático de coordenação. Bourdieu (2005) ajuda a entender esse esforço dos PPGTs, quando destaca a importância que assume um aparelho burocrático na garantia e perpetuação da religião, e entendemos que, por meio desse aparelho, a Igreja exerce uma ação contínua para sua própria reprodução.

Um quesito em que Roma parece se preocupar mais do que a Capes é quanto ao corpo docente. Para um dos coordenadores, “pra manter o título eclesiástico, eu tenho que ter um número x de professores com diploma eclesiástico” (E1-FAJE). Outro fator que difere nas exigências da Santa Sé com as da Capes é com relação aos conteúdos e à preocupação com a manutenção da confessionalidade:

A *Sapientia Christiana* tem preocupação com conteúdo, e a Capes, não. A questão da confessionalidade, por exemplo. A Santa Sé bate na tecla da confessionalidade, do conteúdo, da estrutura dos cursos que estão sendo oferecidos. O corpo docente tem que ser católico. Isso como coordenador dá para administrar bem, pois a Capes não interfere no conteúdo, isso ajuda a gente a não ter maiores problemas. E, por outro lado, a maior exigência da Capes, na periodicidade da produção está mais livre para a *Sapientia Christiana*(E1-PUC).

Esse aspecto remete à forma de perpetuação e disseminação do capital religioso explicitado por Bourdieu (2005), quando discute a importância de especialistas que detenham o domínio erudito e que irão reproduzir o capital por meio de uma ação pedagógica. O autor ressalta que esse domínio erudito de especialistas pertence a uma instituição socialmente incumbida desse papel. Ao tratar sobre o processo investigativo dentro das Faculdades de Teologia, o Papa João Paulo II, na *Sapientia Christiana* (1979), afirma que esse investigador se “apoiava necessariamente numa firme adesão à Palavra de Deus e numa disposição de acatamento do Magistério da Igreja, ao qual foi confiada a função de interpretar autenticamente a Palavra de Deus”. Aqui, fica evidente que o objeto da investigação realizado dentro desse espaço erudito (os PPGTs) está enquadrado dentro de uma doutrina. E a ação pedagógica que disseminará o conhecimento fruto dessa investigação deverá ser feita por um professor que tenha um perfil específico. O Papa João Paulo II (1979), no artigo 25 da *Sapientia Christiana*, determina esse perfil docente das faculdades eclesiais, ao precisar que terá uma “riqueza de doutrina e reais aptidões pedagógicas para se ensinar”. É interessante observar como fica evidente, após a análise do documento papal, a relação entre capital religioso, domínio erudito e ação pedagógica explicitados na obra de Bourdieu (2005). Por outro lado, essa indiferença da Capes com relação à confessionalidade parece não ser algo tão tranquilo assim, na opinião de uma entrevistada, que comentou a declaração de um dos coordenadores da Comissão de Filosofia da Capes: “Na primeira vez que fui a Brasília, o Renato Janine veio conversar com a gente, com a subárea de Teologia, e disse que era preciso descristianizar essa Teologia” Ela destacou: “Eu vejo uma mentalidade meio anticlerical na Capes, que entendem o confessional como fundamentalismo. Segundo ela, ele aceitou as especificidades, porém “disse que precisávamos descristianizar”. Houve, então, a necessidade de mudança de nomenclaturas, “de Bíblia Sagrada para textos sagrados, por exemplo” [...].Com relação às diferenças entre Igreja e a Capes, destacou: “a Igreja está mais preocupada com o conteúdo, e a Capes, mais com a questão formal” (E4-PUC).

Esse exercício de conciliar duas demandas institucionais reguladoras indicou a necessidade de certo impasse para a Teologia, que antes estava centrada na sua confessionalidade. A mudança de nomenclatura de Bíblia Sagrada para textos sagrados significa uma abertura epistemológica e, com certeza, uma mudança de foco, ou seja, agora não é mais possível definir o campo de estudos dentro do catolicismo ou cristianismo.

Outra entrevistada, ex-coordenadora de Programa católico, corrobora na análise quanto ao aspecto epistemológico, ao abordar a questão da interdisciplinaridade, estimulada pela Capes:

Até hoje não tivemos problemas pelo menos da parte da Santa Sé, agora, certos critérios da Capes, se a gente não tem uma visão muito clara do que é Teologia, podemos deixar que isso interfira no estatuto da Santa Sé, no que ela exige de nós. Em si não, mas na medida em que a gente não está avisado, por exemplo, essa questão da interdisciplinaridade. A Santa Sé não tem esse tipo de exigência. (E3-PUC)

Constatamos que os PPGTs realizam um grande trabalho a fim de preservar sua confessionalidade, um dos fatores que caracteriza o fazer teológico, pelo menos na opinião de uma professora – que inclusive fez grandes elogios à avaliação da Capes e observou – “quem faz Teologia como ciência é apenas os cristãos. Pensar a fé com o instrumental da razão é só o cristianismo que faz. Quando se fala em Teologia, se pensa em Teologia cristã” (E4-PUC).

A preservação dessa formação teológica dentro do que os PPGTs católicos consideram “qualidade” parece não combinar muito com a concepção de qualidade defendida pela Capes para os Programas. Na opinião de uma ex-Coordenadora, o número de créditos cursados foi uma mudança que destoou do que se fazia no período pré-Capes:

A Capes pode interferir quando ela diz que os mestrados devem ser em dois anos, então ela não olha com bons olhos para o mestrado que tenha um grande número de créditos, ela acha que isso vai atrapalhar a qualidade da tese, que não vai dar tempo de fazer a dissertação. Eu já acho que deveríamos ter um maior número de créditos para qualificar melhor nosso docente [...] Então, com a exigência da Capes, atrapalhou um pouco nisso. Nós estaríamos totalmente dentro do que a Santa Sé exige, quando tínhamos um número de créditos maior, mas não dentro do que a Capes coloca (E3-PUC).

Para ela, houve uma perda de qualidade no processo de formação dos pós-graduandos, que, ao cursarem um menor número de créditos,

passaram a se aprofundar menos os conteúdos, uma vez que as exigências da Capes atentam mais para a questão dos prazos.

Essas manifestações foram de entrevistados vinculados aos PPGTs católicos. É preciso entender que os protestantes possuem uma relação completamente diferente com a sua confessionalidade, que é muito mais ecumênica, avessa à centralidade de poder. Um professor do PPGT de confissão protestante, quando perguntado se há alguma forma de “prestação de contas” para com a Igreja que os mantém, respondeu: “não, absolutamente nada, nem mandamos relatório. O que acontece, mas aí não posso informar com detalhes, mas pode haver algum relatório por parte da Instituição Igreja” (E1-EST). O que ele refere é que a Igreja local, na qual a IES está inserida, pode mandar relatório para Genebra<sup>78</sup> com relação às atividades desenvolvidas pelo PPGT, se quiser.<sup>79</sup>

Quanto a essa relação entre Igreja e exigências acadêmicas, Zeuch (2006b) considera que as liberdades universitárias são mais ou menos subordinadas à liberdade de ensino e pesquisa definida por religião e, assim sendo, a Teologia universitária, da mesma forma que o ensino religioso nas escolas públicas, sempre vai lutar para conservar um caráter confessional dentro da academia.

A partir dessas considerações gerais dos entrevistados acerca da inserção na Capes, vamos observar, agora, com base na análise feita nos registros da Capes e dos PPGTs como ocorre a materialidade desse processo.

#### 4.2 A MATERIALIDADE DO PROCESSO DE INSERÇÃO: ANÁLISE DAS ADEQUAÇÕES INTERNAS PROMOVIDAS PELOS PPGTs A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DA CAPES

Os ajustes nas linhas de investigação dos Programas a partir do envolvimento com o sistema Capes são discutidos neste subitem com dados obtidos nas duas fontes. A primeira é documental e foi coletada em três documentos disponibilizados pela Capes ao PPG:

---

<sup>78</sup> Em Genebra está sediada a Federação Luterana Mundial, criada em 1947, considera-se uma comunhão de igrejas cristãs de tradição luterana.

<sup>79</sup> Para os católicos, uma Universidade Pontifícia deve prestar contas à Diocese que jurisdiciona aquela região geográfica onde está sediada a IES católica. Os protestantes, no caso os luteranos, com muito menos rigor e hierarquia, pertencem à Igreja Luterana local mais próxima, presente na região onde está sediada a referida IES. Por isso, o que o entrevistado se refere é que essa Igreja, pode, se quiser, mandar algum relatório para a Europa, já que o PPGT está vinculado à confissão luterana.

- a) Proposta de Programa (BRASIL, 1998): descrição do processo de adaptação de cada PPGT em análise ao modelo Capes.
- b) Documento de Área (BRASIL, 2011c), apreciação da Capes sobre os PPGTs avaliados no triênio 2007-2009.
- c) Ficha de Avaliação trienal (BRASIL, 2010b), onde constam as considerações dos avaliadores sobre a última avaliação trienal realizada junto aos PPGTs.

A segunda fonte de dados foram as entrevistas realizadas com os coordenadores e professores dos três PPGTs pesquisados (FAJE; PUC-Rio, EST), que permitiram a análise dos processos desencadeados entre os Programas e a Capes no processo de inserção no Sistema e posterior acomodação.

Analisamos os processos de inserção dos Programas, com base na discussão individual de cada PPGT, na busca de problematizar as informações documentais em interface e diálogo com os discursos dos entrevistados. A forma de apresentação e análise dos dados foi organizada com a elaboração de dois quadros; no primeiro, apresentamos as linhas de pesquisa referentes à primeira e à última avaliação trienal e, no segundo, uma síntese das quatro avaliações trienais, com as considerações dos avaliadores acerca dessas linhas de pesquisa. Os dados apresentados foram discutidos e analisados em interface com os dados das entrevistas concedidas pelo corpo docente de cada PPGT, bem como com o Documento de Área (BRASIL, 2011c) no qual encontramos manifestação institucional da Capes em relação aos PPGT.

Como o objetivo principal deste trabalho foi discutir o processo de inserção dos PPGTs na Capes, com relação ao documento *Proposta de Programa* e *Documento de Área*, analisamos os documentos relativos à primeira avaliação trienal, referente ao período de 1998 a 2000, justamente com o objetivo de identificar as primeiras e mais estruturais transformações evidenciadas na passagem de uma realidade institucionalizada (quando os PPGTs estavam subordinados apenas às suas igrejas, porém institucionalizados dentro de uma determinada estrutura) para a inserção dos PPGTs na Capes. Os conteúdos referentes aos documentos *Propostas de Programa* que foram analisados são os primeiros a serem disponibilizados pela Capes, portanto descrevem o processo de adaptação e as principais transformações e adaptações pelas quais passaram as IESs para inserirem seus PPGTs na sistemática de avaliação e financiamento da pós-graduação brasileira.

O Documento *Proposta de Programa* é um formulário

preenchido, anualmente, pelo Coordenador do PPGT e encaminhado à Capes. Ele sintetiza as atividades do Programa, classificando as informações em diversas categorias<sup>80</sup>.

Retomando, com relação aos quadros: a) no primeiro, Quadro 4, intitulado: *Áreas de concentração e linhas de pesquisa* (1998-2009), apresentamos as linhas de pesquisa referentes ao ano de 1998 (primeiro ano da primeira avaliação trienal) e ao ano de 2009 (último ano correspondente à avaliação trienal do período 2007-2009)<sup>81</sup>; no segundo, Quadro 5, intitulada *Avaliações trienais das linhas de pesquisa*, constarão as apreciações dos avaliadores referentes às quatro últimas avaliações trienais.

O objetivo foi analisar como ocorreu a relação entre Capes e PPGT no que se refere às mudanças e continuidades nas nomenclaturas das áreas de concentração e linhas de pesquisa. As Áreas são apresentadas com letras maiúsculas, seguidas, abaixo, das respectivas Linhas de Pesquisa.

Após os quadros, apresentamos uma análise das informações em interface com as entrevistas, com declarações dos avaliadores – provenientes do Documento de Área e das Fichas de avaliação – que consideramos relevantes, bem como informações complementares disponibilizadas pelos coordenadores no documento *Proposta de Programa*. A análise dos dados foi descrita individualmente de acordo com cada PPGT, na seguinte ordem: EST, FAJE e PUC-Rio.

#### **4.2.1 PPGT da Escola Superior de Teologia – EST**

Para melhor visualização dos dados referentes à EST, apresentamos estes em dois quadros, em que no primeiro há as Linhas de Pesquisa e as Áreas de Concentração do PPGT e, no segundo, as Avaliações trienais das linhas de pesquisa desse PPGT.

---

<sup>80</sup> Áreas de concentração e linhas de pesquisa; Recursos humanos; Requisitos para titulação; Visão geral, evolução e tendências; Integração com a graduação; Infraestrutura; Intercâmbio; Autoavaliação; Outras informações; Ensino a distância; Trabalhos em preparação; Atividades complementares; Atividades de Pesquisa; Atividades de formação; Disciplinas ministradas; Corpo docente; Teses e dissertações; Produção bibliográfica e técnica; Produção artística.

<sup>81</sup> No Anexo C, estão disponíveis para análise todas as linhas correspondentes a cada um dos anos, de 1998 a 2009.

**Quadro 4:** Linhas de pesquisa e áreas de concentração do PPGT da EST

Áreas de concentração e linhas de pesquisa (1998 – 2009) PPGT – EST	
1998	2009
<b>TEOLOGIA E HISTÓRIA</b> - Protestantismo na América Latina (desde 1988) - Teologia Ecumênica (desde 1988) - Cristianismo e religiões na América Latina (desde 1988)	<b>TEOLOGIA E HISTÓRIA</b> - Cristianismo e religiões na América Latina - Teologia contemporânea em perspectiva latino-americana
<b>BÍBLIA</b> - Hermenêutica Bíblica Latino-Americana (desde 1988)	<b>BÍBLIA</b> - Estudos de texto e contexto bíblicos - Hermenêuticas bíblicas
<b>TEOLOGIA PRÁTICA</b> - Aconselhamento Pastoral (desde 1988) - Comunicação Cristã (desde 1988) - Educação Cristã (desde 1988)	<b>TEOLOGIA PRÁTICA</b> - Culto e práxis social nas comunidades de fé - Práxis teológica no contexto pluralista sociorreligioso
<b>SEM ÁREA DEFINIDA</b> - Projetos Isolados (Desde 1988)	<b>SEM ÁREA DEFINIDA</b> - Teologia Latino-Americana  <b>RELIGIÃO E EDUCAÇÃO</b> - Fenômeno religioso e práxis educativa na América Latina

Fonte: Capes (BRASIL, 2011e).

**Quadro 5:** –Avaliações trienais das linhas de pesquisa do PPGT da EST

(continua)

Avaliações trienais das linhas de pesquisa PPGT-EST
<b>1ª Avaliação trienal – 1998-2000</b> O Programa reformulou suas linhas e projetos de pesquisa, tornando-as ainda melhor. As linhas e áreas de concentração possuem uma estreita vinculação com as teses e dissertações.
<b>2ª Avaliação trienal – 2001-2003</b> Linhas bem definidas e projetos de pesquisa pertinentes.
<b>3ª Avaliação trienal – 2004-2006</b> Linhas de pesquisa inovadoras, trazendo uma contribuição única entre os programas de teologia do país, no sentido de ênfase sobre a problemática latino-

(conclusão)

**Avaliações trienais das linhas de pesquisa  
PPGT-EST**

americana em estreito diálogo com a Europa e os EUA.

A recomendação feita na avaliação anterior de retirar da estrutura curricular a Linha de Pesquisa "Teologia Latino Americana" não foi seguida. Recomenda-se retirar esta linha.

**4ª Avaliação trienal – 2007-2009**

As áreas de concentração e linhas de pesquisa são abrangentes e sólidas.

*Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).*

Com relação às linhas de pesquisa, observamos que a confessionalidade deu lugar a uma visão mais ecumênica, com a supressão da linha “Protestantismo na América Latina”. Algumas especificidades do campo teológico deram lugar a generalidades, como é o caso das linhas que compõem a Área de concentração Teologia Prática: “Aconselhamento Pastoral, Educação Cristã” e “Comunicação cristã”, que deram lugar para as duas linhas intituladas “Culto e práxis social nas comunidades de fé” e “Práxis teológica no contexto pluralista sociorreligioso”.

Quanto às considerações dos avaliadores transcritas no Quadro 5, é possível observar o elogio às nomenclaturas que são inovadoras. Conforme já citamos, “Protestantismo na América Latina” e “Aconselhamento Pastoral” eram linhas que tratavam de especificidades da confessionalidade protestante e foram extintas, dando lugar a outras linhas como religião e educação e outra que aborda o contexto pluralista religioso. Outro fator interessante é a recomendação para se extinguir a Linha “Teologia Latino-americana”. Esta foi tirada em 1998 e reapareceu no ano 2000, permanecendo até 2010.

Na Proposta de Programa, ficou evidente a convivência institucional do PPGT na acolhida às sugestões de mudanças das linhas. Para a EST, todo esse processo de adequação às normas da Capes resultou em significativas mudanças e alterações na oferta de linhas de pesquisa e disciplinas por parte do PPGT (BRASIL, 1998).

Os entrevistados acreditam que essas exigências, principalmente no que se refere à interdisciplinaridade, quanto à abertura a temáticas atuais vêm ao encontro do que a Teologia já vinha fazendo. Para um coordenador, as “exigências da Capes quanto às linhas e áreas foi para nós algo orgânico, nos ajudou a organizar melhor o que já vínhamos fazendo” (E2-EST). Conforme outro professor, a experiência da EST é de que a Capes não interfere nos conteúdos, “nós tínhamos uma certa

estrutura, aquela chamada exótica, resolvemos nos adequar às áreas de concentração, linhas de pesquisa, maior número de créditos”(E3-EST).Ele ressaltou que isso trouxe bons resultados: “acho que até encontramos incentivos bons pra nós, poder ter interface com outros programas, se comparar com outros, participar de diálogos” (E3-EST).

Ainda na primeira avaliação trienal, de acordo com a *Proposta do Programa*, a EST já apresentava em 1998 uma biblioteca considerada boa, com 80.000 volumes, e, o ano 2000, já estava com o acervo digitalizado. Outro fator favorável na avaliação da Capes foi o vínculo dos docentes com a graduação. Quanto ao intercâmbio, foram consideradas favoráveis uma inserção internacional com seis países e a realização de cursos de extensão, mesmo já evidenciando dificuldade financeira para essas atividades.

Quanto ao critério de internacionalização, este é um item em que as IESs nas quais estão vinculados os PPGTs acumulam uma grande experiência. Em razão de a Teologia estar vinculada a instituições eclesiais europeias, o diálogo e a parceria com outros países era algo natural para os Programas, conforme já destacado anteriormente, todavia, na recomendação do Documento de Área, é possível verificar que há insistência para que haja diálogo entre pesquisadores brasileiros. Uma realidade dos PPGTs é que a Teologia estava bastante direcionada à qualificação de quadros para as respectivas igrejas, o que não demandava diálogo com outras instituições do país. O dialogo sempre foi maior com as universidades europeias, pelo fato de que era lá que os docentes brasileiros se qualificavam. De acordo com a Proposta do Programa (BRASIL, 1998), a EST passou a realizar, a partir de 1998, intercâmbio internacional com Índia, África do Sul, China, Hungria, e Noruega, bem como convênio de cooperação com o *Lutheran School of Theology* de Chicago (EUA).

Nas entrevistas concedidas, ficou evidente que os coordenadores e ex-coordenadores reconhecem que a inserção na Capes exigiu bastante trabalho. “O nosso PPGT precisou readequar sua gestão e processos, a fim de atender às exigências de relatórios e avaliação da Capes.” (E4-EST).

É importante lembrar que tanto a EST como a FAJE são IESs muito enxutas na sua estrutura administrativa e acadêmica, quando comparadas à PUC-Rio, que já possuía vários cursos de pós-graduação inseridos na Capes e, por isso, não sentiu necessidade de aumento e mudança da estrutura institucional.

Com relação à interligação com a graduação, não houve muita dificuldade porque grande parte dos professores já estava vinculada ao

Departamento de Teologia, a qual contempla tanto a graduação como a pós.

O coordenador da EST, referente à Proposta de Programa (BRASIL, 1998), também considera que uma das dificuldades no processo de inserção foi certo tradicionalismo nas reações e atitudes do corpo docente em sua totalidade, em virtude do hábito enraizado durante muitos anos de prática voltada para um padrão europeu. De acordo com relatos do coordenador, por causa da Proposta de Programa (BRASIL, 1998), a EST precisou passar por algumas mudanças estruturais como a digitalização do acervo de 80.000 volumes e informatização da biblioteca.

Um elemento a destacar no PPGT da EST é que este inaugurou o primeiro Mestrado Profissional em Teologia no ano de 2001<sup>82</sup>. Segundo Bittar (2011, p. 41), a comparação entre a concepção educacional protestante e católica é que “a concepção pedagógica oriunda da Reforma inovou ao preconizar a relação entre educação intelectual e profissional, enquanto a da Contrarreforma centrou-se na primeira”. Ao abordar a diferença entre protestantes e católicos na esfera educacional, Bianchetti (2011) considera que os protestantes são mais ousados em direção ao respeito à diversidade e à inclusão. Aqui, também retomamos Weber (2001) que, ao diferenciar católicos e protestantes, considera esses últimos mais voltados à formação técnica e profissional do que os católicos que preferem uma formação mais humanística. Mais especificamente em relação ao calvinismo, Weber salienta que a escolha

---

<sup>82</sup>O referido Mestrado Profissional em Teologia teve por objetivo atender a demandas específicas. De 2001 a 2010, o Mestrado Profissional foi oferecido em cinco áreas de concentração:

- a) Educação Comunitária com Infância e Juventude;
- b) Práticas Sociais e Cuidados - Gestão e Redes Sociais;
- c) Aconselhamento Pastoral;
- d) Leitura e Ensino da Bíblia;
- e) Ética e Gestão.

Uma das diferenças do Mestrado Profissional em relação ao acadêmico é que o Profissional não exige a produção de uma dissertação por exemplo. Severino (2006, p. 69) destaca que “o mestrado profissionalizante é, sem dúvida, uma deturpação do sentido qualitativo de um curso de pós-graduação *stricto-sensu*: não por razões institucionais ou de nomenclatura, mas porque se trata de finalidades, certamente importantes mas fundamentalmente diferentes”. Para o autor, o diferencial, de natureza epistemológica, está na própria forma de se conceber a relação com o conhecimento. “O mestrado profissional preocupa-se em repassar as contribuições mais recentes do conhecimento já produzido em sua área, de outro lado, o Mestrado acadêmico, se adequadamente compreendido, tem sua razão de ser na construção de conhecimento novo” (SEVERINO, 2006, p. 69).

profissional, para Calvino, era tida como um mandamento divino especial para o cumprimento dos deveres que lhe foram impostos pela vontade de Deus. Essas e outras características da Teologia protestante podem ter contribuído e estimulado a EST a ser pioneira – dentro dos PPGTs – na abertura do mestrado profissional.

#### 4.2.2 PPGT da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE

As Linhas de Pesquisa e Áreas de concentração do PPGT da FAJE bem como as Avaliações trienais das linhas de pesquisa deste estão relacionadas nos quadros seguintes, a fim de propiciar a compreensão das informações.

#### **Quadro 6:** Linhas de pesquisa e áreas de concentração do PPGT da FAJE

<b>Áreas de concentração e linhas de pesquisa (1998-2009) PPGT – FAJE</b>	
1998	2009
TEOLOGIA DA PRÁXIS CRISTÃ - A Comunidade Cristã e suas Expressões Práticas e Simbólicas - Ética da Comunidade Cristã	TEOLOGIA DA PRÁXIS CRISTÃ -Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso - Tendências éticas atuais
TEOLOGIA SISTEMÁTICA - Abordagem Sistemática da Tradição Cristã - Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual	TEOLOGIA SISTEMÁTICA - Fontes Bíblicas da Tradição Cristã - Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual
AMBAS AS ÁREAS - Fontes Bíblicas da Tradição Cristã	
PROJETOS ISOLADOS	

*Fonte: Capes (BRASIL, 2011e).*

**Quadro 7:** Avaliações trienais das linhas de pesquisa do PPGT da FAJE

<b>Avaliações trienais das linhas de pesquisa PPGT – FAJE</b>
<p><b>1ª Avaliação trienal – 1998-2000</b> Os projetos e linhas de pesquisa encontram-se bem adequados às áreas de concentração.</p>
<p><b>2ª Avaliação trienal – 2001-2003</b> A proposta do programa continua bem definida, com duas áreas de concentração e duas linhas de pesquisa para cada área.</p>
<p><b>3ª Avaliação trienal – 2004-2006</b> A proposta do programa ficou melhor ajustada ao longo do triênio, na medida em que foram reduzidas para duas as suas áreas de concentração e para quatro as linhas de pesquisa.</p>
<p><b>4ª Avaliação trienal – 2007-2009</b> A proposta curricular, de acordo com as linhas de pesquisa, contempla as grandes questões atuais em nível brasileiro e universal.</p>

*Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).*

Com relação às linhas de pesquisa, é possível perceber que os temas saem de um âmbito mais tradicional e adentram para nomenclaturas mais modernas, como é o caso das linhas que compõem a Área de Concentração “Teologia da Práxis Cristã” da FAJE: “A Comunidade Cristã e suas Expressões Práticas e Simbólicas” e “Ética da Comunidade Cristã”. Estas foram substituídas por “Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso” e “Tendências éticas atuais”. Ressaltamos, nas fichas de avaliação, o elogio à diminuição das áreas de concentração bem como a sintonia das linhas com questões da atualidade.

Fica evidente uma supressão dos conceitos e temas ligados ao cristianismo e catolicismo, tais como: expressões práticas e simbólicas da comunidade cristã e a ética da comunidade cristã. Como a Teologia difere das Ciências da Religião pelo fato de preservar sua confessionalidade, há uma grande contradição quando essas linhas – que abordam explicitamente o cristianismo – acolhem conceitos ligados à sociologia, filosofia e até ciências das religiões, tais como pluralismo cultural e religioso e tendências éticas atuais. Que especificidade teológica encontramos no termo “tendências éticas atuais”? O que justifica que essa linha esteja no campo teológico e não no campo

filosófico ou sociológico, por exemplo?

O colegiado do PPGT da FAJE, conforme um dos entrevistados, com relação às linhas de pesquisa, afirma que houve uma tentativa de adequá-las à linguagem da Capes: “[...] essas linhas existiam até 1998, quando houve uma visita da Capes, e ela pediu que entrássemos no esquema da linguagem capesiana” (E1-FAJE).

De todas as alterações nas linhas de pesquisa, uma delas chamou mais a atenção pelo fato de ter havido a extinção de toda uma área de concentração, que foi a área de “Teologia Bíblica”. Essa linha deixou de existir em razão da diminuição do tempo para conclusão do mestrado. Os alunos passaram a ter dificuldade de adquirir, em um curto espaço de tempo, o domínio das línguas necessárias para o estudo científico da Bíblia. Quando o Mestrado em Teologia ainda estava exclusivamente sob recomendação eclesial, o aluno não tinha limite de tempo para concluir sua dissertação, o que possibilitava a ele adquirir, durante o mestrado, conhecimento e domínio desses idiomas.

Diante dessa exigência de limitação de tempo para conclusão das teses e dissertações, para tentar manter e “salvar” essa temática tão cara à tradição teológica, que é Bíblia, o PPGT buscou saídas e estratégias, porém, mesmo com essas estratégias, não foi possível manter, no caso da FAJE, a área de Bíblia, que contava com um significativo corpo docente, conforme relatou um coordenador: “A parte bíblica, nos anos 90, tinha quatro professores doutores em exegese” (E1-FAJE). Com o tempo reduzido para o mestrado e doutorado, após a inserção na CAPES, “se decidiu que a área de Bíblia não tinha condições de manter porque os alunos não tinham formação e precisariam de dois anos apenas para o aprendizado da língua hebraica” (E1-FAJE). Diante disso, o PPGT decidiu reformular as linhas de pesquisa: “decidimos que a sistemática reagruparia duas linhas de pesquisa, uma que seria a sistemática específica e outra que seria a área bíblica, e criamos um curso de especialização em Bíblia, para depois o aluno ingressar no mestrado com aquela base das línguas bíblicas” (E1-FAJE).

Além dessa exclusão de áreas de concentração, houve também, após a inserção na Capes, uma nova maneira de avaliar o ingresso dos candidatos, já que, a partir de então, os projetos precisariam estar em conformidade com as linhas: “tem dissertações e projetos que descartamos por não entrar nas nossas linhas” (E2-FAJE). Essa mudança ocorreu porque, no sistema romano, não havia a exigência de linhas de pesquisa, e o aluno acabava pesquisando qualquer tema que fosse de seu interesse dentro do perfil dos professores do PPGT. “As linhas, foi preciso introduzir. No início havia dúvidas sobre aquilo que seria uma

linha de pesquisa, com o tempo, reduzimos as linhas” (E3-FAJE). Isso foi constatado no movimento das linhas, conforme apontamos no Quadro 6.

Outro fator destacado pelos entrevistados é com relação à mudança na nomenclatura das linhas e temáticas contempladas por elas.

A Capes obrigou-nos a criar uma nomenclatura que não existia, mas, na realidade, nós sistematizamos o que já fazíamos, demos nome a coisas que já fazíamos com outra forma de organização. A *Sapientia Christiana* não exige nomenclatura, é mais aberta. [...] Roma não cobra projetos de pesquisa todo o ano, e a prestação de contas não é rígida (E1-FAJE).

Mesmo evidenciando que houve mudanças nas temáticas e nos conteúdos, conforme mencionamos, os coordenadores quase sempre afirmaram que houve apenas uma organização a partir do que já existia. “A configuração [das linhas] não foi dada pela Capes, a nomenclatura é capesiana, nós precisávamos entrar nessa” (E1-FAJE). Além disso, salientaram que a Capes aproveitou o que já vinham produzindo dentro do PPGT, conforme explicou o entrevistado, referindo-se às exigências dos avaliadores da Capes:

Eles [avaliadores] disseram: tem que ter área de pesquisa, linhas. Aí o nome capesiano, aí se decidiu, então, adaptar aquilo que era o forte da faculdade, que era a área sistemática, bíblica e não deixar de fora a práxis. Muitos professores tinham pesquisas importantes na área de Teologia da Libertação, bioética. Aí, a Capes disse: essa questão da práxis não pode ficar fora, porque as pessoas procuram sempre alguma coisa que tenha repercussão na vida concreta. Então, digamos, a nomenclatura é capesiana, mas a ênfase já era da faculdade, do perfil dos professores (E1-FAJE).

Destacam-se das considerações do entrevistado, a ênfase dada pelos avaliadores às temáticas atuais que repercutem na vida das pessoas. Essa ênfase na atualidade foi algo que, de certa forma, determinou algumas mudanças ocorridas nas linhas como, por exemplo, as linhas do PPGT da FAJE. Uma das linhas chamava-se “Ética da comunidade crista”, em 1998, e agora passou a se chamar “Ética e

tendências atuais”. Outra se chamava “Comunidade cristã e suas expressões práticas e simbólicas” e agora se chama “Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso”. Sobre essas mudanças, um dos entrevistados declarou que isso ocorreu pelo fato de que saíram da “cristandade”: “É, nós saímos da cristandade, né. Isso também a entrada da Capes, MEC, tem um valor simbólico, é a saída da cristandade, da autossuficiência, e vamos na linha da Teologia pública”. (E3-FAJE). E ressaltou que essa entrada na Capes promoveu mudanças nas temáticas estudadas: “O nosso programa, a questão ética, mudou muito no que era mais ligado à Teologia moral, e agora a base é muito mais antropológica, sociológica” (E3-FAJE).

O entrevistado confirmou que a questão ética deixa um âmbito mais teológico cristão, ligado à Teologia moral, e passa a ter uma abordagem mais focada nas ciências humanas e sociais. Ele explicou que isso se atribui também a uma saída da cristandade, porém, essa saída, dentro dos PPGTs, especificamente na análise das linhas, teve uma forte determinação da Capes.

Desde o medievo, a Teologia buscou ajustar seus conteúdos aos seus novos destinatários. No caso específico dessa mudança das temáticas das linhas de pesquisa na FAJE, há essa tentativa da Teologia em querer dialogar com outras áreas e, por isso, precisa mudar suas nomenclaturas. Diante do exposto, retomamos Bourdieu (2005), quando discorre sobre a relação entre o campo religioso e a ciência. Segundo o autor, isso se verificou na antiguidade quando mitos e ritos obscuros passaram a ter um sentido mais ajustado às normas éticas dos destinatários de seus relatos. A Filosofia e a Teologia, juntas, passaram a ser um instrumento usado para fazer a adaptação de um “saber desorganizado para um saber sistematizado e teleologizado, ou seja, com uma finalidade implícita” (BOURDIEU, 2005, p. 35).

Mesmo diante dessa transformação e readequação do saber teológico, essas mudanças não pareceram tão significativas para os professores, porque, segundo eles, dentro dos PPGTs, já havia essa abertura a novas temáticas. Havia um diálogo com outras áreas, principalmente por meio do movimento da Teologia da Libertação, por isso um dos entrevistados afirmou que “o perfil dado hoje ao programa não necessariamente é dado pela Capes, a nomenclatura sim, mas o perfil não” (E1-FAJE).

Outro elemento trazido pelos entrevistados quanto à readequação das linhas é a relação desse processo com o corpo docente do PPGT, ou seja, quando surge a necessidade de colocar em sintonia projetos de pesquisa, teses, dissertações e linhas de pesquisa, nesse momento, há

uma mudança a ser feita na linha de trabalho que os docentes estavam pesquisando.

Os professores vão se sentir obrigados – porque a Capes obriga a especialização – então, para o professor especialista, por exemplo, no livro de João, a Capes prefere que tenha um professor que diga: “Eu tenho um projeto de pesquisa em João, do que outro tema, Novo Testamento, que é genérico, por exemplo”. A linguagem da pós-graduação começa a priorizar a especialização (E1-FAJE).

Essa especialização, de acordo com o entrevistado, precisava constar na nomenclatura dos projetos desenvolvidos pelos professores, por isso que, segundo ele, “boa parte dos projetos de pesquisa, a nomenclatura foi colocada porque a Capes exigia” (E1-FAJE).

Interdisciplinaridade também é outra exigência que a Capes sempre recomenda aos PPGs. Quanto à Teologia, a grande maioria dos entrevistados acredita que os estudos teológicos sempre foram marcados pelo diálogo interdisciplinar. Entrevistados vinculados a uma tradição jesuítica afirmaram que os professores do PPGT sempre foram ligados à Teologia da Libertação e esta coloca a Teologia em diálogo constante com as ciências humanas. “A Teologia da tradição da Companhia de Jesus, ela sempre dialogou com as humanidades, a filosofia a retórica, a linguística” (E1-FAJE). Para o entrevistado, o próprio catolicismo sempre praticou certa interdisciplinaridade, pela proximidade com a filosofia.

O diálogo interdisciplinar e a abertura para outras áreas do saber fazem parte da tradição jesuítica, a qual, de acordo com Dumortier e outros (2006) sempre buscou conciliar o serviço ao povo com o serviço ao Soberano Pontífice. Para o autor, a criação dos colégios garantiu à Companhia de Jesus uma excelente inserção na sociedade moderna. A própria *Ratio Studiorum*, que foi um programa de estudos inventado pela Companhia de Jesus, segundo o autor, na sua essência, já buscava essa abertura para o mundo:

Levada a agir em um tempo de incertezas, destinada a durar, busca dotar-se de um texto normativo para os estudos que mantenha o equilíbrio entre uma unidade intelectual, inscrita

no coração da ortodoxia cultural que nasceu para defender, e uma abertura para o mundo, que concebe como uma marca essencial de sua identidade (DUMORTIER et al., 2006, p. 76).

Além dessa característica dos jesuítas, existe um movimento de abertura interdisciplinar dentro da própria Igreja com o Concílio Vaticano II. Esse Concílio tornou-se uma referência para a Teologia na América Latina: “A Teologia feita aqui vem dessa matriz de diálogo com muitos campos” (E1-FAJE). O coordenador salientou que o PPGT sempre oferece alguma disciplina procedente de outra área: “sempre oferecemos. Psicologia, sociologia, essas áreas.” Além das disciplinas, o Programa também busca professores externos: “Tem professores que têm pesquisa em psicanálise e religião, eles trazem aqui cursos para o PPGT” (E1-FAJE). Conforme comentou o entrevistado, muitos alunos resistem a esse diálogo com outras áreas do conhecimento, porém eles precisam se adaptar à sistemática do PPGT e, agora, da Capes. “Ele tem que fazer obrigatoriamente seis disciplinas na área dele e pelo menos duas em outra área. Isso foi construído no processo de “capesianização”. Damos ênfase para a área de concentração” (E1-FAJE).

De acordo com a Proposta do Programa (BRASIL, 1998), num primeiro momento, o PPGT sentiu dificuldade de adaptar a sua sistemática de trabalho – inspirada em Universidades Pontifícias Romanas e outras universidades europeias – à sistemática usual no Brasil. No decorrer do ano de 1998, tentou-se revisar o programa com relação à maior adequação à sistemática brasileira, e uma das ações foi a mudança do Regimento da Faculdade para efetivar juridicamente a adequação. Na Proposta do Programa, o Coordenador afirmou que “ela ainda não se faz sentir de todo no presente relatório, porque as mudanças entraram em vigor no final do ano de 1998” (BRASIL, 1998). Com relação às bancas examinadoras, deverão ser constituídas por três integrantes para o mestrado e cinco para o doutorado (com a devida participação de integrantes externos ao programa).

Com a inserção na Capes, houve aumento das exigências, acarretando mais burocracia e mudanças administrativas para as IESs, com o declarou um professor:

Alguns professores acham que burocratizou demais, cada dia pedem mais coisas. Para nossa

instituição que é diferente de uma maior (que tem muitos departamentos), nós aqui temos que criar departamentos, funcionários para dar conta desse trabalho, isso incha a folha de pagamento com mais funcionários (E3-FAJE).

Além da necessidade de readequação da infraestrutura, outra dificuldade encontrada pelo PPGT foi com relação à vinculação dos temas das dissertações com os projetos de pesquisa dos docentes. Conforme esclareceu o coordenador na Proposta do Programa, “ainda vai levar algum tempo até que se chegue a uma adequação satisfatória para o sistema brasileiro de pós-graduação, já que no sistema europeu antes adotado não havia essa necessidade de vinculação” (BRASIL, 1998). Quanto ao tempo de titulação, “docentes e discentes foram urgidos para diminuir o tempo de titulação” (BRASIL, 1998). A estrutura curricular também foi revisada, bem como o regime letivo que passou a ser semestral.

No que se refere ao corpo docente, o coordenador apontou que se fez necessário todo um esforço para conscientizar os docentes a respeito da estrutura e objetivo próprios da pós-graduação no Brasil, com relação à integração e interação de docência, pesquisa e presença na sociedade.

De acordo com a Proposta de Programa, o PPGT da FAJE está tratando de dar resposta efetiva às observações feitas na avaliação da Capes. Salientaram que, no ano 2000, receberam a visita dos Consultores da Capes a qual, segundo relato, “foi sumamente importante e proveitosa para a IES. No diálogo com eles, foram abordadas questões fundamentais para uma melhor configuração do Programa”. (BRASIL, 1998). Segundo o coordenador, os avaliadores observaram que “a proposta do programa encontra-se bem definida e as linhas de pesquisa são a ela adequadas” (BRASIL, 1998).

#### **4.2.3 PPGT da Pontifícia Universidade Católica do RJ – PUC-Rio**

Os dados referentes às Linhas de Pesquisa e Áreas de concentração do PPGT da PUC-Rio e às Avaliações trienais das linhas de pesquisa deste estão descritos nos quadros a seguir, com o intuito de proporcionar melhor visualização.

**Quadro 8:** Linhas de pesquisa e áreas de concentração do PPGT da PUC-Rio

Áreas de concentração e linhas de pesquisa (1998-2009) PPGT-PUC-Rio	
<p><b>1998</b></p> <p>TEOLOGIA SISTEMÁTICO PASTORAL</p> <p>- Presença e atuação da Igreja sob diferentes enfoques na América Latina e no Brasil (desde 1979)</p> <p>- Religião e Modernidade (desde 1992)</p> <p>- Mulher e Religião (desde 1992)</p> <p>TEOLOGIA BÍBLICA</p> <p>- Análise e interpretação de textos AT e NT com o objetivo de apresentar ao homem moderno (desde 1992)</p> <p>SEM ÁREA</p> <p>- As tradições do Antigo Israel como fonte de sua historiografia (desde 1979)</p> <p>PROJETOS ISOLADOS</p>	<p><b>2009</b></p> <p>TEOLOGIA SISTEMÁTICO PASTORAL</p> <p>- Fé e Cultura</p> <p>- Religião e Modernidade</p> <p>TEOLOGIA BÍBLICA</p> <p>- Análise e interpretação de textos AT e NT</p> <p>PROJETOS ISOLADOS</p>

Fonte: Capes (BRASIL, 2011e).

**Quadro 9:** Avaliações trienais das linhas de pesquisa do PPGT da PUC-Rio

(continua)

Avaliações trienais das linhas de pesquisa PPGT – PUC-Rio
<p><b>1ª Avaliação trienal – 1998-2000</b></p> <p>A revisão das linhas de pesquisa, efetuada no período, gerou imprecisões, não alcançando o objetivo proposto de maior nitidez do campo de pesquisa. Há excesso de justaposição de disciplinas e temas (ou, mesmo, de projetos) numa única linha.</p> <p><b>2ª Avaliação trienal – 2001-2003</b></p> <p>Observou-se no triênio uma adequação exitosa das Linhas e Projetos de Pesquisa às Áreas de Concentração.</p>

(conclusão)

**Avaliações trienais das linhas de pesquisa  
PPGT – PUC-Rio**

**3ª Avaliação trienal – 2004-2006**

A descrição das Áreas de Concentração e suas Linhas de Pesquisa responderam à recomendação do Ano Base anterior.

As linhas estão dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

**4ª Avaliação trienal – 2007-2009**

Boa estruturação orgânica entre as áreas de concentração e linhas de pesquisa.

*Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).*

Quanto às linhas de pesquisa e áreas de concentração, há um enxugamento de linhas e extinção daquelas que discutiam temáticas mais intraeclesiais, como a linha “Presença e atuação da Igreja sob diferentes enfoques na América Latina e no Brasil”.

Nas considerações referentes ao PPGT da PUC-Rio, principalmente no primeiro triênio, é possível perceber uma crítica às nomenclaturas. No movimento das linhas, de 1999 a 2010, conforme Anexo C, destaca-se que a linha “Contexto Urbano” deixou de existir em 2000 e, em 2001, passou a se chamar “Pastoral no contexto urbano”.

Os efeitos da primeira avaliação trienal são claramente percebíveis de 2001 para 2002, quando houve uma acentuada simplificação das linhas. As linhas intituladas “Antropologia Teológica, Cristologia e Eclesiologia em diálogo-confronto com a Modernidade/Pós-modernidade”, “Fé e Cultura” e “Pastoral no Contexto Urbano” foram transformadas, (conforme Anexo C) a partir de 2002, em duas linhas: “Fé e Cultura”; “Religião e Modernidade”. Fazendo uma análise dos conceitos e temas que foram suprimidos destacamos o próprio conceito de “Teologia”, “Cristologia”, “Eclesiologia”, “Pastoral” e “contexto urbano”. O que evidenciamos é que conceitos clássicos ligados ao campo epistemológico da Teologia, como Teologia, Cristologia, Eclesiologia e Pastoral, foram totalmente suprimidos, além de não aparecerem em nenhuma outra área de concentração. Esses conceitos deram lugar a termos mais ligados às Ciências da Religião, Antropologia e Sociologia como fé e cultura, religião e modernidade.

Para a PUC-Rio, a estrutura curricular foi totalmente revisada a fim de adequá-la às áreas de concentração. Com essas modificações, de acordo com o coordenador, o programa se antecipou à avaliação feita em 1998, pois várias mudanças introduzidas já respondem às observações feitas na avaliação (BRASIL, 1998). As mudanças e

alterações foram assimiladas pelo PPGT e avalizadas pelos coordenadores.

Um coordenador do PPGT afirmou que o Programa manteve-se na estrutura clássica e mencionou que a Capes não interferiu no conteúdo: “A estrutura do nosso PPG é clássica. Divide-se em duas áreas, sistemático-pastoral e Bíblia, essas áreas continuam sempre as mesmas. a Capes não interfere em conteúdo” (E1-PUC)

Entre a fala do coordenador e a análise concreta dos movimentos ocorridos nas linhas de pesquisa, constatamos uma contradição, já que, de acordo com os registros documentais presentes nas Fichas de Avaliação e Propostas de Programa, conforme mencionamos, foi diagnosticado que os conceitos clássicos ligados ao campo epistemológico da Teologia, como Teologia, Cristologia, Eclesiologia e Pastoral, foram excluídos, além de não terem aparecido novamente em outra área de concentração.

Segundo o discurso do coordenador, a mudança de temas da cristologia para religião e cultura é uma mudança que busca ser justificada como se os novos temas fossem próprios da área teológica, mesmo que pertençam ao campo das ciências da religião, conforme já esclareceu Passos (2006). Há, nesse discurso do coordenador, um processo de refração, de acordo com o que assinalou Bourdieu (2004), quando abordou as lutas internas de um campo científico para transformar ou conservar esse campo. Na concepção do autor, o processo de refração acontece quando um campo consegue refratar as imposições externas, ou seja, transfigurar essas imposições de modo que as torne irreconhecíveis. O campo se abre ao exterior, buscando traduzir para a sua estrutura interna as determinações do meio externo, porém tentando deixá-las irreconhecíveis.

Quanto à interdisciplinaridade sempre requerida pela Capes, uma professora considera que, mesmo a Teologia tendo esse diálogo com outras áreas do saber, se não tiver uma visão clara do que é teologia, “a interdisciplinaridade, cria uma perda de qualidade do trabalho teológico, indo para uma generalidade, aí sim há um problema” (E2-PUC).

Em síntese, sobre as determinações da Capes com relação às linhas de pesquisa e áreas de concentração, um professor destacou que essa política busca vocacionar as IESs de acordo com especialidades:

A Capes tem um objetivo que é correto, isso segue uma linha européia; lá, por exemplo, cada IES tem seus centros de excelência, em Hegel, Heidegger [...] você escolhe a universidade que tem uma área

de concentração em determinada área, determinado autor. Então, você sabe, aqui no Brasil, a Capes está querendo, o que acho correto, é organizar as áreas de concentração e linhas de pesquisa, vocacionar cada programa para se especializar em cada área (E2-PUC).

Mesmo apontando que a Capes está tentando seguir esse modelo europeu, na prática, segundo ele, não é o que acontece, ou seja, as áreas e linhas “estão se tornando muito parecidas, como fé e modernidade, fé e sociedade atual, religião e atualidade, religião e educação” (E2-PUC). Essas considerações do entrevistado se verificam quando observamos a semelhança entre algumas linhas nos próprios PPGTs em análise. Existem linhas nos três PPGTs que abordam a questão da relação entre cultura e religião, tais como: “Práxis teológica no contexto pluralista sociorreligioso” da EST; “Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso” da FAJE e, por último, “Fé e Cultura” da PUC-Rio.

Sobre essa certa confusão epistemológica entre Teologia e Ciências da Religião, retomamos Passos (2006), quando alerta sobre o fato de que a Teologia retorna para o espaço civil sem uma base epistemológica clara e muito próxima de um discurso religioso. Atribui a isso uma preocupação unilateral das faculdades em se contentarem com um *status* de ciência reconhecida num âmbito apenas político, e não epistemológico. Compreendemos que Passos tem razão quando verificamos que essas linhas citadas, pertencentes aos três PPGTs em análise, também estão presentes nos PPGs de Ciências da Religião<sup>83</sup>.

Horta e Moraes (2005), ao abordarem a busca do topo do *ranking* pelos PPGs, consideram que houve, nesse processo, uma desqualificação epistemológica perceptível em toda a grande área de ciências humanas.

Outro elemento interessante levantado nas entrevistas é o fato de que as áreas de conhecimento teológico definidas pelo CNPq não contemplam todos os conceitos e temáticas do campo teológico, com

---

<sup>83</sup> Seguem algumas IESs que possuem PPG em Ciências da Religião, com áreas de concentração e linhas de pesquisa que se assemelham às linhas de nossos PPGTs em análise:

Universidade Católica de Pernambuco (2011): Linhas de Pesquisa: Campo religioso brasileiro, cultura e sociedade; Tradição Judaico-cristã, Cultura e Sociedade.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011): Uma Área de Concentração: Religião e Cultura.

Universidade Federal de Juiz de Fora (2011): Linha de Pesquisa: Religiões e diálogo.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011): Linha de Pesquisa: Religião, Modernidade e Pós-modernidade.

toda a sua tradição clássica milenar, porém os PPGTs estão cuidando disso na sua Associação:

A Anptecre está se ocupando disso, estão estudando a árvore do conhecimento, tem uma comissão científica que está fazendo isso. As áreas do conhecimento do CNPq não estão contemplando tudo isso, mas acho que nós deveremos achar alguma coisa em comum, nas diferentes formas de fazer pós-graduação. A Teologia católica, por exemplo, tem uma forma de fazer suas divisões, a protestante tem formas distintas. O desafio está em chegarmos num ponto em comum (E1-EST).

Além dessa questão da pesquisa, a estrutura curricular do PPGT da PUC-Rio precisou passar por adequações afinadas com as áreas de concentração e por uma adaptação quanto ao número de créditos cursados pelos alunos.

Uma ex-coordenadora, quando entrevistada, comentou sobre essa reforma que o PPGT precisou passar, quanto à diminuição do número de créditos:

Na nossa reforma tivemos que limitar em 24 o número de créditos, 1,5 anos de crédito, e meio ano de dissertação. Poderíamos talvez ter um maior tempo de créditos e menor tempo para a tese, para que o aluno pudesse ter um maior manuseio de conceitos, temas metodologia (E3-PUC).

Na opinião da entrevistada, antes da inserção na Capes, os alunos tinham mais aprofundamento nos conceitos teológicos, pelo fato de que tinham mais tempo para concluir sua tese ou dissertação. Para Kuenzer e Moraes (2005), o novo modelo avaliativo da Capes provocou a compressão do tempo de conclusão das teses e dissertações, o que comprometeu o trânsito dos alunos nas disciplinas oferecidas pelos Programas, com prejuízos à formação. Ao abordar a emergência de um novo paradigma, Kuhn (2007) alerta que isso pode afetar a estrutura do grupo que atua num determinado campo. E esse novo paradigma exige uma redefinição mais rígida do campo de estudos, ou seja, vai repercutir nos currículos.

Mesmo com os ajustes feitos, notamos que o Documento de Área (BRASIL, 2011c) ainda solicita maior atenção na readequação entre projetos de pesquisa dos docentes, as teses e dissertações. Verificamos que há uma diminuição do tempo disponível para o aprofundamento das temáticas estudadas pelos discentes, conforme apontou a entrevistada. Paralelo a isso, o Documento de Área alerta sobre a relação entre concessão de bolsas e qualidade da produção discente, ou seja, há uma lógica de se produzir mais e com qualidade num menor tempo possível.

Aqui, retomamos Hostins (2006), quando afirma que a pós-graduação brasileira, principalmente depois da década de 90, condicionou todo o repasse de recursos financeiros ao desempenho institucional que precisa aumentar sua produtividade, mesmo com uma diminuição do tempo das defesas e uma série de exigências como vinculação de teses e dissertações aos projetos de pesquisa institucionais.

Desde o processo de inserção até a consolidação dos PPGTs dentro da sistemática brasileira, há um constante esforço dos Programas o qual é reconhecido pela Capes, conforme consta no Documento de Área: “programas de elevada qualidade dentro dos padrões internacionais” (BRASIL, 2011c). Com relação ao nível dos Programas, o documento destaca que o reconhecimento internacional da produção acadêmica e de formação da subárea “é expresso não só pelos convênios e pelos eventos realizados conjuntamente, mas também pela procura de alunos estrangeiros a alguns programas” (BRASIL, 2011c). Contudo, paralelamente aos elogios, aparecem constantes recomendações, tais como: a necessidade de maior intercâmbio e debate entre os pesquisadores da área no Brasil e o constante apelo para a elevação dos padrões de qualidade alcançados pelos programas avaliados como de excelência.

Como nos referimos anteriormente, a Teologia entrou em um novo campo que exige novas lutas para reposicionar-se. No item a seguir, verificamos, por meio do discurso dos entrevistados, como esse reposicionamento ocorreu, como ele foi incorporado e aceito como algo natural nesse jogo de sobrevivência como campo científico.

#### 4.3 UMA INSERÇÃO BEM SUCEDIDA? A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A INSERÇÃO DOS PPGTS NO SISTEMA CAPES

A Teologia precisa ter bom senso e discernimento para usufruir das vantagens e não perder sua especificidade (E4-PUC).

Ao avaliar a inserção dos PPGTs na Capes, todos os entrevistados responderam que consideraram que foi um passo importante para a Teologia no Brasil, tanto no que se refere à maior visibilidade civil como à organização das atividades dentro do PPGT. Um dos fatores que tornaram a inserção vantajosa, segundo o grupo de entrevistados, foi a ajuda financeira recebida graças aos altos conceitos atingidos pelos PPGTs em análise, conforme afirmou um coordenador:

A vinculação à Capes, no meu entender, foi importante pelas bolsas que passaram a ser concedidas, o que levou à ampliação do corpo discente do PPG. Também foi importante pelos editais que disponibilizavam recursos de infraestrutura, bibliografia, etc., que permitiram à EST investir na qualificação do ensino e da pesquisa (E4 EST).

O conceito elevado, entre 5 e 7, proporcionou ao Programa maior visibilidade, ganhos financeiros, aumentando, dessa forma, possibilidades de intercâmbio e outras trocas: “A Capes deu mais visibilidade ao nosso programa, porque foi 7, abriu ainda mais” (E2-EST). Com relação ao apoio financeiro, ele destacou: “Mais bolsas de estudo, temos profissionais de vários países e várias confissões”. Houve, de acordo com ele, maior inserção no mundo acadêmico: “Sempre trazemos profissionais e vamos a outras instituições” (E2-EST).

Um ex-coordenador, também, assinalou a positividade das bolsas de estudo: “depois, com a avaliação positiva e crescente, a Fapemig, inclusive, este ano, deu mais uma bolsa, mas graças à avaliação da Capes.” (E4-FAJE). Ele salientou que a questão financeira “é grave, é limitadora, então houve vantagem nisso, com chance de maior número de estudantes”. (E4-FAJE).

Destacaram, também, a contribuição da Capes na questão dos prazos de defesas, processos de orientação e elaboração de projetos. Um professor da FAJE relatou que:

O grande progresso que vejo nessa integração com a Capes é a ideia do projeto de mestrado. No regime eclesiástico, não havia projeto de mestrado e, no decorrer do curso, escolhiam o projeto; ainda, não terminavam nesses dois anos. Os projetos não eram orientados por linhas de

pesquisa, mas sim de acordo com a preferência pessoal do estudante, como a preferência do seu superior religioso que vinham fazer estudo sobre o carisma ou sobre o fundador. (E3-FAJE).

A sincronia entre linhas de pesquisa, áreas de concentração e projetos fez com que a escolha do orientador também não ficasse reduzida a critérios de empatia entre o estudante e o professor. De acordo com o entrevistado, “no regime eclesiástico, a escolha do orientador era muito pessoal, e agora, cada professor tem um número máximo de alunos que ele quer orientar” (E3-FAJE). Os critérios da Capes ajudaram os PPGTs a se profissionalizarem, para o entrevistado a Capes demarcou o antes e o depois do Programa. O mesmo entrevistado também ressaltou que a questão do tempo de titulação foi algo que melhorou com a pressão da Capes: “[...] do ponto de vista do tempo de titulação, antes, éramos mais flexíveis e, graças à pressão da Capes, melhorou” (E2-FAJE). Houve, segundo ele, maior regularidade na entrada e na saída dos estudantes.

A abertura a outras áreas do conhecimento, com mestrados e doutorandos de programas de áreas distintas, que agora podem, a partir da recomendação, cursar créditos no PPGT, é um aspecto positivo evidenciado por esse professor: “Tem, por exemplo, um mestrado em música da UFMG que estuda Bach e, por isso, vem estudar Teologia aqui.” (E2-FAJE). Outro explicou que houve abertura para setores, IES e temáticas fora daquelas comuns à Igreja.

Muitos estudantes de outras Instituições passaram por aqui. Estudantes da PUC-PR, Umesp. Então, isso sinaliza para uma abertura que o programa teve. Essa política de controle da Capes acaba ajudando ao programa para se sensibilizar para novas questões, e promoção da necessidade de geração de uma Teologia pública. E de fato as novas linhas têm se preocupado em contemplar essas novas questões que são questões de interesse não só eclesial (E1-PUC).

Os ganhos financeiros e a necessária reorganização interna é um discurso uníssono entre os entrevistados. Salientaram que a Teologia nunca tinha vivenciado a experiência de ser olhada por alguém de fora: “a Teologia não estava habituada com esse tipo de avaliação externa, com exigências externas, que às vezes soam estrangeiras para a

Teologia, como produzir em periódicos indexados [...]” (E1-FAJE). No entanto, com relação à avaliação da produção científica dos estudantes e docentes dos PPGTs, a maioria dos entrevistados teceu críticas sobre a metodologia da Capes, ao afirmar que essa avaliação pode ser tão perversa a ponto de fazer com que a Teologia possa perder sua essência, sua alma:

A Teologia se faz numa missão de pensar a fé com a ciência. A Teologia é uma ciência que tem uma epistemologia, não deve ter medo de ser avaliada, mas não estamos acostumados com isso, por isso, enquanto não correspondemos às exigências, a lógica pode ser perversa, se entrarmos numa ideia de que se tem que produzir, produzir, perde-se o foco. Se a Teologia entra só na forma do que a Capes pede, e ela perde sua alma, aí sim a Teologia deixa de ser. (E1-FAJE).

Novamente, buscamos o apoio teórico de Passos (2006), quando analisa que a Teologia corre o risco de ignorar sua tradição histórica marcada por uma consistência teórica e metodológica, que remonta à pré-história judaico-cristã. Essa preocupação também é corroborada pelos entrevistados, os quais mencionaram que percebem uma limitação nos critérios avaliativos em relação ao conteúdo das produções da área da Teologia. “A Capes está feliz com a produção científica, mas, se formos pensar conteúdo, que conteúdo, que impacto tem esse conhecimento produzido? É isso que chamo de alma, de conteúdo” (E1-FAJE). Ainda com relação à avaliação da produção em um PPGT, uma entrevistada relatou que os fatores limitadores da Capes estão nos critérios que utiliza para qualificar como boa ou ruim as produções, o perfil geral de um Programa, bem como a qualificação das especificidades de conhecimento teológico: “Certos critérios da Capes, na prática, são complicados, por exemplo, a avaliação da qualidade. Onde fica a qualidade?” (E3-PUC). Ela questiona os critérios adotados em razão dos quais dão nota 6 e 7 aos Programas que tem nível internacional: “na prática, como se avalia isso? Os avaliadores, até que ponto eles têm condições de avaliar?” Um outro elemento destacado por ela é que os avaliadores, às vezes, não entendem de uma área específica da Teologia: “Eu sou da área bíblica por exemplo, mas nunca teve um avaliador da área bíblica. Normalmente, na área bíblica, é muito mais minucioso do que na pastoral, por exemplo. Mas essa especificidade não é avaliada” (E3-PUC). Segundo ela, a avaliação é mais quantitativa e não

consegue captar as especificidades de cada área do conhecimento.

Fica evidenciada a limitação dos critérios de avaliação quanto à especificidade da área de conhecimento. Esta é apontada por Bianchetti (2009), quando aborda o caráter homogeneizador da avaliação capesiana. Críticas são realizadas sobre o desleixo às especificidades e à própria qualidade do que é produzido:

Na minha opinião, o que falta são pessoas capazes de analisar profundamente. Muitos que aqui são os “bons”, na Europa são ruins. Essa avaliação crítica do que está sendo produzido é o que falta na Capes. É preciso separar o joio do trigo. Como a Capes apertou no tempo pode apertar na qualidade. No Brasil, a qualidade das defesas de teses é complicada, a banca é um conjunto de compadres que um insensato o trabalho do outro” (E2-PUC).

Esse professor utilizou um parâmetro europeu para enfatizar que a avaliação está carecendo de critérios qualitativos para a produção, e isso acaba favorecendo a existência de uma cultura de compadrio. Outro professor afirmou que esses critérios oscilam bastante e também corroborou que existe uma limitação na avaliação da qualidade do que é produzido:

Como todo o processo de adequação da inserção há pontos negativos e positivos. Os negativos são: as exigências da Capes mudam, não são muito claras, há um detrimento da qualidade em favor da quantidade. Isso ouvimos dos professores mais antigos, e eles têm razão. Vejo esse perigo de trazer para a Teologia esse mesmo critério e paradigma das exatas. Isso pode gerar um primado da quantidade (E1-PUC).

Outro professor também teceu críticas sobre essas mudanças nos critérios de avaliação e comentou que esse fato provoca a queda nos conceitos dos PPGTs, segundo ele, “de 2000 pra cá, a gente vai assistindo uma mudança nos critérios de avaliação da Capes, essas mudanças vão se tornando um desafio muito grande, onde vamos chegar com isso? Agora, por exemplo, nós chegamos num 6” (E1-EST). Quando perguntado se essa queda no conceito de seu PPGT foi em

consequência da maior rigidez nos critérios de avaliação, ele concordou:

O próprio diretor de avaliação da Capes disse o seguinte, se no ano passado o Ronaldinho gaúcho foi artilheiro do campeonato com 18 gols, não significa que neste ano, com 18 gols, ele continuará sendo artilheiro do campeonato neste ano. Então, talvez, nós continuamos marcando os 18 gols, mas caímos pra 6(E1-EST).

Essa consideração aponta para o fato de que quanto maior o êxito dos PPGTs, maior será a exigência da Capes, com novos critérios para acirrar ainda mais a competitividade entre os Programas. Sobre essa questão, Moreira e Velho (2008) salientam que a Capes utiliza critérios de avaliação que levam ao aumento na disputa dos cursos por mais recursos, associada à obtenção dos melhores conceitos. Para os autores, esse fato leva os membros da comunidade científica a demonstrarem cada vez mais produtividade científica, sobretudo no que se refere à publicação nos veículos acadêmicos de melhor reputação nos respectivos campos. Isso vai gerar não somente competição entre cientistas que buscam a ocupação nos espaços editoriais ou que buscam a manutenção das esferas de prestígio e influência, mas também vai originar uma luta constante do pesquisador pela superação de seus próprios desempenhos no que diz respeito ao número de trabalhos que pública.

Além dos critérios demasiadamente quantitativos, é retomada nos discursos dos entrevistados a difícil relação entre Teologia e Ciências da Religião. Uma professora comentou que muitos avaliadores da Capes estão usando como parâmetros avaliativos os PPGs de Ciências da Religião:

Ou você passa em cima da Teologia, ou vai exigir que a Teologia siga uma metodologia que não seja própria da Teologia. Por exemplo, muitos candidatos que vieram das Ciências da Religião tivemos que rejeitar porque queriam fazer uma pesquisa de Ciências da Religião dentro da Teologia (E3-PUC).

Apesar de todas essas considerações críticas de muitos dos entrevistados, alguns veem uma positividade nesse processo de inserção da Teologia na Capes:

O sistema tem seus defeitos, mas tem suas vantagens. O Brasil hoje tem uma plataforma transparente de divulgação dos dados dos Programas, isso não existe em outro país, nem nos EUA. O *currículo Lattes*, por exemplo, tá tudo lá. O programa também, preenche uma ficha, tudo acessível, transparente. Eu acho que isso é uma vantagem (E4-PUC).

Na opinião de um ex-coordenador, a inserção bem-sucedida da Pós-graduação em Teologia ocorreu por causa da qualidade do campo de conhecimento, qualidade que se construiu historicamente, do medievo à contemporaneidade. Esse reconhecimento da qualidade dos PPGTs, na sua opinião, contribuiu para o reconhecimento da graduação em Teologia, que veio no final dos anos 90: “O ingresso de PPG em Teologia e Ciências da Religião no sistema Capes a partir dos anos 1980 foi um passo decisivo para que, em 1999, cursos de graduação em Teologia passassem a ser autorizados e reconhecidos” (E4-EST). Ele ressaltou: “Não foi por acaso que o primeiro curso autorizado foi o da EST, a partir de processo encaminhado junto ao Conselho Federal de Educação” (E4-EST). Para ele, o bacharelado possuía uma vinculação orgânica com o PPG/EST e, por isso, não necessitava de maiores apresentações. As referências já estavam dadas.

Ele ainda enfatizou que os PPGs de Teologia e Ciências da Religião, a partir dos anos 1980, foram referência para a Área de Ciências Humanas no Brasil, porém estavam circunscritas a ambientes intraeclesiais, bem como eram discriminadas dentro de um sistema acadêmico brasileiro tradicionalmente anticlerical; no entanto, acrescentou que o conhecimento teológico contribuiu para qualificar o ensino superior brasileiro. “A Teologia, ao entrar na Capes – e depois no MEC – ajudou a qualificar o ensino superior no Brasil de um modo geral” (E4-EST).

Apesar do otimismo de alguns entrevistados, um professor alertou que, nessa relação com a Capes, e principalmente no atendimento a critérios avaliativos bastante quantitativos e cada vez mais rígidos, a Teologia deve cuidar para não perder de vista sua origem: os apelos das bases eclesiais e sociais.

#### 4.4 MUDANÇA DE *HABITUS*: DO CAMPO SAGRADO PARA O CAMPO PROFANO

Diante das análises realizadas até aqui, ficaram evidenciada

transformações no campo de conhecimento teológico. E estas foram necessárias para a sobrevivência dos PPGTs. A Teologia entrou em um novo campo de disputa e, para isso, precisou aprender determinadas habilidades a fim de conquistar um espaço muito disputado. Os conceitos bourdieuanos de campo e *habitus* nos ajudam a compreender esse processo que conduziu a Teologia à inserção na Capes. De acordo com Bourdieu (1983), para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo. O corpo docente dos PPGTs estava dotado de um determinado *habitus* da Teologia institucionalizada dentro de seu campo confessional. Todavia, nesse momento, os PPGTs passaram a disputar um jogo que exige uma aquisição e transformação de do *habitus* teológico. Conforme explicam Nogueira e Nogueira (2004, p. 27), para Bourdieu, o termo *habitus* deve ser compreendido como um sistema de disposições duráveis “estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e que seriam predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 27). Ao abordar a importância dos conceitos bourdieuanos para a sociologia, Valle (2007, p. 124) afirma que o autor incitou a sociologia a integrar a história nas suas abordagens,

[...] por entender que a oposição entre passado e presente é arbitrária e por acreditar que a história se inscreve no corpo sob a forma de *habitus*, manifestando-se tanto no estado objetivo (máquinas, monumentos, livros, teorias) quanto no estado incorporado (sob a forma de dispositivos).

O campo de conhecimento teológico tinha uma história e, após sua inserção no sistema Capes, está reconstruindo essa história, precisando, assim, conservar um determinado *habitus* que o identifique com a Teologia. Necessita incorporar novo *habitus* que o permita desenvolver dispositivos para disputar um novo jogo: a disputa pelo *ranking* dos conceitos na Capes.

Bourdieu (2001), ao abordar os conceitos de *habitus* originário e específico, contribui para entender como um determinado campo aceita e incorpora um determinado *habitus*, ou abandona um *habitus* para adquirir outro mais lucrativo em determinado momento do jogo.

Ao tratar da passagem de um campo para outro, Bourdieu (2001)

afirma que, para entrar no jogo, na lógica desse novo campo, será necessário converter o *habitus* originário em um *habitus* específico que é requerido pela própria entrada no jogo. Essa conversão de *habitus* acaba passando despercebida quanto ao essencial. Torna-se despercebida, porque esse novo *habitus* específico que foi adquirido não foi imposto de maneira explícita. A lógica desse novo campo vai se instituir em estado incorporado na forma de um *habitus* específico.

Podemos, dessa forma, considerar que toda essa adaptação do campo de conhecimento teológico ao campo dos critérios de avaliação da Capes parece ser visto pelos entrevistados como algo natural, como uma continuidade, ou seja, a aquisição de um novo *habitus* se torna despercebida quanto ao essencial, que é o próprio estatuto teórico de um campo de conhecimento. Podemos resumir, citando várias falas dos coordenadores nas quais afirmam que as áreas do conhecimento, por exemplo, continuaram as mesmas, mesmo depois da Capes. Sugerem que as mudanças que ocorreram foram apenas em relação a nomenclaturas, ou seja, a “nomenclatura sim, mas o perfil não” (E1-FAJE). Ora, quando no PPGT da PUC-Rio conceitos tão clássicos da Teologia como Teologia Moral, Cristologia, deixaram de ser nomeados nas linhas de pesquisa e áreas de concentração, significa que esses grandes temas não serão mais alimentados teoricamente, uma vez que os PPGTs são o espaço de produção de conhecimento e qualificação de pesquisadores para a área teológica. Há evidências de abandono das questões fundantes, originárias e clássicas da Teologia, como Cristologia e Mariologia. No entanto, para os entrevistados, não parece fazer parte do essencial nesse processo de inserção da Teologia na Capes.

Os elogios às visitas dos representantes da Capes em um dos PPGTs também remetem à ideia de que esse novo *habitus* específico adquirido não foi imposto, ou seja, não houve uma imposição explícita. O fato de a avaliação ser realizada pelos próprios pares dos PPGTs também torna essa imposição mais leve e com uma roupagem caseira, em que se entra em outro campo, mas continu-se em casa. Outro fato é os docentes olharem para a Capes como uma instituição que está ajudando, como afirmou um professor: “A grande vantagem da Capes foi ajudar a gente a entrar no sistema” (E2-FAJE).

Sobre esse discurso de aceitação e de uma indiferença com algumas mudanças ocorridas nesse novo campo, Bourdieu (2001, p. 117) considera que, quando se aceita o ponto de vista constitutivo de um campo, “é inviável assumir a seu respeito um ponto de vista externo”, ou seja, há uma simbiose entre o corpo docente e as determinações desse

novo campo Capes aos PPGTs que inviabiliza qualquer possibilidade de questionamento. Essa atitude, Bourdieu (2001, p. 117, grifo do autor) remete à aceitação do *nomos*, uma palavra que, para o autor, pode ser traduzida por lei, “mas seria preferível compreendermos como constituição, que lembra um ato de instituição arbitrária. Esse *nomos* acaba permanecendo impensado, ele não produz questões que possam questioná-lo”.

Para verificar isso, retomamos várias declarações dos entrevistados que exprimem a aceitação desse arbitrário capesiano que se legitima como uma lei fundamental, como um *nomos*. Às vezes, as declarações foram bem enfáticas: “se nós queremos as bolsas, a gente tem que entrar no sistema” (E4-PUC). Aqui, verificamos que o *nomos* proveniente do arbitrário capesiano foi incorporado e aceito como algo que não permite uma antítese: “Desde nossa inserção até hoje, houve uma série de mudanças nos critérios da Capes, e nós tivemos que nos adaptar a eles” (E3-PUC).

Essa adesão ao *nomos* Bourdieu (2001, p.117) define como uma forma de crença, é a “*illusio*<sup>84</sup>, a qual supõe a suspensão dos objetivos da existência ordinária, em favor de novos móveis de interesse, suscitados pelo próprio jogo” (BOURDIEU, 2001, p. 123, grifo do autor). A *Illusio* passa a fazer parte da ação, da rotina, das coisas que se fazem e que se fazem porque se fazem e, na verdade, sempre se fizeram assim.

Podemos considerar que a *illusio* se manifesta nos discursos que consideram a entrada no Sistema Capes como uma continuidade, “na realidade, nós sistematizamos o que já fazíamos, demos nome a coisas que já fazíamos com outra forma de organização”(E1-FAGE), ou seja, sempre foi feito assim. Observamos no depoimento “A estrutura do nosso PPG é clássica. Divide-se em duas áreas, sistemático-pastoral e Bíblia, essas áreas continuam sempre as mesmas, a Capes não interfere em conteúdo” (E1-PUC), que, no PPGT da PUC-Rio, as áreas continuaram as mesmas, mas as linhas mudaram, as tradicionais foram suprimidas, conforme citado. A aquisição de um novo *habitus* torna-se

---

<sup>84</sup>A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar. Para Bourdieu (1996, p. 139-140, grifo do autor), *Illusio* é dar importância a um jogo social, “perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele. É ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos [...] Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social”

despercebida quanto ao essencial, pois o essencial de uma área de concentração são as temáticas que ela contempla, e não necessariamente sua nomenclatura.

A *illusio* é essa atitude que contribui para total apropriação de um novo habitus, a ponto dessa incorporação se tornar algo simbiótico, em que Capes e PPGT ajudam-se mutuamente, fazem parte agora de um mesmo campo. Isso é percebível no comentário de um dos entrevistados: “a própria Capes foi construindo seu modelo neste período” (E4-EST). O ex-coordenador afirmou que houve entre seu PPGT e a Capes uma relação de troca, pois, como o Programa obteve um conceito 7, tornou-se um padrão a ser seguido. Percebemos, desse modo, um dos efeitos da *illusio*, que é a relação de cumplicidade ontológica entre aqueles que fazem parte do jogo.

Com relação ao efeito da *illusio* em suspender “os objetivos da existência ordinária em favor de novos móveis de interesse” (BOURDIEU, 2001, p. 123), os exemplos são muitos na fala dos entrevistados, desde o reconhecimento das vantagens das bolsas proporcionadas pela Capes até a oportunidade concedida à Teologia de sair da sacristia, conforme salientou um entrevistado: “foi importante participar das reuniões de coordenadores da grande área de Ciências Humanas e da área de Filosofia, no sentido do intercâmbio que ali se deu” (E1-EST). Outro ganho destacado foi com relação aos diplomas, pois, agora, “podemos distinguir o título eclesiástico do acadêmico brasileiro, e isso pode ser mais atraente para pessoas de outras confissões religiosas e leigos” (E2-FAJE).

Ainda sobre esse processo de adaptação a um novo campo, ao abordar a autonomia, vontade e adaptação a regras morais, Durkheim (2008, p. 120) discorreu sobre a conformação à ordem das coisas como uma adesão esclarecida. De acordo com o autor,

na medida em que nos asseguramos de que tudo é o que deve ser, quer dizer, tal qual está implicado na natureza das coisas, podemos nos submeter a essa realidade não simplesmente porque somos materialmente obrigados a isso, porque somos incapazes de adotar outra posição, mas porque julgamos que isso é algo bom e que não haveria nada melhor a fazer.

Quando os entrevistados manifestam gratidão à Capes, com relação à forma como ela tem ajudado os PPGTs a se organizarem internamente, consideram essa inserção como algo extremamente

positivo e natural na trajetória da Teologia. Na fala de um professor, houve uma saída da cristandade muito anterior à Capes e hoje “vamos na linha da Teologia pública. É a Teologia conversando com todas as pessoas de boa vontade” (E3-FAJE). Nesse discurso, está implícita a ideia de que a Teologia vem proporcionando uma abertura em relação à sua postura há muito tempo e, nesse percurso natural, a entrada na Capes é um fator que veio somar esforços no caminho que vinha sendo realizado pela Teologia. Uma entrevistada afirmou que o sistema da Capes tem “seus defeitos, mas tem suas vantagens. O Brasil hoje tem uma plataforma transparente de divulgação dos dados dos Programas.” E completou “eu acho que isso é uma vantagem. A Teologia precisa ter bom senso e discernimento para usufruir das vantagens” (E4-PUC). Para Durkheim (2008), há uma adesão racional e lúcida nesse processo de adaptação às regras. Não há uma resignação que seja passiva, mas uma adesão esclarecida. “Conformar-se à ordem das coisas porque se tem a certeza de que tudo é o que deveria ser não é sofrer constrangimento, é querer livremente essa ordem” (DURKHEIM, 2008, p.120).

Para finalizar, é preciso entender que esse discurso que adere sem nenhum tipo de constrangimento é consequência de um processo que, no fundo, revela o que Bourdieu (2001) definiu como tirania de um campo sobre o outro. A tirania, segundo, ele é quando um poder ligado a um campo vai interferir no funcionamento de outro campo.

Há tirania, por exemplo, quando o poder político ou econômico intervém no campo científico ou literário. A força precisa afirmar-se pela justificação [...] fazendo com que a dominação somente consiga se impor de maneira durável, na medida em que logra obter reconhecimento, que não é outra coisa senão o arbitrário de seu princípio (BOURDIEU, 2001, p.126).

Para que exista a tirania, é necessário haver o reconhecimento por meio de uma justificação da necessidade dessa imposição externa. Um dos entrevistados afirmou, por exemplo, que a questão financeira foi se tornando algo muito grave e limitador para o andamento do PPGT. Por isso, quando avaliou a inserção na Capes afirmou que “houve vantagem nisso, com chance de maior número de estudantes” (E4-FAJE). Além desse entrevistado, há todos aqueles relatos que exprimiram essa mesma justificação de uma obediência a critérios avaliativos como condição para ganhos financeiros.

Em síntese, é possível corroborar com Dias Sobrinho (2002, p. 713) quando considera que todo processo avaliativo promove mudanças. E que não há como negar a existência de uma relação entre a epistemologia e as avaliações. “A avaliação tem sentido de sanção e legitimação de conteúdos, valores, organiza conteúdos e metodologias”. Para o autor, a avaliação provoca, portanto, efeitos pedagógicos e políticos.

## 5 A PRODUÇÃO<sup>85</sup> ACADÊMICA NOS PPGTs EM ANÁLISE

Discutimos o processo de institucionalização do campo de conhecimento teológico e os efeitos do reconhecimento civil nesse campo, mais especificamente no nível da pós-graduação *stricto sensu*. A análise foi realizada com base no olhar de professores e coordenadores vinculados aos PPGTs e em documentos disponibilizados pela Capes. Os efeitos da avaliação materializam-se na reorganização interna dos PPGTs, tanto nos aspectos burocráticos institucionais quanto na organização científica e pedagógica, bem como nas linhas e áreas de concentração, créditos e processos de orientação.

Verificamos que houve uma mudança metodológica e epistemológica tanto na recomposição das linhas e áreas de concentração como no processo de orientação. Nas linhas, foram suprimidas temáticas e conceitos de um campo mais confessional, dando lugar para conceitos voltados ao campo sociológico e antropológico. Quanto ao currículo, constatamos redução no número de créditos proveniente da redução para o tempo de titulação e, em relação aos processos de orientação, reorganizaram-se as temáticas pesquisadas, na busca de uma relação mais orgânica entre projeto, linha de pesquisa e produção dos orientadores.

Neste capítulo, analisamos as alterações provocadas pelo processo de inserção dos Programas na Capes no que se refere às revistas científicas, produção docente e discente. A análise da produção foi realizada em três amostras:

- 1) as três revistas dos PPGTs: *Estudos Teológicos* – EST; *Perspectiva Teológica* – FAJE; *Atualidade Teológica* – PUC-Rio;
- 2) a produção de dois docentes, entre aqueles que foram

---

<sup>85</sup> Sobre a avaliação da produção dos PPGTs, Dias Sobrinho (2002, p. 39) assevera, no que tange à avaliação da pesquisa, há uma insistência na medição da produção, na quantificação dos produtos. Segundo o autor, “esta prática tem sua origem e sua base teórica inicial na década de 1940 quando o sociólogo norte-americano Robert Merton estabelece os fundamentos dos métodos de quantificação e de impacto da produção científica. O valor relativo dos cientistas e de seus produtos é medido sobretudo pela quantificação de seus trabalhos, a publicação em órgãos reconhecidos e de alto prestígio, após a arbitragem feita por respeitadas acadêmicos, o número de citações recebidas e outras evidências interpretadas como prestígio e impacto”. De acordo com o autor, essa metodologia de avaliação baseada em dados quantitativos é definida como bibliometria.

entrevistados;

- 3) as teses e dissertações defendidas no período de 1983 a 2009, num total de 773 trabalhos.

Em um primeiro momento, apresentamos as estatísticas referentes aos números e modalidades de publicações, bem como percentual de incidência de temáticas. Em um segundo momento, analisamos as temáticas das publicações e produções. Para melhor visualização desse movimento das temáticas, optamos por dividi-las em quatro categorias, definidas tomando por base o enquadramento dos títulos de artigos encontrados nas revistas, no currículo *lattes* dos docentes e nas teses e dissertações defendidas nos Programas, quais sejam: Temas bíblicos e eclesiais; temas comportamentais e socioambientais; religiões e movimentos religiosos e teológicos; religião e saúde.

A análise dessa produção – revistas, currículo *lattes* de docentes, teses e dissertações – foi realizada em trabalhos produzidos em três momentos: de 1983 a 2000; de 2001 a 2006; de 2007 a 2010<sup>86</sup>. Com relação às teses e dissertações, a análise envolveu o período de 1983 a 2009, pelo fato de a Capes não ter disponibilizado os títulos de 2010 até o momento da nossa coleta de dados.

## 5.1 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NAS REVISTAS VINCULADAS AOS PPGTS

As revistas dos Programas são avaliadas e classificadas pela Capes, por meio de um conjunto de procedimentos que compõe o *Qualis Periódicos* (BRASIL, 2011f). O *Qualis* afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, com base na análise dos veículos de divulgação e das produções contidas nas revistas. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação por meio de um processo periódico de avaliação, valendo-se dos indicativos da qualidade. Atualmente, os estratos ou conjuntos de periódicos são divididos em dois grupos<sup>87</sup>: a) periódicos internacionais: Estrato A1, o mais elevado, e A2; b) periódicos nacionais: Estrato B1, o mais elevado, B2, B3, B4, B5; c) periódicos impróprios:

---

<sup>86</sup>Sinteticamente, esses três momentos referem-se a:

- 1983 a 2000: contempla o período em que os PPGTs ainda não estavam sob a recomendação da Capes, e o período da primeira avaliação trienal de 1997;
- 2001 a 2006: contempla o período de adaptação mais intenso aos critérios de avaliação;
- 2007 a 2010: contempla as duas últimas avaliações trienais.

<sup>87</sup> Para saber mais: Capes (BRASIL, 2011c) onde constam os critérios de avaliação de periódicos. Há também os capítulos de livros que são analisados por estratos, abrangendo o conjunto de L1 a L4, sendo este último o mais elevado ou bem avaliado.

## Estrato C.

As revistas em análise estão classificadas dentro do seguinte estrato:

- a) revista *Estudos Teológicos* (EST) – Estrato B2<sup>88</sup>;
- b) revista *Perspectiva Teológica* (FAJE) – Estrato B2;
- c) revista *Atualidade Teológica* (PUC-Rio) – Estrato B3<sup>89</sup>.

O número de revistas analisadas nos três recortes temporais somou 60 exemplares, sendo 28 da revista *Estudos Teológicos* – EST; 28 da *Perspectiva Teológica* e 14 da *Atualidade Teológica* – PUC-Rio<sup>90</sup>. Somando os três recortes temporais, nossa análise contemplou 28 anos de publicações. Dividimos a apresentação da análise das revistas – nos três recortes temporais citados – em duas etapas:

- 1) análise do número médio de artigos por publicação, presença de números temáticos ou dossiês, percentual de autores vinculados ao PPGT;
- 2) temáticas mais recorrentes nos artigos.

Com relação à análise dos temas dos artigos publicados nas revistas, bem como das teses e dissertações e da produção docente – conforme já citamos anteriormente – dividimos estes em cinco categorias temáticas, que descrevemos a seguir.

Na **1ª Temática: temas bíblicos e eclesiais**, incluímos todos os trabalhos focados na Bíblia, tais como: Antigo Testamento, Evangelhos, Salmos, Profetas. Um exemplo de tese enquadrada dentro dessa categoria é da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011a): “Vou preparar-vos um lugar: leitura e interpretação de Jo 14 na perspectiva da tradição do êxodo”. Dentro dessa categoria, encontram-se os trabalhos que abordam temas eclesiais como diaconia, catequese,

---

<sup>88</sup> Nesse estrato (B2), estão incluídas as revistas que são publicadas por uma instituição com Pós-graduação *Stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na área, ou Instituição de pesquisa, ou ser publicada com apoio da Capes, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares. De acordo com o *Qualis* Periódico (BRASIL, 2011f), a revista deve publicar pelo menos 14 artigos por volume, dos quais, 45% dos autores vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes da que edita o periódico.

<sup>89</sup> Segue o mesmo critério do Estrato B2, diferindo apenas no número de artigos. A revista precisa publicar pelo menos 10 artigos por volume, dos quais, 30% dos autores vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes da que edita o periódico (BRASIL, 2011f)

<sup>90</sup> A revista “*Atualidade Teológica*” da PUC-Rio teve sua primeira publicação em 1997.

trabalhos pastorais desenvolvidos dentro das Igrejas. Enfim, todas as temáticas que tiveram como objetivo realizar um estudo voltado para o campo religioso institucional como, por exemplo, o título “Traços de uma pneumatologia bíblica e litúrgica à luz da sagrada escritura e dos padres da igreja” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, 2011a) que trata de uma reflexão intraeclesial, ou seja, discute uma temática de interesse exclusivo da Igreja Católica: padres da Igreja e questões litúrgicas. Principalmente na EST, foi possível verificar que esses temas, mesmo quando voltados para a Bíblia e para a Igreja, dialogam constantemente com questões de gênero, de raça, cultura, poder e política. A dissertação com o título “Diaconia feminista: uma ressignificação do conceito de servir”(FACULDADES EST, 2011a) aborda o tema da diaconia, uma atividade eclesial, porém sobre uma abordagem das questões de gênero. Os títulos que abordam a discussão na organização pastoral eclesial, organização interna na Igreja foram classificados nessa categoria. O critério utilizado para separação entre as temáticas foi a ligação do tema central com a Bíblia ou Igreja.

Na 2ª **Temática: temas comportamentais, e socioambientais**, foram incluídos todos os títulos que dialogam e buscam direcionar seu foco para questões extraeclesiais e bíblicas, ou seja, que saem da endogenia confessional. São temáticas mais ligadas à área da Pastoral, na qual a Igreja e a Teologia buscam dialogar com a sociedade com base em diversos temas como sexualidade, política, economia, distribuição de renda, e outros temas interdisciplinares como educação, inclusão e exclusão social, ética, questões ambientais, questões de gênero, indígena e étnico-racial. As produções resultantes do movimento da “Teologia da Libertação” encaixam-se nessa categoria, pois buscam voltar o olhar das igrejas e da própria Teologia para a sociedade.

Alguns trabalhos foram mais difíceis de serem enquadrados nesta ou na primeira categoria (temas bíblicos e eclesiais), principalmente entre as produções dos protestantes, que sempre dialogam muito com questões sociais, históricas e geográficas. Eles não possuem uma estrutura eclesial, hierárquica. O catolicismo, por sua vez, possui uma tradição interna de documentos papais, encíclicas, o que não ocorre entre os protestantes. Os títulos e conteúdos produzidos entre a década de 1980 e 1990, tanto entre protestantes quanto entre católicos, foram os mais difíceis de serem separados, pois, dentro do movimento da Teologia da Libertação, os teólogos abordavam temas eclesiais e bíblicos, todavia em diálogo com questões sociais. Os católicos tinham a preocupação de provocar mudanças de postura na sua hierarquia e é, neste âmbito, que produziam temáticas que dialogavam com a realidade, contudo com o objetivo intraeclesial de

promover mudanças na Igreja. Podemos constatar isso em publicações como “Relação entre comunidades eclesiais de base e hierarquia, nos escritos eclesiológicos de Leonardo Boff” da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011a). Essa temática, por exemplo, classificamos na primeira categoria. Nesta segunda categoria, foram incluídas temáticas bem distantes do campo eclesial e bíblico, ou que, ao abordar um conceito bíblico ou realidade eclesial, focam a análise em objeto fora da Bíblia ou da Igreja, como podemos evidenciar nos seguintes títulos: “Dimensões educativas em projetos de economia popular: fé, economia e educação em projetos apoiados pela IECLB” (FACULDADES EST, 2011a); “Sem-Terra: a praga de Faraó”; “Teologia e negritude: um estudo sobre os agentes de pastoral negros (FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA, 2011a). As temáticas fazem menção à Igreja e ao contexto bíblico, no entanto apontam a preocupação em prestar um serviço intelectual, não mais à Igreja institucional, mas sim a outros setores da sociedade, como educação, movimentos sociais, ONGs.

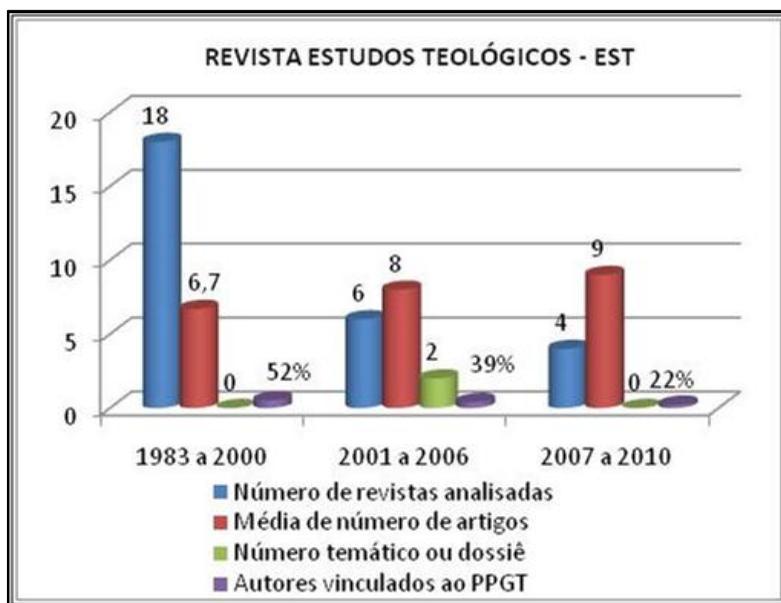
Na **3ª Temática: religiões, movimentos religiosos e teológicos**, foram incluídos todos os títulos que tratam de temas próximos às ciências da religião, tais como: fenômeno religioso, movimentos religiosos e messiânicos, sincretismo religioso, religião e folclore, cultura, práticas religiosas; bem como aqueles relacionados ao pensamento teológico atual, teólogos, ecumenismo. Existem muitos estudos sobre o pensamento de teólogos, bispos, padres, santos católicos, como também aprofundamentos sobre o pensamento de fundadores de igrejas como Calvino, Lutero e outros. São temáticas que buscam diferenciar a Igreja, como organização, do pensamento das pessoas e legitimar ou questionar as posturas eclesiais tendo como base o aprofundamento desses teólogos. Exemplos de temáticas enquadradas nesta categoria: “A obra do Espírito Santo, em Lutero, a partir do seu escrito ‘De Servo Arbitrio’”, da Faculdades EST (2011a); “A acolhida da fé no contexto multicultural: contribuições da teologia de Rahner para crer hoje”, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011a).

Na **4ª Temática: religião e saúde**, foram incluídos os títulos que evidenciam que os autores dialogam com questões voltadas à saúde, qualidade de vida, autoajuda, relação entre fé e cura, aconselhamento pastoral e terapia, bioética, corporeidade, saúde mental, psiquiatria. Achamos conveniente criar esta categoria pelo fato de identificar a influência das teorias pós-modernas dentro dos PPGTs, bem como o efeito do critério interdisciplinaridade com outras áreas e cursos, uma vez que, especificamente a Teologia da EST, divide a infraestrutura física com cursos voltados à área da saúde. Foi neste PPGT que

encontramos o maior número de temáticas de pesquisa em interface com a saúde, tais como: “Comunidade Terapêutica: Como acolher egressos de instituições de recuperação de dependentes químicos? Um exemplo da IECLB em Florianópolis” (FACULDADES EST, 2011a); “Fundamentos bíblico-teológicos da capelania hospitalar – uma contribuição para o cuidado integral da pessoa” (FACULDADES EST, 2011a). Assim como na primeira categoria, esses temas evidenciam a preocupação em prestar um “serviço intelectual” não mais à Igreja institucional, mas a outros setores da sociedade como a área da saúde. Apresentamos, a seguir, a análise das revistas a partir das etapas 1 e 2 e das categorias temáticas.

### 5.1.1 Revista Estudos Teológicos – EST

A revista *Estudos Teológicos* teve seu primeiro número publicado em 1960, é semestral e possui uma tiragem impressa de 500 exemplares. No gráfico a seguir, apresentamos dados de publicação referentes 1983 a 2010.



**Gráfico 1:** Sistematização das publicações da revista Estudos Teológicos – EST

Fonte: Faculdades EST (2011b).

A revista *Estudos Teológicos*, desde seu início, apresenta ampla diversidade na modalidade dos artigos. O número de artigos publicados por revista, a partir de 2001, começou a assumir uma regularidade de oito artigos e, a partir de 2007, passou a ter nove artigos por número. O Estrato B2 (BRASIL, 2011f) – no qual está inserida a revista – exige que cada volume tenha no mínimo 14 artigos. A revista publica dois números de um mesmo volume, assim, atinge 18 artigos por volume, ultrapassando o limite mínimo – de 14 artigos – exigido no Estrato B2. Com relação à autoria, o *Qualis* Periódico – para o Estrato B2 – exige que apenas 55% dos autores possam ter vínculo com o PPGT, ou seja, na revista *Estudos Teológicos*, esse índice está em 22% no último triênio. No gráfico, demonstramos o esforço da revista nesse combate à endogenia, o que evidenciamos na queda do índice de autores vinculados ao PPGT, de 52% (em 2000) para 22% em 2009.

Na avaliação trienal correspondente ao período de 2004 a 2006, os avaliadores teceram elogios à revista, afirmando ser um “periódico de grande tradição no Brasil, com mais de 47 anos de existência” (BRASIL, 2010b). Na do triênio 2007 a 2009, os avaliadores elogiaram o esforço da IES em fazer as mudanças necessárias: “A IES está tomando as devidas providências de transformação de sua Revista, seguindo com rigor as normas Capes.” (BRASIL, 2010b). Passamos para a análise das temáticas abordadas na revista, conforme relacionadas no Quadro 10.

**Quadro 10:** Temáticas das publicações da revista *Estudos Teológicos* – EST

(continua)

REVISTA ESTUDOS TEOLÓGICOS – EST			
Principais temas nos artigos	1983 a 2000	2001 a 2006	2007 a 2010
Comportamentais e socioambientais	- Globalização e economia, política, marxismo, ecologia e educação. - Questões indígenas, étnico-raciais, sexualidade e gênero.	- Ética, educação, neoliberalismo, políticas sociais, e ecologia. - Questões étnico-raciais.	- Globalização, exclusão e neoliberalismo. - Ecologia e espiritualidade. - Gênero - Cinema e religião. - Mercado e consumo

(conclusão)

REVISTA ESTUDOS TEOLÓGICOS – EST			
Principais temas nos artigos	1983 a 2000	2001 a 2006	2007 a 2010
			religioso. - Teologia e pedagogia.
Religiões e movimentos religiosos e teológicos	- Judaísmo. - Lutero e protestantismo. - - Pentecostalismo. - Nova era - Teologia da libertação. - Ecumenismo.	- Fenômeno neopentecostal.	- Cristianismo da libertação. - - Neopentecostalismo.
Religião e saúde	- Terapia e religião.		- HIV-Aids. - Stress na profissão docente.
Bíblicos e eclesiais	- Evangelhos. - - Aconselhamento pastoral. - Profetas. - Ministério e diaconia	- Ministério pastoral. - Lutero. - Sacramentos. - Sagrada escritura e profetas	- Homilética. - Organização eclesial.

Fonte: *Faculdades EST (2011b)*.

Quanto às temáticas abordadas nos artigos, desde 1983, a revista apresenta um maior número de temas ligados à sociologia, economia e política do que temas intraeclesiais, tendo 10 temáticas sociológicas e apenas quatro bíblicas e eclesiais. Também na categoria movimentos religiosos e teológicos aparecem temas atuais como Nova Era e movimento neopentecostal. A categoria “Religião e saúde” já aparece nos anos 1980. A partir de 2001 até 2010, percebemos diminuição gradativa de temas bíblicos e eclesiais e maior incidência de temas sociológicos abordando novas temáticas como cinema, questão ambiental, espiritualidade, consumo religioso, bem como o surgimento de novas temáticas na área da saúde como HIV e saúde do professor. Os temas bíblicos reduzem-se a apenas dois. A presença de temáticas sociológicas, políticas e antropológicas, desde o ano de 1983, pode ter sido influenciada pelo vínculo de professores e

estudantes com a Teologia da Libertação, conforme verificado nas entrevistas concedidas pelos professores.

Nossa análise, também evidenciou uma relação entre as temáticas das produções e as linhas de pesquisa. As linhas “Teologia Feminista” e “Protestantismo na América Latina”, existentes desde 1990, correspondem às temáticas dos artigos no período de 1983 a 2000: sexualidade e gênero; Lutero e protestantismo. Outro aspecto diz respeito às temáticas voltadas ao protestantismo que deixam de aparecer na revista, a partir do ano 2001, o que corresponde à extinção da linha “Protestantismo na América Latina”, no ano 2000. As temáticas do protestantismo dão lugar ao fenômeno neopentecostal e à espiritualidade, coincidindo com a criação – no ano 2000 – da Linha “Práxis teológica no contexto pluralista sociorreligioso”, porém é preciso ressaltar que o conceito “protestantismo” expressa a confessionalidade do PPGT.

Zabatiero (2009) referiu-se a essa questão quando abordou a postura do MEC na análise do currículo dos cursos de Teologia. Segundo o autor, havia uma errônea interpretação do MEC, que via como sinônimos a confessionalidade e o proselitismo. O caso da substituição da temática “protestantismo” pelo “contexto pluralista sociorreligioso”, no PPGT da EST, vem ao encontro do que o autor afirmou em relação ao bacharelado em Teologia, ou seja, nos aponta pistas de que a Capes tenha a mesma concepção que o MEC em relação à confessionalidade – ela representa fechamento e fundamentalismo. Passos (2006) também alertou sobre o desconhecimento por parte do Estado da diferença entre confessionalidade e fundamentalismo ou fechamento. O que concluímos nesta análise da revista *Estudos Teológicos* é que o reordenamento das linhas de pesquisa sugerido pela Capes – conforme já analisado no capítulo anterior – provocou mudanças nas temáticas dos artigos publicados nas revistas.

### **5.1.2 Revista Perspectiva Teológica – FAJE**

A revista “*Perspectiva Teológica*” é uma revista quadrimestral e teve seu primeiro número publicado em 1969. A partir de 2010, os três números anuais de “*Perspectiva Teológica*” passaram a circular em versão eletrônica. No Gráfico 2, apresentamos dados das publicações.



**Gráfico 2:** Sistematização das publicações da revista Perspectiva Teológica – FAJE

*Fonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011c).*

Na revista “Perspectiva Teológica”, a regularidade de artigos por publicação aparece apenas em 2007, com um total de seis artigos por número. Sendo quadrimestral, a revista possui um número total de 24 artigos por volume, atendendo o requisito mínimo do Estrato B2 (BRASIL, 2011f) que exige 14 artigos por volume. O número de autores ligados aos PPGTs também sofre um decréscimo, caindo de 65% para 41% no último período, atendendo à exigência do Estrato B2: 45% devem ser externos ao PPGT que edita a Revista (BRASIL, 2011f).

Ao discorrer sobre a história da revista “Perspectiva Teológica”, Libânio (2010), afirma que a presença dos alunos, tanto na publicação de textos quanto no próprio conselho de redação, já era um fato concreto desde 1970. A coautoria discente é um dos critérios de avaliação da produção intelectual do PPGT, de acordo com os Documentos de Área (BRASIL, 2011c), o que revela que a FAJE, mesmo antes de entrar no sistema Capes abria espaço na revista para seus acadêmicos. Este periódico não apresenta números temáticos ou dossiês. Segue a análise das temáticas abordadas na revista, no Quadro 11.

**Quadro 11:** Temáticas das publicações da revista *Perspectiva Teológica*  
– FAJE

(continua)

<b>REVISTA PERSPECTIVA TEOLÓGICA – FAJE</b>			
<b>Principais Temas dos artigos</b>	<b>1983 a 2000</b>	<b>2001 a 2006</b>	<b>2007 a 2010</b>
Comportamentais e socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Igreja, sociedade, política e exclusão social.</li> <li>- Reforma agrária.</li> <li>- Marxismo e cristianismo.</li> <li>- Estado.</li> <li>- Racionalidade moderna.</li> <li>- Questão indígena.</li> <li>- Ética sexual e novos padrões culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ética ecológica.</li> <li>- Globalização e universidade.</li> <li>- Política internacional.</li> <li>- Teologia de mercado.</li> <li>- Globalização e fé.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A ética da sustentabilidade e seus impasses.</li> </ul>
Religiões e movimentos religiosos e teológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Teologias em tensão.</li> <li>- Teilhard Chardin.</li> <li>- Lutero.</li> <li>- Fenômeno religioso no Brasil.</li> <li>- A nova Era.</li> <li>- O ensino da Teologia e o método teológico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ecumenismo.</li> <li>- Fenômeno religioso.</li> <li>- O método teológico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diálogo inter-religioso.</li> <li>- O ensino universitário da teologia.</li> <li>- O cristianismo no Ocidente.</li> <li>- Crenças religiosas e fanatismos.</li> <li>- Teologia da ternura.</li> </ul>
Religião e saúde		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bioética.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bioética global e responsabilidade global.</li> </ul>

(conclusão)

REVISTA PERSPECTIVA TEOLÓGICA – FAJE			
Principais Temas dos artigos	1983 a 2000	2001 a 2006	2007 a 2010
Bíblicos e eclesiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Catequese jesuítica e inculturação.</li> <li>- Os sínodos, concílios e a Igreja.</li> <li>- Doutrina católica.</li> <li>- Igreja e universidade.</li> <li>- A Igreja e as dívidas sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os povos indígenas e a Igreja.</li> <li>- Moral católica e ética atual.</li> <li>- Os sínodos, concílios e a Igreja.</li> <li>- Vida religiosa na América Latina.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministérios da Igreja</li> <li>Evangelização e inculturação</li> <li>A teologia jesuítica</li> <li>Jesuítas e a educação</li> <li>Os profetas e apóstolos</li> </ul>

Fonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011c).

Como temáticas, desde 1983, é evidenciado um diálogo interdisciplinar, com 12 temáticas na categoria sociológica e 10 na categoria eclesial e bíblica. Aparecem também quatro temáticas referentes ao fenômeno religioso. Nas temáticas sociais, ambas as revistas (*Estudos Teológicos e Perspectiva Teológica*) assemelham-se, até porque, como mencionado anteriormente, refletem, nesse período da década de 1980 a 1990, as influências da Teologia da Libertação.

Ao discorrer sobre o perfil da revista, Libânio (2010, p. 315) considera que a *Perspectiva Teológica*, desde sua origem, prioriza a “autonomia das realidades terrestres em contraste com as posições conservadoras, tradicionalistas”, buscando dialogar com os problemas do mundo. O autor analisa que a revista discutia temáticas para além das questões internas da Igreja, dialogando com o contexto político da época, marcado pela violação dos direitos humanos. Segundo o autor (2010, p. 318), ainda nos anos 1970, antes da efervescência da Teologia da Libertação, a revista priorizava artigos que fizessem uma “relação entre esperança cristã e práxis marxista num contexto de subdesenvolvimento”. Esse depoimento do autor corrobora a perspectiva de que, no período de 1983 a 2000, aparece uma considerável diversidade de temas voltados à realidade social e política brasileira, como a reforma agrária e a questão indígena.

No período de 2001 a 2006, há um equilíbrio das temáticas,

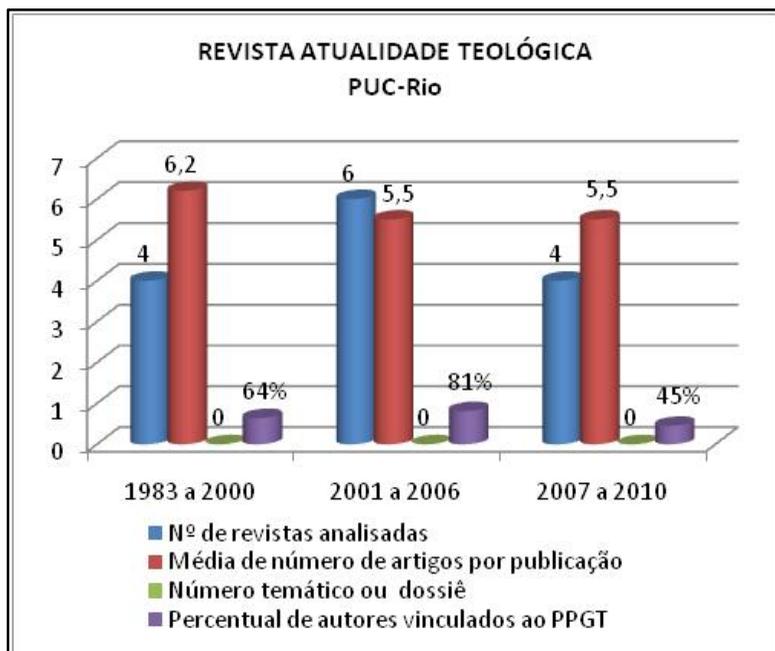
aparecendo novos temas como bioética, globalização, questão ambiental e relações internacionais. É discutida, também, a questão moral e ética dentro do catolicismo, o que pode ter aparecido em razão dos escândalos de pedofilia e outros, em que o clero católico virou alvo de muitas críticas e de instauração de processos civis e eclesiais. De 2007 a 2010, há predomínio de temas ligados ao fenômeno religioso, nova incidência de temática na área da saúde, maior discussão sobre diálogo inter-religioso e na categoria “temas bíblicos e eclesiais”, uma prevalência de temáticas jesuíticas.

Em comparação à revista protestante (Estudos Teológicos), a “Perspectiva Teológica” apresenta um número muito maior de temáticas ligadas ao âmbito eclesial, o que se justifica pelo fato do carisma jesuítico ter uma estreita relação com a Igreja. Nas características da Companhia de Jesus, de acordo com Dumortier e outros (2006, p. 18), já está definido que ela “servirá a Igreja e ao próximo em qualquer lugar, em qualquer circunstância”. Esse lugar pode ser uma revista, uma sala de aula ou um templo. São evidências que a Igreja institucional assume uma maior relevância entre católicos do que entre protestantes.

Na primeira avaliação trienal referente ao período de 1998 a 2000 – com relação à revista “Perspectiva Teológica” –, a Capes (BRASIL, 2010b) considerou que os temas abordados estavam bem conectados com as áreas de concentração e linhas de pesquisa. Nossa análise aponta também que as temáticas da revista, desde 1998, apresentam uma estreita relação com as linhas de pesquisa. A partir de 2001, temáticas voltadas à ética e bioética e ao diálogo inter-religioso aparecem mais intensamente em consonância com as linhas. A linha “Tendências éticas atuais” foi criada em 1999 em substituição à linha “Ética da Comunidade Cristã”. Quanto aos temas voltados ao diálogo inter-religioso e fanatismo religioso – que começaram a surgir mais intensamente em 2007 –, também coincidem com a linha “Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso”, criada em 2002.

### **5.1.3 Revista *Atualidade Teológica* – PUC-Rio**

A revista “Atualidade Teológica” é quadrimestral. Desde 1997, o Departamento de Teologia da PUC-Rio publica sua revista com um perfil *bíblico-teológico-pastoral*, a qual socializa as pesquisas realizadas no Departamento de Teologia.



**Gráfico 3:** Sistematização das publicações da revista *Atualidade Teológica* – PUC-Rio

Fonte: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011c).

A revista *Atualidade Teológica* é a mais recente entre as três analisadas, iniciou suas publicações apenas em 1997. O número de artigos por publicação ainda é algo a ser definido, porém – sendo quadrimestral – atinge mais de 15 artigos por volume, ultrapassando o limite mínimo exigido no Estrato B3 – no qual a revista está classificada –, que exige no mínimo 10 artigos por volume (BRASIL, 2011f). Quanto à autoria, a revista possui – de acordo com a última avaliação trienal – mais de 55% de autores externos ao PPGT, atendendo também a exigência do *Qualis* Periódico, para o Estrato B3, que preconiza pelo menos 30% de autores externos ao PPGT que edita a revista. Não constam publicações de números temáticos ou dossiês.

Quanto à endogenia, notamos que, no período de 2007 a 2010, há uma alteração expressiva referente à autoria, com uma queda, dos

autores vinculados ao PPGT, de 81% (2006) para 45% em 2007 a 2010. Analisando a ficha de avaliação referente ao triênio 2004 a 2006, identificamos que os avaliadores chamaram a atenção do PPGT quanto a essa questão:

Dos 09 trabalhos publicados em periódico *Qualis* Nacional B, 08 estão contidos na revista do Programa "Atualidade Teológica". Nesse aspecto nada se altera em relação ao quadro de relativa endogenia nas publicações em periódicos do Ano Base (BRASIL, 2010b).

Fica evidente – no período 2007 a 2010 – o pronto atendimento do PPGT às críticas recebidas quanto à endogenia da revista, porém, mesmo tendo feito esforço para combater a endogenia, na última avaliação trienal (2007-2009), os avaliadores continuam chamando a atenção: “É necessário alertar para o fato de que, também neste triênio, boa parte dos artigos em periódicos *Qualis* B3 foi publicada na Revista do próprio programa” (BRASIL, 2010b). É comum nas fichas de avaliação de todos os Programas em análise essa prática da Capes em sempre exigir mais empenho do PPG, num processo de constante superação, na busca de quebrar os próprios recordes. No Quadro 12, consta a análise das temáticas abordadas na revista, de 1997, data da primeira publicação, a 2010.

**Quadro 12** : Publicações da Revista *Atualidade Teológica* – PUC-Rio  
(continua)

REVISTA ATUALIDADE TEOLÓGICA – PUC- Rio			
Principais temas dos artigos	1997 a 2000	2001 a 2006	2007 a 2010
Comportamentais e socioambientais	- Sexualidade e teologia do corpo.	- Violência. - Educação. - Ética e transgênicos.	- A propriedade privada.
Religiões e movimentos religiosos e teológicos	- Teologia e espiritualidade. - Fé e idolatria. - Cristianismo. - Educação.	- Pluralismo religioso. - Nova Era. - O cristianismo em questão. - Teologia e ecologia.	- Teologia espiritual da libertação. - - Protestantismo. - Cultura midiática e religião.

(conclusão)

REVISTA ATUALIDADE TEOLÓGICA – PUC- Rio			
Principais temas dos artigos	1997 a 2000	2001 a 2006	2007 a 2010
Religião e saúde	-	-	-
Bíblicos e eclesiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A violência e não violência no Antigo Testamento.</li> <li>- O uso da Bíblia.</li> <li>- Profetas.</li> <li>- A pastoral urbana e os movimentos eclesiais.</li> <li>- Encíclicas papais.</li> <li>- Inculturação da fé.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O colégio episcopal.</li> <li>- Pastoral urbana.</li> <li>- Os santos.</li> <li>- Catolicismo.</li> <li>- Doutrina social da Igreja e os problemas atuais.</li> <li>- A leitura da Bíblia pelos pobres.</li> <li>- Sacramentos.</li> <li>- Igreja local e modernidade.</li> <li>- Evangelhos.</li> <li>- Catolicismo e capitalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conferências episcopais.</li> <li>- Os apóstolos a fé e a política.</li> <li>- Profetas.</li> <li>- Evangelhos.</li> <li>- Antissemitismo na Bíblia.</li> <li>- Igreja local.</li> </ul>

Fonte: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011c).

Nota: - Nenhum texto encontrado referente a esse tema.

Com relação às temáticas, a revista difere das demais pelo fato de apresentar menos temáticas sociológicas e interdisciplinares. De 1997 a 2010, há uma predominância de temas bíblicos e eclesiais, abordando concílios e documentos papais. De 2007 em diante, aparecem alguns temas ligados à cultura e à religião, porém a ênfase ainda é forte nos temas bíblicos e eclesiais. Talvez, em virtude deste e de outros fatores como a não regularidade de número de artigos por revista e pouca ênfase na discussão de temáticas atuais, a revista esteja classificada no Estrato B3 do *Qualis* Periódico. Importa ressaltar que um dos critérios para alcançar o Estrato B2 é o aumento de número de artigos por volume e a preocupação com a internacionalização do periódico.

A relação da revista com a reorganização das linhas de pesquisa é evidenciada nas temáticas voltadas à Pastoral urbana, que apareciam até 2006 e deixam de aparecer a partir de 2007. A linha “Pastoral no

contexto urbano” deixou de existir em 2003. A partir de 2002 – conforme já discutido no capítulo anterior –, as linhas passaram por uma grande readequação, resumindo-se a três, que abordam a relação entre fé e cultura, religião e modernidade e interpretação dos textos bíblicos. Por isso, surgiram, mais intensamente a partir de 2005, artigos voltados à questão do fenômeno religioso, protestantismo, mídia e religião, substituindo temáticas como Pastoral e cristianismo, que estavam ligadas às linhas de “Cristologia” e “Pastoral urbana”, extintas a partir de 2003. Temáticas como movimentos eclesiais e doutrina social da Igreja, presentes no período de 1997 a 2000, também deixaram de aparecer a partir de 2007, em razão da extinção – nas linhas de pesquisa – da temática “eclesiologia” em 2003.

## 5.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REVISTAS ANALISADAS

Quanto às temáticas abordadas, a *Atualidade Teológica* (PUC-Rio) se ocupa mais intensamente com temáticas bíblicas e eclesiais, enquanto a *Estudos Teológicos* (EST) e *Perspectiva Teológica* (FAJE) abordam mais temas sociais. Uma das hipóteses é o fato de a PUC-Rio estar vinculada à Arquidiocese do Rio de Janeiro, ocupando-se mais intensamente de temáticas concernentes à Igreja institucional.

Com relação às categorias temáticas, no último triênio analisado, as revistas da PUC-Rio e da FAJE apresentaram apenas uma temática voltada aos “Temas comportamentais e socioambientais”, enquanto a revista da EST trouxe oito novas temáticas, além de duas na área da saúde. Esses temas novos para a Teologia (ética da sustentabilidade, cinema e religião, stress na profissão docente, HIV-Aids) podem encaixar-se no que Chauí (2003) chama de paradigma da moda, quando aborda a nova configuração organizacional assumida pelas universidades. Por outro lado, ao abordar o perfil das escolas luteranas no Brasil, Hack (2003, p.158) afirma que, mesmo no ensino religioso, havia o cuidado de se “veicular um evangelho encarnado e de evitar o jargão eclesiástico”. Ao analisarmos outras publicações de jesuítas, também podemos encontrar títulos que se aproximam do que Chauí (2003) chamou de paradigma da moda. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS), vinculada aos jesuítas, possui uma publicação do Instituto Humanitas chamada *Cadernos IHU em Formação* e, em um de seus números, apresenta a identidade e contribuição dos jesuítas para o mundo moderno. Nesse número, há um artigo intitulado “Liderança organizacional ao estilo jesuíta” (LOWNEY, 2007), em que há uma entrevista com um ex-aluno jesuíta,

presidente de uma grande corporação norte-americana.<sup>91</sup> Concluímos, com isso, que a abertura a essas novas temáticas não é exclusividade dos protestantes.

Com relação a autores externos e número de artigos por periódico, a EST supera as demais – no atendimento aos critérios do *Qualis* periódico –, tendo em média apenas 22% de autores ligados ao PPGT, enquanto nos periódicos da PUC-Rio e FAJE 45% e 41%, respectivamente, dos autores são vinculados aos Programas.

Quanto às manifestações dos representantes da área na Capes, nas fichas de avaliações trienais, seguem a mesma tonalidade do discurso com relação às linhas de pesquisa descritas no capítulo anterior: Tecem elogios e críticas ao processo de adaptação das revistas aos critérios do *Qualis* Periódico.

### 5.3 MANIFESTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE AS REVISTAS DOS PPGTS

Aquilo que caracterizava nossa revista se torna para a Capes um objeto de suspeita! (E1-PUC)

Esse pensamento de um entrevistado revela certa indignação dos professores e coordenadores dos PPGTs, pelo fato de a Capes avaliar como produção endógena aquilo que compõe o perfil das revistas, as quais foram estruturadas e organizadas nos moldes europeus. A revista do PPGT “se enquadrava nos moldes de uma revista dos centros acadêmicos europeus, onde ela representava o pensamento da instituição” (E1-PUC). Os católicos exemplificam isso, comentando sobre a revista pertencente à Pontifícia Universidade Gregoriana: “a revista “*Gregorianum*”, é muito difícil alguém de fora publicar nessa revista. Ela é uma apresentação da pesquisa que o programa produz” (E1-PUC). O próprio campo de conhecimento teológico estrutura-se, desde o medievo, tendo como base as universidades e, assim “cada revista segue o carisma, o perfil de determinada instituição, no caso da FAJE, ela representa o carisma jesuítico, da EST, luterano” (E2-PUC).

---

<sup>91</sup> O ex-aluno é Christopher Lowney, que é diretor gerente da J.P. Morgan & Co, dos Estados Unidos, e é conhecido por falar sobre liderança e ética nos negócios. A J.P. Morgan & Co. é uma instituição de serviços financeiros globais e com operações em mais de 50 países. De acordo com “Cadernos IHU” do Instituto Humanitas (2007), antes de juntar-se à equipe da J.P. Morgan, Lowney foi estudante jesuíta por sete anos. Durante esse tempo, ensinou e estudou em instituições jesuíticas nos Estados Unidos e em Porto Rico. Fez sua graduação na Universidade de Fordham em História e Filosofia Medieval, onde cursou também seu mestrado.

As revistas dos PPGTs em análise passaram por grandes transformações na sua própria estrutura e perfil, pois – seguindo os moldes das universidades europeias – expressavam o pensamento de cada Instituição. “O nosso periódico “Perspectiva Teológica” tinha a nossa cara e hoje não pode ser a nossa cara, tem que ser generalista. A revista não mais expressa o pensamento da FAJE” (E2-FAJE).As revistas em análise, por pertencerem a PPGTs com longa tradição no pensamento teológico, eram procuradas pela sua especificidade. “O pessoal procurava na nossa revista “Perspectiva Teológica” o que os jesuítas de BH estavam pensando” (E1-FAJE).A partir do *Qualis* periódico, os coordenadores de Programa precisaram interferir na produção docente dos professores: “eu, como coordenador, tenho que forçar meu editor e professor a escrever em vários tipos de periódicos” (E1-FAJE).Esse papel dos coordenadores de convencer os professores a ter de publicar em outros periódicos parece não ser uma tarefa fácil, conforme percebemos na declaração seguinte:

Eu acho que esses critérios de avaliação das revistas, da Capes, vai ser um desastre, eu perco a vontade de publicar. Eu publico na revista de Belo Horizonte, mas esse número que recebi agora já percebi que a revista está mais fraca, de baixo nível. São critérios suicidas (E2-PUC).

O combate à endogenia nas revistas, além de causar certo desgaste entre coordenadores e editores, parece promover desfiliação da revista em relação ao seu Programa: “esse ano de 2011, a “Estudos Teológicos” não tem nenhum artigo com docente daqui. A rigor, ela não é do PPG, ela é internacional, meio cosmopolita” (E1-EST).As revistas tinham a função de divulgar o pensamento do próprio Programa. Atualmente, como observou um entrevistado:“quando vamos medir a apresentação dos periódicos, temos dificuldade de identificar o perfil do programa pelo periódico. Como você consegue dar visibilidade externa ao programa? Antes era por meio da revista” (E1-PUC).

Portanto, o que constatamos, pelos depoimentos, é que o periódico passou a distanciar-se do PPGT a tal ponto que os coordenadores e editores preocupam-se em fortalecer outras revistas em vez de fortalecer a do seu Programa:

Pra mim, é mais interessante que haja outras revistas que sejam A1, A2 e B1 do que a nossa.

Quero que a Umesp, a PUC tenham essas revistas, porque aí eu publico lá. A Capes cobra negativamente qualquer tipo de endogenia. Se eu investir na nossa revista, pra ela ser B1, é mais interessante para os outros do que para mim (E1-PUC).

Esse discurso do entrevistado remete ao que Fávero (1999) apontou sobre o modelo Capes de avaliação: na busca de privilegiar indicadores quantitativos, promoveu uma hierarquia que penaliza os já penalizados, ou seja, revistas mal avaliadas no *Qualis* periódicotambém não são atrativas para os autores. E, assim, um círculo vicioso se instaura: porque não é bem avaliada, não são encaminhados artigos e não são encaminhados artigos porque não é bem avaliada!

As revistas estão realizando alterações na sua estrutura e formato, segundo os entrevistados. A *Estudos Teológicos*, a mais antiga do país, com mais de 50 anos de existência, tem mantido a periodicidade todos esses anos e, mesmo assim, precisa passar por uma reestruturação. Isso também é sentido na revista mais recente, a *Atualidade Teológica* da PUC-Rio, criada no final dos anos 1990: “e aí você descobre que ela não pode ser mais o rosto do programa, tem que ser exógena, vai mexer com a estrutura pensada para a revista, que agora não demonstra mais o que se faz no programa”(E1-PUC).É preciso, afirmaram eles, fazer uma mudança de rumo e interferência nessa história, que exige certa paciência para a readaptação de todo o corpo docente. “Aí a Capes está exigindo das revistas a entrada no *Scielo*, e são exigências absurdas. Nós estamos tentando nos adaptar a isso, por exemplo, os 40% de autoria da casa”(E1-EST).Um processo de altos e baixos, de idas e vindas: “achávamos que estávamos atendendo os critérios, mas agora recebemos um segundo não. Faremos as adequações exigidas e mandaremos novamente” (E1-EST).

A luta dos coordenadores para agilizar as mudanças nas revistas permite compreender como esses PPGTs estão sendo regidos por uma visão organizacional com base na gestão por índices de produtividade. Chauí (2003) considera que a lógica economicista – que está permeando as políticas públicas do ensino superior – transformou as universidades em organizações produtivas e, para sobreviverem, estão tendo que se adaptar rapidamente a essa lógica produtivista. Diante disso, a autora considera que dentro desse paradigma – organizacional – a sobrevivência da organização não depende tanto de sua estrutura interna, mas de sua capacidade de adaptar-se rapidamente às mudanças.

Sobre essa questão da produtividade, Waters (2006) considera que essa corrida pela publicação jamais tenha sido tão frenética quanto hoje. Os pesquisadores precisam alcançar o máximo destaque nas avaliações de órgãos do governo, as universidades precisam obter altos conceitos, os programas de pós-graduação precisam sustentar sua boa fama e tudo isso vai depender da produção dos docentes vinculados às instituições. Para o autor (2006, p. 28):

Entramos na região sombria da pesquisa acadêmica, e agora as exigências de produtividade estão levando à produção de um número muito maior de coisas sem sentido. Em épocas como esta, pesquisadores inescrupulosos e inebriados fazem alegações falsas sob a aparência de serem interessantes.

Corroborando com essa análise da intensificação da produtividade, a teoria geral da economia dos campos de Bourdieu (2007) ajuda a entender as formas específicas que assumem em cada campo, o capital, o investimento e o ganho. Para ganhar – no caso, a disputa dentro do *Qualis* Periódico – é preciso indexar a revista no *SciELO*, e isso é um ganho para o Programa, porém faz-se necessário um investimento, mesmo que esse investimento rompa com a própria história, tradição e especificidade da revista e obrigue os próprios professores a mudarem sua prática e rotina de publicações.

Em síntese, esses critérios de avaliação dos periódicos estão causando um grande impasse para os Programas, principalmente para um dos PPGTs em análise que teve nota 7 por três triênios, a EST. “Todos os docentes de um Programa nota 7 devem publicar, em média, três artigos em revistas A1, A2 e B1 todo ano. Como nós não temos revistas nesses extratos, vamos publicar aonde?”(E1-EST). Assim sendo, os programas nota 6 e 7 estão em um grande impasse. Segundo o coordenador entrevistado, um dos fortes motivos pela queda no conceito de 7 para 6 foi o critério de publicação em revistas bem avaliadas no *Qualis*.

Pelos depoimentos, podemos depreender que a estrutura das revistas foi desmantelada. Segundo um entrevistado, “nos tínhamos uma estrutura na nossa revista, eram três artigos, mais dois tópicos de atualidade, tivemos que modificar isso pra poder se enquadrar lá nos critérios” (E2-FAJE). Houve um aumento do trabalho para manter a Revista e, na avaliação dos entrevistados, “não contribuíram para

melhorar a revista. A revista perdeu a identidade e especificidade”(E2-FAJE).

As revistas têm como objetivo divulgar o pensamento teológico para a comunidade acadêmica nacional e internacional, de acordo com a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011b), bem como contribuir com a Igreja do Brasil, conforme a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011c). Ao atenderem um dos critérios da Capes – a socialização das publicações com outras universidades –, buscam agora, além de oferecer estudos e reflexões teológicas para a Igreja, tornar-se atraentes para outro público: a academia e, por extensão, submeter-se às exigências da Capes.

Consideramos importante retomar Bourdieu (2005) quando analisa que a sobrevivência das crenças cristãs, ao longo do tempo, ocorreu graças à capacidade que encontram de transformarem-se de acordo com as novas funções que cumprem em favor dos novos grupos que as adotam. Há uma necessidade de mudança das revistas para que possam adaptar-se às regras da pós-graduação brasileira. É importante lembrar que, mesmo após a efetivação dessas mudanças, as revistas continuam vinculadas a uma confissão religiosa e, conseqüentemente, às igrejas que professam, preservam e legitimam tal confissão. As revistas passam, então, a ser o produto do que Bourdieu (2005) define como um trabalho teológico de perpetuação do capital religioso. E ressaltamos que esse trabalho necessita de um aparelho burocrático que tenha uma ação contínua a qual assegure a reprodução desse capital. Esse aparelho burocrático são os PPGTs, com toda sua estrutura de coordenação editorial da revista e do Programa. Os coordenadores realizam esse “trabalho teológico burocrático” buscando fazer com que a Teologia atenda sua confessionalidade (Igreja institucional) e, ao mesmo tempo, reproduza esse capital religioso para outro público (academia e órgão de avaliação e financiamento). Percebemos que esse trabalho teológico produz resultados uma vez que novas temáticas estão sendo abordadas nas revistas e há a manutenção de temáticas voltadas à realidade eclesial, conforme análise dos conteúdos das revistas, mas, principalmente, pelas mudanças na composição dos periódicos em razão da necessidade de captar artigos de autores de outros Programas e de buscar revistas externas para publicar artigos que antes eram inseridos naquelas dos próprios Programas.

#### 5.4 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DOS DOCENTES ENTREVISTADOS

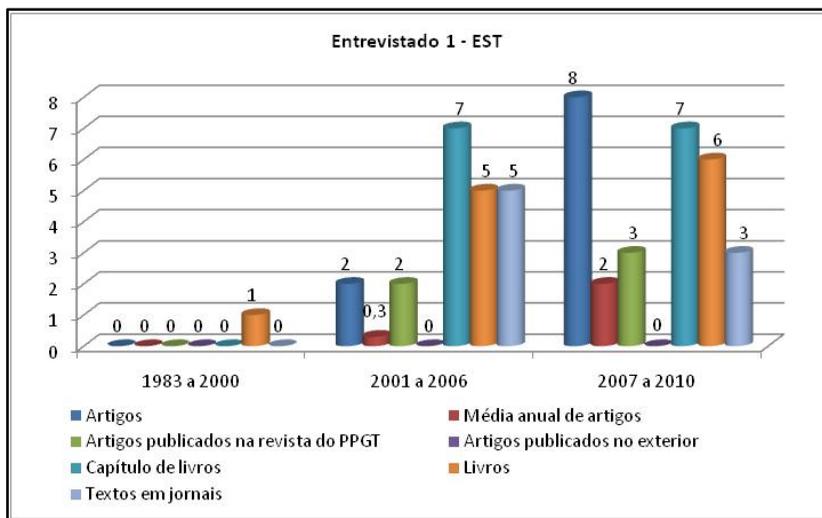
Entre os professores dos PPGTs entrevistados, foram escolhidos

dois de cada IES, entre aqueles com maior tempo de instituição, com o objetivo de identificar o movimento e as transformações ocorridas na sua produção quanto a:

- modalidade de publicações (artigos, livros, capítulo de livros, textos em jornais ou revistas);
- locais de publicação, buscando identificar a endogenia e a internacionalização;
- média anual de artigos publicados;
- principais temáticas dos artigos, buscando identificar a presença de novos temas ou não nas produções.

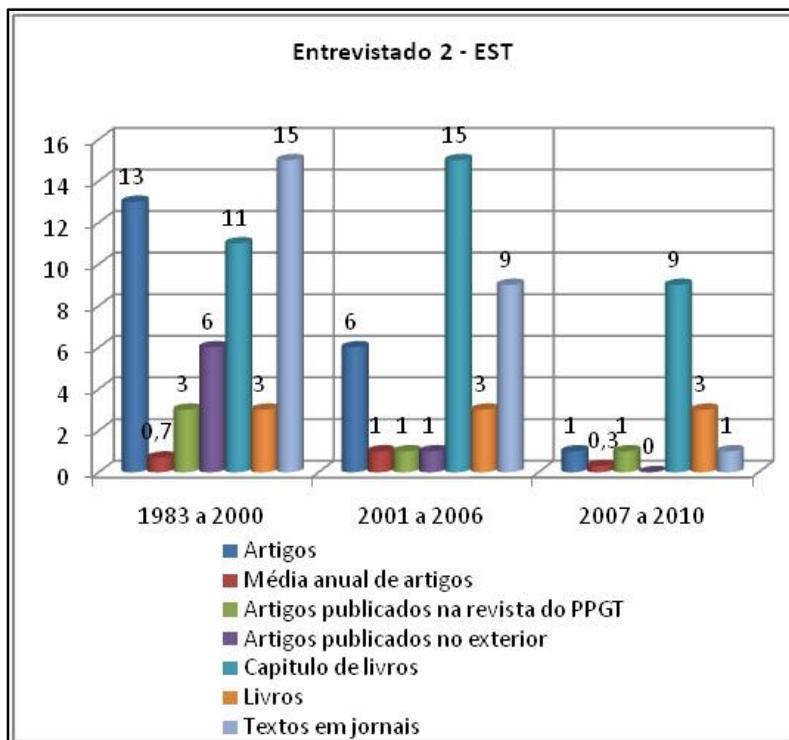
#### 5.4.1 Produção bibliográfica: docentes entrevistados do PPGT da EST

O entrevistado 1 (E1) do PPGT da EST possui vínculo com a IES desde 1980, é graduado, mestre e doutor em Teologia. O entrevistado 2 (E2) está vinculado à IES desde 1998, também é graduado, mestre e doutor em Teologia. Ambos são pastores da Igreja Luterana e realizaram seus estudos com financiamento da Igreja. No Gráfico 4, apresentamos a produção de (E1) e no Gráfico 5 a de (E2).



**Gráfico 4:** Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 1 do PPGT da EST

Fonte: Curriculum Lattes (CNPq, 2011).



**Gráfico 5:** Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 2 do PPGT da EST

Fonte: Curriculum Lattes(CNPq, 2011).

Com relação à produção docente dos dois professores da EST, podemos destacar o elevado número de publicações internacionais, no período de 1983 a 2000, atingindo 40% do total. Há um alto número de artigos, livros e capítulo de livros. De 1983 a 2000, há uma média anual de 3 artigos e 2 capítulos de livro.

Nas fichas de avaliações trienais, a Capes elogiou a internacionalização da produção docente. Na primeira avaliação trienal (1998-2000), os avaliadores ressaltaram que três professores integram o quadro de autores da quarta edição da "*Religion in der Geschichte und Gegenwart*", universalmente reconhecida como a enciclopédia padrão no âmbito da Teologia protestante, bem como destacaram que um professor é o responsável para a América Latina pela confecção da bibliografia universal da pesquisa acerca de Lutero, coordenada pela Universidade de *Leipzig* (Alemanha) e publicada anualmente em

"*Lutherjahrbuch*" (BRASIL, 2010b). Na terceira avaliação trienal, também ressaltaram que “a produção intelectual do corpo docente e discente é de boa qualidade e adequada quanto às linhas de pesquisa e projetos, é publicada em sua maioria em periódicos bem classificados no sistema *Qualis*.” (BRASIL, 2010b). Na última avaliação trienal, elogiaram a produção em livros e sua relação com os projetos de pesquisa: “A alta e qualificada produção de livros está muito bem distribuída entre os docentes e em coerência com seus projetos de pesquisa”. Os avaliadores também salientaram a quantidade e qualidade da produção: “O Programa tem produção científica de excelente qualidade, mantendo no triênio, em 10 livros, 22 coletâneas, 40 artigos, o mesmo nível de qualidade do triênio anterior” (BRASIL, 2010b).

É significativo mencionar que, tendo nota 6, como o PPGT da EST, os critérios de avaliação para a subárea Filosofia/Teologia determinam que esses Programas precisam ter uma “produção intelectual com qualidade internacional, e que o corpo docente permanente deve ter produzido em média, por docente no triênio, pelo menos três publicações de destacada qualidade” (BRASIL, 2011c)<sup>92</sup>. Quanto à produção dos entrevistados em análise, verificamos que o entrevistado E2 publicou, entre 2001 e 2010, 24 capítulos de livros e seis livros, enquanto que o E1, no último período, correspondente à última avaliação trienal, publicou 11 livros e 14 capítulos. Sobre os critérios de avaliação de livros, a Capes define um roteiro para classificação de livros nos Documentos de Área.<sup>93</sup>

Com relação às temáticas da produção docente em análise, desde 1983, há grande incidência em temas sociais e interdisciplinares, com destaque para religião e saúde, paralelamente, há menor incidência de temas na área bíblica e eclesial, seguindo a mesma linha das temáticas referentes à revista “Estudos Teológicos” da EST.

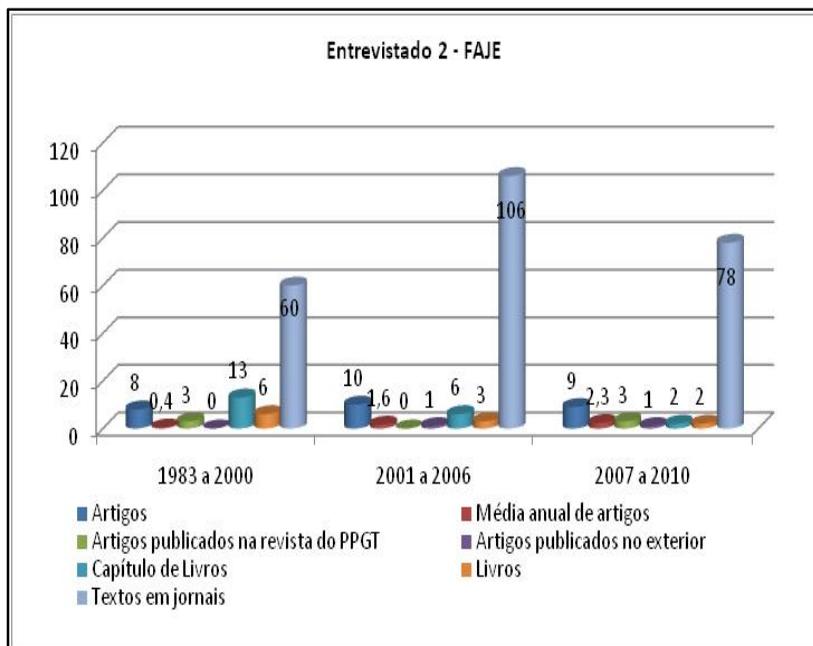
---

<sup>92</sup> Para a Capes, as publicações de destacada qualidade são “livros, edições críticas, traduções integrais de livros, artigos em periódicos, capítulos e coletâneas de capítulos e trabalhos completos em anais que exponham resultados de pesquisa original, ou proposição metodológica relevante, classificados como nacional A ou como internacional A e/ou B no *Qualis/Capes*” (BRASIL, 2011c).

<sup>93</sup> Para a subcomissão Filosofia/Teologia, esses critérios estão especificados no Documento de Área relativo à avaliação trienal do período 2007-2009 (BRASIL, 2011c), o qual define quatro estratos para a classificação dos livros, de L1 a L4, sendo L4 o estrato melhor avaliado.

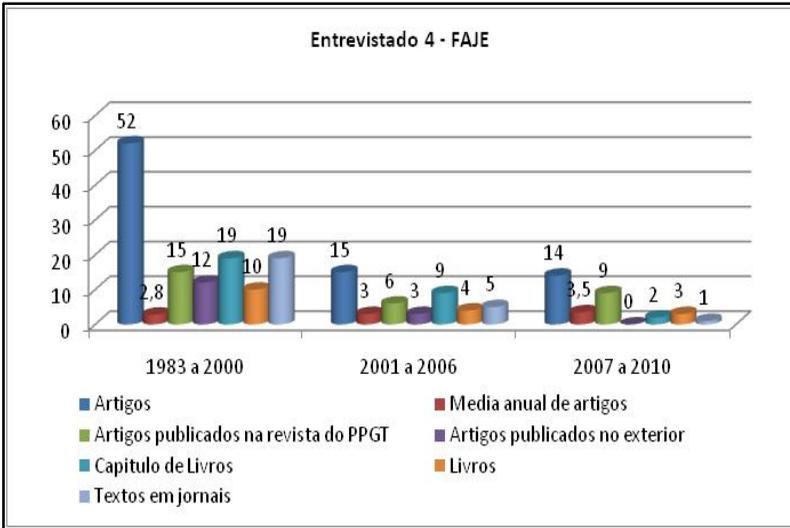
### 5.4.2 Produção bibliográfica: docentes entrevistados do PPGT da FAJE

O entrevistado 2 (E2) do PPGT da FAJE possui vínculo com a IES desde 1987, é graduado, mestre e doutor em Teologia. O entrevistado 4 (E4) compõe os quadros da IES desde 1982, também é graduado, mestre e doutor em Teologia. Ambos são sacerdotes jesuítas. As produções são apresentadas nos gráficos.



**Gráfico 6:** Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 2 do PPGT da FAJE

Fonte: Curriculum Lattes (CNPq, 2011).



**Gráfico 7:** Análise da produção bibliográfica do Entrevistado 4 do PPGT da FAJE

Fonte: *Curriculum Lattes* (CNPq, 2011).

Em comparação ao PPGT da EST, a produção docente da FAJE, no período de 1983 a 2000, apresenta um maior índice de endogenia e menor número de publicações internacionais. Na ficha de avaliação trienal correspondente ao período 1998-2000, os avaliadores da Capes, ao referirem-se à produção docente, afirmaram que a qualidade dos veículos de publicação é boa, porém salientaram: “aconselha-se uma maior atenção quanto à sua diversificação” (BRASIL, 2010b). Na avaliação trienal correspondente ao período 2001 a 2003, os avaliadores também ressaltaram que houve excessiva concentração de publicações no periódico da própria instituição (BRASIL, 2010b). Esse aspecto foi destacado na entrevista, como vimos no item anterior, quando os professores salientaram o quanto esse combate à endogenia é negativo, seja para o periódico, seja para a IES, que perde seu local de divulgação das próprias pesquisas. Quanto à endogenia, no período 2007-2010, tanto o entrevistado E2 quanto o E4 apresentam publicações na revista “Perspectiva Teológica”. Diante disso, na avaliação trienal referente ao período 2007-2009, os avaliadores novamente chamaram a atenção: “o Programa não seguiu a orientação da Capes no sentido de diversificar os veículos da sua produção intelectual” (BRASIL, 2010b).

Mesmo se destacando a endogenia, evidenciamos um índice ascendente de produtividade, saindo de uma média anual de 2,3 artigos, no período 2003-2006, para 2,9, no último período, o que reflete o caráter indutor dos critérios de avaliação da Capes. A indução para o aumento da produção ocorre pelo fato de que um dos critérios das Fichas de Avaliação (BRASIL, 2010b) é a produção intelectual, que tem como primeiro indicador: “Publicações qualificadas do Programa por docente permanente”, com peso 50, seguido de: “Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa”, com peso 30 e “Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes”, com peso 20.

Dias Sobrinho (2000), ao problematizar o modelo de avaliação adotado pelo Estado neoliberal, aponta que há predominância do quantitativo como critério de medida para a qualidade:

Crítérios objetivos, preferencialmente os demonstráveis numericamente, são para os governos e para os organismos de financiamento mais urgentes, confiáveis e imediatamente necessários para justificar ou orientar suas ações gerenciais e políticas. Esses dados objetivos e quase sempre quantificados acabam sendo a medida da qualidade (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 98).

Quanto à modalidade das publicações, os dois entrevistados revelaram diminuição de livros e de capítulos de livros, em favor de um maior número de artigos, aspecto este que vem ao encontro da afirmação de Chauí (2003), segundo a qual os intelectuais estão preferindo os *papers* em vez de outras publicações.

Um dos destaques nesta análise é a grande quantidade de artigos publicados em revistas e jornais. Isso foi manifestado pelo próprio entrevistado (E2), quando afirmou que, mesmo diante das exigências de publicações em revistas bem classificadas, ele sempre busca atender aos pedidos de publicações em locais que fogem aos parâmetros do *Qualis* Periódico. Porém, em relação ao entrevistado 2, o número de artigos publicados em revistas e jornais, mesmo sendo significativo, notamos que houve queda no período 2007-2010, de 106 para 78 textos. Um dos motivos dessa queda é que os professores precisam preocupar-se mais em publicar artigos científicos em revistas com boa avaliação *Qualis*, deixando em segundo plano ou até abandonando aquela prática que os teólogos tinham de escrever em folhetos, jornais e revistas das

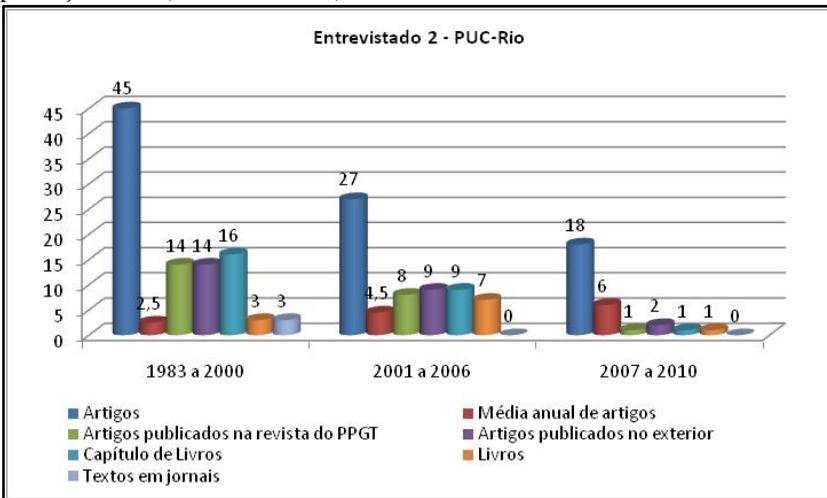
congregações religiosas ou paróquias

Em um artigo que analisa a produção docente da FAJE, Libânio (2007) enfatiza que, em 25 anos, o corpo docente dessa IES, contabiliza mais de 200 títulos, escritos sozinhos ou em colaboração, e várias centenas de artigos em revistas internacionais e nacionais. Para o autor, não faltaram obras publicadas em grandes coleções europeias e latino-americanas e estas influenciaram a cultura teológica do país e para além dele. Muitos livros dos professores foram traduzidos para o espanhol, francês, inglês, alemão e italiano.

Quanto às temáticas, no primeiro período, há um equilíbrio entre as sociais e bíblico-eclesiais; no último triênio, as produções abordam basicamente a temática de Direitos Humanos e eclesiais, voltados à vida religiosa.

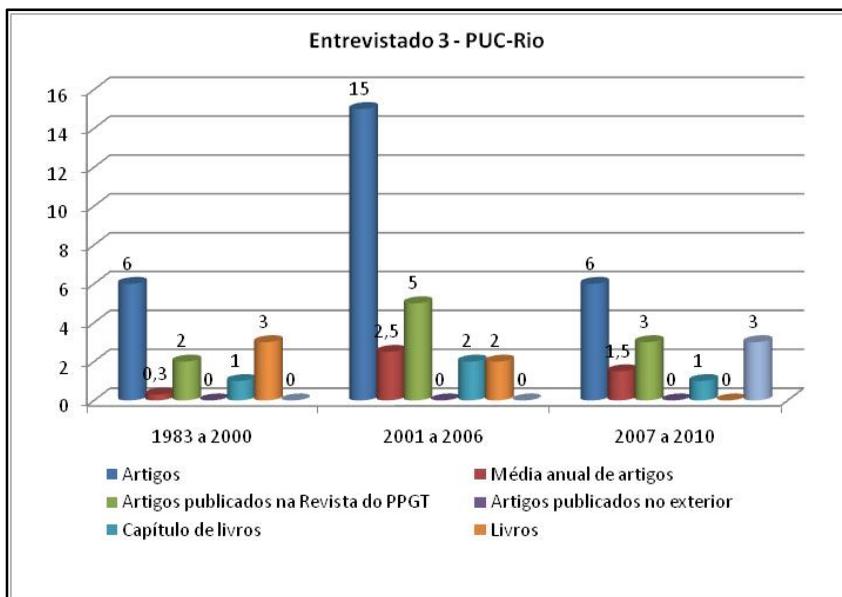
### 5.4.3 Produção bibliográfica: docentes entrevistados do PPGT da PUC-Rio

O entrevistado 2 (E2) é sacerdote jesuíta, graduado, mestre e doutor em Teologia e possui vínculo com o PPGT desde 1983, e a entrevistada 3 (E3) é leiga, pertence aos quadros do PPGT desde 1997 e também possui graduação, mestrado e doutorado em Teologia. No Gráfico 8, encontra-se a produção de E2, e no Gráfico 9, do entrevistado E3.



**Gráfico 8:** Análise da produção bibliográfica do entrevistado 2 do PPGT da PUC

Fonte: Curriculum Lattes (CNPq, 2011).



**Gráfico 9:** Análise da produção bibliográfica do entrevistado 3 do PPGT da PUC

Fonte: *Curriculum Lattes*(CNPq, 2011).

Com relação à produção docente dos professores da PUC-Rio, evidenciamos um aumento da produtividade, ao analisarmos a média anual de artigos publicados. Do entrevistado E2, a média anual saltou de 2,5 no primeiro período para 6 em 2007. A endogenia foi um fator que decresceu consideravelmente. Fazendo uma média entre os dois entrevistados, o percentual caiu de 35% (no primeiro período) para 19% (no último). Mesmo diante dessa queda de endogenia, verificada na produção dos dois entrevistados, na avaliação trienal da PUC-Rio, (BRASIL, 2010b) correspondente ao período 2003-2006, os avaliadores chamaram a atenção para o fato de que, dos nove trabalhos publicados em periódicos *Qualis* Nacional B, oito estão inseridos na revista do Programa: “Nesse aspecto nada se alterou em relação ao quadro de relativa endogenia nas publicações em periódicos do ano base anterior”. Os livros e capítulos de livros também sofreram uma queda do segundo para o último período. Quanto à publicação em periódicos

internacionais, o índice do entrevistado 2, caiu de 31% (no primeiro período) para 11% no último período. Essa queda nas publicações internacionais é confirmada nas próprias fichas de avaliação trienais. Na primeira avaliação em análise (1998-2000), os avaliadores ressaltaram a “boa qualidade dos veículos de divulgação em periódicos internacional A e B” (BRASIL, 2010b). Na terceira avaliação trienal (2004 a 2006), no relato dos avaliadores, foi mencionado que “apenas dois docentes tiveram publicações em periódicos Internacional” (BRASIL, 2010b).

A publicação internacional – de acordo com os Documentos de Área da subcomissão Filosofia/Teologia – assume grande relevância para a avaliação dos programas. “Considera-se que o corpo docente permanente deve ter produzido, em média, pelo menos 3 publicações de destacada qualidade e/ou 1 publicação de destacada qualidade em material editado no exterior” (BRASIL, 2011c). Um aspecto que os avaliadores da Capes assinalaram, a partir de visitas aos PPGTs, foi a renovação do corpo docente. Os novos docentes não possuem – na mesma proporção que os anteriores – o domínio de língua estrangeira, já que os docentes mais antigos, na sua maioria, eram originários da Europa, ou tiveram toda a sua formação em universidades europeias.

Quanto às temáticas das publicações, nos docentes da PUC-Rio, constatamos um equilíbrio entre as categorias, com exceção de “Religião e Saúde”, que não foi contemplada em nenhuma publicação. No último período analisado – 2007-2010 – há uma ênfase em temas bíblicos e eclesiais.

## 5.5 ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DOCENTE

Fazendo uma síntese da produção dos seis docentes entrevistados e destacados no item anterior, é possível perceber que os critérios da Capes, de aumento da produtividade e combate à endogenia, estão refletidos nos dados analisados. No que diz respeito às temáticas, há uma constante no que se refere ao diálogo interdisciplinar e uma abertura a questões atuais. Um dos fatores responsáveis por isso, provavelmente, é o fato de que esses PPGTs receberam forte influência da Teologia da Libertação, e o outro, em específico os PPGTs católicos, ligados ao carisma jesuítico, é em razão de um olhar mais direcionado à realidade. Essa abertura faz parte do espírito fundacional dos jesuítas, conforme já citado por Dumortier e outros (2006). Segundo esses autores, a Companhia de Jesus buscou conciliar o serviço à Igreja e à realidade onde estava presente. Sobretudo na FAJE, é possível perceber que a produção docente oscilava entre temas sociais e eclesiais. Quanto à EST, o diálogo interdisciplinar é uma característica dos

reformadores, que procuraram aproximar o campo religioso das outras áreas do conhecimento, mais especificamente da educação, na perspectiva de questionar (de maneira científica) a legitimidade espiritual da autoridade papal defendida pela Igreja Católica. Para Lopes (2003, p. 23), “a Reforma protestante trouxe consigo reflexões que afetaram os séculos vindouros concernentes à questão educacional”. Ainda para o autor, ao rememorarmos a Reforma, não a vemos apenas como um movimento teológico, mas sim de renovação da educação, promovendo, também, na Europa, transformações no campo da economia, política e da religião. Assim, o protestantismo foi estruturando-se em uma relação de troca com essas mudanças em processo.

### **5.5.1 Manifestação dos entrevistados sobre a produção bibliográfica**

Faço o mínimo para cumprir com a CAPES e o resto do tempo trabalho com esses trabalhos para a Igreja ((E3- FAJE).

A totalidade dos entrevistados manifestou insatisfação com os critérios avaliativos da produção docente, bem como dificuldade em conciliar as demandas da Igreja com as da Capes. É importante destacar que os teólogos, em especial os ligados à Teologia da Libertação, preferencialmente priorizaram produzir textos para jornais, panfletos, livretos e subsídios para pastorais sociais e comunidades paroquiais. Toda essa produção para as comunidades como bem à Igreja não pode ser contabilizada para a Capes. “Tenho trabalhos encaminhados que nada tem a ver com a Capes como tradução da Bíblia, de documentos papais” (E3-FAJE). Há uma especificidade de produções ligadas ao campo teológico que não se enquadram na avaliação. Por outro lado, os teólogos precisam, mesmo com dificuldade, conciliar essas produções de acordo com as demandas da realidade em que atuam e com as demandas acadêmicas provenientes da Capes.

Quando a Teologia entra no espaço acadêmico e busca seu reconhecimento, ela induz os teólogos a enquadrarem suas produções em certas categorias científicas estranhas à “cientificidade” da Teologia. Quanto a isso, Zeuch (2006b, p. 54) reforça que a Teologia tem um saber científico teológico (sabedoria) que não necessariamente se encaixa em certos métodos científicos: “A teologia acadêmica não deixa de ser também um saber ou sabedoria, como o distinguiram já os antigos gregos. Não se trata de definir e enquadrar rigorosamente o científico e o próprio científico teológico no científico geral”. Mesmo com essa defesa do autor, verificamos – na declaração dos entrevistados – que,

pelos critérios de avaliação da Capes, ainda não é possível mensurar ou valorar esse “saber teológico”.

Pelo fato de que os PPGTs em análise são tradicionalmente uma referência no campo teológico brasileiro, a maioria dos teólogos vinculados a esses Programas recebe muitas solicitações para produção de artigos e reflexões de revistas que não fazem parte dos Estratos do *Qualis* Periódico da Capes, e isso acaba criando um paradoxo com o qual os teólogos pesquisadores defrontam-se:

Temos um problema na nossa Instituição, porque, aqui, sempre trabalhamos a partir daquilo que nos pedem. Dificilmente vamos procurar lugar para publicar. Então, nos parece uma injustiça a gente não atender uma revista só porque ela não tem boa avaliação, não está indexada. O desafio nosso é combinar, por um lado, a exigência da Capes de publicações em periódicos com alta qualificação e a nossa realidade de trabalhar quase cem por cento a pedido. Tenho, por exemplo, váriostextos para produzir, mas como é que vou fazer e procurar local para publicação? (E2-FAJE).

Para Zeuch (2006b), a Teologia deve ter um pé na academia e outro na Igreja. Segundo esse autor, precisa haver uma interação colaborativa entre a Teologia estudada no contexto universitário e aquela praticada no contexto eclesial, pois as igrejas precisam se abrir ao pluralismo, ecumenismo e diálogo, ao mesmo tempo, também, a Teologia na universidade não pode desconsiderar a caminhada desse campo de conhecimento – teológico – dentro das igrejas.

As exigências da Capes acabam – conforme relatado pelo entrevistado E2 (FAJE) – dificultando essa colaboração entre contexto eclesial e universitário, já que a Igreja – compreendida nas comunidades e instituições que solicitam artigos dos teólogos – fica em segundo plano quando nos critérios de avaliação da produção teológica não são contempladas todas as revistas e jornais das comunidades eclesiais.

Conforme explicitado anteriormente, as IESs em análise são bem vistas pelas comunidades com as quais compartilham o conhecimento, em virtude da qualidade de seu corpo docente, no conjunto dos quais, muitos teólogos são reconhecidos inclusive internacionalmente. Em especial aqueles que foram ligados à Teologia da Libertação, dão muita importância para esses apelos e solicitações da comunidade. Conforme um dos entrevistados: “Eu publico numa revista, por exemplo, que não é

qualificada pela Capes, mas que é lida por mais de dez mil pessoas, mas vou publicar em uma que apenas 30 pessoas vão ler?” (E2-FAJE).

Nas entrevistas, ficou explícita essa preocupação dos teólogos quanto ao atendimento das duas demandas, pois não querem fechar as portas à Igreja e às comunidades. E, para complexificar mais sua situação, agora, são forçados a defrontar-se com as exigências de uma terceira instituição: a Capes. Os pesquisadores, o tempo todo, precisam fazer frente a inúmeras demandas de artigos para um amplo leque de revistas, porém defrontam-se com a necessidade de priorizar os periódicos com boa avaliação no *Qualis*, a fim de não prejudicar seus Programas.

Há um descontentamento geral quanto a esses critérios quantitativos. “O problema da Capes é que o ponto de partida são as ciências exatas.” (E2-FAJE). Ao questionar esses critérios avaliativos, os teólogos afirmaram que a Teologia produzida por eles (jesuítas) sempre buscou estar próxima da sociedade, diferentemente, segundo um dos entrevistados, do que ocorre em outras áreas, como das exatas: “Desconheço se há uma revista de matemática mais popular para alunos de segundo grau, publicado por grandes matemáticos.” (E2-FAJE). E continua sua reflexão provocativa, fazendo referência aos locais ou meios de publicação: “peça pra matemáticos, físicos, para fazerem regularmente artigos para jornal, rádios” E conclui: “Uma mesma medida para todo mundo é complicado” (E2-FAJE)<sup>94</sup>. Afinal, muita produção que para a Capes não possui relevância, para a Teologia assume um valor muito especial pela utilização que pode ser feita na função pastoral, ou na assessoria a movimentos e pastorais sociais.

Sobre os critérios de validação da Capes, os representantes dos PPGTs avaliam que é muito difícil considerar e mensurar a qualidade das produções com critérios similares para campos distintos, como se falar “qualidade” significasse a mesma coisa para todos. “No fundo acaba tudo caindo no critério quantidade. E, sobretudo, quais são os centros internacionais que você tem como parâmetro para avaliar? Ser internacional é ser ‘bom’?” (E3-PUC),

Sob essa pressão, o que acaba prevalecendo é o “produtivismo acadêmico”, analisado por Sguissardi e Silva Jr. (2009) como uma ideologia produzida pela própria burocracia da Capes e do CNPq, que foi naturalizada e está sendo reproduzida em todos os espaços institucionais onde o professor pesquisador atua.

---

<sup>94</sup> Aqui cabe uma consideração quanto à publicação de textos em jornais e revistas defendida pelo entrevistado. Na análise de seu *Currículo Lattes*, ele sozinho produziu mais de 150 textos em jornais e revistas, entre 2001 a 2010, conforme dados do Gráfico 6.

Para propor mudanças na avaliação da produção científica em Teologia, os PPGTs estão levando essa discussão para dentro da Anptecre, como também sobre a importância dos livros, que no campo teológico possuem mais relevância do que os artigos, conforme defendem também outros pesquisadores das áreas sociais e humanas. “Na área de Teologia, há uma necessidade de trabalhos de maior fôlego, mais profundos” (E3.-EST).

Essa luta dentro da Anptecre, para repensar os critérios de avaliação das publicações científicas, pode ser entendida, conforme apontou Bourdieu (2004), como uma resistência acionada pelo microcosmo para libertar-se de imposições externas e ter condições de poder valorizar as características do seu campo. E essas características internas ao campo são muitas. É o caso, entre outras, da questão das solicitações de artigos por parte de revistas que não se encaixam no *Qualis* Periódico da Capes ou a necessidade de continuar valorizando os livros, como ocorria anteriormente à entrada no Sistema.

Percebemos, assim que, com relação à produção científica docente, o campo de conhecimento teológico está passando por uma grande transformação, principalmente quanto à mudança de foco, deixando de atender um público eclesial para buscar espaço no meio acadêmico, e, mesmo contrariados, os teólogos estão tendo que disputar espaços em periódicos bem avaliados. Outro problema é que esses espaços, no caso as revistas indexadas, para eles, nem sempre agregam conhecimento à Teologia. E, dessa forma, concluíram alguns entrevistados, que, mais uma vez, verificamos que o processo de produção de conhecimento teológico pagou e continua pagando um considerável preço pelo seu reconhecimento civil, corroborando, portanto, a nossa hipótese, segundo a qual, o campo de conhecimento teológico está sendo transformado, adaptando-se à lógica Capesiana.

## 5.6 TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NOS PPGTS EM ANÁLISE

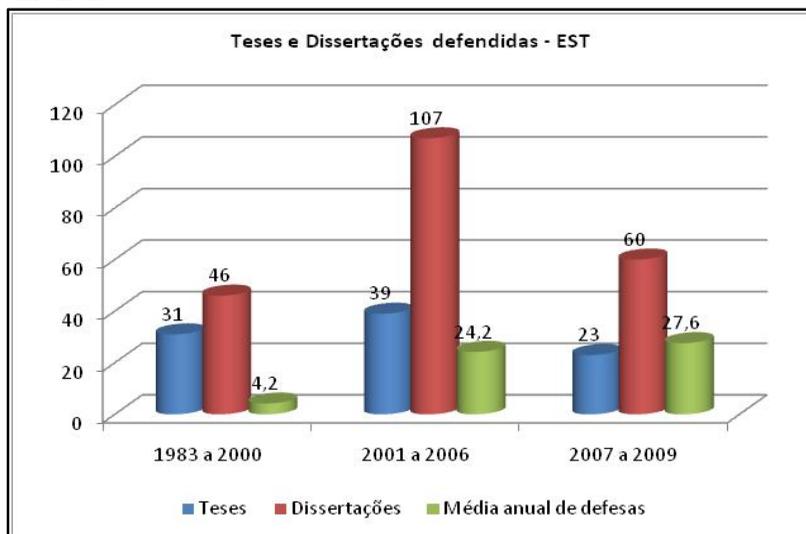
As teses e dissertações são apresentadas – nos três períodos (1983 a 2000; 2001 a 2006 e 2007 a 2009) – em gráficos, de acordo com os seguintes itens:

- a) número total e média anual de defesas;

- b) financiamento<sup>95</sup> das teses e dissertações: Capes, CNPq e igrejas;
- c) temáticas.

### 5.6.1 Teses e Dissertações do PPGT da EST

Apresentamos a seguir as sistematizações referentes às teses e dissertações defendidas no PPGT da EST, conforme metodologia já explicitada anteriormente. Neste primeiro momento, são descritos os dados referentes ao número de defesas correspondentes aos três períodos em análise.



**Gráfico 10:** Teses e dissertações defendidas de 1983 a 2009 no PPGT da EST

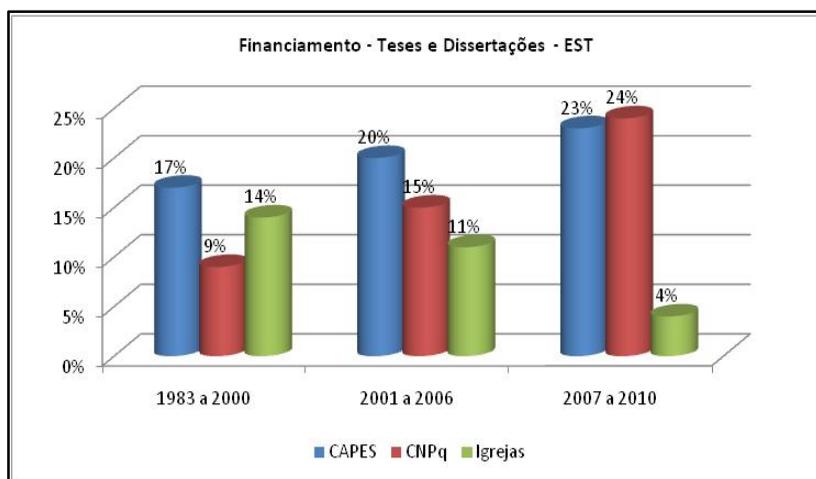
Fonte: Capes (BRASIL, 2010b); Faculdades EST (2011a).

No que se refere às defesas, destacamos a elevação da média anual, que saltou de 4,2, no primeiro período, para 27,6, no último período. Importa ressaltar que a quantidade de teses e dissertações

<sup>95</sup> Com relação às informações referentes ao financiamento das pesquisas, salientamos que esses dados só foram disponibilizados pela Capes, a partir de 1998, conforme explicitado nos quadros. Por esse motivo, no período de 1983 a 2000, os números e percentuais de teses e dissertações com auxílio financeiro foram contabilizados somente sobre as defesas de 1998 a 2000. O financiamento de teses e dissertações – apresentados nos gráficos – refere-se às teses e dissertações que foram desenvolvidas com auxílio financeiro de bolsas de estudo (CNPq, Capes ou das igrejas).

defendidas é um dos itens de avaliação (com peso 15) dentro do quesito “Corpo Discente, Teses e Dissertações”. Os avaliadores, nas fichas de avaliação, avaliaram que “o Programa apresenta um bom equilíbrio quanto ao fluxo de teses e dissertações” (BRASIL, 2010b). O número de dissertações saltou de 46 – no primeiro período – para 107, no segundo período. É significativo salientar que, nesse período 2001-2006, o PPGT da EST possuía o conceito 7 na Capes.

Segue a descrição correspondente ao percentual de teses e dissertações que foram produzidas com auxílio financeiro por meio de bolsas, no PPGT da EST.



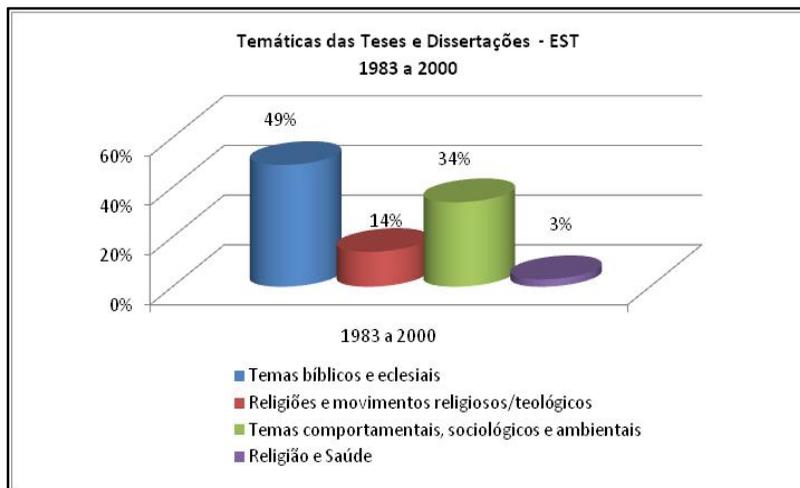
**Gráfico 11:** Financiamento das teses e dissertações no PPGT da EST

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

No que diz respeito ao financiamento, o PPGT da EST apresenta uma diminuição de recursos provindos das igrejas, o que confirma a manifestação de alguns entrevistados, quando declararam que os ganhos financeiros, provenientes da inserção na Capes foi um fator relevante para as IESs confessionais. Mesmo havendo um crescimento das bolsas (Capes e CNPq), ainda podemos considerar que o percentual de trabalhos financiados é pequeno em relação à nota do PPGT na Capes, que durante três triênios (1998-2000; 2001-2003; 2004-2006) obteve conceito 7. Tanto o CNPq quanto a Capes possuem critérios para

concessão de bolsas que levam em conta o conceito dos PPGs<sup>96</sup>. Em entrevista, o coordenador do PPGT (EST, E1) afirmou que a política de bolsas da Capes não parece fazer jus à nota do Programa e que há uma disparidade entre os Programas quanto ao recebimento das bolsas.

A seguir, há a descrição das temáticas pesquisadas nas teses e dissertações produzidas no PPGT da EST referentes aos três períodos em análise.



**Gráfico 12:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 1983 a 2000

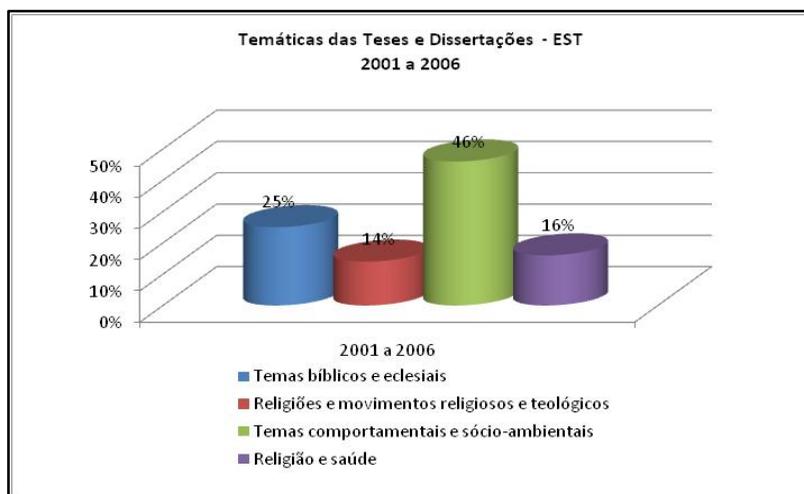
Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

<sup>96</sup> A Capes possui vários Programas que envolvem desde a concessão de bolsas de estudo até apoio para atividades do Programa, tais como: Doutorado Interinstitucional (Dinter), Programa de Demanda Social, Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap), Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Piqdtec), Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd, Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (Prodoc); Programa de formação doutoral docente – Prodoutoral, Programa de Excelência Acadêmica (Proex), Programa de Fomento à Pós-Graduação (Prof) Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup), Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS). (BRASIL, 2011b). Todos estes Programas podem ser acessados pelos PPGs que possuem nota igual ou superior a 3, com exceção do Proex que exige como critério de participação do PPG, o conceito 6 ou 7. O CNPq oferece várias modalidades de bolsas, as quais são divididas em duas categorias principais: bolsas individuais no país e no exterior, e bolsas por quota. Estas (por quota) são aquelas concedidas às instituições de ensino e pesquisa e aos cursos de pós-graduação. De acordo com a Resolução vigente, até a presente data (ago/2011) - RN-017/2006 - o CNPq (2011), adotará para concessões de bolsas, a avaliação dos cursos feita pela Capes e modulada por critérios próprios do CNPq. Para concessão de bolsas de Mestrado e Doutorado no país, o primeiro critério foi pela nota: Cursos 7, 6, 5, pela ordem, tiveram prioridade. Cursos 3 e 4 das regiões Sul e Sudeste não receberam bolsas de qualquer modalidade. Cursos novos aprovados pela Capes não recebem bolsas antes de sua primeira avaliação, exceto cursos que já comecem em nível 5 ou superior.

As temáticas das teses e dissertações apresentam neste primeiro momento uma grande incidência (49%) de temas bíblicos e eclesiais, porém, somando os percentuais das outras categorias, verificamos que 51% dos trabalhos se encaixam em temáticas interdisciplinares. Esses dados encontram respaldo na literatura. Soares e Passos (2008) consideram que no século XX os objetos de estudo da Teologia passaram por transformações, tornando-se mais plurais e abrangentes.

Muitos teólogos contribuíram para esse processo de abertura da Teologia. Ao analisar o pensamento do teólogo Pannenberg<sup>97</sup>, Zeuch (2006b) observa que o pensamento deste contribuiu para a secularização da Teologia do século XX, porque restabeleceu o método histórico como instrumento de legitimação da fé que passou a basear-se em fatos e não mais em interpretações. Esse movimento de abertura da Teologia é verificado também nos demais períodos analisados.

A seguir, visualizamos o percentual das temáticas das teses e dissertações produzidas no PPGT da EST no período de 2001 a 2006.



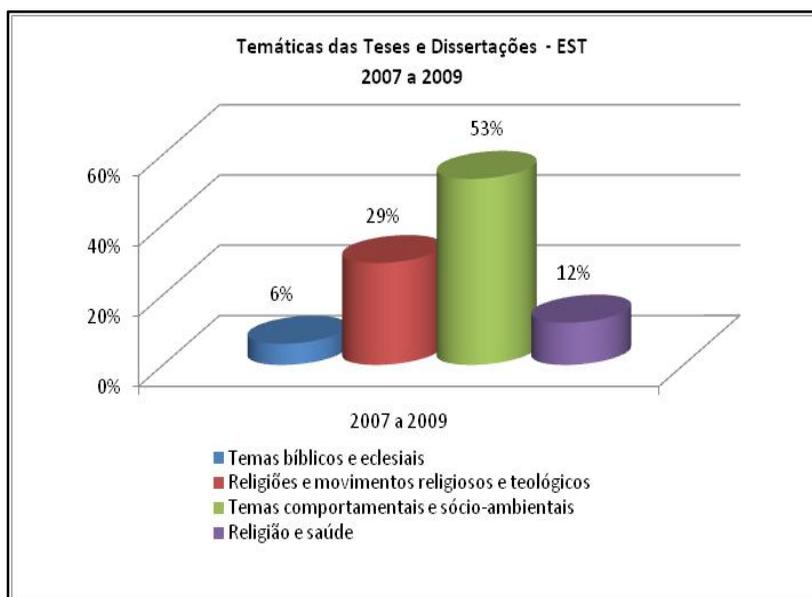
**Gráfico 13:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 2001 a 2006

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

<sup>97</sup>Wolfhart Pannenberg é um teólogo alemão que apareceu no cenário acadêmico na metade dos anos 1950, procurando dar novo rumo ao campo de conhecimento teológico. No início dos anos 1960, ele contribuiu para provocar uma mudança na Teologia universitária europeia, que interessa não somente ao pensamento alemão, mas também, em grande parte, à Teologia norte-americana, e em diversas correntes ou segmentos. Para Zeuch (2006b), Pannenberg propõe uma nova metodologia teológica e busca inovar os conceitos desta.

Nesse período, constatamos uma considerável diminuição de temas bíblicos e eclesiais, dando continuidade à abertura interdisciplinar identificada no período anterior. Apenas 25% das teses e dissertações abordaram assuntos bíblicos e eclesiais. As temáticas focalizam questões relacionadas aos novos desafios pastorais, como evidencia o título desta dissertação defendida em 2006: “O aconselhamento pastoral por meio do telefone: Uma possibilidade para a Igreja no contexto urbano”(FACULDADES EST, 2011a). A Capes (2010b), na avaliação trienal do período 2004-2006, explicita que o PPGT apresenta um bom equilíbrio quanto ao fluxo de teses e dissertações e consistência no que diz respeito às temáticas.

Descrevemos, a seguir, as temáticas das teses e dissertações produzidas no PPGT da EST no período de 2007 a 2009.



**Gráfico 14:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 2007 a 2009

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

Claramente, podemos perceber que, no período correspondente a 2007-2009, os temas bíblicos e eclesiais tornam-se menos presentes nas teses e dissertações. Um dos fatores que pode ter influenciado o aumento de temáticas interdisciplinares foi o surgimento – neste período – de Mestrados Profissionais em Teologia, bem como do curso de

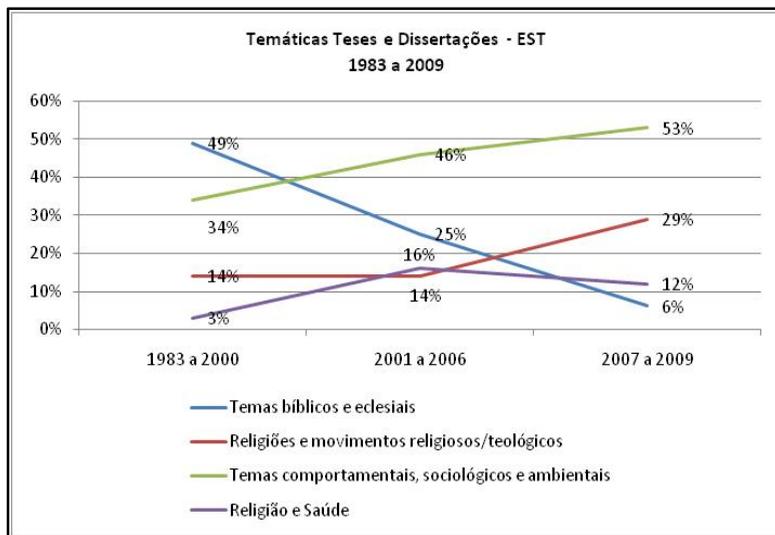
Bacharelado em Musicoterapia, oferecido pela EST. Uma dissertação de mestrado de 2008 demonstra essa interface com a música: “Reflexões iniciais sobre a partilha de saberes: o grupo de louvor e adoração como agente e espaço formador teológico-musical” (FACULDADES EST, 2011a). Dissertações também abordam o tema da saúde como: “O binômio saúde e doença como um novo paradigma hermenêutico de teologicidade”; “Aconselhamento pastoral: a práxis numa instituição de saúde mental” (FACULDADES EST, 2011a). Essa interface da Teologia com a saúde não é algo especificamente das IESs confessionais, está presente em outras universidades que oferecem cursos e possuem centros de estudos voltados para essa relação religião e saúde, como é o caso da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que oferece um curso de especialização denominado: “Visão Teológica e Formação Universitária em Saúde”<sup>98</sup>.

Zeuch (2006b, p. 57) reconhece que a Teologia está entrando na universidade e, por isso, é imprescindível que ela participe do diálogo com as ciências, com a tecnologia e com a filosofia, “e que desempenhe neste diálogo um papel ativo, mediador, não regulador, determinante, como na Idade Média”. O autor ainda ressalta que os teólogos pesquisadores precisam qualificar-se e disponibilizar uma produção científica que tenha relevância não apenas para a própria área, mas também para todas as áreas do saber humano.

Na sequência, explicitamos o assunto das temáticas, em perspectiva histórica, envolvendo os três períodos analisados.

---

<sup>98</sup> De acordo com informações do curso, disponibilizadas na página virtual da Universidade Federal de São Paulo (2011), o Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da Universidade privilegia o estudo e investigação do papel das Humanidades como instrumento de humanização. O território da espiritualidade, da religião, por meio de uma abordagem teológica apresenta-se como um conteúdo mais do que importante, indispensável. O curso pretende propor uma dinâmica de leitura, discussão e aprendizado que sirva como introdução e convite à incorporação da reflexão teológica sobre religião e espiritualidade no contexto do cuidado e da prática profissional em saúde.



**Gráfico 15:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da EST de 1983 a 2009

Fonte: Capes (2010b) e Faculdades EST (2011a).

O movimento das temáticas de teses e dissertações do PPGT da EST, no período de 1983 a 2009, apresenta uma continuidade na abertura a novas temáticas e abandono de conceitos bíblicos e eclesiais. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de São Leopoldo (RS), à qual está vinculada a Escola Superior de Teologia (EST), principalmente no período da Ditadura Militar (na década de 1970), assumiu um papel de defesa dos direitos humanos. Em setembro de 1970, durante o VII Concílio Geral ocorrido na capital paranaense, a IECLB publicou o “Manifesto de Curitiba”, no qual fica clara sua posição no que diz respeito à relação entre Estado ditatorial e a Igreja. Wachholz (2009) afirma que o “Manifesto” defendia um respeito à pátria, porém sem divinizá-la. Para o autor, a partir daquele momento, houve publicação de posicionamentos da IECLB em relação a vários temas: em favor da anistia, dos colonos atingidos pela construção de barragens, proteção das populações indígenas e reforma agrária. Esse posicionamento da IECLB, em nível nacional, ajuda a compreender o contexto do qual emergem, dentro do PPGT da EST, desde 1983, teses e dissertações voltadas a discussões sociológicas e políticas, como nestas dissertações, defendida entre 1985 e 1992: “Sem-Terra: a praga de

Faraó”; “A questão do marxismo na teologia da libertação: materiais para o estudo de um importante capítulo na história recente da teologia na América Latina” (FACULDADES EST, 2010b).

Zeuch (2006b), ao analisar o perfil interdisciplinar da produção do conhecimento teológico, considera que a Teologia tem uma vocação ecumênica, e isso faz com que ela vá além de sua confessionalidade (católica, protestante, entre outras), e que tenha uma função social e prática. Essa forma de fazer Teologia, na opinião do autor, trouxe uma contribuição para o continente sul-americano:

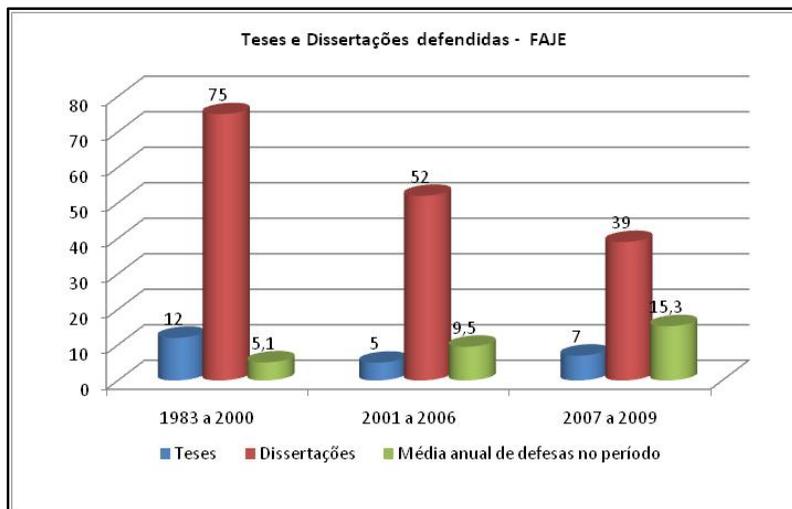
Nas décadas de 1970 e 1980, na teologia contextualizada latino-americana, se discutia mais sociologia e economia do que a teologia propriamente dita. Os seus pioneiros como Gutierrez ligam a reflexão teológica à realidade eclesial e cristã em sua práxis como ponto de partida. Esta é a essência da função crítica da teologia (ZEUCH, 2006b, p. 51).

Entendemos, dessa maneira, o perfil das temáticas de teses e dissertações produzidas nos PPGTs, principalmente na década de 1980, em que encontramos uma grande incidência de trabalhos problematizando questões sociais em interface com a Teologia.

Analisando o movimento das temáticas das teses e dissertações em relação às mudanças nas linhas de pesquisa no PPGT da EST, identificamos que o constante decréscimo (de 1983 a 2009) das temáticas bíblicas e eclesiais reflete o efeito da supressão de linhas mais ligadas à confessionalidade luterana e protestante. Por exemplo, as linhas “Protestantismo na América Latina” e “Aconselhamento Pastoral” foram substituídas, no ano 2000, pelas linhas “Culto e práxis social nas comunidades de fé” e “Práxis teológica no contexto pluralista socio-religioso”. Por isso, também o aumento, a partir do ano 2000, conforme apontado no Gráfico 15 – dos temas movimentos religiosos e teológicos e comportamentais e socioambientais.

### **5.6.2 Teses e Dissertações do PPGT da FAJE**

Apresentamos, a seguir, as sistematizações referentes às teses e dissertações defendidas no PPGT da EST, conforme metodologia já explicitada anteriormente. Neste primeiro momento, é referente ao número de defesas correspondentes aos três períodos em análise.



**Gráfico 16:** Teses e dissertações defendidas de 1983 a 2009 no PPGT da FAJE

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b) e Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011a).

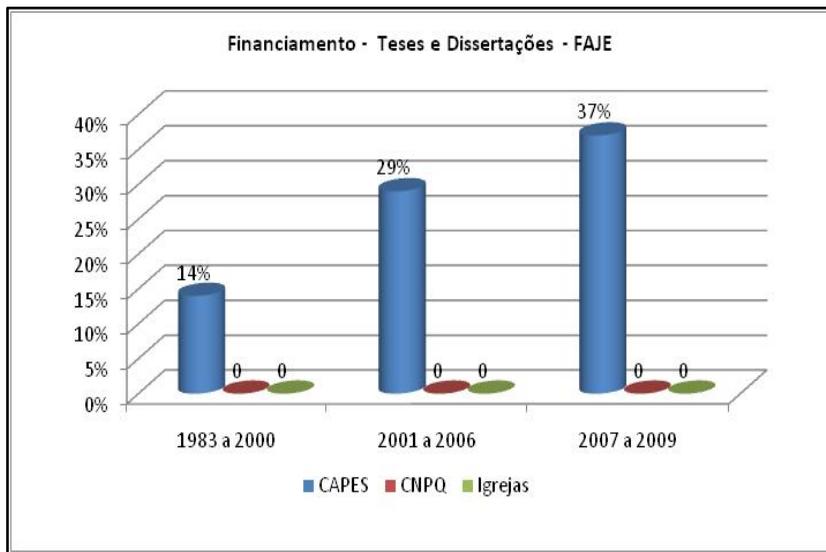
Com relação ao número de defesas no PPGT da FAJE, a média sobiu de 5,1 no primeiro período para 15,3 entre 2007 e 2009. Segundo um ex-coordenador, o PPGT da FAJE nunca se importou muito com números, porém a Capes veio exigindo que o Programa titulasse um maior número de mestrandos e doutorandos. “E agora, depois que nossa nota passou para 6, nós sentimos uma pressão para ter mais alunos.” (E3-FAJE). Para o entrevistado, o grande questionamento dos avaliadores sempre foi: “Como um PPG com nota 6 doutorou tão poucas pessoas?”<sup>99</sup> (E3-FAJE).

Nas avaliações trienais, é confirmado o que disse o entrevistado. De acordo com a Capes, para melhor aproveitamento do corpo docente, é necessário aumentar o número de discentes, pois alguns docentes – na apreciação dos avaliadores – estão sem ou com pouco orientandos (BRASIL, 2010b). No instrumento das fichas de avaliação, no item “Teses e Dissertações”, um dos quesitos avaliados pela Capes é aumento do número de titulados, por isso a solicitação do avaliador para que o PPGT aumente o número de defesas. Esse aumento é perceptível, por exemplo, no Gráfico 16: em 17 anos ocorreram 87 defesas e nos últimos

<sup>99</sup> No período de 2001 a 2009 – em 9 anos – o PPGT da FAJE teve 12 teses defendidas, conforme Gráfico 17

nove anos – 2001 a 2009 – foram 103 defesas.

Segue a descrição correspondente ao percentual de teses e dissertações que foram produzidas com auxílio financeiro por meio de bolsas no PPGT da FAJE.

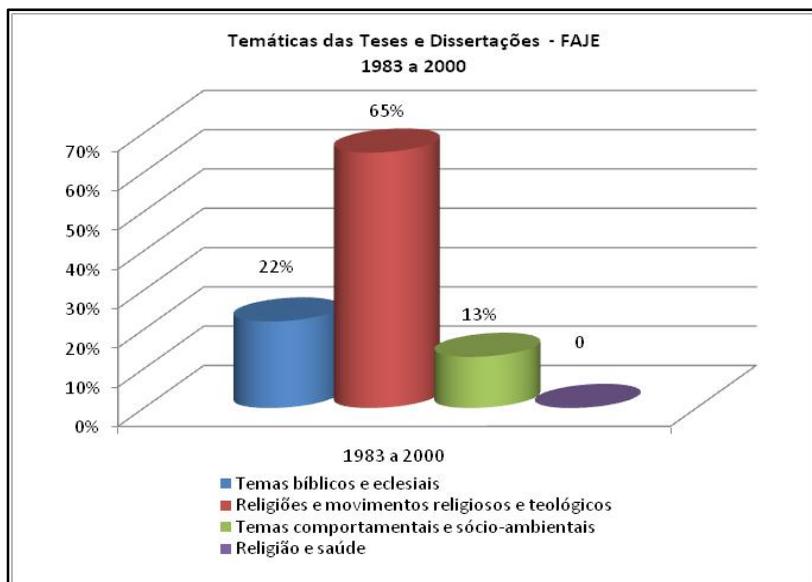


**Gráfico 17:** Financiamento das teses e dissertações no PPGT da FAJE

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

Referente ao financiamento, houve um acréscimo de 23% entre 2000 a 2009, porém o número de bolsas não é tão expressivo, considerando o conceito 5 que o PPGT obteve até 2009. Um dos entrevistados do PPGT ressaltou a importância das bolsas de estudo para a FAJE: “Essa questão financeira é grave para nós, é limitadora.” (E3-FAJE). Por isso, ele considera que a inserção na Capes trouxe essa vantagem das bolsas de estudo.

As temáticas pesquisadas nas teses e dissertações produzidas no PPGT da FAJE referente aos três períodos em análise pode ser observada a seguir.

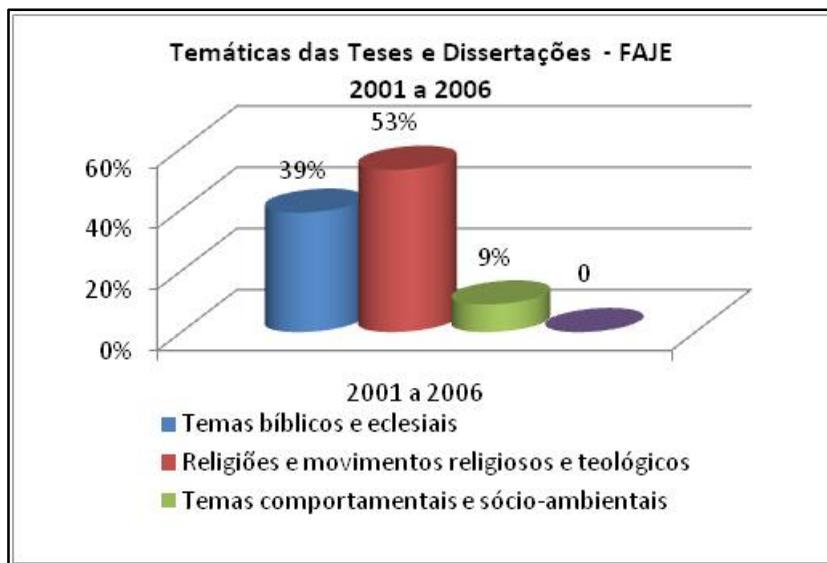


**Gráfico 18:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 1983 a 2000

*Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).*

Com relação às temáticas das teses e dissertações, a FAJE apresenta uma maior incidência de trabalhos voltados a estudo de pensadores no campo teológico. Isso pode ser observado no título destas dissertações de 1988, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011a): “A utopia na teologia de Gustavo Gutiérrez”; “Revelação e história em Juan Luis Segundo”. Libânio (2007), ao discorrer sobre a história da FAJE, enfatiza que, nos anos de 1980, sopravam, nos meios eclesiais de estudos filosóficos e teológicos, ares de compromisso social e de engajamento pastoral. Tal engajamento social e pastoral é verificado em títulos de dissertações de 1989, tais como: “Sentido e dimensão do ser Igreja a partir dos pobres em Jon Sobrino” (FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA, 2011a).

Apresentamos a seguir as temáticas das teses e dissertações produzidas no PPGT da FAJE no período de 2001 a 2006.



**Gráfico 19:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 2001 a 2006

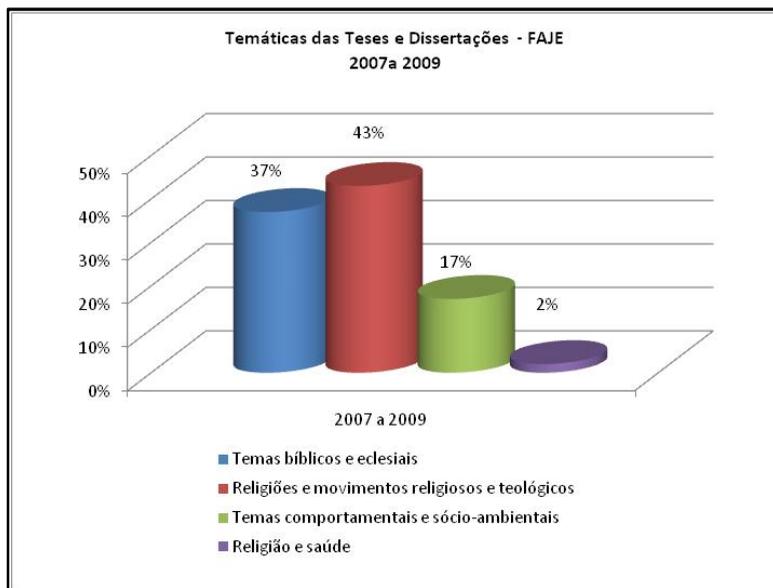
Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

No período de 2001 a 2006, há a retomada de temáticas bíblicas e eclesiais, uma leve diminuição do índice de temas teológicos, seguida de uma redução nas temáticas sociológicas.

De acordo com Libânio (2007), no final dos anos de 1990, houve uma abertura maior da faculdade para alunos de fora, trazendo estudantes de diversas congregações religiosas, do clero diocesano e leigos(as). Para o autor, a base teológica, que traziam variava significativamente quanto a conhecimentos, convicções, perguntas e questionamentos. Reitera que a geração pós-moderna começou a frequentá-la, refletindo menos clareza e firmeza nos princípios fundamentais da fé. Para Libânio, o que afetou a Faculdade foi o conhecido fenômeno da rotinização do carisma, ou seja, teses e dissertações que estudavam os padres jesuítas ou fundadores de ordens religiosas como, por exemplo, na tese da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011a) defendida em 2001: “Humanização como salvação – uma leitura inicial em Irineu de Lião”.

É apresentada, na sequência, a descrição das temáticas das teses e

dissertações produzidas no PPGT da FAJE no período de 2007 a 2009.

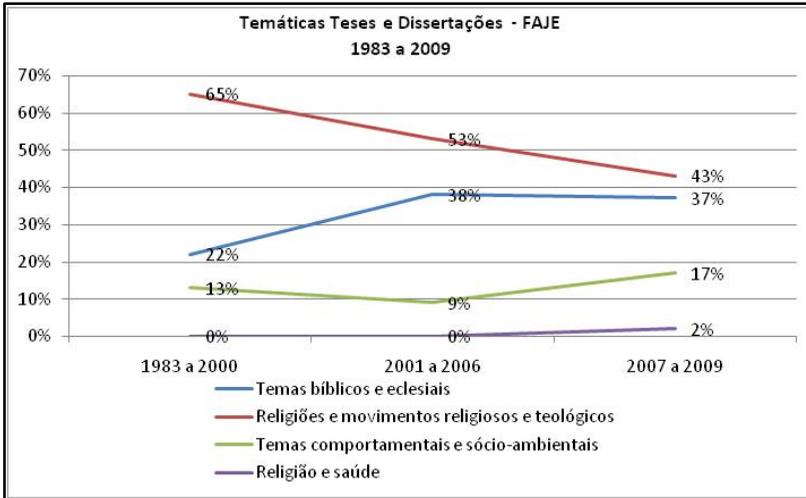


**Gráfico 20:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 2007 a 2009

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

No Gráfico 20, notamos que no período de 2007 a 2009 houve maior incidência de temas sociológicos com o surgimento de trabalhos em interface com a saúde. Há a permanência de temas bíblicos e eclesiais, bem como a continuidade de trabalhos em que é discutido o pensamento de teólogos e padres da Igreja.

Na sequência, explicitamos o assunto das temáticas, em perspectiva histórica, envolvendo os três períodos analisados.



**Gráfico 21:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da FAJE de 1983 a 2009

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b) e Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2011a).

No Gráfico 21, notamos que há uma queda no percentual de temáticas que discutem o pensamento de teólogos, regularidade na categoria “temas bíblicos e eclesiais”, com uma leve ascendência nas temáticas sociológicas e comportamentais. A categoria ligada aos estudos bíblicos faz parte dos pilares da FAJE, conforme aponta Libânio (2007, p. 68), ao analisar a relevância dada ao estudo das Escrituras:

Privilegiou-se o estudo dos quatro evangelhos de modo que cada um deles fosse estudado à parte e todo ao longo dos anos. Organizou-se estudo extensivo da Escritura de modo a percorrer praticamente todos os livros da Bíblia em diversos semestres. A carga horária de Escritura é bastante densa e constitui o coração de cada semestre.

No Gráfico 21, verificamos, portanto, que no período de 2001 até 2009 houve predominância (com 54%) das temáticas bíblicas eclesiais e das comportamentais socioambientais. Libânio (2007) ressaltou a relevância dos estudos sobre a Sagrada Escritura. Outro estudo sobre a relação entre os jesuítas e o mundo da ciência, realizado por Diniz (2007) revela que, desde a fundação, a Companhia de Jesus buscou ser fiel à tradição como também ser aberta às mudanças. Segundo o autor, o

próprio fundador da Ordem, Ignácio de Loyola (1491-1556), procurou deixar um espaço de abertura às questões da sociedade.

Nas *Constituições da Companhia de Jesus*, redigidas por Inácio de Loyola, várias passagens determinavam que os jesuítas não se afastassem da filosofia de Aristóteles nem da teologia dos Padres da Igreja e de S. Tomás de Aquino, [...] e simultaneamente, de abertura à mudança, o que tornou possível que eles discutissem livremente ideias novas e fizessem opções nem sempre convergentes (DINIZ, 2007, p. 25, grifo do autor).

As fichas de avaliação da Capes pouco se referem ao conteúdo das teses e dissertações, ressaltando-se o fato de elogiar a qualidade destas, conforme relato dos avaliadores nas últimas avaliações trienais: “foram enviadas duas dissertações defendidas no ano de 2006 para serem avaliadas, as quais demonstraram um excelente grau de qualidade” (BRASIL, 2010b).

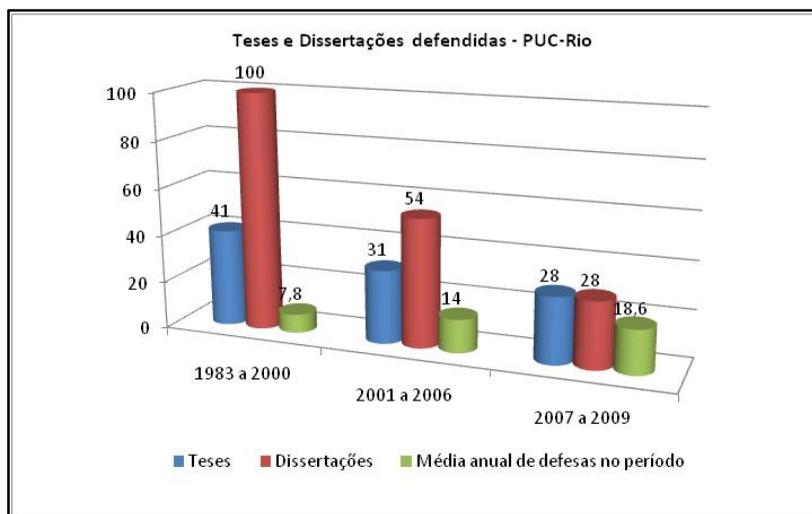
Fazendo uma análise do movimento das temáticas em relação às mudanças nas linhas de pesquisa, a partir de 1999, é possível identificar uma ligação. Conforme já analisado anteriormente, o PPGT da FAJE promove – por sugestão dos avaliadores da Capes – uma mudança no perfil das linhas – na sua nomenclatura – abandona conceitos mais tradicionais e adere a temáticas mais modernas. Em 1999, por exemplo, duas linhas que abordavam na sua nomenclatura conceitos mais ligados ao cristianismo, tais como “A Comunidade Cristã e suas Expressões Práticas e Simbólicas” e “Ética da Comunidade Cristã”, são substituídas por duas novas linhas intituladas: “Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso” e “Tendências éticas atuais”. Essas mudanças correspondem ao movimento das temáticas bíblicas e eclesiais – no período de 2001 a 2009 - que sofreram um decréscimo (de 37% para 38%), bem como nas temáticas ligadas aos movimentos religiosos e teológicos<sup>100</sup> que, de 2001 a 2009, também caíram de 53% para 43%. Na mesma proporção, sobem de 9% para 17% as temáticas comportamentais e socioambientais, assim como religião e saúde, que saem de 0% para 2%.

---

<sup>100</sup> O que mais especificamente, sofre um decréscimo dentro da temática Movimentos religiosos e teológicos são as teses e dissertações que abordavam estudos de teólogos católicos, santos e fundadores de congregações religiosas, conforme já explicitado por Libânio (2007).

### 5.6.3 Teses e Dissertações do PPGT da PUC-Rio

Apresentamos a seguir as sistematizações referente às teses e dissertações defendidas dentro do PPGT da PUC-Rio, conforme metodologia já explicitada anteriormente. Neste primeiro momento, há o número de defesas correspondentes aos três períodos em análise.



**Gráfico 22:** Teses e dissertações defendidas de 1983 a 2009 no PPGT da PUC

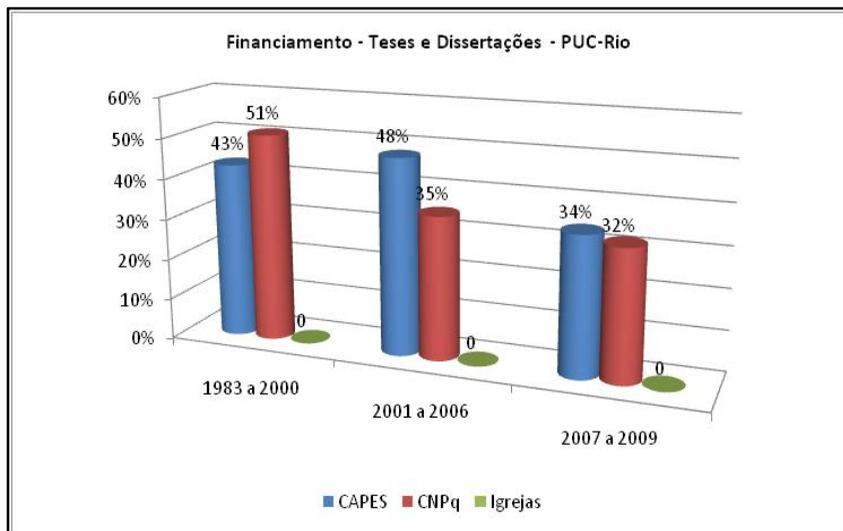
Fonte: Capes (2010b) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011a).

Seguindo a mesma tendência dos outros dois PPGTs, a média de defesas no PPGT da PUC-Rio sobiu nos três triênios, saindo de 7,8 defesas anuais no período 1983-2000, para 18,6 no último período. Na primeira avaliação trienal (1998-2000), os avaliadores chamaram a atenção para a necessidade de aumentar o número de titulados, bem como “uma melhor distribuição de orientações entre os docentes”. (BRASIL, 2010b).

Outro elemento a ressaltar é o equilíbrio, no período 2007-2009, entre o número de teses e dissertações defendidas. Ao tecerem considerações sobre as teses e dissertações, no período relativo à avaliação trienal de 2007 a 2009, os avaliadores chamaram a atenção para o fato de o número de teses defendidas ser idêntico ao número de dissertações. Segundo eles, “isso pode ser um indício de que o programa

apresenta um alto índice de fidelização dos seus alunos, ou seja, após a conclusão do mestrado, ingressam no programa de doutorado da própria IES.” (BRASIL, 2010b). Os avaliadores também teceram elogios para o tempo médio de titulação que atende às exigências da Capes.

A seguir, a descrição correspondente ao percentual de teses e dissertações que foram produzidas com auxílio financeiro por meio de bolsas de estudos no PPGT da PUC-Rio.

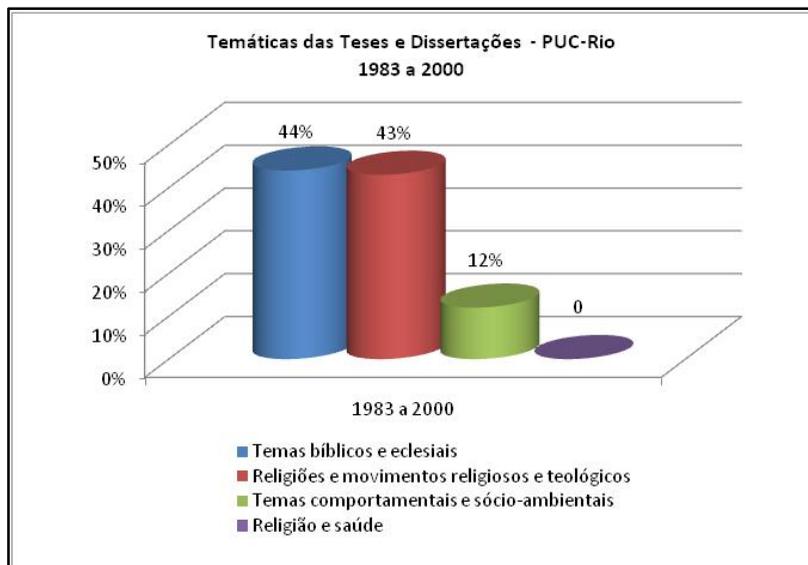


**Gráfico 23:** Financiamento das teses e dissertações no PPGT da PUC

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

Diferentemente dos outros PPGTs, a PUC-Rio apresenta nos três períodos em análise, um índice superior aos demais no que tange às bolsas que financiaram as teses e dissertações. Em média, desde 1998, 81% dos pós-graduandos foram financiados. Assim como a FAJE, a PUC não apresenta financiamento das igrejas.

Na sequência, as temáticas pesquisadas nas teses e dissertações produzidas no PPGT da PUC-Rio, referente aos três períodos em análise.

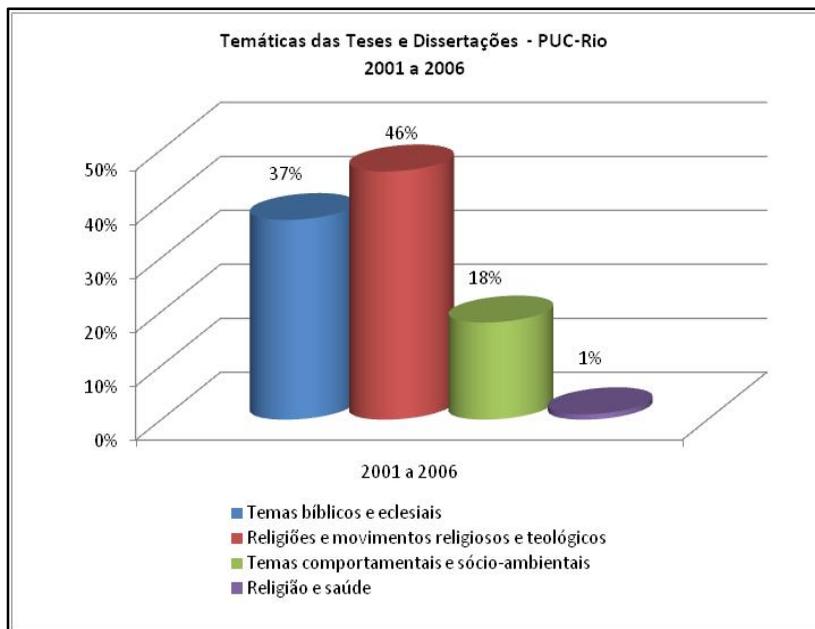


**Gráfico 24:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 1983 a 2000

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

Quanto às temáticas, há um predomínio, neste primeiro período, de temas bíblicos e eclesiais, bem como de religiões e movimentos religiosos e teológicos. Muitas dissertações e teses abordam temáticas voltadas ao carisma do fundador da Companhia de Jesus em interface com a Igreja, como podemos observar pelo título desta dissertação defendida em 1985: “Deus em todas as coisas: a teologia trinitária dos exercícios espirituais de Santo Ignácio de Loyola e sua relevância no atual momento eclesial latino-americano”. Além de temáticas voltadas às pastorais e às próprias transformações dentro da Igreja, como esta dissertação defendida em 1986: “Serviços e novos ministérios nas CEBS: recriação da igreja neo-testamentária” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, 2011a).

A análise das temáticas das teses e dissertações produzidas no PPGT da PUC-Rio no período de 2001 a 2006 é apresentada na sequência.



**Gráfico 25:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 2001 a 2006

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

No período de 2001 a 2006, pode ser visualizado no Gráfico 25, que houve crescimento da categoria “temas comportamentais e socioambientais” e declínio das temáticas bíblicas e eclesiais. A categoria ligada a estudos de movimentos religiosos e teológicos apresentou grande incidência de estudos sobre teólogos que dialogam com questões da modernidade e da globalização. Mesmo as temáticas voltadas a abordagens sociológicas buscaram refletir questões ligadas à Igreja, como nesta tese defendida em 2003: “Anacronismo e inculturação: análise de algumas experiências pastorais em centro de cidade”, conforme dados da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011a). Os avaliadores da Capes (2010b), ao fazerem referência às teses e dissertações no período 2004-2006, consideram que estas possuem, no geral, rigor investigativo no campo filológico e em pesquisas bibliográficas, com originalidade nas temáticas. É relevante ressaltar que em 2002 ocorreu uma redução e redefinição das linhas de

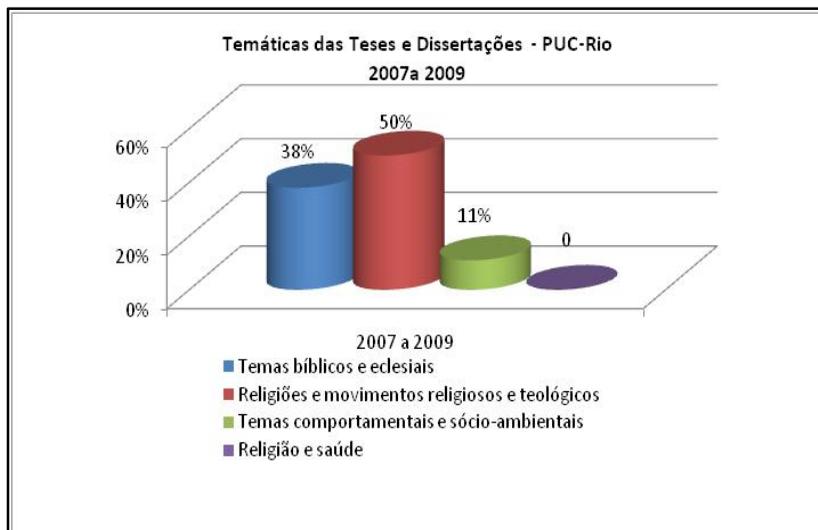
pesquisa, ficando a área bíblica com apenas uma linha (Análise e interpretação de textos Antigo Testamento e Novo Testamento). As outras duas linhas (Fé e cultura; Religião e modernidade) são mais abertas a discussões sobre o fenômeno religioso e diálogo com questões atuais, o que pode ter promovido – nas dissertações e teses – o aumento das demais categorias em detrimento da que aborda temas bíblicos e eclesiais.

Ao discorrer sobre a produção científica da Teologia, Mueller (2007) ressalta que, além de estar sempre próxima da Filosofia e das Ciências das Religiões, a Teologia possui outras formas de interação mais ou menos intensas com um sem-número de formas de saber, disciplinas científicas e fenômenos culturais. Essa questão cultural, na PUC-Rio, está contemplada na Linha de Pesquisa Fé e cultura. Para o autor:

Os fenômenos culturais, por sua vez, têm recebido atenção especial em certas teologias. Nestes processos, a teologia se vê às voltas com o seu “próprio”, que às vezes corre o risco de ser esquecido ou de ficar despercebido. O que não é bom nem produtivo, nem para a teologia nem para as disciplinas com as quais ela interage e que necessitam daquilo que só ela com seu olhar próprio pode contribuir (MUELER, 2007, p. 92).

Na avaliação dos próprios teólogos, o diálogo interdisciplinar faz parte da própria Teologia, porém há de se ter cuidado para que ela não perca aquilo que lhe é específico, conforme já alertou Passos (2006) nas suas considerações sobre o campo epistemológico da Teologia.

A seguir, a descrição das temáticas das teses e dissertações produzidas no PPGT da PUC-Rio no período de 2007 a 2009.

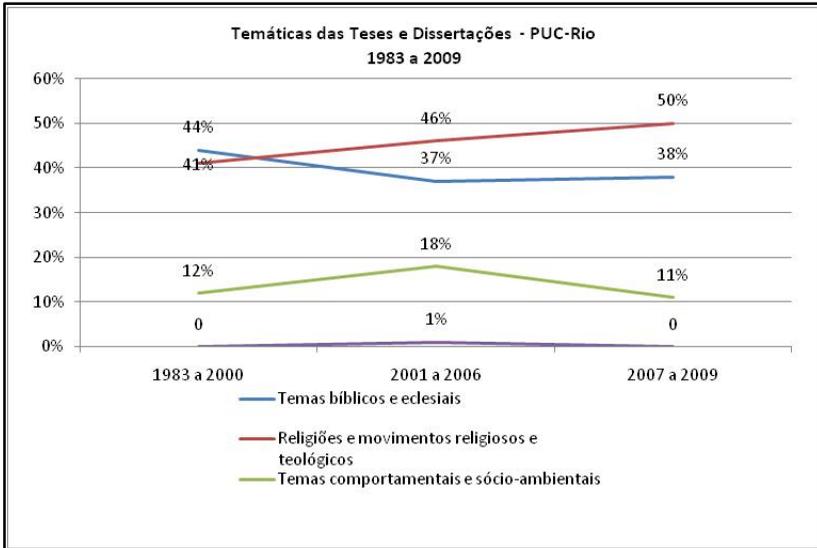


**Gráfico 26:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 2007 a 2009

Fonte: Capes (BRASIL, 2010b).

Neste último período, evidenciamos um contínuo crescimento da categoria “Religiões e movimentos religiosos e teológicos” e uma estabilização dos temas bíblicos e eclesiais. Em consonância com as linhas de pesquisa citadas, as teses e dissertações buscaram promover um diálogo entre o pensamento de teólogos e questões da atualidade, como as teses defendidas respectivamente em 2007 e 2009: “A noção de consciência moral em Bernhard Häring e sua contribuição à atual crise de valores”; “O Espaço da Coexistência: estudo interdisciplinar sobre ética sociambiental à luz da teologia da criação-salvação, articulada criticamente com o paradigma ecológico e com o conceito geográfico de espaço”, conforme dados fornecidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011a).

Na sequência, explicitamos o assunto das temáticas, em perspectiva histórica, envolvendo os três períodos analisados.



**Gráfico 27:** Temáticas das teses e dissertações no PPGT da PUC de 1983 a 2009

Fonte: Capes (2010b) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011b).

Os movimentos das temáticas das dissertações e teses apontam para uma estabilização das duas categorias “Temas bíblicos e eclesiais” e “Religiões e movimentos religiosos e teológicos”, concernentes às linhas de pesquisa definidas em 2002. Esse diálogo com temáticas atuais revela que a Teologia não esteve apenas preocupada com questões doutrinárias: “ela deixou-se fecundar pelos métodos das ciências modernas e abriu-se ao diálogo com as diversas pesquisas sobre religiosidade e religiões” (DE MORI, 2011, p.7). O autor também destaca que esse diálogo interdisciplinar da Teologia contribuiu – no caso católico – para grandes mudanças na Igreja, como foi o caso da própria Teologia da Libertação.

O diálogo da Teologia com outras áreas do conhecimento, de acordo com Anjos (1996), pode induzir um processo de perda da especificidade teológica. Passos (2006) também reforça que essa aproximação da Teologia com temáticas do campo da sociologia ou filosofia da religião pode levá-la a ser compreendida como um discurso religioso.

Fazendo uma análise do movimento das temáticas em relação às mudanças nas linhas de pesquisa, é possível identificar uma ligação. As linhas: “Antropologia Teológica, Cristologia e Eclesiologia em diálogo-

confronto com a Modernidade/Pós-modernidade”, “Fé e Cultura” e “Pastoral no Contexto Urbano” foram transformadas, a partir de 2002, em apenas duas linhas: “Fé e Cultura”; “Religião e Modernidade”. As linhas anteriores contemplavam na sua nomenclatura conceitos ligados à eclesiologia e pastoral católica. As novas linhas – contemplam conceitos mais ligados às Ciências da Religião, Antropologia e Sociologia como fé e cultura, religião e modernidade. Essa mudança se reflete no aumento de temáticas ligadas aos movimentos religiosos e teológicos, que saem de 41% em 2001 para 50% em 2009. De 2001 a 2009, há também uma queda de 18% para 11% nas temáticas comportamentais e socioambientais, isso também pode ser reflexo da extinção, em 1999, de duas linhas de pesquisa que abordavam a relação da Igreja com o contexto específico da América Latina e Brasil, bem como a questão de gênero. Tais linhas –que deixaram de existir a partir do ano 2000 – intitulavam-se: “Presença e atuação da Igreja sob diferentes enfoques na América Latina e no Brasil” e “Mulher e religião”. As temáticas bíblicas e eclesiais permanecem constantes pelo fato de que a Área de concentração “Teologia Bíblica” existe desde 1998.

## 5.7 ANÁLISE SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PPGTS

Em síntese, podemos verificar que a produção científica dos PPGTs em análise, reflete as consequências de um processo de adaptação aos critérios de avaliação da Capes. As produções docente e discente são produtos desse modelo de avaliação. Dias Sobrinho (2002), ao abordar a avaliação da educação no Brasil, afirma que o paradigma está focado na medida da eficiência, em que se privilegiam produtos ou resultados que se quantificam:

Nessa lógica eficientista, qualidade corresponde a racionalização e otimização dos processos com diminuição de gastos e obrigação de incremento da quantidade de produtos. Estes podem ser alunos matriculados ou diplomados, serviços prestados ou **trabalhos publicados** (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 53, grifo nosso).

De acordo com a análise da produção docente, houve incremento da quantidade dos produtos, verificamos isso no aumento das teses e dissertações defendidas nos PPGTs e no aumento de artigos publicados.

Dias Sobrinho (2002) também ressalta que as IESs estão sendo

levadas a buscar alternativas de sobrevivência por meio de uma gestão empresarial eficiente. Esse fato promove uma concepção de avaliação que culpabiliza e responsabiliza as IESs pelo seu fracasso ou sucesso. Conforme analisamos nas fichas de avaliação, o papel da Capes está em sugerir e/ou determinar mudanças, e os PPGTs se encarregam de encontrar meios e alternativas de melhor se adaptarem. Ao analisarmos a relação das linhas de pesquisa, fichas de avaliação e produção dos PPGT, evidenciamos as consequências dessa indução avaliativa, porém nem sempre admitida pelos entrevistados. No que se referia ao surgimento de novas temáticas e conceitos nas linhas, atribuíram-no ao próprio movimento interno da Teologia.

Muitos estudiosos do campo teológico também ressaltam esse aspecto interno de transformação da Teologia, afirmando, inclusive, que no século XX surgiu uma Teologia moderna que se gestou em contato com as ciências modernas e que até mesmo “despolarizou, gradativamente, a distinção rígida entre Teologia católica e reformada. Os teólogos (católicos e protestantes) formularam seus sistemas em diálogo com o contexto cultural moderno” (PASSOS, 2006, p.182). Se retomarmos o conceito de refração em Bourdieu (2004), compreendemos como determinado campo busca fazer com que as determinações externas sejam vistas como próprias de um movimento interno do campo, refratando seus efeitos, impedindo que as transformações sejam vistas como mudanças, e naturalizando-as como próprias e implícitas à natureza e especificidade desse campo. Claro que não podemos negar, na Teologia, uma abertura – dos teólogos – às demandas sociais, principalmente nos anos 70 e 80, o que caracterizou o já citado movimento da Teologia da Libertação. Todavia, também não podemos negar – em razão do que foi observado na análise das entrevistas – o fato de que há uma tentativa, por parte dos professores, de “naturalizar” algumas mudanças provenientes das exigências da Capes – na questão das linhas de pesquisa, por exemplo – como sendo algo implícito à própria abertura da Teologia. Novamente retomamos Bourdieu (2001) quando discorre sobre o processo de aceitação da tirania, que segundo o autor, ocorre quando há certa justificação e até naturalização da necessidade dessa imposição externa. Foi o que percebemos na fala de alguns entrevistados que ressaltaram – no caso específico das teses e dissertações – que a Capes veio ajudar a organizar o processo de orientação e dos prazos de defesa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A Teologia se faz numa missão de pensar a fé com a ciência. É uma ciência que tem uma epistemologia, não deve ter medo de ser avaliada, mas não estamos acostumados com isso. Se entrarmos numa ideia de que se tem que produzir, produzir, perde-se o foco... a lógica pode ser perversa... Se a Teologia entra só na forma do que a Capes pede, ela pode perder sua alma, aí sim a Teologia deixa de ser (E1-FAJE).*

Por meio desta pesquisa, buscamos analisar o processo de adaptação de um campo de conhecimento aos critérios de avaliação de uma instituição regulatória, discutindo as mudanças e transformações na produção de conhecimento, na área de Teologia, ocorridas após a entrada dos PPGTs no Sistema Capes.

Foi possível compreender o processo a que se submete um Programa de Pós-graduação, para atender duas instituições: o Estado, via Capes, e a Igreja, com seus mecanismos de controle locais e mundiais. Isso ficou explícito, por exemplo, na necessidade de envio de relatórios das atividades desenvolvidas no PPGT, quando os coordenadores – mais precisamente dos PPGTs católicos – precisavam “usar uma determinada linguagem para Roma e outra para Brasília” (E3-FAJE). Identificamos que a Teologia teve de trabalhar com um dilema – depois da inserção na Capes –, “servir a dois senhores”<sup>101</sup>, Igreja e Estado, com todas as contradições que essa postura comporta. Os mestrados e doutorados em Teologia – no período em que foram recomendados pela Capes – funcionavam sob determinadas regulamentações das igrejas. Em decorrência, os PPGTs foram marcados por dois momentos decisivos na sua estruturação como espaços de pesquisa e pós-graduação: a institucionalização (eclesial), seguida pela inserção (no Sistema Capes).

O início do processo de institucionalização da Teologia, remonta

---

<sup>101</sup>A impossibilidade de servir a dois senhores é inclusive uma prescrição bíblica: “Ninguém pode servir a dois senhores: com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro” (Lc, 16, 13). Encontramos aqui uma simbologia de um livro clássico que reforça a dificuldade de servir a dois senhores, com objetivos não convergentes.

ao medievo – período em que –, financiado pela Igreja Católica, instaura-se como um campo de conhecimento hegemônico. Um conhecimento que se institucionaliza de forma indissociável com as relações dominantes naquele período, conforme aponta Zeuch (2006a), quando considera que a discussão sobre a cientificidade da Teologia é compreendida na relação desse saber com a realidade. A Teologia, no medievo, direcionou o olhar das pessoas para o céu, deslocando a realidade terrena para segundo plano. Esse fato provocou desinteresse para questões voltadas ao âmbito econômico ou social e um descrédito em relação a outra epistemologia, axiologia e teleologia que não fosse aquela avalizada pela Igreja. Apoiados por essa Teologia, o clero e a nobreza alicerçaram no mundo terreno suas bases políticas e econômicas. Em um longo período da nossa história que envolve praticamente nove séculos, os estudos sobre o campo teológico mantiveram-se imutáveis nos seus propósitos de fidelidade ao papado católico, o que teve como consequência a limitação da ciência pela religião e a fé impedindo e bloqueando pressupostos e questionamentos racionais.

A universidade, gestada no medievo, tornou-se o espaço onde o conhecimento teológico foi instrumentalizado a serviço de crenças legitimatórias (BOURDIEU, 2005). Essas crenças confirmavam os interesses da nobreza e do clero. O fato de a Teologia e a universidade terem uma origem comum explica como ocorreu, na perspectiva bourdieuana, a reprodução de um capital por meio de uma ação pedagógica expressa. A compreensão de como esse processo foi se constituindo entre Igreja e universidade, por meio da Teologia, é de muita relevância para entender as relações de múltiplas determinações em que ocorrem os processos de produção e de transmissão do conhecimento. Mészáros (2005) reforça essa questão, ao considerar a indissociabilidade entre os processos educacionais e os processos sociais de reprodução. Importa, assim, destacar que, ao final da Idade Média, a Teologia foi responsável pela estruturação e legitimação de duas instituições: a Igreja e a universidade, e esta última foi um espaço que serviu ao clero, seja para conservar, seja para transmitir um determinado conhecimento.

Como o objetivo deste trabalho assentou-se na análise dos efeitos de determinantes externos ao campo de conhecimento teológico, importa ressaltar que, ao fim do medievo, algumas transformações sociais, religiosas e políticas foram determinantes na reconfiguração do campo teológico, tais como a Reforma, a Contra-Reforma e o Renascimento. Na Reforma, o campo de conhecimento teológico

dividiu-se entre católicos e protestantes, o que levou os católicos a produzirem uma Teologia que fosse eficaz no combate às ideias de Lutero, ganhando expressão na Contra-Reforma. No período pós-renascimento, tanto a Teologia católica quanto a protestante lutaram para manter sua legitimidade, porém, de acordo com Passos (2010, p. 27), do medievo ao moderno, a Teologia foi aos poucos sendo expulsa das universidades e restringindo-se aos ambientes eclesiais, tornando-se, dessa maneira, “coisa de igreja”.

No final do século XX e início do século XXI, o campo de conhecimento teológico buscou reconquistar seu *status* na academia em um movimento contrário ao do medievo. Naquele momento, a racionalidade e o espírito investigativo –principalmente na concepção de Tomás de Aquino – deviam servir à fé (ANDERY et al., 2007), mas, no final do século XX e início do século XXI, a fé passou a adequar-se aos paradigmas determinados pela razão científica. Esse movimento materializou-se – no caso da pós-graduação – no movimento que envolveu a passagem de uma Teologia institucionalizada apenas no contexto eclesial, para uma Teologia inserida no Sistema Capes, adaptando-se e submetendo-se aos critérios elaborados e legitimados pela comunidade científica.

O processo de reconquista da legitimação acadêmica da Teologia – de acordo com um dos teólogos que entrevistamos (P1) – possui duas dimensões: “uma epistemológica, que exige um estatuto suficiente, com teoria e método, e outra que é a política, caracterizada pela via institucional e burocrática com comissões, grupos de pesquisa, universidades que legitimam e autorizam a existência de uma determinada área do conhecimento”. Todavia, esse pesquisador revelou que a reocupação do espaço acadêmico pela Teologia no Brasil priorizou o político em detrimento do epistemológico. Passos (2006) considera que a Teologia retorna à universidade como uma área de conhecimento estranha, sem uma epistemologia definida, clara e legitimada academicamente.

O campo de conhecimento teológico tem sua delimitação epistemológica na esfera do sagrado, ou seja, tem como objeto “Deus”, o qual, a princípio, foge à lógica da especulação e da racionalidade, condição indispensável para a realização da pesquisa científica. Entretanto, o que constatamos é que esse campo de conhecimento fundado na fé consegue – submetendo-se aos critérios de avaliação e fomento da Capes – atingir conceito máximo no mesmo nível de outros campos de conhecimento como, por exemplo, das Ciências Exatas. Evidenciamos, desse modo, um caráter homogeneizador do modelo

Capes de avaliação, que permite a um campo do conhecimento alicerçado na fé estar equiparado, no *ranking*, a outro campo de conhecimento essencialmente lógico-racional. Conforme enfatiza Bourdieu (2004, p. 22), “todo o campo, o campo científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. Segundo o autor, quanto mais autonomia possuir um campo, mais ele conseguirá refratar as imposições externas, isto é, poderá transfigurar essas imposições a fim de torná-las irreconhecíveis. Aqui, é interessante observar que o conceito de refração aponta para uma autonomia que não se fecha na lógica de seu campo, mas que se abre ao exterior, buscando traduzir para a sua estrutura interna as determinações do meio externo. Nesse sentido, neste trabalho, constatamos como um PPGT “refratou” para seu campo o paradigma e os critérios de avaliação da Capes e como esse processo de “refração” determinou mudanças no interior desse campo. E mais, entendemos como esse processo de “refração” das determinações externas afetou os locais e formas de divulgação do conhecimento teológico como, por exemplo, nas revistas dos Programas.

Ao analisar a pressão externa sofrida por alguns institutos de pesquisa franceses, Bourdieu (2004, p. 21) levanta alguns questionamentos relevantes para compreender os resultados de nossa pesquisa:

[...] qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas.

O autor discute a tensão entre dois campos, um compreendido como a instância dos órgãos avaliadores e reguladores (que seria a dimensão política) e outro – microcosmo – como o campo de conhecimento ou a instituição que sedia esse campo do conhecimento (incluída, aqui, a dimensão epistemológica). Corroborando com o autor, os resultados da pesquisa permitiram demonstrar que a inserção foi um processo marcado pela adaptação da Teologia aos critérios Capes de avaliação, ou seja, o microcosmo teológico mais se adaptou do que resistiu às imposições externas. Retomamos o que Chauí (2003) afirma

sobre o caráter organizacional que assumiu a universidade quando começou a ser avaliada dentro da lógica neoliberal, tendo como uma característica básica a capacidade de se adaptar à velocidade das mudanças.

O processo de inserção dos PPGTs na Capes revelou que o campo de conhecimento teológico precisou adaptar-se a um novo paradigma avaliativo. E, nesse processo de adaptação, ocorreu o que Kuhn (2007) considerou sobre o efeito de um novo paradigma na estrutura do grupo que atua num determinado campo. Com relação ao campo de estudos, o referido paradigma pode requerer um lugar no currículo. Nossa investigação possibilitou demonstrar que o paradigma Capes de avaliação promoveu um reordenamento de todo o processo de produção do conhecimento, desde questões administrativas, como contratação de docentes em tempo integral, até nos veículos de divulgação da produção científica – as revistas dos Programas.

Um novo paradigma traz consigo uma promessa de sucesso, e a ciência – no nosso caso, o campo de conhecimento teológico – busca atualizar essa promessa. Os dados da pesquisa evidenciam que os PPGTs apostaram no sucesso da inserção na Capes, vendo-a como um apoio para que a Teologia não ficasse exclusivamente vinculada ao âmbito eclesial. Vários pontos positivos da inserção foram destacados pelos professores, como: prazos definidos para conclusão do mestrado e doutorado; reorganização dos processos de orientação e definição dos projetos com base nas linhas de pesquisa, bolsas de estudo; e maior atratividade do Programa – em virtude da recomendação – aos leigos, que passaram, assim, a contar com um diploma civilmente reconhecido. A novidade, a partir da boa conceituação do Programa na avaliação da Capes, foi o fato de propiciar financiamentos para eventos nacionais e internacionais e intercâmbios, e auxílio em um momento em que as igrejas não estavam mais em condições de arcar com todo o suporte financeiro necessário ao funcionamento dos Programas.

Por outro lado, também foram destacadas pelos entrevistados as limitações da inserção, tais como: a pressão para o aumento da produção acadêmica; o direcionamento das produções para periódicos qualificados, ocasionando a descaracterização das revistas existentes; a ampliação do número de estudantes nos Programas, o que provocou, como consequência, a necessidade de cada professor assumir número mais elevado de orientandos.

Mesmo ao apontar falhas e fazer críticas, a maioria dos professores entrevistados – em especial os coordenadores – expressou agradecimentos à Capes pelos benefícios trazidos ao PPGT.

Paralelamente a essa gratidão, esses professores não atribuem aos novos critérios de avaliação aos quais se submetem a responsabilidade pelas mudanças no campo de conhecimento teológico – mais especificamente, nas linhas de pesquisa. Ao discorrer sobre o poder simbólico, Bourdieu (2007) ajuda a analisar essa questão. Para o autor, o poder simbólico é esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos. É um poder que somente se efetiva se aqueles que estão submetidos a ele não o virem como algo arbitrário, imposto.

Manifestações do poder simbólico foram diagnosticadas em muitos depoimentos dos entrevistados que não admitiram a indução dos critérios de avaliação nas linhas de pesquisa e no PPGT em geral. Paralelamente a isso, também identificamos que surgiram novos conceitos no campo de conhecimento teológico, como a Teologia pública, a qual defende a abertura e o diálogo com questões da atualidade. O rápido atendimento dos PPGTs à maioria das solicitações dos avaliadores tem uma das explicações naquilo que Bourdieu (2007, p. 15) explicita ao afirmar: “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem [...] é a crença na legitimidade das palavras e daquele que a pronuncia”. A maioria dos coordenadores entrevistados legitimou os critérios de avaliação pelo fato de que a avaliação é feita pelos pares e pode ser reconstruída pelos pares. Porém, aqueles professores que criticaram a Capes a deslegitimaram justamente pelo fato de que – na opinião deles – a Capes não conseguiu entender a especificidade do campo de conhecimento, bem como por uma excessiva submissão à Filosofia, uma vez que a Teologia está no Sistema como um subcampo dessa.

Aqueles entrevistados que manifestaram reconhecer a importância da inserção da Teologia na Capes consideram que o processo de regulação e avaliação não afetou a autonomia do PPGT na produção do conhecimento teológico. Durkheim (2008, p. 120) ajuda nessa análise ao discorrer sobre a interrelação entre autonomia, vontade e a conformação à ordem das coisas. Há um processo de adesão esclarecida e de um “querer livremente essa ordem”. Essa atitude de aceitar livremente a determinação externa deve ser compreendida com base no fato de que esse processo de avaliação e regulação premia e pune, portanto, fazer parte do Sistema é fazer parte de um jogo. Retomamos o conceito de *illusio* em Bourdieu (1996), no qual essa relação se constitui encantada como um jogo, que exige uma cumplicidade entre estruturas mentais e objetivas do espaço social, ou seja, uma constante aceitação dos critérios da Capes pelo PPGT. Se o

jogo exige mudanças de posição e substituição dos jogadores – como, por exemplo, as readequações nas linhas de pesquisa, nos prazos de defesa, nas mudanças na linha editorial das revistas – o importante é o resultado final – no caso dos PPGTs, o conceito emitido pela Capes e tudo o que este traz agregado. Por meio da pesquisa, demonstramos como essas mudanças foram significativas para o processo de produção de conhecimento no PPGT. As mudanças das temáticas e dos conceitos abordados nas linhas resultaram em mudanças nos temas dos artigos das revistas, bem como das teses e dissertações. A redução do tempo de conclusão do mestrado e doutorado ocasionou alterações no número de créditos cursados pelos discentes, ou seja, houve mudanças no campo de produção e transmissão do conhecimento. No entanto, todas essas mudanças e adaptações, pela maioria, foram consideradas como ganhos, que acarretaram a conquista de bons conceitos na Capes. Ocorreu um sacrifício de elementos sagrados (conceitos bíblicos e dogmáticos os quais foram excluídos das linhas de pesquisa) que rendeu uma espécie de “ressurreição” da Teologia no *ranking* da pós-graduação nacional.

Ao discutir a relação entre currículo, poder e regulação, Silva (1995, p. 200) amplia nossa compreensão ao afirmar que “o currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação”. O autor considera que currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo acaba, dessa forma, corporificando as relações sociais. Os resultados da pesquisa apontaram para o fato de que as relações entre Capes e PPGT precisam ser compreendidas dentro de um contexto no qual se entrecruzam: o poder de um órgão avaliador, o poder da instituição Igreja e a identidade social da própria Teologia. Os produtos dessas relações de poder ficaram refletidos na reorganização dos PPGTs e, conseqüentemente, na mudança de algumas especificidades da Teologia, conforme apresentadas na análise sobre as temáticas das produções, bem como do Mestrado Profissional da EST, abordando a temática “Teologia, Ética e Gestão”. O autor também defende que:

O processo de incorporação cultural através da escola e do currículo, é visto, nessa perspectiva, não como a introdução a uma cultura comum, mas como uma socialização forçada numa cultura particular – a dos grupos dominantes – às custas da repressão e da exclusão dos valores e práticas culturais dos grupos assim submetidos (SILVA, 1995, p. 195).

Na atual conjuntura de avaliação e regulação da pós-graduação, a Capes, por meio da atribuição dos conceitos aos Programas, assume a função dominante, pelo fato de que a sobrevivência ou não de um programa está vinculada a esse conceito. É nesse contexto que temáticas das linhas de pesquisa, perfil das revistas, entre outros, precisaram ser remodelados ou excluídos. As mudanças no número de créditos cursados como também o tempo de conclusão do curso e as formas de vínculo dos docentes eram práticas culturais dos PPGTs que precisaram ser revistas, visando à adequação ao modelo.

Em síntese, para entender essa transformação do campo de conhecimento teológico – da institucionalização à inserção –, fazemos uma analogia ao conceito de mercadoria (Marx, 1998). Para o autor (1998, p. 57), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”. A mercadoria pode ter valor de uso e valor de troca, pois “é a utilidade de uma coisa que faz dela um valor de uso” (MARX, 1998, p. 58), ou seja, o valor de uso de uma mercadoria somente se realiza por intermédio da sua utilização e consumo. Na sociedade estudada por Marx, os valores de uso de uma mercadoria são também os veículos materiais do valor de troca. Além do valor de uso, segundo Marx (1998, p. 59), uma mercadoria também pode ter valor de troca: “põe-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas”. Para criar mercadoria, ressalta o autor (1998, p. 63), é mister “não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem ao valor de uso social”. Sob esta ótica, entendemos que a Teologia, na sua primeira fase – apenas institucionalizada dentro das igrejas –, era prioritariamente “utilizada e consumida” pelas igrejas, comunidade de fé e outras instituições que buscavam apoio intelectual para seus objetivos como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos sociais. Sendo assim, ela tinha um valor de uso, feita para atender primeiramente às necessidades da comunidade eclesial. A partir do momento em que a Teologia passou a lutar para reconquistar seu espaço no meio acadêmico, começou a fazer um intenso trabalho de adaptação às exigências do Estado para possuir um valor de uso social, ou seja, para ser consumida por um público não necessariamente vinculado ao ambiente eclesial. Esse movimento de criação de uma Teologia com essa característica – do simples valor de uso para o valor de uso social – foi confirmada pelos entrevistados quando apontaram que, após a inserção na Capes, a Teologia estava “*saindo de casa*”, tornando-se mais pública. Outros depoimentos

também revelaram que, com o reconhecimento da Capes, “pós-graduandos de outros PPGs podem também cursar créditos no PPGT” (E2-FAJE). Importa salientar que essa passagem da Teologia, de um conhecimento com valor de uso (mais “caseiro”), para um conhecimento com valor de uso social (mercadoria), só foi possível com a recomendação dos cursos pela Capes, conforme afirmou um dos entrevistados: “A Capes foi fundamental para nós, o antes e o depois. Durante muitos anos, fazíamos como nós achávamos”(E2-FAJE). Verificamos que os teólogos adotam uma postura de gratidão à Capes e, ao mesmo tempo, de vigilância, para que a Teologia permaneça fiel ao seu campo de conhecimento.

Os resultados de nossa pesquisa apontam a importância do aprofundamento dessas investigações que problematizam a relação entre processos de conhecimento e as induções promovidas pelos órgãos de avaliação e fomento. Um dos aspectos que podem ser investigados, no campo específico dos PPGTs é o perfil dos egressos que estão se formando dentro da nova configuração do Programa, após a inserção na Capes, com o objetivo de identificarmos a materialização do valor de troca assumido pela Teologia. Ou seja se a busca pelo PPGT está sendo recompensada pelo mercado. Se as linhas de pesquisa apontam para uma abertura a temáticas atuais, o contexto de atuação profissional do egresso também está sendo ampliado para além das igrejas?.

## REFERÊNCIAS

- AMBRÓSIO, U. Teologia e Interdisciplinaridade. In: SOARES, A. M. L.; PASSOS, J. D. (Org.). *Teologia e Ciência: diálogos acadêmicos em busca do saber*. São Paulo: Paulinas: Educ, 2008. p.89-98
- ANDERY, M. A. et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- ANDRADE, P. O reconhecimento civil da teologia: ganhos interrogantes e desafios. In: FREITAS, M. (Org.). *Teologia e Sociedade: relevância e funções*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 151-162
- \_\_\_\_\_. O reconhecimento da Teologia como saber universitário: tensões e articulações entre as dimensões confessional e profissional. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*, ano 5, n. 26, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/category/edicao26/>> Acesso em: 18 set. 2010.
- ANJOS, M. Introdução a uma pauta sobre a teologia como profissão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Teologia: Profissão*. São Paulo: Loyola, 1996. p.13-22
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. *2º Congresso Anptecre*. Membros fundadores. Anptecre, 2009. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/2anptecre/congresso/anptecre.html>> Acesso em: 20 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. *3º Congresso Anptecre*. 2011. Disponível em: <<http://www.anptecre.org.br>> Acesso em: 20 jun. 2011.
- AZEVEDO, F. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BIANCHETTI, L. Educar en y para la diversidad: entre lo prometido y lo realmente ejecutado. In: VALLEJO, A.; ZWIREWICZ, M.; CRUZ, R. *Diversidad y adversidade en educación*. Jaén, España: Joxman Editores, 2011. p. 19-72

BIANCHETTI, L. Os dilemas do Coordenador de Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Org.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 19-76

\_\_\_\_\_.;SGUISSARDI, V. (Org.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2009.

BITTAR, M. Colégios e regras de estudo no sistema jesuítico de educação. *Série Estudos: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, MS*, n. 31, p. 225-244, jan./jun. 2011.

BOBSIN, O. Luteranos na Ética Protestante. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, ano 4, v.6, n. 1, p.10-14, jan./abr. 2005.

Disponível em:

<<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/006/ano04n1.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2009.

BOEING, A. O Curso de Graduação em Ciências da Religião nas Faculdades Integradas Claretianas em São Paulo. *Revista de Estudos da Religião: Rever*, São Paulo: PUC-SP, ano 7, p. 184-190, 2007.

Entrevista.

BOURDIEU, P. *A Economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2007.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. *Constituições do Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1958. 701 p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 50.737, de 07 de junho de 1961. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior prevista pelo Decreto 29.741, de 11 de julho de 1951. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/leg.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer CNE/CES nº: 118/2009*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces118\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces118_09.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer CNE/CES Nº: 241/1999*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces241\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces241_99.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Avaliação da Pós-graduação*. Capes: 2011a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Bolsas*. Capes, 2011b. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Cursos recomendados*. Capes: 2010a. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de Área*. Área de Avaliação: Filosofia/Teologia: Subcomissão Teologia. Capes:2011c. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Encontro com pró-reitores da região Sudeste*

*encerra reuniões de consulta*. Capes: 2011d. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 11 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Fichas de avaliação do Programa*. Programas de Pós-graduação em Teologia. Capes: 2010b. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/>>. Acesso em: 22 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *História e Missão*. Capes:2010c. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Linhas de Pesquisa: visão geral, evolução e tendências*. Memória da Pós-Graduação. Capes, 2011e. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior *Proposta do Programa: visão geral, evolução e tendências*. Memória da Pós-Graduação. Capes: 1998. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior *Qualis Periódicos*. Capes: 2011f. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 15 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília, DF: Capes, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior *Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 – Ano Base 2004. Área de Avaliação: Filosofia/Teologia: subcomissão Teologia*. Capes: 2005b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-area-/3270>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Teses e Dissertações*. Capes: 2010d. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. 2010e. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

CATÃO, F. A Teologia na Universidade: perspectivas teológicas. In: SOARES, A. M. L.; PASSOS, J. D. (Org.). *Teologia e Ciência: diálogos acadêmicos em busca do saber*. São Paulo: Paulinas: Educ, 2008. p. 277- 296.

CATTANI, D.; HOLZMANN, L. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

CHAUI, M. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2003 . Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 set. 2010.

\_\_\_\_\_. *Convite à Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Ática. 1996.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Bolsas*. 2011. Disponível em: <[www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CODO, W, (Coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE/UnB, 1999.

COMBLIN, J. *História da Teologia católica*. São Paulo: Herder, 1969.

CÓRDOVA, R. A brisa dos anos cinquenta: a origem da Capes. *Infocapes: Boletim Informativo da Capes*. Brasília, DF, v. 4 n. 2, abr./jun. 1996. Disponível em: <[http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva\\_2006\\_01/a\\_contribuicao.pdf](http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2006_01/a_contribuicao.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2011.

CURY, C. R. J. Da crítica à avaliação à avaliação crítica. Prefácio. In: BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V.(Org.). *Dilemas da pós-*

*graduação: gestão e avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 14-18.

CURY, C. R. J. O debate sobre a pesquisa e a avaliação da pós-graduação em educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, abr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-4782010000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782010000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Quadragésimo ano do Parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

DE BONI, L. A. Repensando a política atual através da Idade Média. *Revista IHU Online*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, edição 198, 2007. Disponível em: <[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)>. Acesso em 20 ago. 2011.

DE MORI, G. Introdução. In: CRUZ, E.; DE MORI G. (Org.). *Teologia e Ciências da Religião: a caminho da maioria acadêmica no Brasil*. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: PucMinas, 2011. p. 7-14

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Avaliação institucional na perspectiva da integração. In: SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 95-112.

\_\_\_\_\_. *Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado*. Florianópolis: Insular, 2002.

DINIZ, A. O. Os jesuítas e as ciências. Jesuítas: sua identidade e sua contribuição para o mundo moderno. *Cadernos IHU em Formação*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, ano 3, n. 14, p. 23 - 32, 2007. Entrevista.

DREHER, M. A teologia e a origem da universidade. *Cadernos de*

*Teologia Pública*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinus, ano 1, n.3, p. 5-42, 2004.

DREHER, L. H. Ciência(s) da Religião: Teoria e Pós-graduação no Brasil. In: TEIXEIRA, F. (Org.). *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil*: afirmação de uma área acadêmica . 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 151-179

DUMORTIER, F. et al. *Tradição Jesuítica*: Pedagogia, espiritualidade e missão. São Paulo: Loyola. 2006.

DURKHEIM, E. *A Educação Moral*. Petrópolis: Vozes. 2008.

\_\_\_\_\_. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 set. 2010.

EGGERT, E. Rancho a caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 5, set./dez. 2004, p. 82-93. Disponível em: <<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/005/ano03n3.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

ESCOLA DOMINICANA DE TEOLOGIA. *História da Escola Dominicana de Teologia* (Edt). Arquivo da Direção da Escola. São Paulo, 2010.

ESPERANDIO, M. A Identidade Batista e o “espírito” da Modernidade. *Protestantismo em Revista*, Leopoldo, ano 4, v. 6, n.1, p.10-14, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/006/ano04n1.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2009.

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA. *Banco de teses e dissertações*. Faje, 2011a. Disponível em: <[www.faje.edu.br](http://www.faje.edu.br)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. *Dados históricos*. Faje, 2011b. Disponível em: <[http://www.faculdadejesuita.edu.br/ler\\_conteudo.asp?id=55](http://www.faculdadejesuita.edu.br/ler_conteudo.asp?id=55)>. Acesso

em: 18 abr. 2011.

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA. Programa de Pós-graduação em Teologia. Dados históricos. *Revista Perspectiva Teológica*. Faje, 2011c. Disponível em: <[http://www.faculdadejesuita.edu.br/ler\\_conteudo.asp?id=55](http://www.faculdadejesuita.edu.br/ler_conteudo.asp?id=55)>. Acesso em: 18 abr. 2011

FACULDADES EST. *Banco de teses e dissertações*. 2011a. Disponível em <[www.est.edu.br](http://www.est.edu.br)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. *Pós-Graduação*. 2009. Disponível em: <[http://www.est.edu.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=62&Itemid=49&n1=49&menu\\_image=-1unique\\_itemid=0](http://www.est.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=49&n1=49&menu_image=-1unique_itemid=0)>. Acesso em: 4 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. *Revista Estudos Teológicos*. 2011b. Disponível em: <[www.est.edu.br](http://www.est.edu.br)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

FÁVERO, O. Reavaliando as avaliações da Capes. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. *A avaliação da pós-graduação em debate*. São Paulo: Anped, 1999. p. 1-17.

FERREIRA, M. E. M. P.; FERREIRA, A. M. de M. P. A importância da filosofia e ética cristãs na constituição da educação brasileira. 1971. In: GRUPO DE PESQUISA GT2. *Filosofia, Cristianismo e Educação*. 2010. Disponível em: <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT2/Alexandre\\_Marcos\\_e\\_Maria\\_Elisa.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT2/Alexandre_Marcos_e_Maria_Elisa.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2010.

FISCHER, J. História dos dogmas, história da teologia, história do pensamento cristão. Considerações sobre alguns conceitos da historiografia eclesial. *Revista Estudos Teológicos: EST*, São Leopoldo, ano 48, n. 1, p. 83-100, 2008.

FRANCO JR, H. *O Feudalismo*. São Paulo. Brasiliense: 1984.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E SOCIAL. Projeto Bem Comum. *Espiritualidade e Ética nos Negócios*, São Paulo: Fides, ano 12, n. 88, p. 1-34 2007.

GEFRÉ, C. *Como fazer teologia hoje?: hermenêutica teológica*. São

Paulo:Paulus, 1983/1989.

GOMES, A. O credenciamento dos cursos de Teologia no Brasil pelo sistema MEC/Inep e suas consequências para a educação teológica e a identidade do teólogo. *Ciências da Religião: História e Sociedade*, São Paulo, Mackenzie, v. 7, n. 2, p. 208-233, 2009.

\_\_\_\_\_. *Religião, educação e progresso*. São Paulo: Mackenzie, 2001.

GONÇALVES, S. L. A produção teológica no Pós-Concílio. *Revista Eletrônica da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Sra. da Assunção*. São Paulo, ano 1, n. 2, 2007. Disponível em:

<<http://www.teologia-assuncao.br/re-eletronica/index.html>>. Acesso em: 23jul2011.

GOUVÊA, F. MENDONÇA, A. A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da capes. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p.111-132, jul./dez. 2006.

HACK, O. Raízes cristãs do Mackenzie e seu perfil confessional. São Paulo: Mackenzie, 2003.

HAMMES, E. Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner. *Cadernos de Teologia Pública*, Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinós, ano 1, n. 5, p. 5-45 2004.

HIRIGOYEN, M. F. *Assédio Moral. A violência perversa no cotidiano*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HORTA, J. Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas. In: BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Org.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 79-99.

\_\_\_\_\_; MORAES, M. C. O sistema Capes de avaliação da pós-graduação. Da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 95-116, set./out./nov./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 6 ago. 2007.

HOSTINS, R. C. L. Dilemas da produção científica na “sociedade do conhecimento: o colapso da realidade no empírico e a interdição da ontologia. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n 2, p. 351-369, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006.

INSTITUTO HUMANITAS. *Cadernos IHU em Formação*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos/, ano 3, n. 14, p. 27-30, 2007.

JANTSCH, A. P. Os conceitos no ato teórico-metodológico do labor científico. In: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P. (Org.). *A trama do conhecimento*. Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas: Papirus, 2008.

JUNGES, J. R. O que a teologia pública traz de novo. *Cadernos IHU em Formação*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, ano 2, n. 8, p. 23-34 2006. Entrevista.

KUENZER, A.; MORAES, M. C. Temas e tramas na Pós-Graduação em Educação. *Educação & Sociedade*, Campinas: Cedes, v. 26, n. 93, p. 1341-1363, set./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Temas e tramas na Pós-Graduação em Educação. In: BIANCHETTI, L; SGUISSARDI, V. (Org.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas, Autores Associados, 2009. p. 135 - 155.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

LAMET, P. A supressão da Companhia de Jesus: episódio-chave de sua ação nas fronteiras da fé. *Revista IHU Online*, Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, Edição 366, 2011. Entrevista. Disponível em: <[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)>. Acesso em 20 ago. 2011.

LATOURELLE, R. *Teologia, ciência da salvação*. São Paulo: Paulinas, 1971.

LE GOFF, J. História-Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1, p. 24.

LIBÂNIO, J. Revisitando a Revista *Perspectiva Teológica*: por ocasião do 100º número. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte: Faje, v. 36, n. 3, p. 313, 2010. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/426/814>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. 25 anos da Faculdade de Teologia: 1982-2007. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte: Faje, v. 33, n. 3, p. 67-83, 2007. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/426/814>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

LINK, R. Luteranos em Rondônia: o perfil de uma igreja protestante na região amazônica (1967-1987). *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 5, p. 82-93, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/005/ano03n3.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

LOPES, E. *O Conceito de teologia e pedagogia na Didática magna de Comenius*. São Paulo: Mackenzie, 2003.

LOPES JR, O. Teologia e Ciências Sociais. *Cadernos de Teologia Pública* São Leopoldo, Instituto Humanitas/Unisinos, ano 2, n.13, p. 14 - 28, 2005.

LOWNEY, Christopher. Liderança organizacional ao estilo jesuíta. *Cadernos IHU em Formação*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, ano 3, n. 14, p. 27-30, 2007. Entrevista.

LUCAS. In: *BÍBLIA*. Evangelho segundo São Lucas. São Paulo: Paulus, 2001.

LÜDKE, M. Influências cruzadas na constituição e na expansão do sistema de pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, dez. 2005. Disponível em <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. ANDRÉ, M. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de tese e dissertações*. 2. ed. Florianópolis: Ufsc; São Paulo: Cortez, 2006.

MAINKA, P. *A ousadia de Lutero: enfrentar a Igreja Católica*. Edição 280. *Revista do Instituto Humanitas*, São Leopoldo: Unisinos, edição 280, p. 34 - 45, nov. 2008. Entrevista.

MANCEBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e mercantilização do conhecimento. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004. Especial.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1, v.1. 1998.

MENDONÇA, A. A pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade Brasileira. *Educar, Curitiba: UFPR*, n. 21, p. 289-308. 2003.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLTMANN, J. *Teologia da Esperança*. São Paulo: Teológica: Loyola, 2005.

MORAES, M. C. N. Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações*. 2. ed. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2006. p. 187-214

\_\_\_\_\_. *Educação e política no pensamento de Francisco Campos*. 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREIRA, Maria Lígia; VELHO, Lea. Pós-graduação no Brasil: da concepção "ofertista linear" para "novos modos de produção do conhecimento" implicações para avaliação. *Avaliação*, Sorocaba, v. 13, n. 3, nov. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772008000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 abr. 2011.

MUELLER, E. A teologia e seu estatuto teórico: contribuições para uma discussão atual na universidade brasileira. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, ano 47, n. 2, p. 88-103, 2007.

NOVAES, M. Nota sobre o problema da universalidade em Agostinho, do ponto de vista da relação entre fé e razão. *Cadernos História da Filosofia e Ciência*, Campinas: Unicamp, v. 7, n.2, p. 31-54, 1997.

NASCIMENTO, C.O entendimento da fé segundo S. Agostinho e o caráter científico da Sagrada Doutrina segundo Tomás de Aquino. In: SOARES, A. M. L.; PASSOS, J. D. (Org.). *Teologia e Ciência: diálogos acadêmicos em busca do saber*. São Paulo: Paulinas; Educ, 2008. p.23-42

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NUNES, R. A. *C História da Educação na Idade Média*. São Paulo: EPU. 1979.

OLIVEIRA, P. Teologia e Ciências da Religião: uma área acadêmica. In: ANJOS, M. (Org.). *Teologia: Profissão*. São Paulo: Loyola. 1996.

ORREGO, S. A importância da Segunda Escolástica no Ocidente. *Revista IHU Online*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, edição 342, 2010. Entrevista. Disponível em: <[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)>. Acesso em: 20 Set. 2010.

ORTIZ, R. (Org.) FERNANDES, F. (Coord). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PAPA JOÃO PAULO II. *Constituição Apostólica Sapientia Christiana do Sumo Pontífice João Paulo II sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas*. Sagrada Congregação Para A Educação

Católica. Igreja Católica Apostólica Romana. Vaticano, 1979.  
Disponível em: <[www.veritatis.com.br/article/4434](http://www.veritatis.com.br/article/4434)>. Acesso em: 20 maio 2011.

PAPA JOÃO PAULO II. Doutrina Católica. Igreja Católica Apostólica Romana. Vaticano, 2011. Disponível em:  
<<http://www.doutrinacatolica.com/modules/news/article.php?storyid=2165&page=3>>. Acesso e: 21 maio 2011.

PASSOS, J. Teologia e diretrizes curriculares: contradições e desafios. In: FREITAS, C. (Org.). *Teologia e Sociedade: relevância e funções*. São Paulo: Paulinas. 2006. p. 167-195

\_\_\_\_\_. Teologia e Interdisciplinaridade: Diálogos implícitos e explícitos entre Teologia e Ciências. In: SOARES, A. M. L; PASSOS, J. D. (Org.). *Teologia e Ciência: diálogos acadêmicos em busca do saber*. São Paulo: Paulinas; Educ, 2008. p. 113-134.

\_\_\_\_\_. *Teologia e outros saberes: uma introdução ao pensamento teológico*. São Paulo: Paulinas: 2010.

PEREIRA, G.; COSTA, N. O Estudo de Caso: alternativa ou panaceia? In: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P. (Org.). *A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa*. Campinas: Papirus, 2008. p.18-45.

PERINE, M. A Pós-graduação em Teologia/Ciências da Religião no Brasil: Triênio 2004/2006. In: SOARES, A. M. L; PASSOS, J. D. (Org.). *Teologia e Ciência: diálogos acadêmicos em busca do saber*. São Paulo: Paulinas: Educ, 2008. p. 297-310.

PINTO, Alvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

PIOZZI, P. Da necessidade à liberdade: uma nota sobre a proposta de Diderot e Condorcet para o Ensino Superior. *Educação e Sociedade*, Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 25, n. 88, p. 655-676, out. 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. *Linhas de*

*Pesquisa*. PUC-Minas, 2011. Disponível em: <[www.pucminas.br](http://www.pucminas.br)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. *Linhas de Pesquisa*. PUC-SP, 2011. Disponível em: <[www.pucsp.br](http://www.pucsp.br)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. *Programa de Pós-graduação em Teologia*. PUC-PR, 2011. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/cursos/programas/ppgt/historico.php>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. *Biblioteca*. Banco de Teses e Dissertações. 2011a. Disponível em: <[www.puc-rio.br](http://www.puc-rio.br)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Programa de Pós-graduação em Teologia. *Histórico do PPG em Teologia*. PUC-Rio, 2010. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progteo.html#historico>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. *Programa de Pós-graduação em Teologia*. PUC-RIO, 2011b. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progteo.html#historico>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. *Revista Atualidade Teológica*. Programa de Pós-graduação em Teologia. 2011c. Disponível em: <[www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progteo.html#historico](http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progteo.html#historico)>. Acesso em: 18 abr. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Programa de Pós-graduação em Teologia*. PUC-RS, 2011. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/ftppg/ppgteo/apresentação#historico>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Programa de Pós-graduação em Teologia*. PUC-SP, 2011. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/programas/tec\\_digital/apresentacao\\_teologia.htm](http://www.pucsp.br/pos/programas/tec_digital/apresentacao_teologia.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2011.

REVISTA ELETRÔNICA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DO PROTESTANTISMO DA ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA. São Leopoldo: *NEPP*, 2009. ISSN 1678-6408. 2008. Disponível em: <[http://www3.est.edu.br/nepp/geral/edicoes\\_anteriores.htm](http://www3.est.edu.br/nepp/geral/edicoes_anteriores.htm)>. Acesso em: 4 mar. 2009.

REVISTA ESTUDOS TEOLÓGICOS, São Leopoldo: EST, ano 47 n. 2, p. 88-103, 2007.

RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Autores Associados. 1998.

ROBERTSON, S. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Anped; Campinas: Autores Associados, v. 14, n. 42, p. 407-422, set./dez. 2009.

RODRIGUES, E. *O que é Teologia*. Rio de Janeiro: MK Editora. 2004.

ROSSATO, R. *Universidade: nove séculos de história*. 2. ed. Passo Fundo: Edupf, 2005.

RUBANO, D.; MOROZ, M. Relações de servidão: Europa Medieval Ocidental. In: ANDERY, M. A. et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 133-144.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 83, ago. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 21 abr. 2011.

SAVIAN FILHO, J. Existe possibilidade de se viver uma espiritualidade nos negócios e na economia? Projeto Bem Comum. *Espiritualidade e Ética nos Negócios*. São Paulo: Fides, ano 12, n. 88, p.11-20, 2007.

SAVIANI, D. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). *A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação e*

escritas de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis: Ed. Ufsc; São Paulo: Cortez, 2006. p. 135-164.

\_\_\_\_\_. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. O legado educacional do longo século XX brasileiro. In: SAVIANI et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p.9-58

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, ago. 2010. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 set. 2011.

SCHUCH JR, V. *Educação e universidade: raízes históricas e situação brasileira*. Santa Maria-RS: Laboratório de Programação Visual (LPV)/Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

SEVERINO, A. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, L. MACHADO, A. (Org). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações*. 2. ed. Florianópolis: Ufsc; São Paulo: Cortez, 2006. p. 67-88.

SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “modelo Capes de avaliação”. É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_; SILVA JR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais. Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, T. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, T.; MOREIRA, A. *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA JUNIOR, J. R. A racionalidade mercantil da Pós-graduação. A produção da ciência pragmática e do individualismo profissional. In: QUARTIERO, E. M.; BIANCHETTI L. (Org.). *Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, A. M. L.; PASSOS, J. D. (Org.). *Teologia e Ciência: diálogos acadêmicos em busca do saber*. São Paulo: Paulinas: Educ, 2008.

STORCK, A. O ser humano repensado pela escolástica. Entrevista. *Revista IHU Online*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, edição 342, 2010. Disponível em: <[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)>. Acesso em: 20 set. 2010.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Linhas de Pesquisa. Unicap, 2011. Disponível em: <[www.unicap.br](http://www.unicap.br)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Ciências Humanas. Pós-graduação em Ciências da Religião. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/propg/stricto-sensu/ciencias-humanas/>>. Acesso em 11. ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. *Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde*. Curso de especialização em Visão Teológica e Formação Universitária em Saúde. Unifesp, 2011. Disponível em: <[http://www.unifesp.br/centros/cehfi/curso\\_visao.htm](http://www.unifesp.br/centros/cehfi/curso_visao.htm)>. Acesso em: 11 ago 2011.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 33, n. 1, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022007000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 ago 2011

VASCONCELOS, M.; SÁLVIA, R. A origem das universidades católicas. *Educação Brasileira*, Brasília: Conselhos dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), v. 1, n. 1, p. 14-34, 1978.

WACHHOLZ, W. Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, ano 49 n. 2, p. 180-206, 2009.

WATERS, Lindsay. *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: Unesp, 2006.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABATIERO, J. Do Estatuto Acadêmico da Teologia: pistas para a solução de um problema complexo. *Revista Estudos Teológicos*, Leopoldo: EST, v. 47, n. 2, p. 67-87, 2007.

\_\_\_\_\_. O estatuto acadêmico da Teologia à luz do Parecer 118/09 do Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.

*Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*, ano 5, n. 26, Nov./dez. 2009. Disponível em:

<<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/category/edicao26/>>. Acesso em: 24 set. 2010.

ZEUCH, M. A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg 1ª parte. *Cadernos de Teologia Pública*, São Leopoldo: Instituto Humanitas/Unisinos, ano 3, n. 19, p. 14-48, 2006a.

\_\_\_\_\_. A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg: 2ª parte. *Cadernos de Teologia Pública*, São Leopoldo:

Instituto Humanitas/Unisinos, ano 3, n. 20, p. 15-54, 2006b.

ZILLES, U.; QUADROS, O. *Identidade, desafios e futuro das universidades católicas*. Porto Alegre: Edipucers, 1993.

## ANEXOS

### ANEXO A – DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NOS PPGS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

- AGUIAR, Reinaldo Olecio. *Ética e qualidade total: um estudo da relação entre ética religiosa dos funcionários e os programas de qualidade*. Dissertação de Mestrado.. Programa de Mestrado em em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. 1999.
- BRANDÃO, João Baptista. *Axiologia, religião e secularização nos negócios: uma análise da competitividade em pequenas e médias empresas brasileiras*. Dissertação de Mestrado.. Programa de Mestrado em em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP . 2000
- BRANCHINI, Oziel. *Religião, ética e axiologia no campo empresarial: um estudo das empresas que adotam a cultura da excelência*. Dissertação de Mestrado.. Programa de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP . 2004
- CORDEIRO, Fábio Medeiros. *A relação entre espiritualidade e a formação do administrador na contemporaneidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). 2000
- FLORIANI, Paulo José. *Aprender a esperança. Aproximação e alguns desafios da evangelização inculturada frente à globalização neoliberal*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Teologia. Centro Universitário Assunção (UNIFAI). 2002
- GOMES, Antonio Maspoli de Araujo Gomes. *Espírito protestante educação e negócios: a contribuição do Mackenzie College para a formação do empresariado em São Paulo entre 1870 a 1914*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (UMESP). 1999

- HORTA, Patricia Vale. *As fronteiras porosas e a religião de empresas: prenúncio de um novo Ethos para o mundo dos negócios?* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (UMESP). 2008
- KIVITZ, Ed René. *Espiritualidade no mundo corporativo: análise das aproximações entre prática religiosa e vida profissional.* Dissertação de Mestrado.. Programa de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo – UMESp. 2007
- LUCIANO, Flávio. *Ética do cuidado numa economia solidária: contribuições para um novo paradigma ético no âmbito sócio-econômico.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Teologia. Centro Universitário Assunção (UNIFAI). 2005
- SILVA, Schirley J. *O Conceito de Espiritualidade no Ensino da Administração: estudo de caso na FAGED Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Divinópolis.* Dissertação de Mestrado.. Programa de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo – UMESp. 2000

## ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA

1. Após a inserção do PPGT na Capes, quais mudanças ocorreram no seu trabalho de docente e pesquisador, com relação a:
  - publicações: produtividade, perfil das produções (livros, coletâneas, artigos), diálogos com outros temas e áreas do conhecimento,
  - orientação: prazos, temáticas
2. Após a inserção na Capes quais as mudanças ocorridas no ensino da teologia? Houve reconfiguração, fusão entre as áreas da teologia? Antes havia divisão entre núcleos (pastoral, missiologia, ecumenismo, sistemática, dogmática), bíblia) agora existem as linhas de pesquisa, e a necessidade de se cursar disciplinas em todas as áreas,.
3. O diálogo interdisciplinar de alguma forma alterou os campos epistemológicos de conhecimento? Até que ponto é saudavel ou prejudicial à teologia o dialogo com outras áreas? houve um certo movimento de uma profundidade (dentro de um tema) para uma generalização (dialogo do seu tema com outros campos)?
4. A relação entre igreja e Capes dentro do Programa: há sintonia, descompassos, concepções diferentes de compreender a pesquisa e o ensino da teologia?
5. Os PPGTs possuem diferença quanto ao vínculo confessional? (protestante e católicos)?

## ANEXO C – LINHAS DE PESQUISA DOS PPGT – CRONOLOGIA DAS MUDANÇAS

(continua)

		PPGT - EST								
ANO		1988 A 2003								
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LINHAS	1988 a 1999	1992	1993	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
TEOLOGIA E HISTORIA (1988)	TEOLOGIA E HISTORIA Protestantismo na América Latina						TEOLOGIA E HISTORIA	TEOLOGIA E HISTORIA	TEOLOGIA E HISTORIA	TEOLOGIA E HISTORIA
	Publicações	TEOLOGIA E HISTORIA					Cristianismo e religiões na América Latina	Cristianismo e religiões na América Latina	Cristianismo e religiões na América Latina	Cristianismo e religiões na América Latina
	Teologia Ecumênica	Teologia Feminista					Teologia Contemporânea em perspectiva latino-americana.	Teologia Contemporânea em perspectiva latino-americana.	Teologia Contemporânea em perspectiva latino-americana.	Teologia contemporânea em perspectiva latino-americana
	Cristianismo e religiões na América Latina									
BIBLIA ((1988)	AC – BIBLIA Hermenêutica Bíblica Latino-Americana				AC – BIBLIA Estudos de Texto e Contexto Bíblicos		Estudos de Texto e Contextos Bíblicos	Estudos de Texto e Contextos Bíblicos	Estudos de Texto e Contextos Bíblicos	Estudos de Texto e Contextos Bíblicos
								Hermenêuticas bíblicas	Hermenêuticas bíblicas	







(continua)

## PPGT FAJE

ANO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LINHAS	1988 A 2003						2001	2002	2003	
	1988 a 1999	1992	1993	1997	1998	1999				2000
TEOLOGIA DA PRAXIS CRISTA					A Comunidade Cristã e suas Expressões Práticas e Simbólicas	Expressões da vida no Espírito	Expressões da vida no Espírito	Expressões da vida no Espírito	Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso	Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso
					Ética da Comunidade Cristã	Tendências éticas atuais	Tendências éticas atuais	Tendências éticas atuais	Tendências éticas atuais	Tendências éticas atuais
TEOLOGIA SISTEMATICA					Abordagem Sistemática da Tradição Cristã	Fontes Bíblicas da Tradição Cristã	Fontes Bíblicas da Tradição Cristã	Fontes Bíblicas da Tradição Cristã	Fontes Bíblicas da Tradição Cristã	Fontes Bíblicas da Tradição Cristã
					Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual	Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual	Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual	Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual	Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual	Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual
AMBAS AS ÁREAS					Fontes Bíblicas da Tradição Cristã					
PROJETO ISOLADO						Projeto isolado	Projeto isolado	Projeto isolado	Projeto isolado	Projeto isolado



(continua)

## PPGT - PUC-Rio

1988 A 2003

ANO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LINHAS	1988 a 1999	1992	1993	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
TEOLOGIA SISTEMATICO PASTORAL					Presença e atuação da Igreja sob diferentes enfoques na América Latina e no Brasil (desde 1979)	Presença e atuação da Igreja sob diferentes enfoques na América Latina e no Brasil	Antropologia Teológica, Cristologia e Eclesiologia em diálogo-confronto com a Modernidade/Pós-modernidade	Antropologia Teológica, Cristologia e Eclesiologia em diálogo-confronto com a Modernidade/Pós-modernidade	Fé e Cultura	Fé e Cultura
					Religião e Modernidade (desde 1992)	Religião e Modernidade (desde 1992)	Contexto Urbano Fé e Cultura	Pastoral no Contexto urbano Fé e Cultura	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade
					Mulher e Religião (desde 1992)	Mulher e Religião (desde 1992)	Palavra de Deus e práxis cristã no contexto religioso da modernidade	Palavra de Deus e práxis cristã no contexto religioso da modernidade		
TEOLOGIA BIBLICA					Análise e interpretação de textos At e NT com o objetivo de apresentar ao homem moderno (Desde 1992)	Análise e interpretação de textos At e NT com o objetivo de apresentar ao homem moderno (Desde 1992)	Análise e interpretação de textos At e NT com o objetivo de apresentar ao homem moderno (Desde 1992)	Análise e interpretação de textos At e NT com o objetivo de apresentar ao homem moderno (Desde 1992)	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT

(continuação)

ANO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LINHAS	1988 A 2003									
	1988 a 1999	1992	1993	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
SEM AREA					As tradições do Antigo Israel como 'Fonte' de sua historiografia (Desde 1979)	As tradicoes do Antigo Israel como Fonte' de sua historiografia				
PROJETOS ISOLADOS						Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados
	2004 a 2011									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010/2011 (SITE puc)			
TEOLOGIA SISTEMATICO PASTORAL	Fé e Cultura	Fé e Cultura	Fé e Cultura	Fé e Cultura	Fé e Cultura	Fé e Cultura	Fé e Cultura			
TEOLOGIA BIBLICA	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade	Religião e Modernidade
SEM AREA	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT	Análise e interpretação de textos At e NT
PROJETOS ISOLADOS	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados	Projetos isolados